



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARCELO LAURITO PARO

**PRISÕES DA FÉ: CONVERSÕES EVANGÉLICAS NO CONTEXTO
PRISIONAL E A RELAÇÃO ENTRE INTERESSES RELIGIOSOS E
CONDIÇÕES DE HABITUALIDADE NO MUNDO DO CRIME**

PALMAS-TO

2023

MARCELO LAURITO PARO

**PRISÕES DA FÉ: CONVERSÕES EVANGÉLICAS NO CONTEXTO
PRISIONAL E A RELAÇÃO ENTRE INTERESSES RELIGIOSOS E
CONDIÇÕES DE HABITUALIDADE NO MUNDO DO CRIME**

Proposta submetida à Banca para Exame de Defesa de Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Pedrosa Neto

PALMAS-TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- P257p Paro, Marcelo Laurito.
 Prisões da fé: conversões evangélicas no contexto prisional e a relação
 entre interesses religiosos e condições de habitualidade no mundo do crime. /
 Marcelo Laurito Paro. – Palmas, TO, 2023.
 267 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em
 Desenvolvimento Regional, 2023.
 Orientador: Antônio José Pedroso Neto
1. Prisão. 2. Conversão evangélica. 3. Análise de Correspondência
 Múltipla. 4. Desenvolvimento regional. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARCELO LAURITO PARO

**PRISÕES DA FÉ: CONVERSÕES EVANGÉLICAS NO CONTEXTO
PRISIONAL E A RELAÇÃO ENTRE INTERESSES RELIGIOSOS E
CONDIÇÕES DE HABITUALIDADE NO MUNDO DO CRIME**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Regional
da Universidade Federal do Tocantins para
obtenção do título de Doutor.
Orientador: Prof. Dr. Antônio José Pedroso
Neto

Aprovada em: 10/05/2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto (orientador) - UFT

Prof^ª. Dra. Camila Caldeira Nunes Dias - UFABC

Prof^ª. Dra. Elaine da Silveira Leite - UFPEL

Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva - UFT

Prof^ª. Dra. Temis Gomes Parente - UFT

Ao meu querido e amado pai, Marcos Aurélio Paro, *in memoriam*. Sou o que sou graças a você, meu orgulho, meu melhor amigo, meu porto seguro. Te amo e te amarei para sempre.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese de doutorado geralmente é, pelo menos para a maioria dos pesquisadores, permeado por uma série de grandes desafios. No meu caso em específico, posso mencionar dois deles.

O primeiro e maior de todos, diria com certeza absoluta o maior da minha vida, foi o de ser pai de primeira viagem, pois o nosso pequeno tinha apenas alguns meses de vida quando ingressei no programa. O amor é tão grandioso, tão forte e maravilhoso que a ansiedade e o receio de desempenhar o ofício de um bom timoneiro nos coloca sempre em xeque, muitas vezes potencializado pelo sentimento de culpa por não estar presente *full time* nos pequenos detalhes de seu desenvolvimento, muito pela árdua dedicação que trabalhos científicos dessa natureza nos exigem.

O segundo foi desenvolver uma investigação de cunho predominantemente sociológico, eis que formado nas carreiras jurídicas tive de navegar por mares profundos, inquietos e um tanto desconhecidos.

Mas nessa tortuosa caminhada eu não estive só, pois já dizia Pierre Bourdieu, digno de um aforismo, *nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades*, de modo que durante esses anos de pesquisa algumas pessoas tiveram um papel imprescindível para me ajudar a concluí-la, suavizando, cada qual a seu modo, esta intensa jornada.

Agradeço à minha esposa Rafaela por ter me apoiado nesse projeto acadêmico desde o início, um sonho realizado, e ao meu filho Bernardo, fonte eterna de amor, superação e dedicação. Todos os sacrifícios foram por vocês.

Minha gratidão ao Professor Pedroso, com o qual tive a satisfação de ter como orientador, por sua grande generosidade na arte de ensinar e compartilhar todo seu conhecimento. Sempre disponível e incansável, me corrigiu, me instruiu e me incentivou a continuar mesmo nas circunstâncias mais desanimadoras, transformando as dificuldades em momentos de reflexão, aprendizado e possibilidades.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), pois foram essenciais nesta trajetória e no meu crescimento acadêmico, os quais guardo com muito carinho e consideração: Airton Cardoso Cançado, Alex Pizzio da Silva, Ana Lúcia de Medeiros, Mônica Aparecida da Rocha Silva, Nilton Marques de Oliveira e Waldecy Rodrigues.

Aos professores e professoras que gentil e graciosamente aceitaram compor as minhas bancas de qualificação e defesa, dedicando um tempo sempre apertado em suas concorridas agendas para me auxiliar em um sonho meu, tudo em nome da educação e da ciência: Alex Pizzio da Silva (UFT), Camila Caldeira Nunes Dias (UFABC), Elaine da Silveira Leite (UFPEL) e Temis Gomes Parente (UFT).

Penhoro também os meus agradecimentos ao então Secretário de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, Heber Luís Fidelis Fernandes, e ao então Diretor da Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP), Thiago Oliveira Sabino de Lima, e toda sua equipe, por abrirem as portas do sistema prisional à minha pesquisa.

Agradeço, ainda, a todos os reeducandos da UPRP por dividirem suas experiências de vida e sem os quais esse estudo não seria possível.

Por fim, o meu reconhecimento à Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e à Universidade Federal do Tocantins (UFT) pela formação, aperfeiçoamento e fomento à pesquisa.

RESUMO

A presente tese visa compreender a relação entre religião e prisão a partir do processo de conversão evangélica na Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP), mais especificamente, o que diferencia o grupo de indivíduos que se converte à religião evangélica na prisão do grupo que não se converte. Adotamos como referencial teórico a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu e como metodologia a Análise de Correspondência Múltipla (ACM), o que nos permitiu realizar a objetivação do campo prisional reservado ao espaço dos presos evangélicos e não evangélicos da UPRP e identificar geometricamente seus agentes dentro de um plano fatorial em forma de nuvem conforme as distâncias e proximidades existentes entre eles, as propriedades sociais que os estruturam e a relação com suas tomadas de posições religiosas. Como resultado da pesquisa foi possível estabelecer uma conexão entre interesses religiosos e condições de habitualidade no mundo do crime, onde fatores como afinidade religiosa antes da prisão, influência da família e pastores e o nível de gravidade da infração à ética do crime contribuem para a decisão de se converter ou não na prisão. Surgiram daí quatro principais tendências relacionais. Os indivíduos localizados do lado esquerdo do eixo 1 tendem a ser presos ocasionais, assim definidos como aqueles pertencentes ao mundo do trabalho, e tendem a se converter por interesses propriamente religiosos; já os do lado direito deste mesmo eixo tendem a ser presos habituais, ligados ao mundo do crime, e tendem a não se converter. Os indivíduos do lado inferior do eixo 2 tendem a ser presos habituais e tendem a se converter por interesses autopreservacionistas; aqueles situados acima do eixo 2 tendem a ser presos ocasionais e tendem a não se converter. Dentre as principais implicações práticas deste trabalho está a de colaborar com o desenvolvimento regional, pois tem o potencial de descortinar uma realidade pouco conhecida e subsidiar a formulação (ou reformulação) de políticas públicas para o adequado cumprimento e execução da pena no tocante à liberdade de crença e assistência religiosa.

Palavras-chave: Prisão. Conversão evangélica. Análise de Correspondência Múltipla. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the relationship between religion and prison from the evangelical conversion process in the Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP), more specifically, what differentiates the group of individuals who convert to the evangelical religion in prison from the group that does not convert. We adopted Pierre Bourdieu's theory of social fields as a theoretical framework and Multiple Correspondence Analysis (ACM) as a methodology, which allowed us to objectify the prison camp reserved for UPRP evangelical and non-evangelical prisoners and identify its agents in a cloud factorial plan according to the distances and proximities existing between them, the social properties that structure them and the relationship with their religious positions. As a result of the research, it was possible to establish a connection between religious interests and conditions of habitualities in the world of crime, where factors such as religious affinity before arrest, influence of family and pastors and the level of seriousness of the infraction of the ethics of crime contribute to the decision to convert or not in prison. Four main relational trends emerged from this. Some individuals located on the left side of axis 1 tend to be occasional prisoners, thus defined as those belong to the world of work, and tend to convert for properly religious interests; those on the right side of this same axis tend to be habitual prisoners, linked to the world of crime, and tend not to convert. Individuals on the lower side of axis 2 tend to be habitual prisoners and tend to convert in self-preservationist interests; those above axis 2 tend to be occasional prisoners and tend not to convert. Among the main practical implications of this work is that of collaborating with regional development, as it has the potential to uncover a little-known reality and subsidize the formulation (or reformulation) of public politics for proper realization and execution of the sentence regarding freedom of belief and religious assistance.

Keywords: Prison. Conversion evangelical. Multiple Correspondence Analysis. Regional development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| ACM | Análise de Correspondência Múltipla |
| ADI | Ação Direta de Inconstitucionalidade |
| ADPF | Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental |
| APAC | Associação de Proteção e Assistência aos Condenados |
| CAAE | Certificado de Apresentação de Apreciação Ética |
| CEP | Comitê de Ética em Pesquisa |
| CF/88 | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 |
| CIA | <i>Central Intelligence Agency</i> |
| CNPCP | Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária |
| COARE | Coordenação de Assistência Social e Religiosa |
| COVID-19 | Novo Coronavírus |
| CPP | Casa de Prisão Provisória |
| CV | Comando Vermelho |
| DGE | Divisão de Guarda Externa |
| DEPEN | Departamento Penitenciário Nacional |
| EC | Emenda Constitucional |
| ESMAT | Escola Superior da Magistratura Tocantinense |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| GIR | Grupo de Intervenção Rápida |
| GOPE | Grupo de Operação Penitenciária Especial |
| HIV | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LEP | Lei de Execução Penal |
| MNPCT | Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura |
| NOC | Núcleo de Operações com Cães |
| PAD | Procedimento Administrativo Disciplinar |
| PCC | Primeiro Comando da Capital |
| PPGDR | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional |
| PSL | Partido Social Liberal |
| SECIJU | Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins |
| SISPEN-TO | Sistema Penitenciário do Estado do Tocantins |
| SPAD | <i>Software Coheris Analytics Spad</i> |

| | |
|-------|--|
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre Esclarecido |
| TJTO | Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins |
| UFT | Universidade Federal do Tocantins |
| UPRP | Unidade Penal Regional de Palmas |
| UTPBG | Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Figura 1 | Unidade Penal Regional de Palmas..... | 37 |
| Figura 2 | Unidade Penal Regional de Palmas..... | 37 |
| Figura 3 | Localização da Unidade Penal Regional de Palmas..... | 38 |
| Figura 4 | Estrutura hierárquica da Unidade Penal Regional de Palmas..... | 40 |
| Figura 5 | Entrada da Unidade Penal Regional de Palmas..... | 41 |
| Figura 6 | Vista do complexo administrativo..... | 42 |
| Figura 7 | Vista da recepção..... | 42 |
| Figura 8 | Sala de videoconferência..... | 43 |
| Figura 9 | Parlatório..... | 43 |
| Figura 10 | Vista das muralhas e torre de vigilância..... | 43 |
| Figura 11 | Vista da área de produção..... | 43 |
| Figura 12 | Reeducando trabalhando na panificadora..... | 44 |
| Figura 13 | Obras de ampliação dos pavilhões da UPRP..... | 45 |
| Figura 14 | Detentos auxiliando nas obras de reforma da UPRP..... | 45 |
| Figura 15 | Vista do corredor e uma das celas antes a reforma..... | 46 |
| Figura 16 | Vista do corredor e das celas após a reforma..... | 46 |
| Figura 17 | Banheiro antes da reforma..... | 47 |
| Figura 18 | Banheiro durante a reforma..... | 47 |
| Figura 19 | Banho de sol antes da reforma..... | 47 |
| Figura 20 | Banho de sol depois da reforma..... | 47 |
| Figura 21 | Interior das celas antes da reforma..... | 49 |
| Figura 22 | Interior da cela depois da reforma..... | 50 |
| Figura 23 | Interno regando o gramado..... | 50 |
| Figura 24 | Tanque de peixes em construção..... | 50 |
| Figura 25 | Transição religiosa projetada no Brasil: 1940-2032..... | 59 |
| Figura 26 | Escola Nova Geração e internos ajudando na reforma da unidade..... | 117 |
| Figura 27 | Sala de aula multisseriada da Escola Nova Geração..... | 118 |
| Figura 28 | Espaço dos presos na UPRP..... | 131 |
| Figura 29 | Espaço das variáveis e suas categorias..... | 132 |
| Figura 30 | Lados esquerdo e direito do Eixo 1 e lados inferior e superior do Eixo 2..... | 132 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|---|----|
| Tabela 1 | Regionalização da SISPEN-TO em janeiro de 2021..... | 39 |
| Tabela 2 | Divisão da carceragem da UPRP após a reforma em 2022..... | 48 |
| Tabela 3 | Caracterização dos presos conforme a cor dos uniformes..... | 51 |
| Tabela 4 | Maiores igrejas evangélicas no Brasil..... | 60 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|---|-----|
| Quadro 1 | Informações gerais sobre a ACM..... | 122 |
| Quadro 2 | Exemplo de categorias importantes destacadas em amarelo pela diferença calibrada..... | 123 |
| Quadro 3 | Exemplo de categorias destacadas em amarelo pelo método de contribuições..... | 124 |
| Quadro 4 | Variação dos eixos da ACM..... | 124 |
| Quadro 5 | Categorias ativas do lado esquerdo e do lado direito do eixo 1..... | 134 |
| Quadro 6 | Categorias passivas do lado esquerdo e do lado direito do eixo 1..... | 138 |
| Quadro 7 | Categorias ativas do lado inferior e do lado superior do eixo 2..... | 153 |
| Quadro 8 | Categorias passivas do lado inferior e do lado superior do eixo 2..... | 158 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 17 |
| 2 TEORIA DOS CAMPOS SOCIAIS DE PIERRE BOURDIEU..... | 25 |
| 2.1 Noções iniciais..... | 25 |
| 2.2 Campo social..... | 26 |
| 2.3 Capital..... | 27 |
| 2.4 <i>Habitus</i> | 29 |
| 2.5 A teoria de Bourdieu aplicada ao campo prisional..... | 31 |
| 3 CONHECENDO O CAMPO PRISIONAL DE PALMAS/TO..... | 37 |
| 3.1 Caracterização da Unidade Penal Regional de Palmas..... | 38 |
| 3.2 Justificativa da escolha..... | 53 |
| 4 COMPREENDENDO O UNIVERSO RELIGIOSO..... | 55 |
| 4.1 A religião para os brasileiros: um povo de fé..... | 55 |
| 4.2 A expansão do cristianismo evangélico..... | 56 |
| 4.3 As conversões religiosas..... | 63 |
| 4.3.1 No que consiste uma “verdadeira” conversão?..... | 64 |
| 4.3.2 Os convertidos da UPRP..... | 66 |
| 4.3.3 Crise existencial..... | 69 |
| 4.3.4 Transformação paulina e paulatina..... | 71 |
| 4.4 Assistência religiosa nas prisões..... | 74 |
| 4.5 Evangélicos encarcerados: um grupo à parte em busca de credibilidade..... | 78 |
| 5 A RELIGIÃO NA PRISÃO: INTERESSES E PERSPECTIVAS..... | 87 |
| 5.1 Perspectiva instrumental das práticas religiosas..... | 90 |
| 5.2 Perspectiva propriamente religiosa das práticas religiosas..... | 94 |
| 5.3 Perspectiva autopreservacionista das práticas religiosas..... | 98 |
| 6 O CAMINHO METODOLÓGICO..... | 103 |
| 6.1 Iniciando o percurso metodológico..... | 103 |
| 6.2 O problema e a hipótese de pesquisa..... | 104 |
| 6.3 O levantamento dos dados empíricos..... | 109 |
| 6.3.1 As entrevistas..... | 110 |
| 6.3.1.1 <i>A cadeia ditando o ritmo das entrevistas</i> | 113 |
| 6.3.2 Os questionários..... | 116 |
| 6.3.3 O diário de campo..... | 119 |

| | |
|---|------------|
| 6.4 O método aplicado: Análise de Correspondência Múltipla (ACM)..... | 120 |
| 6.4.1 Apresentação das variáveis e categorias..... | 125 |
| 6.4.1.1 Variáveis e categorias do bloco “dados pessoais”..... | 125 |
| 6.4.1.2 Variáveis e categorias do bloco “dados culturais”..... | 126 |
| 6.4.1.3 Variáveis e categorias do bloco “dados econômicos”..... | 126 |
| 6.4.1.4 Variáveis e categorias do bloco “dados sociais”..... | 126 |
| 6.4.1.5 Variáveis e categorias do bloco “dados prisionais”..... | 127 |
| 6.4.1.6 Variáveis e categorias do bloco “dados religiosos”..... | 128 |
| 7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS..... | 131 |
| 7.1 Presos ocasionais que tendem a se converter versus presos habituais que tendem a não se converter (primeiro eixo)..... | 133 |
| 7.1.1 Categorias ativas do primeiro eixo..... | 133 |
| 7.1.2 Categorias passivas do primeiro eixo..... | 138 |
| 7.1.3 Síntese do eixo 1..... | 148 |
| 7.1.3.1 Presos ocasionais com afinidade religiosa e com crise existencial: tendência de conversão por interesses propriamente religiosos (lado esquerdo)..... | 148 |
| 7.1.3.2 Presos habituais sem afinidade religiosa e sem crise existencial: tendência de não conversão (lado direito)..... | 151 |
| 7.2 Presos habituais que tendem a se converter versus presos ocasionais que tendem a não se converter (segundo eixo)..... | 152 |
| 7.2.1 Categorias ativas do segundo eixo..... | 153 |
| 7.2.2 Categorias passivas do segundo eixo..... | 157 |
| 7.2.3 Síntese do eixo 2..... | 163 |
| 7.2.3.1 Presos habituais sem afinidade religiosa e com crise existencial: tendência de conversão por interesses autopreservacionistas (lado inferior)..... | 164 |
| 7.2.3.2 Presos ocasionais sem afinidade religiosa e sem crise existencial: tendência de não conversão (lado superior)..... | 167 |
| 7.3 Síntese do campo prisional da UPRP..... | 168 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 170 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 175 |
| APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS..... | 185 |

| | |
|--|------------|
| APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE (PPGDR)..... | 193 |
| APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE (TJTO)..... | 194 |
| APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS INSTITUCIONAIS..... | 195 |
| APÊNDICE E – DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE (SECIJU)..... | 197 |
| APÊNDICE F – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (AGENTES RELIGIOSOS)..... | 198 |
| APÊNDICE G – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (REEDUCANDOS)..... | 200 |
| APÊNDICE H – MINUTA DE QUESTIONÁRIO..... | 202 |
| APÊNDICE I – TABELA DAS CATEGORIAS E SIGLAS..... | 208 |
| ANEXO A – REGIONALIZAÇÃO SISPEN-TO..... | 253 |
| ANEXO B – DADOS ESTATÍSTICOS SISPEN-TO..... | 258 |
| ANEXO C – DADOS DOS CUSTODIADOS POR RELIGIÃO..... | 260 |
| ANEXO D - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFT..... | 263 |
| ANEXO E – OFÍCIO N° 332/2021/UPRP..... | 267 |

1 INTRODUÇÃO

Durante os anos iniciais da minha carreira na magistratura, enquanto juiz criminal, me deparei com algumas situações peculiares ligadas ao ambiente prisional, deveras caótico, nem preciso dizer, que me suscitaram um tipo especial de interesse em compreender a dinâmica e os efeitos de determinados fenômenos sociais a fim de me aproximar da realidade fática na qual eu e “meus” presos se encontravam e, a partir daí, melhorá-la de alguma forma.

Ainda que imersos nessa dura realidade, nem sempre é possível enxergá-la com clareza absoluta, daí a crítica de Foucault ao considerar “o magistrado como um filósofo que se propõe a descobrir uma verdade interessante”, comparando-o a um “piloto que navega entre os rochedos” (FOUCAULT, 1999, p. 117).

A lógica moderna da eficiência, calcada na ênfase pelo resultado quantitativo e pela produção em massa, não raras vezes torna o aplicador do direito, infelizmente, em um tecnocrata que busca soluções racionais para os problemas sem levar em conta aspectos humanos e sociais, cujo efeito principal, senão outro, o de neutralizador do humano, muito em razão da chegada de uma era já prenunciada por Eduardo Bittar do “juiz-máquina” (BITTAR, 2009), equiparando-o a um instrumento robótico de julgar, de modo que qualquer tentativa de trazer elementos heterodoxos, não jurídicos, mais aprofundados para a solução dos litígios poderia significar entraves para uma produtividade fordista tão aguçada, incentivada, desejada e, porque não, imposta e obrigatória, mas não sem prejuízos a um fim maior de justiça e equidade.

Se as respostas a estas minhas inquietações sociais não podiam, pelo menos em certa e grande medida, ser alcançadas dentro dos processos judiciais de forma individualizada pela imposição métrica do sistema de justiça ou mesmo pelas regras ordinárias do direito, procurei-as em outras áreas do conhecimento, em especial naquelas ditas interdisciplinares.

Estudei, então, a sociologia do sexo durante meu mestrado para entender as relações advindas das visitas íntimas na Unidade Prisional Feminina de Palmas/TO (PARO, 2016) e, agora, pretendo me valer novamente da sociologia para, como objetivo principal dessa pesquisa, compreender a relação entre religião e prisão a partir do processo de conversão evangélica na Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP). Para isso, eu irei analisar e objetivar o campo prisional delimitado ao microcosmo destinado aos presos evangélicos e não evangélicos desta mesma unidade penal.

O motivo pela escolha desse intrigante e polêmico tema – digo isso, principalmente pelo antagonismo de seus objetivos, pois, segundo Santana (2013), enquanto o Estado pretende precipuamente punir o indivíduo, a religião tenta purificá-lo de seus pecados – passou por uma situação real ocorrida durante o interrogatório de um reeducando preso.

Certa vez, durante uma audiência criminal que presidia, um dos réus, apresentando-se com a bíblia debaixo do braço, cabelo penteado, postura baixa e comportamento calmo, ao final do seu depoimento, quando questionado se gostaria de fazer o uso da palavra para acrescentar algo a mais em sua defesa, disse ter contraído HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) na cadeia, o que o fez refletir na vida, se arrepender e buscar sentido na palavra de Deus e por isso rogava por uma chance em liberdade. Por questões jurídicas foi concedido ao réu o direito de responder ao processo livre, sua prisão cautelar foi revogada e naquele mesmo ato foi expedido seu alvará de soltura.

Até aí tudo dentro da prática forense. A surpresa veio no dia seguinte quando o técnico judiciário me trouxe a seguinte informação: “Doutor, sabe o fulano da audiência de ontem, então, ele saiu daqui e foi direto para a igreja” e eu respondi: “que bom, ele realmente encontrou sua paz interior na religião” e o técnico complementou de forma jocosa: “foi direto para a igreja, assaltou o padre e fugiu no mundo”.

O senso comum nos leva a crer e a confiar que a religião é uma das principais formas de resignificação moral e pessoal daqueles indivíduos tidos como desviantes e transgressores da ordem e dos bons costumes, devendo, portanto, ser amplamente incentivada no ambiente prisional. Inclusive, era bastante comum durante as inspeções regulares às cadeias encontrar indivíduos de alta periculosidade e que haviam cometido crimes atroz e violentos se apegarem à bíblia e se converterem a alguma religião depois de serem privados de suas liberdades, geralmente às igrejas evangélicas. Nisso, a postura daquele preso em audiência não me causou nenhum tipo de surpresa, estranheza ou desconcerto, mas seu desfecho, sim.

Confesso que a partir daquele momento alguns questionamentos metaempíricos me sobrepuseram: seria o sentimento religioso, a fé propriamente dita, algo misterioso, divino ou sobrenatural tão poderoso a ponto de realmente mover montanhas, como pressupõe a Bíblia em 1 Coríntios 13:2? (BÍBLIA, 1990). Poderia realmente derrubar reis e rainhas tal como insinuado no diálogo entre o sacerdote Apparát e a conjuradora do sol Alina Starkov na aclamada distopia literária norte-americana “Sombra e Ossos”?

(BARDUGO, 2013). Seria forte o suficiente para que as pessoas sacrificassem suas próprias vidas em seu nome ou seria uma mera criação do desejo terreno para fins utilitaristas diversos ou então um mero devaneio inexplicável do imaginário humano, um propósito sem fim, tal como a pena aplicada no conto mitológico por Hades às virgens Danaides condenadas por toda eternidade a encher de água um tonel sem fundo? (VASCONCELLOS, 1998).

Apesar de estas hesitações serem insuscetíveis à crítica lógica ou científica, uma coisa é fato: 89% dos brasileiros concordam que a religião assume grande importância em suas vidas (NERI, 2011) e 99% acreditam em Deus (RELIGION, 2014), de modo que aquele que sustenta a qualidade de religioso certamente é considerado e bem visto aos olhos da população em geral.

Logo, não posso ingenuamente descartar de pronto a existência de representações religiosas encenadas no ambiente prisional, maquinadas deliberadamente para, num ou noutro sentido, obter algum tipo de vantagem, tampouco desconsiderar de modo generalizado os efeitos positivos de uma conversão no cárcere. Por isso, as respostas muitas das vezes não são tão simplistas quanto suas perguntas por envolver situações nem sempre visíveis ou expostas de um modo geral.

Portanto, a avaliação desse episódio não pode sê-lo considerando-o isoladamente. Exige, pois, uma acurada investigação sociológica de compreensão do fenômeno da conversão religiosa na prisão, mais especificamente, da conversão evangélica, pela singularidade ascética de seus membros, posição que ocupam em relação à massa carcerária e por representarem o maior grupo religioso na UPRP.

Tentaremos, então, demonstrar ao longo do trabalho as distâncias e proximidades existentes entre o conjunto de indivíduos evangélicos e não evangélicos privados de liberdade, as propriedades sociais que os estruturam e a relação com suas tomadas de posições religiosas.

Isso implica examinar suas práticas sociais por uma lógica relacional, tal como se propõe a fazer a teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Nessa linha de pensamento, a pesquisa teve como principal referencial a sua teoria dos campos sociais e será abordada no capítulo 2, onde apresentaremos as noções básicas de campo social, capital e *habitus*, bem como a aplicação desses conceitos ao universo prisional.

O campo social em análise, é bom que se diga desde já, será o campo prisional, não em sua totalidade, mas delimitado e reservado à região dos presos religiosos e não religiosos da UPRP.

No capítulo 3 promovemos a caracterização da UPRP e apontamos os motivos que nos levaram a elegê-la como espaço empírico da nossa pesquisa, basicamente por ser a maior unidade penal em termos de custodiados e contar com a maior população religiosa dentre todos os demais estabelecimentos prisionais do Estado.

O capítulo 4 foi dedicado à compreensão do universo religioso, suas práticas, classificações, crescimento pentecostal, conversões, assistência religiosa nos presídios e à ambiguidade existente entre presos evangélicos e massa carcerária¹. Buscamos acrescentar, sempre que oportuno, dados empíricos da nossa pesquisa a fim de melhor conhecer a religiosidade praticada no interior da UPRP.

Os estudos demonstram que o movimento cristão evangélico é o que mais cresce no Brasil nas últimas décadas, com viés de nos próximos anos superar a hegemonia católica predominante desde a descoberta do país pelos portugueses (ALVES, 2018). Muito disso se deve ao processo de conversão religiosa, fazendo com que vários católicos migrem para o protestantismo, principalmente para o pentecostalismo.

Apesar de não haver um consenso entre os estudiosos sobre o conceito e o alcance de uma “verdadeira” conversão religiosa, os autores parecem convergir sobre seus elementos fundamentais, destacando-se a mudança de crenças (CAROZZI, 1994), a transformação subjetiva (BERGER; LUCKMANN, 1985) e a reconstrução biográfica a partir de um novo universo discursivo (SNOW; MACHALEK, 1984).

Com base nessa concepção de conversão, adotamos em nosso trabalho a tipologia apresentada pela socióloga francesa Hervieu-Léger que classifica os convertidos em três categorias, pois em todas elas há uma busca por renovação espiritual e reorganização global da vida por parte do interessado. A primeira delas é a do indivíduo que muda de religião; a segunda daquele sem religião que decide se relacionar voluntariamente com uma; e a terceira daquele que redescobre sua religião de origem (HERVIEU-LÉGER, 2008).

Foi possível observar, com base nessas premissas e considerando o nosso universo de 167 internos respondentes (25% de todos os presos da UPRP), um alto índice de conversões evangélicas pós-encarceramento no patamar de 43% deles.

¹ Quando nos referimos à “massa carcerária” estamos a designar aquele grupo de indivíduos pertencentes ao mundo do crime, assim considerados aqueles que fazem da delinquência a sua profissão, em oposição àqueles presos do acaso (eventuais, circunstanciais, acidentais). Desta forma, embora todos dentro da cadeia sejam criminosos do ponto de vista formal, nem todos integram a massa, pois nem todos se submetem a seus postulados, surgindo, pois, a diferenciação entre presos habituais e presos ocasionais (RAMALHO, 2008).

Partimos do pressuposto de que as conversões religiosas são geralmente precedidas por situações de crises capazes de levar o indivíduo a questionar o seu mundo até então representado de maneira estável (PIERUCCI; PRANDI, 1996; RAMBO, 1993). A busca religiosa surgiria, então, como uma alternativa possível para a solução dessas adversidades (CORRÊA, 2015), no nosso caso, daquelas experimentadas no cárcere. E como veremos, a religião evangélica é a que melhor atende aos interesses e anseios destes indivíduos custodiados na tentativa de resolver suas dificuldades e aflições pessoais, justificando, assim, os índices de conversões evangélicas apontadas acima.

No capítulo 5, examinamos na literatura específica quais seriam os principais interesses que levam alguém a se converter dentro do contexto prisional. Agrupamos, então, os trabalhos acadêmicos em três blocos distintos conforme a perspectiva adotada.

No primeiro deles, temos uma abordagem instrumental das práticas religiosas voltada à obtenção de vantagens materiais ou simbólicas no interior da cadeia, como aquisição de alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal ou, então, melhorar sua imagem junto aos atores do sistema prisional (SCHELIGA, 2000).

O segundo grupo enxerga na religião uma forma daquele indivíduo privado de liberdade buscar e alcançar sua renovação moral e espiritual, aproximando-se, assim, de Deus e, conseqüentemente, promovendo a redução do índice de reincidência criminal (OLIVEIRA, 1977).

Por fim, encontramos a perspectiva que compreende a atividade religiosa como forma de escapar das represálias impostas pela massa carcerária àqueles que infringem suas regras, tendo pouca relação com a ideia de ressocialização do preso, consistindo, em última análise, uma punição ao próprio converso, pois, a se ver obrigado a assumir e sustentar uma identidade que lhe é forçada, acaba ameaçado de destruição moral e psicológica, um forma de mutilação do que constitui o seu “eu social” (DIAS, 2008).

Essas três concepções, cada qual representada por suas principais autoras, apesar de dessemelhantes, se aproximam ao considerar um único interesse capaz de conduzir à conversão religiosa no ambiente carcerário (instrumental, propriamente religioso ou de manutenção da integridade corporal), quando na verdade, o referencial teórico bourdieusiano indica que a procura religiosa pode envolver diferentes tipos de interesses religiosos, sejam eles racionais ou afetivos, daí por que a decisão por se relacionar com a religião na prisão pode até ter sido motivada por um único interesse, mas dentre vários possíveis (BOURDIEU, 2007).

Inauguramos o capítulo 6 descrevendo o caminho metodológico percorrido. Nele desenvolvemos o nosso problema de pesquisa e sua respectiva hipótese, apresentamos as etapas de recolha dos dados empíricos que sustentam e dão suporte ao presente estudo e, ao final, aprofundamos o método propriamente considerado.

Como regra geral – e na prisão isso não é diferente – existem pessoas mais vulneráveis a um estado de crise, enquanto que outras são capazes de resistir a essas influências e se adaptar ao ambiente sem se socorrer às conversões religiosas (RAMBO; FARHADIAN, 1999).

Considerando esta realidade e considerando que a religião evangélica se sobressai como o maior grupo de assistência religiosa na prisão (COSTA, 2017) perguntamos: *Em termos relacionais, o que diferencia o grupo de indivíduos que se converte à religião evangélica na prisão do grupo que não se converte?*

Como hipótese, temos que isso variará conforme os interesses religiosos envolvidos, o grau de intensidade da crise e de como o pretense convertido percebe os benefícios da busca religiosa, sobretudo quando incentivado ou influenciado pela família ou grupos religiosos.

Sob este ponto de vista, não nos parece que a mobilidade evangélica se dê por interesses instrumentais, mas principalmente por razões autopreservacionistas de sobrevivência e propriamente religiosas. Isso porque, a gênese da pretensão instrumental, embora geradora de crise, se mostra menos intensa se comparada às das outras duas espécies de interesses, já que os benefícios materiais, além de poder ser alcançados por outras vias menos radicais do que uma conversão, são prestados apenas ocasionalmente pelas igrejas. Quanto aos benefícios simbólicos, parece inexistir qualquer vantagem concedida aos presos da UPRP simplesmente por ostentarem determinada qualidade religiosa, pelo contrário, suas conversões, muitas das vezes, são vistas com desconfiança e descrença pelos próprios presos e agentes penais.

Agora, se o interesse é evitar a morte do corpo ou a morte da alma, a religião evangélica surge como a melhor opção, senão a única. Assim, diante de um contexto de autopreservação, a adoção de uma identidade religiosa pode ser a única via de sobrevivência, contudo, a manutenção da sua credibilidade passa necessariamente pela religião evangélica e seus rigorosos preceitos ascéticos e morais, já que os demais presos religiosos, em termos de comportamento, integram a massa carcerária (DIAS, 2008). E se a vontade ou desejo é expiar os seus pecados, renascer espiritualmente, se redimir ou transcender em Cristo, em resumo, se o interesse é propriamente religioso, a

conversão evangélica “representa o ponto de ruptura com a biografia passada e o surgimento do ‘novo homem’ que deixou todos os vícios e está em busca da ‘santificação’” (DIAS, 2008, p. 105).

A pesquisa de campo foi desenvolvida em duas etapas. Num primeiro momento realizamos 20 entrevistas aprofundadas com pastores externos à cadeia² e reeducandos da UPRP e posteriormente aplicamos questionários a 167 presos da unidade. Como suporte auxiliar de coleta de dados, valemo-nos de um diário de campo.

A Análise de Correspondência Múltipla (ACM) foi o nosso caminho metodológico por possuir afinidade eletiva com a lógica relacional da teoria sociológica de Bourdieu, o que nos permitiu a construção do espaço social investigado através de uma análise geométrica dos dados.

Os indivíduos pesquisados são distribuídos em uma nuvem de pontos dentro de um plano fatorial de dois eixos. Quanto mais próximos dois agentes estiverem neste espaço, mais parecidos serão os seus perfis de respostas e vice-versa (BERTONCELO, 2022), possibilitando-nos compreender suas afinidades e contrastes e, conseqüentemente, a tendência de suas tomadas de decisões religiosas.

O capítulo 7 concentra toda a análise e discussão dos dados categorizados em ambos os eixos do campo prisional. Em resumo, a ACM nos possibilitou identificar quatro principais tendências relacionais e que confirmam a nossa hipótese e ao mesmo tempo nos revelam achados até então não explorados na literatura.

Nesse sentido, os indivíduos do lado esquerdo do eixo principal (eixo horizontal) tendem a ser presos ocasionais, ligados ao mundo do trabalho, possuem afinidade religiosa anterior ao cárcere e são mais suscetíveis a estados de crise, geralmente relacionados a arrependimento pelos crimes cometidos, daí por que tendem a se converter por interesses propriamente religiosos motivados pela família e pastores. Já os do lado direito deste mesmo eixo tendem a ser presos habituais, ligados ao mundo do crime, não possuem relação religiosa anterior, são menos suscetíveis a estados de crise e de regra tendem a não se converter na prisão.

Em compensação, os indivíduos do lado inferior do eixo secundário (eixo vertical) tendem a ser presos habituais e apesar de não terem afinidade religiosa antes da

² Por “pastor externo” entenda-se a autoridade religiosa extramuros, qualificada ou ordenada oficialmente na religião evangélica; e por “pastor interno” aquele reeducando que exerce o ofício de maneira informal e improvisada dentro da prisão pregando a palavra de Deus, muitas vezes escolhido pelos próprios colegas de cela ou pavilhão em vista de algum contato ou experiência anterior com a religião evangélica.

prisão tendem a se converter influenciados e incentivados pelos familiares e agentes religiosos por interesses autopreservacionistas provocados por graves desentendimentos internos que colocam em risco a sua vida e integridade física, enquanto que os do lado superior tendem a ser presos ocasionais, sem afinidade religiosa no cárcere, sem vínculos familiares mais profundos, e por não terem experimentado nenhuma situação de crise solucionável pela religião, tendem a não se converter.

Conseguimos, então, constatar a existência de mais de um tipo de interesse religioso convivendo na prisão, no caso, os interesses propriamente religiosos e autopreservacionistas. Constatamos, ainda, que os detentos ocasionais se mostram mais suscetíveis a estados de crise do que os presos habituais, pois tendem a enfrentar a situação mais difícil dentro da cadeia logo no início do cumprimento da pena, diferentemente daqueles mais acostumados com o universo delincente. Além disso, confirmamos a importância da família e dos pastores na conversão e que a religião evangélica é a preferida entre os indivíduos privados de liberdade na UPRP, sendo possível estabelecer uma relação probabilística entre interesses religiosos e condições de habitualidade no mundo do crime, o que significa dizer que ser preso ocasional ou habitual acaba por ter uma relação direta com o tipo de interesse em se converter: aquele tende a se converter por interesses propriamente religiosos, enquanto estes por interesses autopreservacionistas.

Encerrando a tese, o capítulo 8 tratou das nossas considerações finais, donde pudemos elencar as contribuições teóricas e práticas da pesquisa, suas limitações e sugestões de trabalhos futuros.

De todo o exposto e de um modo geral, justificamos nossa pesquisa por retomar uma questão sociológica pouco explorada que diz respeito à religiosidade dentro do sistema prisional, “especialmente considerando este fenômeno do ponto de vista qualitativo” (DIAS, 2008, p. 61).

2 TEORIA DOS CAMPOS SOCIAIS DE PIERRE BOURDIEU

2.1 Noções iniciais

Pierre Félix Bourdieu foi um sociólogo francês considerado por muitos o maior cientista social depois de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Nasceu em 1930 no sudoeste da França e faleceu em 2002 em Paris.

Ao longo da sua carreira, Bourdieu se dedicou a investigar e a desvendar a gênese e o significado das diferentes práticas sociais, partindo do pressuposto de que o mundo social é composto não apenas de estruturas objetivas (que independem da consciência e vontade dos agentes), mas também de estruturas mentais dos indivíduos biológicos, superando, assim, a ruínosa oposição entre objetivismo e subjetivismo das ciências sociais, daí por que a sua proposta teórica recebeu o rótulo de estruturalismo genético ou construtivista (BOURDIEU, 2001).

E uma forma de melhor compreender a complexa sociologia da prática de Bourdieu é realizando, tal como o fez Barros Filho (2021), uma breve retrospectiva histórica e reflexiva sobre a ética, aqui entendida como o exercício de racionalizar a moral e indicar aquilo que é certo e errado em uma sociedade.

O pragmatismo de Maquiavel pregava que uma ação seria considerada certa ou errada a depender de seus efeitos, isto é, se você conseguiu ou não aquilo que queria: se conseguiu, você agiu certo; se não conseguiu, você agiu errado. Para o pensamento utilitarista, a exemplo de Bentham, agir corretamente é produzir a maior quantidade de bem-estar, é ter responsabilidade social para proporcionar a felicidade ao maior número de pessoas possível. A lógica intencionalista de Kant torna a intenção o fator preponderante para a classificação daquilo considerado certo ou errado, de modo que o que vale é o que o indivíduo tinha em mente ao agir e não o seu resultado, pois a única coisa que você controla é a sua intenção e não os seus efeitos. A partir do surgimento da sociologia com Durkheim, no século XIX, a ética passa a ser considerada um fato social: é a sociedade quem decide o que é certo e o que é errado e é na própria sociedade que o sociólogo vai buscar entender a gênese dos valores éticos. Surge, então, a concepção materialista histórica de Karl Marx e a sua ideia de superestrutura, segundo a qual, o local da sociedade mais apropriado para se verificar o valor das coisas é na economia: quem dita o que é certo e o que é errado na sociedade são os burgueses, fruto da opressão da luta de classes e produção de bens (BARROS FILHO, 2021).

Em contraposição, Bourdieu vai dizer que os valores sociais não podem ser definidos exclusivamente pelo critério econômico, pois nem tudo que ocorre no espaço social (na sociedade) se explica pela luta de classes entre burguesia e proletariado. Enquanto Marx viu na sociedade um grande campo econômico, Bourdieu a compreendeu dividida sob vários campos diferentes (econômico, jurídico, acadêmico, político, religioso, filosófico, literário, artístico etc). Assim, para compreender uma determinada prática social é preciso identificar quais os valores sociais que compõem o seu campo específico de análise, isso porque os valores sociais de um campo só têm significado dentro dos limites desse próprio campo. Dito de outro jeito, os valores considerados socialmente importantes no campo político, por exemplo, podem não os ser no campo acadêmico e vice-versa (BARROS FILHO, 2021).

Bourdieu rompe, então, com a ilusão naturalista (de que a relação de dominação é produto da natureza) e desenvolve um modelo científico que buscou explicar através das estruturas sociais, as condutas, normas e valores dominantes nos mais variados campos da sociedade, isso tudo de forma crítica, estruturada e mais elaborada do que os modelos já existentes, nascendo assim a sua teoria dos campos sociais (BOURDIEU, 2012).

2.2 Campo social

Um campo social apresenta-se como um espaço estruturado de posições sociais (BOURDIEU, 2003), não no sentido físico, mas como “realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes” (BOURDIEU, 1996, p. 24).

Logo, as posições sociais ocupadas pelos agentes num determinado campo social são simbólicas, não mantendo nenhuma ligação com as suas posições geográficas. É preciso ressaltar, contudo, que determinados espaços físicos podem conter, como de fato contêm, agentes de um campo. Por exemplo, os agentes do campo prisional, como regra, estão localizados geograficamente dentro de presídios, mas nem por isso detêm as mesmas posições sociais.

Além do mais, a posição de cada indivíduo dentro do campo não é definida em si mesma, mas relacionalmente às posições que lhe são diretamente opostas. Portanto, o conceito de agente dominante só tem sentido e significado se relacionado ao conceito de dominado, reciprocamente. Aliás, já afirmava Bourdieu que “o real é relacional e por

isso mesmo é preciso pensar o real relacionalmente” (BOURDIEU, 2001, p.14, tradução nossa). Toda a sua obra, conseqüentemente, é composta de noções relacionais, como a de gênero em masculino e feminino (BOURDIEU, 2012), franceses do norte e do sul (BOURDIEU, 1992) etc.

Nesse sentido, os agentes sociais vão se estruturando dentro deste espaço complexo a partir de eixos de diferenciação, de modo que quanto mais próximos uns dos outros, maiores as chances de estarem propensos às mesmas tomadas de decisões, ou seja, a depender da posição que ocupam no campo é possível “compreender a lógica de suas práticas e determinar, entre outras coisas, como elas vão classificar e se classificar, e, se for o caso, se pensar como membros de uma ‘classe’” (BOURDIEU, 2004, p. 67).

Fácil perceber que a estrutura do campo não é um espaço harmonioso. É um estado de relação de forças constantes, permanentes e desiguais entre os agentes e que define as suas posições sociais através de eixos reflexivos. Surge, pois, como um espaço de luta e competição a partir de ações de conservação ou de subversão para transformar ou perpetuar esse campo de forças (BOURDIEU, 1997).

Mas se por um lado o campo é um espaço de conflitos, antagonicamente, ele também é um espaço de concordância tácita acerca das regras imanentes de funcionamento do jogo, a saber, tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo. Àqueles que participam do jogo consagram-se as estratégias de subversão, mas até certo limite, sob pena de exclusão do campo acaso ultrapassado. Assim, não se admitem revoluções que ponham em questão os fundamentos e as crenças que alicerçam o jogo, de molde a destruir não apenas dominantes e dominados, mas o próprio jogo em si (BOURDIEU, 2003).

2.3 Capital

Dentro de todo campo, o que irá definir a posição social do participante – dominante ou dominado – é a quantidade de fichas ou trunfos que ele detém para jogar aquele jogo, naquilo que Bourdieu chamou de capital (BOURDIEU, 1989). Portanto, é o acúmulo de capital que determinará as probabilidades de ganho naquele campo, já que as fichas não são distribuídas de forma igualitária entre os agentes:

As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural) (BOURDIEU, 1989, p. 134).

Com base nisso é preciso mencionar que cada campo social possui regras e interesses particulares, o que significa dizer que para ascender dentro dele exige-se a reunião de capitais específicos, ou seja, as fichas que você tem para jogar determinado jogo em regra não valem para jogar outro jogo, ou melhor, “o capital vale em relação com um certo campo, portanto, nos limites desse campo, e que não é convertível numa outra espécie de capital a não ser em certas condições” (BOURDIEU, 2003, p. 121). Como exemplo, Bourdieu cita o “insucesso de Cardin quando quis transferir para a alta cultura um capital acumulado na alta costura” (BOURDIEU, 2003, p. 121).

Mas ao mesmo tempo em que o campo estabelece as suas próprias regras ele firma relações estratégicas de solidariedade com outros campos, e com isso acaba influenciando e sendo influenciado por eles, como a interferência que o campo econômico exerce no campo político, para citar apenas um desses casos, e é nesse sentido que Bourdieu considerou-o enquanto “espaço relativamente autônomo” (BOURDIEU, 2004). Para facilitar a compreensão, podemos nos valer de um outro exemplo baseado na homologia de posição entre dominantes/dominantes e dominados/dominados, e que representa o que estamos a dizer, que é a utilização de meios televisivos para propagação de mensagens religiosas, como a relação ajustada entre a Rede Globo e a igreja católica, ambas dominantes em seus respectivos campos midiático e religioso, em oposição à firmada por outras emissoras de menor escalão como Bandeirantes, SBT e principalmente a Record com as igrejas evangélicas (ALMEIDA, 2009).

E se “a magia social pode constituir praticamente tudo como interesse e instituí-lo como alvo de lutas” (BOURDIEU, 2004, p. 128), é preciso reconhecer que as recompensas, os ganhos ou os troféus almejados e perseguidos dentro de um campo específico só são percebidos pelos participantes deste mesmo campo, muitas vezes considerados absurdos, insensatos ou desinteressados por aqueles de fora dele (BOURDIEU, 2003). Diz Bourdieu:

Quando você lê, em Saint-Simon, o episódio da querela dos barretes (quem deve cumprimentar primeiro?), se você não nasceu em uma sociedade de corte, se não tem o *habitus* de um cortesão, se não tem na cabeça as estruturas que estão presentes no jogo, essa querela lhe parecerá fútil, ridícula. Se, ao contrário, você tiver um espírito estruturado de acordo com as estruturas do mundo no qual você está jogando, tudo lhe parecerá evidente e a própria questão de saber se o jogo vale a pena não é nem colocada (BOURDIEU, 1996, p. 139).

O sociólogo francês chamou esse sentimento de “estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar” de *illusio* (BOURDIEU, 1996, p. 139), ou seja, *illusio* é a obriedade do sentido do jogo, da sua importância, da evidência dos alvos perseguidos por quem é jogador daquele jogo social.

2.4 *Habitus*

Recapitulando, vimos que o que define a posição de um competidor no campo social é o acúmulo de capital específico que ele detém em termos de volume e quantidade, ou seja, o conjunto de poderes, propriedades e de recursos pertinentes para conservar ou subverter a sua posição no tabuleiro social. Por conseguinte, manifestam-se os conflitos e as lutas simbólicas pela apropriação ou transformação desse conjunto legítimo de fichas com vistas à aproximação dos alvos e troféus que estão em jogo.

Para tanto, são levadas a efeito estratégias na articulação de meios para conquistar os fins desejados dentro do campo (investimentos em escolarização, relacionamentos sociais, emprego etc), de modo que aqueles que já alcançaram os troféus em disputa, os dominantes, se valem de estratégias de conservação da situação posta, enquanto que os dominados se utilizam de estratégias de subversão para obtê-los.

Todavia, conforme explica Bourdieu, a ação social não é composta apenas de estratégias conscientes e calculadas como as apontadas acima. Não, pelo contrário. Para ele, a dimensão mais importante da ação social encontra-se depositada no *habitus*, ou seja, um conjunto de disposições ativas consistentes na incorporação e influência das estruturas sociais (família, escola, amizades etc) sobre o comportamento, a forma de pensar, sentir e agir dos agentes (BOURDIEU, 2007).

Bourdieu, então, conceitua *habitus* “como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio

gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191).

O sociólogo Loïc Wacquant, tomando como referência a obra de Pierre Bourdieu, afirma que o conceito de *habitus* foi delineado para romper a dualidade entre objetivismo e subjetivismo ao “captar ‘a interiroziação da exterioridade e a exteriorização da interioridade’, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis (...) para pensar, sentir e agir de modos determinados” (WACQUANT, 2017, p. 36).

Barros Filho e Martino conceituam *habitus* como “o princípio gerador e regulador das práticas cotidianas, definindo, em sua atuação conjunta com o contexto no qual está inserido, reações aparentemente espontâneas do sujeito” (BARROS FILHO; MARTINO, 2003, p. 115-116).

Portanto, a socialização do agente num determinado espaço social guia as suas respostas nas mais diversas situações cotidianas a que é exposto, de forma aparentemente natural e espontânea, sem precisar ser estratégico para isso. Sem se dar conta, o agente atua conforme as regras implícitas do campo social a que pertence de tanto conviver naquele espaço e imitar seus comportamentos diante de condições assemelhadas.

Agora, se de um lado essa “subjetividade socializada” (BOURDIEU, WACQUANT, 1992a, p. 126, tradução nossa), que é o *habitus*, apresenta-se na forma de disposições duráveis, é preciso reconhecer, de outro, que não se trata de uma estrutura fixa, eterna ou imutável, mas “produto de uma aquisição histórica” (BOURDIEU, 2001, p. 184), portanto, apresenta uma dimensão flexível, adaptável aos estímulos sociais como resultado de novas experiências, de permanente transformação e constante mutação da identidade e que vai se construindo e se moldando ao longo da existência do agente (BOURDIEU, WACQUANT, 1992b).

Isso é importante para termos em mente que quando tratamos de *habitus* estamos a falar de regularidades e não de regras (PEREIRA; CATANI, 2002), ou seja, nada impede que um agente incorpore um novo *habitus* capaz de transformar a sua trajetória³ dentro do campo. Nesse sentido, já dizia Bourdieu que a incorporação de um *habitus* não ocorre por um ato instantâneo de vontade, “mas somente pelo nascimento ou por

³ Para Bourdieu, “diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo” (BOURDIEU, 1996, p. 71).

um lento processo de cooptação e de iniciação que equivale a um segundo nascimento” (BOURDIEU, 2009, p. 111). Fica claro, então, que apesar de ser um sistema de disposições abertas, a incorporação de um novo *habitus* enfrenta grandes desafios probabilísticos de sucesso, equivalente a um novo nascimento, contudo, socialmente possível e em muitos casos socialmente desejado. Por exemplo, “regularmente, os ricos casam-se entre si; regularmente o pobre fracassa na escola, (...) [todavia] o pobre eventualmente pode ter sucesso na escola, o príncipe eventualmente pode casar com a plebeia” (PEREIRA; CATANI, 2002, p. 110-111).

2.5 A teoria de Bourdieu aplicada ao campo prisional

De saída devemos esclarecer que no campo prisional interagem diversas categorias de pessoas e não apenas os presos no sentido estrito do termo, formando, assim, um complexo sistema social. Nesse conjunto de relações sociais atuam desde agentes políticos do mais alto escalão penitenciário até chegarmos à ponta extrema que são os reeducandos. Podemos citar, por exemplo, o Secretário de Estado da Cidadania e Justiça, juízes, promotores de justiça, defensores públicos, advogados, policiais penais, médicos, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, professores, fornecedores, prestadores de serviços, pastores externos, entidades assistenciais e os próprios presos, enfim, todos que de certo modo se relacionam nesse espaço determinado.

Dada a sua imensidão relacional, estudaremos o campo prisional não em sua completude e integralidade, mas circunscrito ao espaço reservado aos presos evangélicos e não evangélicos da UPRP.

Uma vez delimitada a região do campo a ser explorada, o passo seguinte é aplicar a ela os principais conceitos de Bourdieu.

Nesse sentido, partiremos do básico. Conforme preleciona Sykes (1974), as prisões de hoje confinam grandes massas de pessoas socializando por longos períodos de tempo, cujo resultado e significância não podem ser ignorados. Na sua visão, a sociedade, dita assim, mais abrangente, ao segregar seus criminosos do mundo exterior acabou criando comunidades internas contendo milhares de pessoas trabalhando, comendo, dormindo e vivendo juntas, o que o levou a classificar a prisão como uma “sociedade dentro da sociedade” (SYKES, 1974, p. XII, tradução nossa).

Isso acabou dando origem, inevitavelmente, a uma estrutura social anômala que contém normas formais e informais de regência, ou seja, “assim como a direção da

cadeia tinha suas regras de funcionamento e as impunha com rigor aos presos, estes também dispunham de um conjunto próprio de regras que tinha vigência entre eles e eram aplicáveis por uns presos sobre os outros” (RAMALHO, 2008, p. 35).

Podemos afirmar, por conseguinte, que no interior da prisão as relações sociais entre os presos se estabelecem de forma hierarquizada entre dominantes e dominados, quer dizer, “as regras da cadeia, assim como as leis da justiça de um país, tinham autoridades reconhecidas como tais às quais era atribuído o poder de aplicá-las, poder que pairava acima das partes envolvidas” (RAMALHO, 2008, p. 35).

Estas regras e normas, criadas à margem da lei, doravante chamadas de código delinquente, “são impostas por grupos organizados (...) e [apresenta] valores centrados na vingança pessoal, no uso da violência, na lealdade absoluta aos chefes e na supremacia daquele que consegue impor sua força” (DIAS, 2008, p. 276).

Com isso, fica claro que “a imposição de práticas e normas de conduta está fora do âmbito de atuação e de influência dos pastores internos e externos à cadeia” (DIAS, 2008, p. 276), o que em última análise significa compreender que no campo prisional, dentro do recorte a que nos propusemos, os faccionados assumem o *status* de dominantes e os presos evangélicos o de dominados, ou se preferirmos, “ser evangélico significa, em suma, (...) situar-se no último degrau na hierarquia da prisão” (DIAS, 2008, p. 229), em contraposição, “são os pilotos da cadeia [líderes das facções] quem dão as ordens do que deve ou não ser feito, não apenas àqueles que pertencem ao chamado universo delinquente mas também para aqueles que desse universo foram afastados – como os evangélicos” (DIAS, 2008, p. 255).

Nessa relação conflituosa, os evangélicos “hesitam em aceitar que quem manda na igreja não são os pastores – externos ou internos –, mas sim o piloto da cadeia” (DIAS, 2008, p. 255), daí por que durante as entrevistas foi comum ouvir que as facções respeitavam a atuação das igrejas dentro da cadeia. Contudo, alguns relatos evidenciaram a existência de um forte vínculo de subordinação e opressão entre ambos. Nas palavras de um dos internos entrevistados, as evangelizações dentro dos pavilhões só podiam acontecer com prévia autorização da facção, pois “quem comanda o pavilhão é a facção criminosa”.

Algumas outras falas também expuseram a existência de uma hierarquia prisional liderada pelas facções criminosas, conforme veremos abaixo. Antes, porém, cabe esclarecer que os nomes dos pastores e dos presos que aparecem neste trabalho são fictícios como forma de garantir a inviolabilidade de suas identidades, bem como as

abreviaturas ao final dos relatos servem para identificar se foram feitos pelos pastores (P) ou pelos reeducandos (R), seguido da religião professada (evangélico: EVA; católico: CAT; espírita: ESP), se ateu (ATE) ou satanista (SAT), e por fim o número da entrevista:

Mesmo dentro da igreja ainda tem pessoas que são infiltrados lá dentro. Aconteça o que acontecer, quem está lá dentro, o infiltrado chega no cabeça da facção e fala: "O Fulano de tal está na benção, mas só se escondendo atrás da bíblia". Então ele é tirado da igreja e é cobrado. [E quem é que tira ele da igreja? É a própria facção ou são os próprios evangélicos?] Não, a própria facção (R/EVA/06).

O disciplina (...) é uma pessoa que zela pelo bem estar do outro ali, (...) [são] os irmãos cadastrados [na facção] (...) [e] que fica olhando se o cara realmente está lendo a palavra de Deus, está buscando novos convertidos, se realmente ele está dando aquele respeito (...). [Se ele] foi pego ali fumando um cigarro, foi pego ali cometendo atos que não podem (...) o pastor já vai passar para os caras que estão na disciplina e ele vai ser tirado do pavilhão (R/CAT/08).

Tudo dentro da Unidade Penal de Palmas roda em torno de duas facções: PCC e CV (...). Se você está aqui dentro, você é obrigado a fazer o que a facção manda. Se você não faz, é cobrado; e a forma de eles cobrarem é às vezes quebrando um membro do corpo, até mesmo a morte (R/EVA/06).

Muito disso acontece, de acordo com a socióloga Dias, pela “complacência da administração prisional com transgressões a determinadas regras, em busca de cooperação com os líderes da massa carcerária para evitar conflitos que exponham a realidade prisional aos olhos da opinião pública” (DIAS, 2008, p. 281). Na mesma direção, o pesquisador David Skarbek explica que “quando os oficiais governam menos, os presos tendem a governar mais”, numa espécie de cogovernança entre detentos e administração penitenciária (SKARBEEK, 2020, p. 32, tradução nossa).

Diante deste cenário, podemos apontar que o capital que rege as relações de poder na prisão tem como gênese a violência em sua acepção mais ampla (física ou moral; explícita ou velada). Portanto, o detentor desse tipo específico de capital, doravante denominado capital prisional, caracteriza-se por ser um indivíduo violento, implacável, repressor e arbitrário.

Assim, para permanecer no poder e se conservar dominantes no ambiente carcerário, as organizações criminosas se valem de mecanismos estratégicos de reprodução e demonstração da capacidade e vontade de serem desmedidamente brutais e agressivas. Nesse caso, a imposição da sua autoridade passa necessariamente pela violência física ou psicológica e pode culminar, não raras vezes, com a “aniquilação de

seus supostos concorrentes e/ou traidores” (DIAS, 2008, p. 246). Sob esse viés, “o líder, chefe ou piloto deve ter como uma de suas principais características pessoais a disposição para matar sem titubear” seus inimigos e infratores do código delinquente (DIAS, 2008, p. 246).

Por sua vez, os presos evangélicos tentam subverter a sua posição hierárquica no campo buscando questionar e modificar as condições sociais de definição e distribuição do capital. Para isso, empreendem esforços e energias para redefinir um tipo de capital específico pautado na violência e arbitrariedade a fim de transformá-lo em um capital religioso, num movimento de legitimação que vai da força temporal para a força espiritual, principalmente através de técnicas proselitistas e de evangelização junto à massa carcerária como forma de consagração de atributos não consagrados no campo prisional.

Ambas as estratégias, como produto histórico do universo prisional, integram e fazem parte das regras imanentes desse campo de forças, todavia, alguns comportamentos nesse ou naquele sentido não são aceitos ou autorizados entre os participantes, pois infringem estas mesmas regras, como a de se converter para fugir do ajuste de contas com a massa carcerária ou então se voltar contra aquele que, na linguagem dos presos, “tenha se convertido verdadeiramente, de coração”. Exatamente por essa razão, para se evitar desvios proibidos do jogo e punir os assim considerados desviantes, os convertidos passam a ser permanentemente vigiados, principalmente pelos faccionados, para verificar se são “fingidos ou sinceros”, se se escondem atrás da bíblia ou se estão realmente na benção, conforme abordaremos ao seu tempo.

Por outro lado, condutas que possam colocar em risco o próprio jogo, expondo, por exemplo, a segurança global dos internos, como acomodá-los, ainda que provisoriamente (reforma, dedetização etc), todos num mesmo ambiente, desconsiderando se de facções aliadas ou rivais, se presos segurados ou não, se pertencentes ao mundo do trabalho ou ao mundo do crime, poderão gerar ações de cumplicidade entre dominantes e dominados, tal como eleger representantes de todos os pavilhões e setores da unidade para solicitar uma audiência conjunta com o Diretor do presídio e superar esse grave problema.

De um modo geral, é possível sustentar que as lutas travadas no interior do campo prisional dizem respeito em definir qual dos grupos terá o direito de ditar as “regras do proceder”, ou seja, o conjunto de normas que regem a vida na prisão (RAMALHO, 2008). Esse é o sentimento que impulsiona os jogadores deste jogo, sua

illusio, algo que quem não joga esse jogo, no caso, os membros da sociedade mais ampla, provavelmente não entenderia.

Dentre os troféus disponíveis no campo, podemos mencionar, entre os faccionados, por exemplo, crescer na hierarquia do comando, ser conceituado e respeitado interna e externamente, receber ajudas de custo, cestas básicas, ônibus para levar as famílias até as unidades em dias de visitas, auxílio jurídico aos seus integrantes etc (DIAS, 2011). Entre os presos religiosos, a literatura aponta a existência de interesses instrumentais ou simbólicos (SCHELIGA, 2000), propriamente religiosos (OLIVEIRA, 1977) e de autopreservação (DIAS, 2008), como veremos em um capítulo específico.

Por fim, vimos que o *habitus*, apesar de durável, não se constitui numa estrutura fixa, podendo variar no tempo, no lugar e principalmente através das distribuições de poder (BOURDIEU, WACQUANT, 1992b), sendo a prisão um lugar perfeito para a incorporação de novos *habitus*.

Tão logo o novato ingressa no estabelecimento penal ele é exposto a uma série de novos ajustes e dinâmicas sociais marcadas por longos períodos de confinamento em locais geralmente violentos, de convivência contínua e forçada, com o despojamento de seus bens e de seus contatos externos e que acabam influenciando e transformando suas disposições sociais anteriormente construídas, característicos de instituições totais (GOFFMAN, 1974).

Já dizia Edmundo Coelho, “a prisão é um lugar perigoso”, cuja sobrevivência exige que seus habitantes “se tornem membros competentes dessa sociedade *sui generis*, observando seus códigos, valores, normas e hábitos e aprendendo a gramática de sua articulação” (COELHO, 2005, p. 83).

Portanto, nesse espaço privilegiado de desarranjos sociais, não é de se admirar que o preso acabe adotando, em maior ou menor grau, o modo de pensar, os costumes e os hábitos da cultura geral da penitenciária (THOMPSON, 2002). A assimilação dos dogmas e padrões carcerários ali existentes conduz o indivíduo a incorporar e ostentar certas características do campo que o tipificam como membro da comunidade prisional, num processo que Thompson denominou de “prisonização” (THOMPSON, 2002) equiparável à noção de *habitus* carcerário.

Em oposição, os presos religiosos, especialmente os evangélicos como veremos, adotam um estilo de vida próprio e diferenciado, pautado em crenças e valores sagrados capazes de proporcionar uma modificação biográfica radical, gerando o que Bourdieu

nomeou de *habitus* religioso, consistente, de acordo com suas palavras, no “princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural” (BOURDIEU, 2007, p. 57).

O relato abaixo foi extraído de uma entrevista concedida por um dos presos convertidos à religião evangélica dentro da UPRP e demonstra claramente a incorporação do *habitus* religioso neste contexto.

Fui batizado nas águas (...) aqui dentro [da prisão]. Depois do batismo fiquei como obreiro ajudando, auxiliar do pastor [interno] na igreja (...). E fui crescendo na igreja, ajudando, auxiliando o pastor, fazendo tudo o que tem na igreja, oração, jejum, ajuda mesmo nas pessoas. Depois fui crescendo. Depois de obreiro passei a presbítero, depois de presbítero passei a terceiro dirigente, terceiro pastor da igreja, depois a segundo pastor e fui consagrado a primeiro pastor dirigente da igreja (...). A forma de falar muda, a forma de se comportar muda, a forma de se vestir muda. A pessoa não fica mais sem camisa, geralmente é com uma calça. Por exemplo, eu mesmo não dou conta de dormir sem roupa. Eu não fico sem roupa na minha cela. Alguns gostam de ficar sem camisa; eu já não consigo. Para mim, parece que estou pelado se eu ficar sem camisa (R/EVA/02).

O reeducando em comento vive sua vida pela igreja, ele respira sua igreja, tudo que faz é voltado à sua igreja, sem que para isso ele tenha de ser estratégico, como por exemplo, se sentir pelado se estiver sem camisa dentro da sua cela. Não é algo calculado, ele simplesmente não consegue.

3 CONHECENDO O CAMPO PRISIONAL DE PALMAS/TO

Neste capítulo iremos caracterizar a Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP), detalhando, dentre outros pontos, a sua estrutura hierárquica, capacidade carcerária antes e depois das reformas, os setores que a integram, como os pavilhões facionados, a área de produção e o projeto intramuros, bem como justificaremos sua escolha como espaço empírico da pesquisa.

Figura 1 – Unidade Penal Regional de Palmas



Fonte: <http://umanizarrebrasil.com.br>.

Figura 2 - Unidade Penal Regional de Palmas

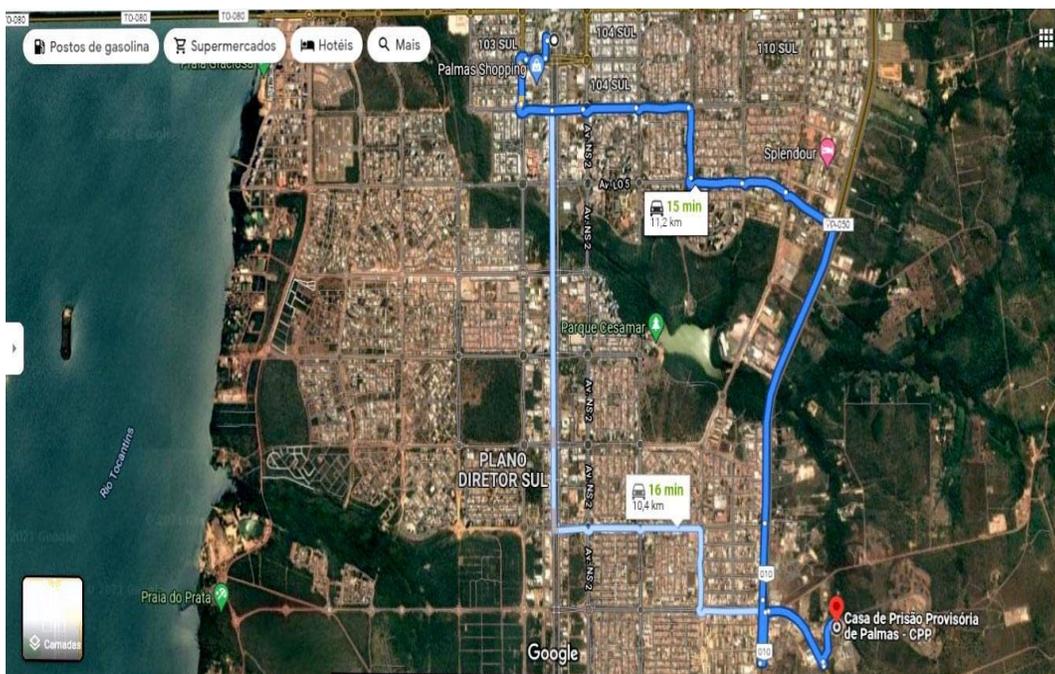


Fonte: Arquivo pessoal do diretor penitenciário (2021).

3.1 Caracterização da Unidade Penal Regional de Palmas⁴

Inaugurada em 2002, a UPRP se localiza na zona rural de Palmas/TO, na Rodovia TO-020, Km 02, Saída Aparecida do Rio Negro, há aproximadamente 11 km da Praça dos Girassóis, considerada o marco zero do município e o centro geodésico do Brasil⁵.

Figura 3 - Localização da Unidade Penal Regional de Palmas



Fonte: *Google Maps*.

O sistema prisional tocantinense é subordinado à Secretaria de Cidadania e Justiça e é composto por 34 unidades penais distribuídas em 08 regiões operacionais (ANEXO A), sendo a UPRP sede da regional V, conforme tabela abaixo.

⁴ Anteriormente a UPRP recebia a denominação de Casa de Prisão Provisória de Palmas/TO (CPP de Palmas), muito embora abrigasse não só presos provisórios (aguardando julgamento), como o nome sugeria, mas também condenados definitivos. A alteração de sua terminologia corrigiu essa impropriedade e se justifica pelo grande porte que ostenta e por prestar apoio às unidades prisionais menores da região metropolitana de Palmas/TO.

⁵ A Praça dos Girassóis é a maior da América latina com 571 mil metros quadrados e uma das maiores praças urbanas do mundo. Apesar de haver certa discussão a respeito, é considerada o ponto central entre os extremos do nosso país (norte-sul, leste-oeste).

Tabela 1 - Regionalização SISPEN-TO em janeiro de 2021

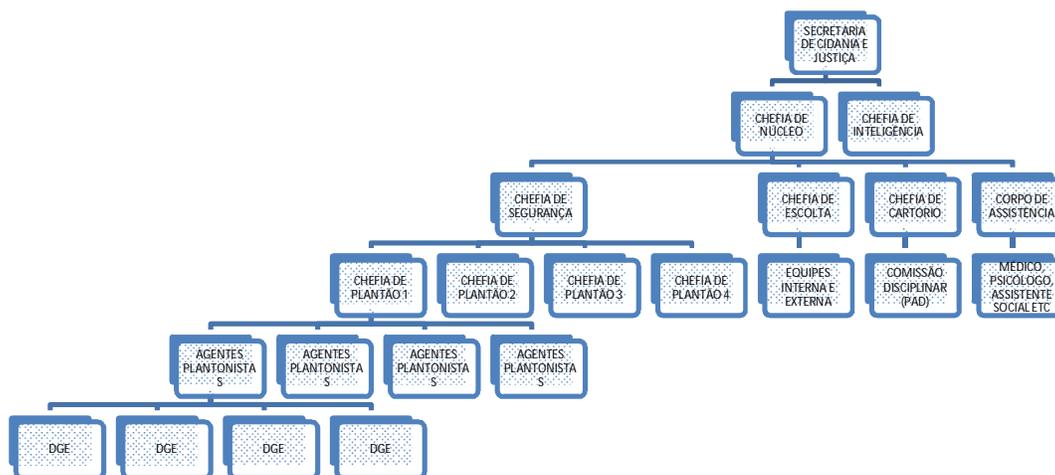
| Região Operacional | Unidades Penais |
|---------------------------|--|
| Região Operacional I | Unidade Penal de Araguaatins, Unidade Penal de Augustinópolis e Unidade Penal de Tocantinópolis. |
| Região Operacional II | Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota em Araguaína, Unidade Penal de Ananás, Unidade Penal de Araguaína, Unidade Penal Feminina de Babaçulândia e Unidade Penal de Xambioá. |
| Região Operacional III | Unidade Penal de Colinas do Tocantins, Unidade Penal de Colmeia, Unidade Penal de Guaraí e Unidade Penal Feminina de Pedro Afonso. |
| Região Operacional IV | Unidade Penal de Araguacema, Unidade Penal de Barrolândia, Unidade Penal de Cristalândia, Unidade Penal de Paraíso do Tocantins e Unidade Penal de Pium. |
| Região Operacional V | Unidade Penal de Miracema do Tocantins, Unidade Penal de Miranorte, Unidade Penal Feminina de Lajeado, Unidade Penal de Palmas, Unidade Penal Feminina de Palmas ⁶ e Unidade Penal de Porto Nacional. |
| Região Operacional VI | Unidade de Segurança Máxima do Cariri, Unidade Penal de Araguaçu, Unidade Penal de Formoso do Araguaia, Unidade Penal de Gurupi e Unidade Penal Feminina de Talismã. |
| Região Operacional VII | Unidade Penal de Dianópolis, Unidade Penal de Natividade e Unidade Penal de Taguatinga. |
| Região Operacional VIII | Unidade Penal de Arraias, Unidade Penal de Palmeirópolis e Unidade Penal de Paranã. |

Fonte: Secretaria de Cidadania e Justiça.

Dentre elas, a UPRP possui uma estrutura hierárquica complexa em vista do volume de internos que comporta e das atividades que desempenha, conforme ilustração abaixo.

⁶ A UPRP abriga apenas presos masculinos. As presas do sexo feminino cumprem pena na Unidade Prisional Feminina de Palmas/TO.

Figura 4 - Estrutura hierárquica da Unidade Penal Regional de Palmas



Fonte: Dados da pesquisa.

A unidade é comandada pelo Chefe do Núcleo, isto é, pelo Diretor penitenciário e, apesar de a Chefia de Inteligência estar no mesmo patamar hierárquico, a tomada de todas as decisões administrativas e operacionais é restrita àquele.

Juntamente destes, o corpo dirigente da unidade é formado por um Chefe de Segurança e quatro Chefias de Plantão, com seus respectivos Agentes Plantonistas e Divisão de Guarda Externa (DGE). Conta, ainda, com uma Chefia de Escolta e suas equipes interna e externa, uma Chefia de Cartório responsável pelo processamento dos Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD) e o Corpo de Assistência composto por psiquiatra, psicólogo, pedagogo, dentista, assistente social e serviços de farmácia e enfermagem.

Na entrada principal da unidade fica posicionada a Divisão de Guarda Externa (DGE), responsável pela fiscalização de adentramento, saída e muralha. Dentre os protocolos de segurança, todos os veículos são parados e vistoriados, inclusive os portamalas, tanto na entrada quanto na saída.

Em seguida, passa-se por um pórtico de detector de metal e preenchimento do livro de registro de ingresso com conferência de documento de identidade e aferição de temperatura como protocolo sanitário contra a COVID-19. Em tempos normais, ou seja, que não de pandemia, os policiais responsáveis por este setor estimam a entrada aproximada de 100 pessoas todos os dias (advogados, prestadores de serviços, familiares de presos, dentre outros).

Figura 5 - Entrada da Unidade Penal Regional de Palmas



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Seguindo-se em frente por cerca de uns 50 metros, do lado direito, encontramos o prédio do almoxarifado e do Grupo de Operações Penitenciárias Especiais (GOPE)⁷ e um pouco mais ao fundo o campo de futebol e o Núcleo de Operações com Cães (NOC)⁸. Do lado esquerdo está a sede administrativa do complexo, onde se situa a recepção, as salas das chefias de núcleo, de segurança e de plantão, além da cozinha, refeitório, parlatório⁹ (inclusive com acessibilidade a cadeirantes), equipes multidisciplinares, salas destinadas para audiências por videoconferência e outros serviços.

Os serviços de hotelaria e manutenção são prestados por uma empresa terceirizada em regime de cogestão com o Estado, a Embrasil Serviços LTDA, que por sua vez quarteirizou o fornecimento dos alimentos através da empresa Polenta Alimentação. De acordo com a direção do presídio são oferecidas seis refeições diárias aos internos e três aos agentes penais e demais funcionários, todas com rigoroso controle nutricional, totalizando quase 4.500 refeições regularmente.

⁷ O GOPE, antigo Grupo de Intervenção Rápida (GIR), tem por finalidade o gerenciamento de crises e a retomada de controle nas unidades prisionais.

⁸ O NOC atua com cães treinados para manutenção da segurança e disciplina, bem como para localização de produtos ilícitos no interior das penitenciárias, como artefatos explosivos e drogas.

⁹ Ambiente contendo uma divisória de vidro por onde os presos se comunicam com seus advogados e defensores públicos.

Figura 6 - Vista do complexo administrativo



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 7 - Vista da Recepção



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 8 - Sala de videoconferência



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 9 - Parlatório



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Na parte detrás do prédio da administração encontram-se os pavilhões de custódia dos internos, os banhos de sol, as salas de aula e a área de produção (fábrica de blocos de concreto, confecção de máscaras descartáveis e panificadora), cercados por altas muralhas e torres de vigilância.

Figura 10 - Vista das muralhas e torre de vigilância



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 11 - Vista da área de produção



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 12 - Reeducando trabalhando na panificadora



Fonte: ASCOM SECIJU (2021).

Durante a coleta de dados, a UPRP passou por uma grande reforma de ampliação da sua capacidade carcerária¹⁰. Em 2021, a unidade contava com 260 vagas, mas abrigava 704 detentos (ANEXO B), distribuídos em dois pavilhões, o PA e o PB, aquele destinado aos presos do Comando Vermelho (CV) e este aos presos do Primeiro Comando da Capital (PCC)¹¹, e já era considerada a maior prisão do Estado naquele momento.

¹⁰ Conforme veiculado pela imprensa, a ampliação da UPRP fazia parte de um plano estratégico do Governo Estadual que visava conferir dignidade no cumprimento da pena e concentrar os servidores nos maiores estabelecimentos prisionais. Com isso, as unidades com menos de 50 detentos seriam desinstaladas até o final de 2021 (SISTEMA, 2021), o que acabou não acontecendo até a conclusão deste trabalho.

¹¹ Essa divisão dos presos conforme o pertencimento a facções criminosas foi alvo de críticas pelo Relatório Anual de 2017 do Governo Federal intitulado Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), nos seguintes termos: “A CPP de Palmas manifesta um duplo sistema de alocação de presos. De um lado há a hetero segregação dos presos pela administração prisional principalmente entre os Pavilhões A e B e nas celas especiais. De outro lado, já dentro dos pavilhões, desenvolve-se uma auto segregação, na qual os próprios presos decidem quais celas são ocupadas por quais pessoas. Assim, o poder destas facções dentro da CPP de Palmas repercute não só na designação institucional de pavilhões específicos para as mesmas, mas também no controle sobre a alocação de presos dentro das celas existentes nos pavilhões. Segundo a administração prisional, esta alocação ocorre por conta dos presos e, em alguma medida, o chefe de plantão consideraria uma distribuição com base nas celas menos superlotadas. Sem embargo, inequivocamente a distribuição interna não é determinada institucionalmente. Tal auto segregação afronta o disposto nas Regras de Mandela sobre acomodações, as quais determinam que celas deverão ‘ser ocupadas por presos cuidadosamente selecionados como sendo capazes de serem alojados juntos’. Dentro da CPP de Palmas, a priori há um único critério para separação dos presos: o pertencimento a facções criminosas, o qual se institucionalizou a partir de novembro de 2016. Desde então, as pessoas privadas de liberdade na unidade são categorizadas somente de três formas: pertencente à facção do Pavilhão A, pertencente à facção do Pavilhão B, e não faccionado - também chamado ‘comunidade’” (BRASIL, 2018, p. 56).

Em 2022, com as obras concluídas, a unidade passou a cinco pavilhões (P1, P2, P3, P4 e P5), totalizando 1.084 vagas destinadas à carceragem e continha, em agosto deste mesmo ano, 665 custodiados, segundo repassado pela administração.

Figura 13 - Obras de ampliação dos pavilhões da UPRP



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 14 - Detentos auxiliando nas obras de reforma da UPRP



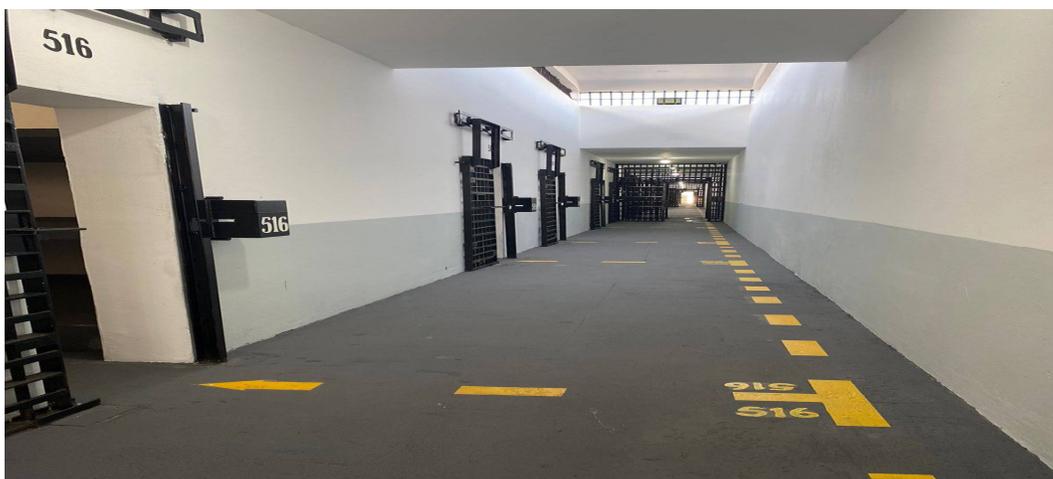
Fonte: ASCOM SECIJU (2021).

Figura 15 - Vista do corredor e uma das celas antes a reforma



Fonte: SILVA (2017, p. 38 e 165).

Figura 16 - Vista do corredor e das celas após a reforma



Fonte: Arquivo pessoal do diretor penitenciário (2022).

Figura 17 - Banheiro antes da reforma



Fonte: SILVA (2017, p. 170).

Figura 18 - Banheiro durante a reforma



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 19 - Banho de sol antes da reforma



Fonte: SILVA (2017, p. 192).

Figura 20 - Banho de sol depois da reforma



Fonte: Arquivo pessoal do diretor penitenciário (2022).

A área da carceragem, após a ampliação, passou a apresentar a seguinte configuração, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 2 - Divisão da carceragem da UPRP após a reforma em 2022

| Setor | Descrição |
|--------------------------------------|---|
| Acolhimento e Classificação de Risco | Uma única cela destinada àqueles recém-chegados, onde permanecem por 24 horas até a realização da audiência de custódia. |
| Triagem | Composta por 7 celas, sendo 3 delas destinadas aos presos que têm direito à prisão especial, como por exemplo, os detentores de curso superior ¹² . É aqui que acontecem as entrevistas com a equipe técnica da unidade (psicólogo, assistente social, pedagogo, médico etc). Após, o Núcleo de Inteligência indica qual dos pavilhões o detento deverá ser alocado. |
| Pavilhão 1 (P1) | São 6 celas reservadas aos presos segurados. São aqueles detentos ameaçados de morte, seja pela natureza dos crimes que cometeram, geralmente de cunho sexual, ou por problemas adquiridos com outros internos ou facções, que na gíria da cadeia significa “perder o convívio”. |
| Pavilhão 2 (P2) | Denominado “Pavilhão Escola”, composto por 10 celas, com o objetivo de promover cursos profissionalizantes, como eletricista, padeiro e servente. Cada curso dura em média 30 dias e no decorrer desse período os presos participantes passam a morar neste pavilhão e depois regressam aos seus postos de origem. |
| Pavilhão 3 (P3) | São 16 celas distribuídas entre indivíduos da facção criminosa Comando Vermelho (CV) e simpatizantes ¹³ . |
| Pavilhão 4 (P4) | Também com 16 celas, é destinado aos presos que não possuem afinidade ou identidade com facções criminosas. No interior da UPRP, eles são chamados de “comunidade”. |

¹² O art. 295, inciso VII do Código de Processo Penal, que prevê a possibilidade de prisão especial para o detentor de diploma em curso superior, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 31 de março de 2023, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 334 (BRASIL, 2015).

¹³ Conforme anotação em diário de campo, os simpatizantes são aqueles que “correm” ao lado dos faccionados, porém, ainda não foram batizados.

| | |
|------------------|---|
| Pavilhão 5 (P5) | Composto por 16 celas reservadas aos presos da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e simpatizantes. |
| Área de Produção | Contém um alojamento com 25 vagas exclusivas aos presos da área de produção (panificadora, fábrica de bloquetes etc). |

Fonte: Dados da pesquisa.

Todas as 72 celas da unidade possuem 21 metros quadrados e abrigam 15 presos em sistema de treliche, com exceção das celas da triagem que comportam 12 indivíduos distribuídos em beliches, totalizando 1.059 vagas. Somam-se a esse número as 25 celas do alojamento destinado aos presos da área de produção, chegando a 1.084 vagas de carceragem.

Figura 21 - Interior das celas antes da reforma



Fonte: SILVA (2017, p. 39 e 169).

Figura 22 - Interior da cela depois da reforma



Fonte: Arquivo pessoal do diretor penitenciário (2022).

Do lado de fora das muralhas que cercam os pavilhões, portanto fora da carceragem, mas dentro dos limites da unidade penal, os presos considerados de bom comportamento são custodiados em alojamentos específicos e desempenham atividades de serviços gerais, como horticultura, jardinagem, serralheria, marcenaria, pintura, solda e construção civil. À época da visitação em agosto 2021, estes reeducandos estavam construindo um tanque para atividade de piscicultura e havia, ainda, um projeto para construção futura de um templo religioso e de uma quadra poliesportiva, aquele inacabado e esses dois sequer iniciados quando do encerramento da recolha dos dados um ano depois.

Figura 23 - Interno regando o gramado



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Figura 24 - Tanque de peixes em construção



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2021).

Do que foi exposto, podemos dividir a área total da UPRP em três grandes regiões, conforme proposto por Silva: região semiexterna, região semi-interna e região interna.

A região semiexterna é toda a área da CPP sujeita à maior circulação e controle dos agentes representantes do Estado (policiais, agentes de segurança e demais funcionários), fica compreendida entre as cercas limítrofes do terreno destinado à CPP e o complexo da administração com os dois pavilhões de custódia dos presos, ou seja, a região semiexterna corresponde a toda a área “livre”, mas limitada pelas cercas da Casa de Prisão. (...) A região semi-interna da CPP é (...) uma área interna, mas separada dos pavilhões, como também do complexo da administração. Ao centro desta região fica um galpão, cercado por muralhas de cerca de dez metros de altura, que é destinado à realização de atividades educativas e laborais para os presos. (...) A região aqui delimitada como interna é constituída pelos espaços onde há predominância de interações interpresos (...). O acesso a esta região só é permitido a pessoas específicas, em dias e horários determinados e com expressa autorização do Chefe de núcleo ou do Chefe de segurança (SILVA, 2017, p. 29-30, 34 e 37).

Todos os internos, sem exceção, usam uniformes padronizados desde 2017 e as cores de suas vestes vão se alterando a depender do local onde cumprem sua pena dentro da unidade.

O detento inicia a execução da sua pena na região interna e vai galgando funções específicas de trabalho na área semi-interna, até atingir a área semiexterna (também conhecida como “intramuros”), numa espécie de plano de carreira laboral, dotado de “valor simbólico (...) como estratégia de saída do ‘mundo do crime’” (SCHELIGA, 2004, p. 6). Passam, então, do uniforme laranja para o laranja e amarelo, depois para o amarelo e, por fim, o azul, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Tabela 3 - Caracterização dos presos conforme a cor dos uniformes

| Uniforme | Descrição |
|-------------------|--|
| Laranja | São utilizados pelos presos custodiados na região interna, ou seja, nos pavilhões e não desempenham nenhuma atividade laboral, salvo aquelas realizadas nas próprias celas, como artesanatos e confecção de tapetes. |
| Laranja e amarelo | São conhecidos como “metadinhas” por vestirem uniforme metade de cada cor (a parte de cima é da cor amarela e a parte de baixo é laranja), pois estão em transição entre o totalmente laranja e o totalmente amarelo. Atuam na região semi-interna, mais precisamente no setor de produção |

| | |
|---------|--|
| | (panificadora, fábrica de blocos de concreto e máscaras descartáveis), sob fiscalização armada. Ocupam um alojamento dentro das muralhas da unidade, porém, separados dos pavilhões. |
| Amarelo | O corpo dirigente e os próprios internos se dirigem a eles como “amarelinhos”. A circulação pelo complexo é livre, limitada apenas por suas cercas limítrofes, exercendo atividades manuais e serviços gerais. Além disso, ficam acomodados em alojamentos localizados na área semiexterna da unidade. |
| Azul | São os que detêm maior grau de liberdade dentre todos os reeducandos, sendo responsáveis pela organização e profissionalização dos “amarelinhos”, promovendo cursos para outros detentos, inclusive, em outras unidades penais. Também ficam alojados na área semiexterna do complexo. |

Fonte: Dados da pesquisa.

O trabalho na UPRP segue as diretrizes da Lei de Execução Penal (LEP). Além de ser remunerado¹⁴, concede ao preso remição de pena, de modo que parte do tempo da sua execução é resgatada à base de um dia de condenação para cada três dias trabalhados¹⁵.

Nesse sentido, manter um ofício dentro da unidade é um grande atrativo para o preso, porém, as oportunidades são limitadas e a escolha, para tanto, é precedida de parecer emitido pelo Chefe de Inteligência que leva em consideração alguns indicadores de que aquele indivíduo possui o perfil adequado, já que o nível de vigilância é drasticamente reduzido nestas atividades, além do contato direto com ferramentas, instrumentos e utensílios que podem ser utilizados em fugas ou atentados, como facas, serras e tesouras. Dentre os requisitos exige-se que o reeducando não seja faccionado, não integre quadrilha ou bando, não tenha cometido crimes de grande repercussão e que de preferência tenha alguma identificação anterior com aquele tipo de trabalho, por

¹⁴ Art. 29, *caput* da Lei de Execução Penal: O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo (BRASIL, 1984).

¹⁵ Art. 126, parágrafo 1º, inciso II da Lei de Execução Penal: O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º - A contagem de tempo referida no *caput* será feita à razão de: (...) II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho (BRASIL, 1984).

exemplo, se na rua ele era serralheiro, ele poderá ocupar uma vaga na serralheria da prisão. Em síntese, nas palavras do Diretor da unidade anotadas no diário de campo, os presos que trabalham “são presos do acaso”.

Por estes critérios e pela limitação de vagas nem todos têm acesso ao trabalho dentro da unidade, sendo que do total de presos em agosto de 2022, apenas 25 eram metadinhas, 33 amarelinhos e 2 azuizinhos.

Diferentemente da atividade laborativa, que continuou sendo desempenhada normalmente durante a pandemia, por razões de controle biológico, as aulas ministradas dentro do complexo na Escola Estadual Nova Geração e as celebrações realizadas por agentes religiosos externos estavam suspensas em 2021, inclusive, a igreja da unidade havia sido desativada. Assim, a educação presencial foi substituída por aulas à distância e as cerimônias religiosas passaram a ser preparadas pelos próprios internos.

Pelos mesmos motivos, as visitas sociais com familiares e amigos e as visitas íntimas também estavam temporariamente proibidas. Todas as quartas-feiras, durante a pandemia da COVID-19, os parentes dos presos estavam autorizados a levar o que denominam de “cobal”, como fumo, máquinas de cortar cabelo, linha para artesanato, *kits* de limpeza e higiene pessoal, dentre outros, com exceção a alimentos, já que estes eram integralmente fornecidos pela própria unidade. Os produtos e utensílios eram deixados na DGE e posteriormente entregues aos internos. Segundo os próprios reeducandos, a comunicação com a família se resumia a uma ligação telefônica de poucos minutos a cada 15 dias.

Com o abrandamento do estágio viral, as aulas presenciais na escola foram retomadas e as visitas voltaram a ocorrer aos sábados através do parlatório, sem nenhum contato físico. Todavia, até a conclusão da coleta dos dados empíricos, em agosto de 2022, a assistência religiosa externa ainda não havia sido autorizada.

3.2 Justificativa da escolha

A escolha em desenvolver o presente trabalho na UPRP se deu basicamente por dois motivos. O primeiro deles por ser a maior unidade prisional do Estado do Tocantins em termos de custodiados e o segundo por contar com a maior população religiosa dentre todas as demais, já que o objetivo original era compreender as

conversões religiosas na prisão independentemente de que religião fosse¹⁶, qualificando-a, assim, como o sistema social de maior interesse científico entre elas.

As informações consolidadas da Secretaria de Cidadania e Justiça (SECIJU), de janeiro de 2021, dão conta de que o Sistema Penitenciário do Tocantins (SISPEN-TO) apresentava um sério problema de superlotação carcerária. Com capacidade para 2.376 vagas, divididas em 454 celas espalhadas pelas 34 unidades penais, o Estado custodiava 3.397 presos e presas em regime fechado (provisórios, condenados, cumprindo medida de segurança ou prisão civil), portanto, um déficit de 1.021 vagas (ANEXO B).

Neste mesmo período, a UPRP operava com 171% acima da sua capacidade, já que abrigava 704 presos para apenas 260 vagas (ANEXO B), o que parece ter sido contornado apenas recentemente com a reforma de ampliação dos pavilhões de custódia. Enquanto isso, a Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota (UTPBG), segunda maior do Estado, localizada no município de Araguaína, possuía 487 detentos (ANEXO B).

Quanto aos dados religiosos, estes foram extraídos de um sistema próprio desenvolvido pelo Estado do Tocantins para a SECIJU, denominado HADES, e que é utilizado para o gerenciamento carcerário e combate ao crime organizado, compilando, dentre diversos outros elementos, a preferência religiosa do indivíduo ao ingressar no sistema prisional.

Através dele foi possível verificar que a UPRP também se destaca das demais unidades em termos de confissão religiosa, com 260 presos declarados religiosos no início de 2021, contra 173 da UTPBG (ANEXO C)¹⁷.

Em resumo, se por um lado o confinamento de grandes massas de pessoas nas prisões atrai o interesse sociológico, cujos significados e sentidos não podem ser desprezados, por outro, acirra ainda mais os conflitos internos por espaço, poder e hierarquia entre os cativos, mas também abre a possibilidade de compreender o papel da religião nesse universo conturbado, de modo que a UPRP reflete, como regra, a realidade do sistema carcerário nacional.

¹⁶ No decorrer da pesquisa decidimos focalizar o estudo nas conversões evangélicas, conforme detalharemos no capítulo 4, para onde remetemos o leitor.

¹⁷ Entre os ANEXOS B e C é possível notar uma pequena diferença numérica na quantidade total de presos na UPRP, fruto da rotatividade de entrada e saída dos custodiados e o momento da confecção dos dados. Naquele, a UPRP contava com 716 detentos, enquanto que neste, 704.

4 COMPREENDENDO O UNIVERSO RELIGIOSO

4.1 A religião para os brasileiros: um povo de fé

As sociedades modernas passam por um processo de emancipação religiosa, recebendo, por isso, a denominação de “sociedades laicizadas”, o que implica dizer que “a vida social não é mais, ou torna-se cada vez menos, submetida a regras ditadas por uma instituição religiosa” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 34).

Acompanhando essa tendência de secularização contemporânea, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) previu o princípio da laicidade estatal (art. 19, inciso I)¹⁸, promovendo oficialmente a separação entre Estado e religião¹⁹, de modo que, em matéria confessional, o Estado (União, Estados-Membros, Municípios e Distrito Federal) deve manter uma relação de neutralidade quanto às diversas religiões existentes, proibindo qualquer interferência religiosa em assuntos estatais ou mesmo privilegiando qualquer de suas vertentes sobre as demais.

De outro lado, o legislador constituinte garantiu e preservou o direito fundamental à liberdade de crença e culto no âmbito privado (art. 5º, incisos VI e VII)²⁰. Nessa ordem de ideias, o Brasil é signatário de diversos diplomas internacionais que contêm dispositivos de proteção à liberdade religiosa e à prática livre de sua

¹⁸ Art. 19, inciso I da CF/88: É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL, 1988).

¹⁹ Curioso destacar, sob este aspecto, que o preâmbulo da CF/88 ostenta uma clara orientação religiosa cristã ao evocar para si “a proteção de Deus”: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 1988). Pode até parecer estranho com o que foi falado há pouco sobre sermos um Estado arreligioso, mas para o STF não há qualquer contradição, isso porque, nas palavras do então relator, Ministro Carlos Velloso, o preâmbulo constitucional não detém força normativa cogente, isto é, não cria direitos nem deveres, refletindo apenas a posição ideológica do constituinte da época. Com esses argumentos o STF julgou improcedente, por unanimidade, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.076-5, ajuizada pelo Partido Social Liberal (PSL) contra a Assembleia Legislativa do Acre por omissão no preâmbulo de sua Constituição Estadual da expressão “sob a proteção de Deus” (BRASIL, 2002).

²⁰ Art. 5º, incisos VI e VII da CF/88: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva (BRASIL, 1988).

manifestação, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (art. 18), a Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950 (art. 9º), a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 (art. 12), conhecida também como Pacto de San José da Costa Rica, e a Carta Africana de Direitos Humanos de 1981 (art. 8º).

Isso significa que a religião no Brasil possui regramentos jurídicos distintos, a depender de seu domínio público ou privado, consagrando a concepção mais moderna de política, como se observa em Hervieu-Léger:

Nas sociedades modernas, a crença e a participação religiosas são “assunto de opção pessoal”: são assuntos particulares, que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política podem impor a quem quer que seja. Inversamente, a pertença religiosa de um indivíduo e suas crenças não podem constituir um motivo válido para excluí-lo da vida social, profissional ou política, na medida em que elas não põem em questão as regras de direito que regem o exercício dessas diferentes atividades. Esta distinção dos domínios se insere na separação entre a esfera pública e a esfera privada que é a pedra angular da concepção moderna de política (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 34-35).

Um estudo realizado em 2011 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o mapa das religiões no Brasil deixa nítido que o processo de laicização estatal em nada interfere na religiosidade de seu povo, ao relevar que 89% dos brasileiros concordam que a religião é importante, seja ela qual for (NERI, 2011).

Essa mesma pergunta foi formulada em 2014 pela pesquisa americana *Pew Research Center* e 72% dos pesquisados brasileiros disseram que “a religião é muito importante em suas vidas” (RELIGION, 2014, p. 40, tradução nossa) e quando questionados se acreditavam em Deus, 99% responderam que sim.

Disso se extrai que o brasileiro, de forma massiva, confere relevância e importância à religião, podendo, assim, ser classificado como um povo culturalmente religioso e de muita fé e que apesar da imensa pluralidade religiosa se caracteriza por uma forte influência do cristianismo, como veremos a seguir.

4.2 A expansão do cristianismo evangélico

Dentre as diversas religiões mundiais, o cristianismo surge como a maior de todas (islamismo, hinduísmo, budismo, judaísmo etc), com 31,1% de adeptos, conforme informado pelo *The World Factbook*, elaborado pela *Central Intelligence Agency* (CIA) (FIELD, 2021).

Apresenta-se como uma religião monoteísta de influência predominante no Ocidente, cujos seguidores são denominados cristãos e que acreditam essencialmente em Jesus Cristo como filho de Deus e salvador dos homens, tendo sofrido, morrido e ressuscitado na cruz para abrir o caminho dos céus aos humanos.

O cristianismo costuma ser dividido basicamente em três vertentes: catolicismo, protestantismo e pentecostalismo.

Como herança da colonização portuguesa, a Constituição Política do Império do Brasil outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824 estabeleceu em seu art. 5º que a religião católica apostólica romana seria a religião oficial do Brasil, situação que perdurou até a promulgação da Constituição Republicana em 1891, que instituiu o Estado laico (art. 72, parágrafo 3º). Um dos principais preceitos do catolicismo baseia-se no conceito da Santíssima Trindade (Deus Pai, Deus Filho e Espírito Santo), tendo como livro sagrado a Bíblia, dividida em Velho e Novo Testamento, referindo-se aos períodos anterior e posterior ao nascimento de Jesus. Em termos estruturais, a Igreja Católica divide-se em Apostólica Romana e Ortodoxa. Aquela tem no Papa a sua autoridade hierárquica máxima, ao passo que na ortodoxa as decisões são tomadas por um colegiado de bispos presidido pelo Patriarca de Constantinopla.

O protestantismo, por sua vez, nasceu em 1517 na Alemanha com os protestos de Martinho Lutero contra a Igreja Católica da época, em especial pela comercialização de indulgências, como a compra de perdão através das autoridades eclesiásticas para os pecados cometidos, com aquilo que ficou conhecido como a Reforma Protestante. Dada a sua origem histórica recebe a denominação de protestantismo histórico, tradicional ou clássico e tem como principais movimentos religiosos a Igreja Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista e Adventista. No Brasil, o protestantismo surgiu fruto da imigração ou do trabalho missionário, daí por que podemos encontrar as divisões entre protestantismo de imigração (a exemplo dos luteranos alemães) e protestantismo de missão (batistas, metodistas, presbiterianos, entre outros).

O pentecostalismo²¹, por fim, despontou no seio protestante e chegou ao Brasil no início do século XX. Voltado em sua origem para um público social mais pobre e

²¹ O termo “pentecostalismo” é derivado de Pentecostes, considerada uma das celebrações mais importantes do calendário cristão e que comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos de Jesus Cristo e seus seguidores.

socialmente excluído²², tem como principais características a intolerância católica e a crença nos dons do Espírito Santo (SPYER, 2020; ALMEIDA, 2009). Costuma ser classificado em três ondas de acordo com a evolução de implantação de suas igrejas: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo (FREESTON, 1994; MARIANO, 1999).

Visto isso, cabe esclarecer ao leitor que utilizaremos ao longo deste trabalho o termo “evangélico” para nos referir igualmente a protestantes e a pentecostais, tal como o faz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o sociólogo Ricardo Mariano:

Na América Latina, o termo evangélico abrange as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Batista, Adventista), as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção etc.) e as neopentecostais (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra etc.) (MARIANO, 2004, p. 134).

Não se desconhece, contudo, a existência de pesquisadores que reservam o termo “evangélico” aos fiéis pentecostais, e o termo “protestante” aos protestantes históricos, a exemplo de Juliano Spyer (2020), muito embora o próprio autor reconheça que os significados de ambos se apresentam emaranhados atualmente.

Analisando o contexto nacional, embora o catolicismo permaneça hegemônico no Brasil, nos últimos anos o país vem sofrendo uma grande transformação religiosa, com a diminuição das filiações católicas e o crescimento exponencial dos evangélicos.

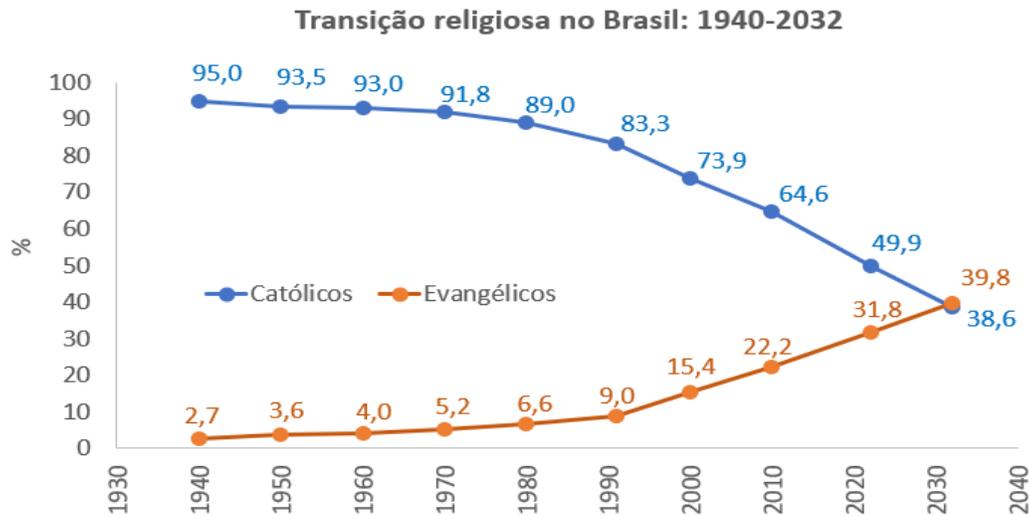
O levantamento mais recente do IBGE afirma que “a proporção de católicos seguiu a tendência de redução nas duas últimas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da parcela da população que se declarou evangélica” (BRASIL, 2010, p. 90). Em pouco mais de um século, a proporção de católicos na população brasileira variou de 99,7% em 1872 para 64,6% em 2010, perdendo espaço para os evangélicos que saltaram de 15,4% em 2000 e contabilizam hoje 22,2% dos brasileiros (BRASIL, 2010).

Estima-se que “a cada ano são abertas 14 mil novas igrejas evangélicas no Brasil” (SPYER, 2020, p. 47) e de acordo com alguns analistas, como o demógrafo

²² Dados levantados pelo último censo do IBGE revelam que 63,7% dos evangélicos pentecostais recebem até um salário mínimo (BRASIL, 2010).

Alves (2018), o crescimento evangélico no país tende a se manter nesse ritmo, ultrapassando o número de católicos no ano de 2032.

Figura 25 - Transição religiosa projetada no Brasil: 1940-2032



Fonte: IBGE de 1940 a 2010 e projeções para 2032 (ALVES, 2018).

Esse movimento de adesão evangélica tem sido observado em outros países, principalmente na América Latina. Com mais de 425 milhões de católicos, o território latino-americano representa quase 40% de toda população católica do mundo (RELIGION, 2014), inclusive, a Igreja Católica Apostólica Romana tem seu primeiro pontífice latino-americano da história, o argentino Papa Francisco.

Todavia, embora a América Latina seja historicamente reconhecida por ser um reduto católico, a identificação religiosa com o catolicismo vem diminuindo na região, enquanto que os evangélicos crescem cada vez mais. Os dados colhidos pelo instituto americano *Pew Research Center* em 2014 apontam que entre os anos de 1900 e 1960 pelo menos 90% da população latino-americana era católica, enquanto que atualmente apenas 69% se identificam como tal (RELIGION, 2014).

Convém destacar que a velocidade da expansão evangélica nesses países, incluído o Brasil, se deve muito às conversões religiosas, já que em quase todos eles a igreja católica sofreu significativas perdas de mudança religiosa porque muitos latinos católicos se uniram às igrejas evangélicas. A pesquisa demonstrou que a maioria do movimento migratório dos católicos para os evangélicos não é fruto de uma religiosidade herdada, mas acontece no período de uma vida única (RELIGION, 2014).

Em outras palavras, “isso indica que a maioria dos protestantes na América Latina não foi evangelizada ‘desde o berço’, mas se converteu ao protestantismo ao longo da vida” (SPYER, 2020, p. 47). Por exemplo, um em cada cinco brasileiros são ex-católicos; 54% dos evangélicos brasileiros cresceram católicos; pelo menos um terço dos evangélicos latinos foi criado na igreja católica e metade batizada como católicos (RELIGION, 2014).

A presença dos protestantes de missão aumentou ao longo do tempo no Brasil, mas o cristianismo evangélico somente “adquiriu expressão de ameaça à hegemonia católica após as sucessivas ondas de crescimento das denominações pentecostais” (ALVES *et al.*, 2017, p. 216).

Prova disso é o resultado do último censo do IBGE. De acordo com ele, a categoria evangélica que mais cresceu no Brasil foi exatamente a dos pentecostais (13,3%), seguida do grupo dos evangélicos não determinados (4,5%)²³ e, por fim, dos evangélicos protestantes (4%) (BRASIL, 2010).

Das cinco maiores igrejas evangélicas no país, quatro são do seguimento pentecostal, conforme se observa da tabela abaixo.

Tabela 4 - Maiores igrejas evangélicas no Brasil

| Igreja | Segmento evangélico | Quantidade de fiéis |
|-------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Igreja Assembleia de Deus | Pentecostal | 12.314.410 |
| Igreja Batista | Protestante | 3.723.853 |
| Igreja Congregação Cristã do Brasil | Pentecostal | 2.289.634 |
| Igreja Universal do Reino de Deus | Pentecostal | 1.873.243 |
| Igreja Evangelho Quadrangular | Pentecostal | 1.808.389 |

Fonte: IBGE (BRASIL, 2010).

²³ Mariano critica esta categoria classificatória promovida pelo IBGE, à medida que o censo “não fornece informação alguma sobre a procedência religiosa desses religiosos, se pentecostal ou protestante, e os coloca todos num limbo institucional” (MARIANO, 2013, p. 130).

A primeira onda pentecostal – denominada “pentecostalismo clássico” – se deu na década de 1910 com a implantação quase simultânea da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911). Reinou absoluta entre 1910 a 1950 e era composta no início “majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade”, caracterizando-se por “um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de religião do mundo exterior” (MARIANO, 1999, p. 29).

A segunda grande onda – “deuteropentecostalismo” – ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 com a fragmentação do campo pentecostal, surgindo três grandes grupos, a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). Inaugurou uma fase de divulgação da mensagem evangélica através de meios de comunicação em massa até então nunca considerados, como o rádio e a pregação em tendas de lona, concentração em praças públicas, estádios de futebol, cinemas e teatros (MARIANO, 1999).

A terceira onda – “neopentecostalismo” – começa no final dos anos 1970 e ganha força na década de 1980, dando origem à Igreja Universal do Reino de Deus (1977), Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) e outras tantas. Dentre as principais características do neopentecostalismo destaca-se a exacerbação da guerra espiritual contra o diabo, liberação dos usos e costumes de santidade e organização empresarial, rompendo, assim, com a mensagem pentecostal tradicional. Passam, então, a pregar “a Teologia da Prosperidade, doutrina que, grosso modo, defende que o crente está destinado a ser próspero, saudável e feliz neste mundo. E, com isso, em vez de rejeitar o mundo, os neopentecostais passam a afirmá-lo” (MARIANO, 1999, p. 44).

Ao longo dos anos o pentecostalismo se mostrou um movimento dinâmico e internamente muito diversificado, possuindo centenas de diferentes denominações pentecostais no Brasil, não sendo “despropositado falar em pentecostalismos, no plural” (MARIANO, 2008, p. 69).

Como consequência da fragmentação pentecostal, “e sob a liderança de certas figuras carismáticas, o pentecostalismo compôs um espectro mais amplo e com perfis diferenciados” (ALMEIDA, 2009, p. 36), transbordando sua mensagem de salvação a outros grupos sociais para além da classe popular, conquistando paulatinamente fiéis da classe média e garantindo sua presença “em espaços institucionais incluindo cargos no governo, em escolas e na mídia, especialmente em programas da TV aberta” (SPYER, 2020, p. 47).

Não à toa, o grupo evangélico – formado majoritariamente por membros de igrejas pentecostais – totaliza, hoje, quase um quarto de toda a população brasileira, com viés de se tornar a religião mais professada no país nos próximos 10 anos (ALVES, 2018).

As análises pioneiras associam o sucesso pentecostal ao processo de urbanização e industrialização vivido no Brasil a partir da década de 1950, principalmente na região Sudeste. A demanda por bens e serviços provocou a migração de significativo contingente populacional vindo da zona rural para as grandes cidades em busca de melhores condições existenciais. Submetidos à dinâmica urbana, muitos desses indivíduos não encontraram referenciais para o seu modo de vida, causando-lhes um desordenamento de seus valores e visão de mundo. Contrariamente, “o pentecostalismo ofereceu à população uma estrutura sobre a qual era possível reproduzir uma visão de mundo (re)ordenadora de suas vidas, tal qual possuíam antes de iniciarem a migração” (ALMEIDA, 2009, p. 43).

Nas palavras de Montes, a adesão ao pentecostalismo constitui uma possibilidade de superação a estados de anomia social, na medida em que as igrejas pentecostais rapidamente reconstituem

os laços de solidariedade primária de seu local de origem, perdidos com o processo migratório, dando-lhes enfim o sentimento de pertencimento que lhes falta na grande cidade, absorvendo-os numa comunidade. Por mais humilde, mais incapaz, mais ignorante que seja, o convertido sente imediatamente que é útil e que nele depositam confiança: chamam-no respeitosa e *irmão*, seus serviços são solicitados por pessoas que falam como ele e que têm a certeza de pertencer ao *Povo de Deus* (MONTES, 1998, p. 84).

A visão de mundo proclamada pela doutrina pentecostal também costuma ser apontada como razão de seu sucesso. Em primeiro lugar, seu discurso confere sentido às dificuldades cotidianas como parte de um plano divino, contribuindo, assim, à resiliência e sobrevivência de famílias pobres “ao propor a inexistência de destinos illogicamente ruins e ao fornecer razões para o sofrimento da perspectiva de um destino global positivo para os homens” (CAROZZI, 1994, p. 70). Em segundo lugar, o pentecostalismo apresenta semelhanças com a religiosidade popular, como a crença em Jesus, demônios, anjos, pecados, feitiçarias, facilitando, assim, sua aceitação e compreensão sem qualquer mediação eclesiástica (MARIANO, 2008). Em terceiro lugar, o sistema de significado evangélico é orientado para aqueles que experimentam

problemas intratáveis e situações impossíveis (SMILDE, 2007), cuja oferta de serviços mágico-religiosos, como curar enfermos, expulsar demônios, fazer milagres, conceder bênçãos, atende melhor aos interesses das camadas mais pobres da população por estarem mais expostas a todo tipo de problemas pessoais, familiares, de saúde e infortúnios da vida (MARIANO, 2008). Além disso, como indica Côrtes, esse processo mágico e extraordinário de conversão de almas aflitas e de indivíduos considerados irrecuperáveis pela sociedade global, quando exitoso, reforça o poder simbólico e político da denominação pentecostal (CÔRTEZ, 2005). Em quarto lugar, as igrejas reproduzem vínculos de caridade, sociabilidade e ajuda mútua, levando aos moradores mais carentes aquilo que não chegaria através do serviço público, numa “espécie de serviço do bem-estar social informal em suas comunidades, por oferecerem ajuda material e imaterial, de conforto emocional a comida” (SPYER, 2020, p. 75).

Além disso, o formato de organização e a distribuição espacial das igrejas pentecostais contribuem para o seu crescimento demográfico. Por este aspecto, elas se destacam pela adoção de um modelo empresarial de gestão de forma a atingir um público cada vez mais amplo: estratégias de *marketing*, metas de produtividade, disciplina eleitoral para eleger bancadas políticas, formação de pastores em larga escala e investimento no evangelismo eletrônico e empresas de comunicação (editoras, livrarias, estações de rádio e televisão) (MARIANO, 2008). De outro lado, promovem a abertura de novas congregações e campos missionários em locais de ampla visibilidade e acesso a regiões de maior vulnerabilidade social (ALMEIDA, 2009). O pesquisador Juliano Spyer menciona “o exemplo de uma aldeia do povo Xikrin da Amazônia, onde existem três estruturas fixas: uma escolinha, um posto de saúde e a Assembleia. Não tem Bradesco nem Coca-Cola, mas a Assembleia de Deus está lá” (SPYER, 2020, 49).

Vimos então que somado a suas causas, o processo de conversão é significativamente relevante para o sucesso e expansão da religião evangélica no Brasil; o passo seguinte é verificar no que consiste este fenômeno social.

4.3 As conversões religiosas

4.3.1 No que consiste uma “verdadeira”²⁴ conversão?

Muito se discute entre os estudiosos no que constituiria uma “verdadeira conversão” (SNOW; MACHALEK, 1984, p. 172, tradução nossa) e apesar de não haver unanimidade entre os autores, seja quanto ao “grau de transformação suficiente” ou quanto “ao que se transforma durante o processo” (CAROZZI, 1994, p. 63), existem alguns elementos que podemos chamar de fundamentais para a sua compreensão.

De acordo com a concepção religiosa de Durkheim (1996), que distinguia as coisas sagradas e as profanas como gêneros de natureza absolutamente opostas e heterogêneas, aquele que quisesse levar uma vida exclusivamente religiosa deveria retirar-se totalmente do profano. Para ele, a passagem por estes dois universos implica em uma verdadeira metamorfose, onde o indivíduo morre para o mundo profano e renasce para o reino sagrado sob uma nova forma (DURKHEIM, 1996).

Assim também considerou Bourdieu para quem a “verdadeira conversão” é aquela capaz de “produzir, senão um homem novo (...) uma metanóia, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 49). Em termos gerais, a conversão se refere à transposição simbólica entre fronteiras, entre o antes e o depois, entre o encerramento de um ciclo e o renascimento de outro, a transição de uma condição a outra, e que marca a divisão de uma nova ordem social consagradora das diferenças entre o grupo dos instituídos e daqueles não instituídos (BOURDIEU, 1992). A partir de então consagra-se, ou seja, sanciona-se e santifica-se um estado de coisas, uma ordem estabelecida, impondo-se aos novos crentes (os instituídos) um programa de percepção do mundo social moldado à sua maneira, passando a estruturá-lo a partir das representações e preceitos religiosos tidos pelo grupo como legítimos em oposição ao dos não instituídos (BOURDIEU, 1992). Para o autor, “aquele que é instituído sente-se intimado a ser conforme à sua definição, à altura de sua função” (BOURDIEU, 1992, p. 101), agindo o converso, pois, em cumplicidade com os mandamentos desta nova visão de mundo na intenção de transmitir e ao mesmo tempo cobrar de seus interlocutores o significado de que possui a qualidade e a essência

²⁴ Veremos ainda em Goffman (2002) que não devemos, sociologicamente, qualificar as representações em verdadeiras ou falsas, pois o importante é desempenhar o papel encenado de modo convincente, logo, a expressão “verdadeira conversão” posta no título desta seção, utilizada com ressalvas por autores como Snow e Machalek (1984) e Bourdieu (1989), será aplicada com o propósito de chamar a atenção do leitor para a existência de elementos que distinguem as conversões das adesões religiosas.

social de religioso que lhe é atribuída, num verdadeiro divisor identitário e discursivo capaz de “transformar efetivamente a pessoa consagrada” (BOURDIEU, 1992, p. 99).

Nessa linha de pensamento, Carozzi destacou que a conversão religiosa implica em “mudanças de crença e ‘visão de mundo’, (...) transformações no repertório de identidades sociais, (...) mudanças nas lealdades interpessoais e no elenco de pessoas com as quais se dá a interação habitual” (CAROZZI, 1994, p. 63).

Oliveira também concebeu na religião um fator preponderante para a transformação pessoal, comparando-a com a própria terapia que atua e se processa de dentro para fora, ou seja, “é o surgimento de algo diferente, o nascimento dentro dele de um novo homem. Por isso, quando há conversão religiosa o indivíduo se reforma completamente” (OLIVEIRA, 1977, p. 50).

Na visão de Berger e Luckmann a conversão religiosa ocorre quando o indivíduo “muda de mundos”, ou seja, quando ele “desengaja-se de seu mundo anterior e da estrutura de plausibilidade que o sustentava”, transformando sua realidade subjetiva e aniquilando sua biografia anterior (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 210).

Para Snow e Machalek a conversão conduz à reconstrução biográfica do indivíduo “envolvendo o desmantelamento do passado, por um lado, e sua reconstituição, por outro” (SNOW; MACHALEK, 1984, p. 173, tradução nossa), mas, muito mais do que a mudança de crenças, valores e identidade, ela reclama a alteração significativa de seu universo discursivo por outro inteiramente novo ou a ascensão de um discurso que antes era periférico e que agora passa a ocupar o estatuto de autoridade primária em sua vida (SNOW; MACHALEK, 1984).

Nos dizeres da socióloga Jules-Rosette, o coração da experiência de conversão está na transformação interna e subjetiva do indivíduo, mas também no seu reconhecimento social, o que pressupõe uma reformulação da visão anterior de mundo e a reconstrução de outro a ser experimentado (JULES-ROSETTE, 1975).

Em arremate, conclui Mcguire, todos os grupos religiosos promovem em alguma medida a transformação do eu em direção a um ideal espiritual, cujo processo de conversão, de espiritualidade ou de cura, pouco importa o nome que se dê, envolve práticas que visam desnudar o indivíduo de vestígios do seu velho eu em todos os aspectos significativos da sua vida (MCGUIRE, 2008).

Como afirma Dias, “o passado é visto, via de regra, como um período de trevas, seja pela falta de conhecimento da palavra de Deus, seja pela ação do demônio na vida do converso” (DIAS, 2008, p. 118). Nesse sentido, continua a cientista social, “o

universo simbólico religioso permite, desta forma, que esses indivíduos reordenem a sua trajetória, especialmente aquelas experiências marginais que constituem aguda ameaça à sua existência, em um todo dotado de significação” (DIAS, 2008, p. 119).

Os relatos abaixo demonstram como essa reconstrução biográfica é sentida na prática pelos reeducandos da UPRP:

Quando eu vim preso eu tinha 26 anos (...) fui condenado há 34 anos. (...) Eu era meio desregrado, desobediente. (...) Hoje eu sou pastor da Assembleia de Deus (...) fui consagrado a pastor aqui dentro (...). Ter esse encontro com Jesus, com a palavra de Deus, foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Hoje eu tenho a paz, eu durmo tranquilo, eu não me preocupo. Se eu morrer hoje eu sei que vou para a Glória, vou morar com Deus na Glória, no céu. Então eu não me preocupo com nada. Eu sei que Deus está cuidando de tudo (R/EVA/02).

Primeiramente, eu caí com roubo (...). Aí eu caí aqui de novo (...). Comecei a usar droga, maconha, cocaína e coisa do mal também (...) eu era sujo como as trevas. As coisas ruins tomavam conta de mim (...). Eu era um que entrei aqui (...) sem esperança, mas hoje eu tenho esperança no futuro, porque foi criada dentro de mim uma fé no futuro. Eu acredito que eu posso sair daqui hoje e chegar lá fora e honrar o nome do Senhor (...). A gente entra na presença do Senhor, vai lendo a palavra, vai ouvindo, vai obedecendo, e a nossa luz vai brilhando até que a nossa vida se torne perfeita nos caminhos de Deus (R/EVA/03).

[Fui do] PCC (...). Antes de eu vir aqui para a unidade era traficando, roubando, fazendo mal, destruindo vidas, dando trabalho para minha família (...). Comecei no mundo do crime muito novo, 15 anos de idade, aí chegou um ponto da minha vida que eu cansei, já estou com 30 anos de idade, entendeu? Eu cansei de destruir vidas, resolvi, Deus me chamou para salvar vidas agora (R/EVA/07).

Uma coisa, no entanto, deve ser ponderada. Se por um lado a conversão implica uma “reorientação da alma” (NOCK, 1988), por outro, nem toda movimentação ou trânsito religioso pode ser encarado como uma conversão propriamente dita. Se a participação ou assimilação religiosa surgir apenas como suplemento útil e não como substituto no modo de vida e no sistema discursivo, de crenças, valores e visão de mundo, teremos na verdade uma “adesão” religiosa e não uma conversão (NOCK, 1988).

4.3.2 Os convertidos da UPRP

As noções fundamentais apresentadas acima convalidam teoricamente os três tipos de convertidos a que se refere a socióloga francesa Hervieu-Léger e que passaremos a adotar nesse trabalho. Isso porque, na tipologia apresentada pela autora o

ato de se converter pressupõe movimentos de renovação espiritual e formação das identidades religiosas (HERVIEU-LÉGER, 2008). Nas suas palavras,

a conversão religiosa, na medida em que inicia, ao mesmo tempo, uma reorganização global da vida do interessado segundo normas novas e sua incorporação em uma comunidade, também constitui uma modalidade notavelmente eficaz de construção de si em um universo onde se impõe a fluidez de identidades plurais e em que nenhum princípio central organiza mais a experiência individual e social (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 116).

A primeira categoria de convertido diz respeito àquele indivíduo que “muda de religião” para adotar uma nova crença, seja rejeitando expressamente uma identidade religiosa anteriormente herdada, seja abandonando uma religiosidade imposta. A segunda figura refere-se àquele “sem-religião”, que nunca pertenceu a nenhuma tradição religiosa, mas que posteriormente decide se integrar a um novo universo religioso. A terceira modalidade é a do “re-afiliado”, também chamado de reconvertido ou “convertido de dentro”, considerado aquele que redescobre uma identidade religiosa que já existia, todavia, apenas em estado formal, vivida à mínima, de maneira puramente conformista (HERVIEU-LÉGER, 2008).

No nosso caso, consideramos convertidos os indivíduos que assim se declararam e cujas respostas indicaram uma aproximação religiosa ativa na prisão (ou reaproximação no caso dos reafiliados), como participação em cultos, pregações, jejuns, leituras bíblicas, orações, além de outras circunstâncias capazes de atestar, em alguma escala, a adoção de um comportamento de renovação espiritual, como sentimento de arrependimento, valorização da família, do estudo e do trabalho, rupturas com antigos hábitos mundanos (fumar, beber, usar drogas etc).

Com isso, dos 167 presos que responderam ao questionário – o que corresponde a 25% de todos os internos da UPRP –, verificamos 73 conversões evangélicas pós-encarceramento, um total de 43% deles: 16 se enquadram na primeira categoria (14 eram católicos, 1 umbandista e 1 satanista), 12 na segunda e 45 são reafiliados.

De outro lado, somente 4 reeducandos deixaram de ser evangélicos após a prisão, ainda assim, nenhum deles migrou para outra religião, declarando-se no momento da pesquisa “sem religião”.

Em relação às demais vertentes confessionais, a mobilidade religiosa após a prisão é praticamente irrisória. Apenas 3 católicos e 1 judeu se reafiliaram às suas

religiões de origem, não tendo sido identificada neste grupo nenhuma conversão da primeira ou da segunda categoria acima.

A seguir, apresentaremos o relato de três entrevistados evangélicos, Ricardo, Roberto e Vagner, para ilustrar, no primeiro caso, a mudança significativa de vida através da conversão; no segundo, uma adesão evangélica; e no terceiro, a inexistência de trânsito religioso.

O primeiro relato é o de Ricardo, ex-drogado e ex-homossexual, condenado a 48 anos de prisão, deixou de ser católico para se converter à religião evangélica no presídio Barra da Grota, e a partir daí reconstruiu toda sua vida em cima do discurso religioso.

A minha família sempre foi católica, eu nasci no berço católico, frequentei as missas, (...) eu fiz catequese, eu fiz a crisma, fui batizado (...). Eu fui me deixando levar pela vida (...). Eu fui me afundando no mundo da droga e em menos de um ano eu vim preso sentenciado a 48 anos (...). A minha conversão aconteceu no Presídio Barra da Grota em 2012. Eu fui um homossexual e passando por essa situação dentro do sistema carcerário eu não fui aceito pelos outros internos. E foi também um amparo pela igreja, a igreja sim me amparou, Cristo me amparou. E aí eu fui quebrando essas barreiras ao longo do sistema carcerário na minha vida. E a igreja veio simplesmente para preencher tudo aquilo que estava me faltando, tudo aquilo que eu não estava conseguindo ter. Através da igreja, através da evangelização, através do Senhor Jesus Cristo, o Espírito Santo de Deus foi preenchendo a minha vida, a minha história foi sendo reconstruída. E como aquela pastora disse para mim que eu não nasci para ser uma rainha, mas sim para ser um rei, eu recebi essa palavra, eu recebi isso dentro do meu coração, dentro da minha vida e eu acreditei nela. E eu acredito nisso, porque não foi ela que disse para mim, foi o Senhor Jesus Cristo (...). E eu fui para oração, eu fui buscar em Deus. Eu falava super fino. Eu tinha na minha mente, na minha concepção que eu era uma mulher (...) saia borboletas da minha boca. (...) O meu chamado mesmo é para evangelizar, eu sou evangelista determinado pelo Senhor Jesus Cristo (R/EVA/01).

O segundo deles, Roberto, havia migrado do espiritismo para a Igreja Batista, todavia, começou a vender bebidas no cabaré da sua mãe e aos poucos foi se afastando da sua igreja e hoje, depois de preso, continua sem frequentar as atividades religiosas ativamente, apenas ouve os cultos. Portanto, por não se encaixar nos pressupostos acima de ressignificação biográfica, sua movimentação religiosa foi considerada uma adesão evangélica.

Minha religião, automaticamente, desde quando era criança, eu fui criado, minha família é criada no centro espírita e tudo, mas eu sou batista (...) me converti acho que em 2006 ou 2007, se não me engano (...). Minha mãe era que tinha um cabaré, então, eu fui com tanto tempo vendendo bebida, fui me desligando da igreja, fui me afastando devagar. Quando dei fé eu já tinha afastado. (...) Hoje eu não frequento igreja, não, eu fico mais na minha,

quietinho, só escuto o culto (...). A igreja, eles ficam lá na igreja louvando, eu fico mais na minha (R/EVA/15).

Por fim, a história do pastor Vagner, preso por tráfico de drogas, afirmava ser inocente. Antes da prisão ele pastoreava na Igreja Deus é Amor e se manteve pregando a palavra evangélica internamente na prisão, pois enxergou na privação de sua liberdade uma oportunidade de aprendizado e fortalecimento da sua fé. Em nenhum momento ele se afastou de suas convicções religiosas, tampouco trocou de religião, daí por que não visualizamos nenhuma situação de mobilidade religiosa.

Sou pastor lá fora, da Deus é Amor, dirigi uma congregação lá por dois anos (...). No pavilhão das especiais (...) eu faço culto, um momento assim rápido, dois versículos, dois louvores, três no máximo, e uma oração de fé, para todos especiais de dentro da minha cela (...). Eu espero que a justiça seja bastante justa mesmo, porque eu diante de Deus, diante dos meus filhos, de tudo que é mais sagrado na minha vida, eu não tenho culpa nesse BO, não sabia de droga, não sabia de nada, eu estava mesmo só trabalhando para levar o pão para a minha família (...). [Estar preso] foi um ensinamento (...) eu não vejo como um tempo perdido, não vejo. É uma experiência muito grande que eu nunca vou esquecer em toda a minha vida, e isso vai me ajudar muito lá fora, a testificar e testemunhar às pessoas (R/EVA/16).

4.3.3 Crise existencial

Como regra, a conversão ocorre de acordo com os desafios que a pessoa enfrenta, geralmente em momentos de fragilidade ou vulnerabilidade, maximizando, assim, os interesses na salvação, sejam eles de ordem racional ou afetiva (BOURDIEU, 2007).

Pierucci e Prandi já sustentavam que “é no momento da crise existencial que a conversão se dá” (PIERUCCI; PRANDI, 1996, p. 17). Rambo acena na mesma direção quando afirma que “alguma forma de crise geralmente precede a conversão” (RAMBO, 1993, p. 44, tradução nossa).

A “crise” a que se referem esses autores é, portanto, apontada como catalisadora das conversões e pode ser conceituada como “experiências desordenadas e perturbadoras que levam uma pessoa a questionar seu mundo dado como certo” (RAMBO; FARHADIAN, 1999, p. 25).

Na cadeia, o cenário é basicamente o seguinte. Antes da conversão havia uma vida estável, no “mundo do crime” ou no “mundo do trabalho”, para nos valer aqui da diferenciação feita por Ramalho entre integrante do mundo delinquente e criminoso ocasional, que é aquele que não faz parte da massa carcerária e cuja ida para a prisão se

deu por um acaso do destino (RAMALHO, 2008). Na prisão, “esse *self*, diante de alguma circunstância particular, então, enfrentaria alguma indeterminação capaz de nele produzir um problema ou perturbação íntima” (CORRÊA, 2015, p. 348). Com essa

nova situação, esse *self*, agora instável, procuraria superar essa incerteza e encontrar uma nova condição estável (...). Através desse movimento, ele buscaria possibilidades alternativas para encontrar uma possível resolução para os problemas encontrados, visando a uma nova estabilidade do *self*. A religião apareceria, nesse momento, como uma “possível solução do problema” (CORRÊA, 2015, p. 348).

Portanto, a nova estabilização da vida por meio da religião surge como alternativa empreendida pelos presos na busca de resolução dos problemas carcerários experimentados e que, de algum modo, abalaram o mundo que conheciam e estavam acostumados a viver.

Vejamos abaixo algumas narrativas que confirmam a busca da religião como tábua de salvação para seus conflitos e angustias:

Amado, eu sempre falo, o povo tem um provérbio no mundo aí que diz: "Você vai pela dificuldade, pela dor". Se você pegar a bíblia, todos que procuraram Jesus sempre tinham uma dor, sempre alguém estava clamando por um milagre (P/EVA/01).

Eu creio que [o que leva um preso a se converter é] alguma circunstância que está afligindo ele lá dentro, não vê outro meio, não vê outra saída (...). Ele se converte às vezes para não morrer (...) ou de coração mesmo (P/EVA/02).

[O preso se converte geralmente] quando a cadeia começa a pesar (...). Ele percebe que ele é ser humano como qualquer um outro, por mais que disseram para ele: "Olha, você é machão", mas ele tem uma estrutura como qualquer outro, ele tem pés de barro como qualquer um outro ser humano (...). Eles têm as dificuldades, a própria restrição da liberdade, a clausura, não ter essa liberdade como qualquer uma outra pessoa tem, de não poder ver o filho, a esposa o tempo inteiro, essa coisa toda (P/EVA/03).

Eu me converti eu posso dizer que foi por causa de um momento de aflição. O meu ponto de saída, de escape, foi Deus naquele momento (R/EVA/01).

Eu creio que seja o sofrimento. Muitos que eu já vi irem para a igreja, vão de início para sair daquele sofrimento que eles estão vivendo. Já vi muitos que estavam endividados, estavam sendo ameaçados de morte, vários problemas mesmo (...). Eu digo que a pessoa só vai para Jesus mesmo na dor (...). Ele só vai para Jesus mesmo quando ele não aguenta mais (...). Por exemplo, a pessoa tem uma doença, vou dar um exemplo para você de uma doença, de uma enfermidade. A pessoa vai para a igreja para buscar a cura daquela enfermidade (R/EVA/02).

Ninguém vai para a igreja pelo amor, porque quando está tudo bem, o povo esquece de Deus, mas quando a corda aperta: "ai meu Deus do céu" (R/EVA/03).

Aqueles que perdem a esposa falam que vão para a crença para Deus abençoar e trazer a esposa de volta; outros discutem com os pais, e dizem que através de Deus, Deus vai abençoar, eles vão se reconciliar (R/ESP/05).

Quando o trem arrocha, quando o trem não tem mais saída; aí eles veem que a única saída é Jesus (R/EVA/06).

Pelo critério do sofrimento que o crime traz, pelo critério da situação que a pessoa se encontra, o sofrimento, todos os critérios ali de sofrimento que a pessoa passa, ela leva a entender que o crime não compensa, que viver uma vida de facção não compensa e aí ela resolve aceitar Jesus e ir para a igreja, esse é um dos critérios (R/EVA/09).

Deus permite que a gente chegue ao pó para reconhecer que ele é Deus (R/EVA/10).

A pergunta é: o que é que ele está sentindo para se converter? Ele tem que sentir alguma coisa, não é "eu vou me converter porque eu quero", não. Na cadeia, você não se converte porque você quer, você tem que estar sentindo alguma coisa, ou um trauma, ou alguém está te perseguindo, alguma coisa (R/EVA/15).

4.3.4 Transformação paulina e paulatina

Independentemente do que tenha motivado a conversão, é preciso ter em conta outra situação: a intensidade da mudança ou transformação religiosa a que nos referimos anteriormente pode variar no tempo de pessoa para pessoa, como indica a pastora Cláudia:

Às vezes tem uns que (...) [se convertem] rápido e outros não, outros demoram (...) porque ele sente, no momento que é pregada a palavra, a palavra toca, a sementinha da palavra ela fica germinada no coração, e aquela semente ela vai gerando [frutos] (P/EVA/02).

Nesse sentido, a literatura aponta dois modelos possíveis de conversão religiosa. No primeiro, a mudança é brusca e radial e por isso é mais evidente. Consiste na adoção entusiástica, dramática e metamórfica de uma crença. É conhecida como conversão “paulina” em referência à conversão abrupta do Apóstolo Paulo, antes perseguidor dos cristãos, durante a aparição de Jesus no caminho para Damasco. O segundo modelo, ao contrário, rompe com a lógica imediatista do primeiro, surgindo a nova identidade religiosa fruto de um processo “paulatino”, lento e gradual de transformação de crenças, valores e comportamentos.

O primeiro modelo é verificado no interior dos presídios com maior frequência, enquanto que o segundo nos oferece resposta àqueles casos de “dupla irmandade”, tal

como colocado por Marques ao analisar a possibilidade de o indivíduo ser ao mesmo tempo irmão da facção e irmão da igreja (MARQUES, 2013).

Para Dias, na cadeia “torna-se muito difícil a ocorrência de fenômenos, quaisquer que sejam eles, lentos, graduais ou processuais” (DIAS, 2008, p. 104). Segundo ela, o repertório de identidades sociais disponíveis numa prisão é extremamente restrito, de modo que a adoção de um novo papel social exige do preso uma rápida definição:

Não há meio-termo no que tange à construção identitária no ambiente prisional: ou se pertence ao mundo do crime – designado no interior do sistema prisional como *massa carcerária* – ou é necessário afastar-se completamente dele, adotando condutas e comportamentos radicalmente distintos. Faz-se necessário, portanto, mostrar para todos que se é diferente, que não faz parte desse universo (DIAS, 2008, p. 199).

Isso é bastante claro naquelas situações em que o preso tem alguma “pisada” na ética do crime e se converte para não morrer, pois como veremos mais à frente, a conversão pode ser buscada para fugir de punições aplicadas pela massa carcerária (DIAS, 2008). A lógica disso, em apertada síntese, está no fato de que a facção “só aceita perder seus soldados para Cristo, para outra coisa não”, nas palavras do preso Vagner (R/EVA/16). Trata-se de uma regra imanente do campo prisional e por este motivo qualquer procrastinação pode ser fatal. O relato do reeducando Roberto é chocante nesse sentido:

[No dia de visita, no meio do pátio, um conhecido chegou e falou para mim:] alguém vai morrer hoje no prédio (...). Achei que era comigo. Mais para frente, eu ouvi o nome do cara que falou que ia morrer (...). Aí, chegou, teve uma revelação, a pastora falou, chamou o nome dele: "fulano, hoje você aceita Cristo?" (...). “Se você não aceitar hoje Cristo, hoje é o último dia da sua vida" (...). Aí ele falou: "não, hoje não, eu estou de boa"; "hoje é o seu último dia". Ela encostou com o microfone: "Aceita"; "não, não estou preparado, não"; "amanhã pode ser muito tarde". Aí, ela falou: "hoje Cristo quer te salvar"; "não, não, está de boa". E eu vendo. Eu já sabia que ele ia morrer (...). Se ele tivesse se arrependido, e ainda não era só ter se arrependido, confessasse todos seus pecados naquele momento, seria salvo. A palavra de Deus não mente (...). A partir do momento em que você, mesmo que você estiver na ponta de uma faca e você virar evangélico, eles te respeitam, eles não mexem contigo mais. (...) É porque o estatuto fala (...) [aqueles] que entram na comunhão de Deus, a partir desse momento, vão prestar conta com Deus (...). Eu vi os caras furando ele. Eu lembro a palavra que o cara matou ele, eu lembro como se fosse hoje. O cara abraçou ele, passou o braço perto do pescoço dele e falou bem assim: "eu não falei que eu te matava?". Falou essa dita palavra, eu ouvi. "Eu não falei que eu te matava?", e deu uma furada assim no sangrador dele e puxou. Ele não gritou. Até hoje, eu vi muitas coisas. Ele puxou a faca, ele dobrou o joelho e caiu. Ele não deu um grito, falar assim: "socorro". Não gritou, calado estava, ele

caiu e logo após veio mais uns dois e foram furando ele, e ele não gritou (R/EVA/15).

Como consequência, a partir daí o novo convertido passa a ser intensamente vigiado e monitorado pelos demais, inclusive na “rua” quando colocado em liberdade, e qualquer passo em falso pode levá-lo à morte. Não há espaço para comportamentos duvidosos: a conversão há de ser radicalizada.

Nós estamos com uma situação aqui na rua, um problema aqui na rua de um rapaz que ele era do CV e ele saiu do CV e passou a servir a Cristo, aceitou a Jesus, estava indo para igreja, caminhando (...). Aí chegou até a mim que ele estava vacilando com a fé em Jesus, estava vacilando e estava usando uns baseados aí fora. E eles, os [faccionados] daqui de fora, acompanham todo o segmento da pessoa, os passos (...). E lá dentro da cadeia também. Aí quando ele fumou esses baseados os caras aqui fora ficaram sabendo que ele estava fumando. Você sabe qual é a ordem que eles têm? Para matar ele agora, porque (...) "com Deus não se brinca" (P/EVA/02).

É comum vacilo de estar se escondendo (...) na igreja dentro da cadeia, mas saiu estava vendendo droga ou está roubando [na rua], o cara está tirando nós, já se põe o nome de decretado, automaticamente (...) jurado de morte (R/SAT/11).

Porque na igreja o faccionado respeita a palavra de Deus, chegou a ir para a igreja, já não pode triscar a mão porque a mão de Deus, tem uns que diz que pesa, aí o que está escolhido nas bênçãos ali ninguém mexe, agora se sair da igreja, agora já são outros quinhentos (...). Se ele saiu da bênção já o decreto dele é a morte (...). Eles ficam vigiando, sempre tem um, dois, que está de olho nele, se ele está seguindo realmente a norma da igreja, respeitando os irmãos da igreja e seguindo em linha reta, porque se entortar um pouquinho para o lado os caras já querem pegar (R/ATE/13).

Diferentemente, a conversão paulatina “concede ao converso a possibilidade de engajamento lento e gradual nas atividades do novo grupo, assim, uma nova identidade emerge em uma lógica de médio e longo prazo” (MARQUES, 2013, p. 84), o que explicaria situações em que o indivíduo sustenta ao mesmo tempo duas identidades: religiosa e faccional. Cunha, inclusive, discorreu sobre a coexistência legítima entre traficantes do Rio de Janeiro e o cristianismo evangélico, reflexo de sua expansão em periferias e favelas (CUNHA, 2008).

Sob esse viés e provavelmente pela mesma justificativa, dos convertidos evangélicos que responderam ao nosso questionário, quatro deles se disseram faccionados, evidenciando, ainda que minimamente, a existência de conversões paulatinas no interior dos presídios.

Aqui vale uma última consideração. Existem celas evangélicas em todos os pavilhões da UPRP, inclusive naqueles faccionados. Apesar de abrigar presos do

Comando Vermelho (P3) e do Primeiro Comando da Capital (P5), a comunidade evangélica utiliza esses espaços como terreno útil para suas práticas proselitistas de arrebanhar novos fiéis, desde que autorizados pelos chefes destes grupos criminosos. Na prática, esses evangélicos que convivem ao lado de presos faccionados tendem a ostentar um *status* de autêntico devoto, mais estereotipado do que alguns conversos alojados em setores ou pavilhões livres de facções criminosas, tidos como “mais seguros”, como o P1 (presos segurados), o P4 (presos da comunidade) e o Projeto Intramuros (azuizinhos e amarelinhos). Nestes, apesar da conversão, foi possível perceber em alguns indivíduos uma transformação religiosa mais lenta, por exemplo, ao serem perguntados se consumiriam bebidas alcoólicas, drogas ou se fumariam cigarros se fosse possível, alguns deles responderam que “sim”, o que nos leva a inferir que a transformação, se paulina ou paulatina, está relacionada em alguma medida ao sentimento de segurança que o local de cumprimento da pena proporciona.

Tem cela evangélica dentro dos pavilhões da facção, tanto do lado do CV como do PCC, tem igreja, (...) todo mundo seguindo a Deus certinho, não pode fumar, não pode se masturbar, não pode fazer nada que fere a ética, que seja de Deus, as coisas de Deus, se está com Deus tem que seguir certinho, senão revolta os outros presos, aí fala que não está seguindo certo, e já querem cobrar já (...). Quando não cobra batendo, eles cobram matando. Isso que eu sei (R/ESP/14).

A maioria das pessoas que vão para a igreja se converteu mesmo, quer a mudança de vida. Logicamente que quando a pessoa vai para a igreja, que ela se converte, ela tem algumas coisas ainda que ela precisa de libertação. Já vi alguns, por exemplo, de ir para a igreja, aceitou a Jesus e na mesma hora ali ele parar de fumar; ele nem quer saber de cigarro mais. Mas tem alguns que vão para a igreja e ainda continuam fumando que já é mais difícil para ele (...). Por exemplo, na nossa cela mesmo, não pode fumar cigarro lá dentro, mas ele fuma. Ele está buscando a Deus, está lendo a bíblia, então (...) ele fuma durante o dia [fora da cela] e à noite, que lá não pode fumar, ele não fuma (R/EVA/02).

Os dois relatos acima ilustram muito bem essa situação. O primeiro refere-se ao comportamento esperado do preso morador de cela evangélica dentro de um pavilhão faccionado; o segundo refere-se a uma situação específica de um preso evangélico integrante do Projeto Intramuros.

4.4 Assistência religiosa nas prisões

A assistência religiosa nos presídios está prevista no art. 11 da Lei de Execução Penal (LEP) (BRASIL, 1984) como um dos seis direitos basilares conferido às pessoas

privadas de liberdade. Além da assistência religiosa, este dispositivo engloba a assistência material, à saúde, jurídica, educacional e social. Todas essas garantias representam distintas necessidades dos presos que, observadas em conjunto, têm por objetivo reconstruir valores sociais habilitando seu retorno ao convívio em sociedade.

Ocorre que o auxílio religioso é pouco ou quase nada observado nas cadeias e penitenciárias brasileiras. O que já se imaginava por assim ouvir dizer restou comprovado através do primeiro Levantamento sobre a Prestação de Assistência Religiosa no Sistema Penitenciário Brasileiro (BRASIL, 2021a) promovido pela Coordenação de Assistência Social e Religiosa (COARE), órgão ligado ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)²⁵, entre os dias 17 de março de 2021 a 12 de junho de 2021.

De um total de 1.382 unidades penais consultadas pela pesquisa, 1.181 responderam ao levantamento, correspondendo a 85% de todo o sistema penitenciário brasileiro. Além disso, foram coletadas 132 respostas de líderes religiosos com atuação em presídios.

Quando perguntadas se havia algum tipo de oferta religiosa atual aos presos, apenas 374 responderam que sim, o que significa que 68,33% das unidades respondentes não ofereciam naquele momento nenhuma assistência religiosa aos seus internos. Segundo o relatório, parte disso se deu em razão das restrições pandêmicas da COVID-19, como no caso da UPRP, já que as unidades foram orientadas a marcar “não” nestas hipóteses, porém, mesmo antes, conforme indica o documento, a prática religiosa em muitos locais não existia ou ocorria sem regularidade.

Como resultado disso, as cerimônias religiosas na UPRP eram ministradas pelos próprios presos, em geral por aqueles que já tinham algum contato anterior com a sua religião, de regra evangélica, e por isso eram chamados de “pastores”. A cela, no caso, era o espaço de evangelização e a igreja denominada “sem placa”, na falta de um nome mais apropriado.

Eu prego o evangelho, a palavra de Deus. E os reeducandos chamam a gente de pastor, pelo trabalho que a gente faz aqui dentro (...). Quando a pessoa está no mundo do crime, vendendo droga, é chamada de traficante, e quando a pessoa está roubando, é chamada de ladrão. Então, quando a gente está aqui dentro pregando a palavra de Deus pela necessidade, eles costumam chamar a gente de pastor (...). Dentro da cadeia, hoje (...) nós não estamos tendo ainda

²⁵ O DEPEN é um órgão executivo da política penitenciária nacional subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja missão é acompanhar e controlar a aplicação da LEP, bem como prestar apoio administrativo e financeiro ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).

placa de igreja (...). A igreja é evangélica aqui. Só não tem placa ainda. A nossa placa aqui é Jesus (R/EVA/03).

Cabe aqui ressaltarmos, como o fez o estudo em análise, que a assistência religiosa preconizada pela LEP a pressupõe prestada por um representante qualificado ou ordenado pela religião professada, de modo que as reuniões religiosas ministradas pelos próprios presos não podem ser consideradas assistência religiosa propriamente dita.

Outro dado interessante constatado foi o de que 84,67% das unidades, ou seja, 1.000 delas, não possuem informações sobre a preferência religiosa dos presos, demonstrando a pouca importância que se dá à assistência religiosa, quando comparada com os outros tipos de assistências previstas na LEP, a exemplo dos robustos dados laborais, educacionais e de saúde.

Nesse ponto o Estado do Tocantins se destaca, pois vimos que uma das funcionalidades do sistema HADES desenvolvido para a SECIJU é compilar a preferência religiosa do indivíduo ao ingressar no sistema prisional. Todavia, embora a iniciativa seja digna de aplausos, sua base de dados não reflete a realidade confessional nas unidades prisionais locais.

Do total de 3.600 presos em todo o Estado do Tocantins em janeiro de 2021, apenas 83 eram cristãos evangélicos, o que corresponde a apenas 2,30% desta população. E se aproximarmos a nossa lente para a UPRP, o percentual é ainda menor: dos 704 presos no mesmo período, apenas 8 deles se declararam evangélicos ao ingressar no sistema (1,13%) (ANEXOS B e C).

Comparativamente, dos reeducandos que responderam a nossa pesquisa, 95 deles estavam presos em janeiro de 2021, dos quais 43 se autodeclararam evangélicos no momento da detenção (45%).

A mesma pesquisa demonstrou, ainda, outros aspectos importantes. Quando questionadas sobre as religiões atuantes no sistema penitenciário nacional, a Igreja Universal do Reino de Deus aparece em primeiro lugar, tendo sido mencionada por mais de 700 unidades prisionais, seguidas em segundo e terceiro lugar, respectivamente, pela Igreja Assembleia de Deus e a Igreja Católica Apostólica Romana, com participação em mais de 500 unidades, aparecendo a Igreja Batista em quarto lugar com atuação em mais de 200 delas. De outro lado, foram informadas que diversas religiões nunca as frequentaram, a exemplo da Umbanda, Candomblé e Mórmons, em mais de 600 unidades (BRASIL, 2021a).

Isso demonstra que no Brasil, embora multirreligioso, a diversidade confessional e de crença não encontra o correspondente apoio no interior dos presídios, que mantêm pouca oportunidade para sua livre manifestação.

Essa realidade também foi observada na UPRP. Em planilha apresentada pela COARE contendo as respostas de todas as unidades penais e agentes religiosos (BRASIL, 2021b), podemos extrair que no presídio masculino de Palmas/TO, considerado o período pré-pandêmico, à exceção da Igreja Universal do Reino de Deus e da Igreja Assembleia de Deus, ambas pertencentes ao movimento pentecostal evangélico, nenhuma outra prestava assistência religiosa em seu interior.

O fato de as igrejas evangélicas atuarem com exclusividade na UPRP acaba conferindo maior visibilidade ao grupo, fortalecendo-o enquanto entidade de salvação e consequentemente facilitando e incentivando suas conversões religiosas.

Reflexamente, a falta de celebrações coletivas e a pouca ou nenhuma presença de outros líderes religiosos na prisão, como padres, rabinos, babalorixás etc, acabam por resumir suas pertenças confessionais à esfera privada, ocasionando o enfraquecimento destas religiões nesse ambiente específico. Isso explicaria por que boa parte dos detentos pesquisados de outras vertentes religiosas disse participar dos cultos evangélicos na UPRP:

Eu acompanho os cultos, eu não sou evangélico não, (...) sou católico (...). Não, não [tem missa], só tem o culto evangélico (...). O culto é muito importante, (...) amolece o coração da rapaziada ali dentro (R/CAT/08).

Eu sou do espiritismo (...). Toda terça, quinta e sábado tem culto dentro do pavilhão, (...) aí aonde eu vou lá, são duas oportunidades por cada cela, nós somos seis celas, eu vou lá e recebo a oportunidade (R/ESP/14).

Levando-se em conta o caráter social da religião, o que mantém as crenças e as representações religiosas vivas é a vida em comunidade, ou seja, os indivíduos atingem seu máximo de intensidade quando estão reunidos comungando a mesma ideia ou sentimento, mas ao se dissolverem, estes retornam à sua existência própria, perdendo progressivamente sua energia inicial (DURKHEIM, 1996). Por causa disso, “a única forma de rejuvenescer as representações coletivas relacionadas aos seres sagrados é mergulhá-las de novo na fonte mesma da vida religiosa, isto é, nos grupos reunidos” (DURKHEIM, 1996, p. 372). A cerimônia religiosa se presta, então, à garantia de conservação, renovação e reprodução das crenças, mantendo a coesão do grupo

religioso enquanto produto social e a formação de indivíduos aptos a agir conforme essas mesmas crenças (DURKHEIM, 1996).

A partir do momento que estas religiões deixam de ser uma prática coletiva no interior das prisões e passam a ser uma manifestação interna e subjetiva é possível compreender o distanciamento de seus membros e a aproximação evangélica.

4.5 Evangélicos encarcerados: um grupo à parte em busca de credibilidade

O objetivo original deste trabalho era compreender as conversões religiosas na prisão independentemente de que religião fosse. Contudo, após a imersão no campo prisional foi possível perceber algumas especificidades que nos fizeram repensar o propósito inicial da pesquisa para nos concentrarmos no grupo evangélico.

A primeira delas, mais básica, foi ter constatado empiricamente que a religião evangélica é predominante no sistema prisional da UPRP, contrariando, assim, os números oficiais da SECIJU que contabilizavam apenas 8 presos evangélicos em janeiro de 2021 (ANEXO C). Enquanto a média nacional de evangélicos é de 22,2% da população brasileira (BRASIL, 2010), no interior da UPRP, dos 167 presos que responderam ao questionário, 110 eram evangélicos, o que corresponde a mais de 65% deles. Além disso, vimos também, que praticamente não existem conversões para outras religiões que não a evangélica: das 77 conversões identificadas, 73 eram evangélicas (apenas 3 católicos e 1 judeu se reafiliaram às suas religiões de origem).

A segunda delas, e que nos chamou maior atenção, refere-se à singularidade do grupo evangélico em comparação com os demais grupos religiosos, inviabilizando a compreensão do fenômeno sob uma única perspectiva.

Vimos em Durkheim (1996) que a escolha pela vida religiosa implica necessariamente no distanciamento de velhos hábitos e costumes mundanos, numa clara oposição entre coisas sagradas e profanas. Como a noção de sagrado está na consciência de cada indivíduo, a dissociação entre esses dois gêneros deve vir acompanhada “por um signo visível que permita reconhecer com facilidade essa classificação muito especial, onde quer que ela exista” (DURKHEIM, 1996, p. 23).

Nos dizeres de Goffman, “ser uma determinada espécie de pessoa (...) não consiste meramente em possuir os atributos necessários, mas também em manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a ela” (GOFFMAN, 2002, p. 74).

Em resumo, a conversão religiosa causa não apenas uma mudança de ordem interna e subjetiva, “mas também uma demonstração socialmente reconhecida desta transformação” (DIAS, 2008, p. 177). Portanto, não basta interiorizar o papel de religioso e se conceber como tal, é imprescindível que todas as suas ações e comportamentos sejam orientados de acordo com esse papel (DIAS, 2008).

Nesse sentido, pudemos perceber durante as entrevistas e aplicação dos questionários que os evangélicos incorporam muito bem essa noção e com isso acabam ostentando um estilo de vida que lhes é próprio e peculiar, formando um grupo à parte na sociedade dos cativos.

A partir do momento que o preso se define como tal ele deve “vestir o papel de evangélico, o que implica a adoção de todas as características, comportamentos, padrões de conduta e costumes que conformam o estereótipo do crente” (DIAS, 2008, p. 180). Em outras palavras, ele deve “concentrar todos os seus esforços na empreitada de conduzir sua vida de forma santificada” (DIAS, 2008, p. 183), não deixando qualquer espaço para que a sua nova identidade seja desacreditada. Assim, se na sociedade mais ampla é possível notarmos distinções entre os discursos e os comportamentos das diferentes vertentes evangélicas, em especial das neopentecostais (caracterizadas por romper com a mensagem pentecostal tradicional e por pregar a Teologia da Prosperidade), na prisão o que se observa é a homogeneidade de suas práticas:

Dentro da prisão, porém, essa diferença teológica, doutrinária e ritual (...) desaparecem, transformando os evangélicos (incluindo nesta categoria adeptos de igrejas que não se reconhecem como pentecostais) num grupo homogêneo, cujos comportamentos, normas de conduta, ética e moral em nada as distinguem uma das outras. Por esse motivo (...) os evangélicos foram considerados como um todo único, um bloco, uma vez que não apareceram diferenças em nada do que foi exposto em termos de transformações nos valores, na reinterpretação biográfica, nas atividades realizadas – enfim, em tudo aquilo que se discutiu até agora (DIAS, 2008, p. 198).

E na UPRP isso não é diferente, conforme exposto por um dos reeducandos evangélicos:

Os visitantes [agentes religiosos] eles sempre vêm e trazem de quem eles são, de qual ministério que eles servem, como visitantes. Mas entre internos mesmo nós não temos essa diferença entre uma denominação ou a outra (R/EVA/01).

Daí por que, como regra, e diferentemente dos demais presos, religiosos ou não, os evangélicos assumem as mesmas práticas e se destacam por serem mais obedientes,

não bebem, não fumam, não usam drogas, não se masturbam, não se relacionam sexualmente com outras pessoas que não sejam suas esposas ou companheiras, assistem e ouvem apenas programas religiosos, não praticam jogos de azar, não falam gírias ou palavrões, nem integram facções criminosas.

De outro lado, os adeptos das outras religiões, como espíritas, católicos e matrizes africanas, não costumam se isolar dos demais presos apenas por pertencerem a determinado grupo religioso, tampouco possuem traços externos distintivos que os identifiquem como grupo e os diferenciem dos demais. Na verdade, eles em nada se diferenciam em termos de comportamento da massa carcerária, ao contrário, fazem parte dela (DIAS, 2008).

Os relatos abaixo expressam bem estas constatações:

Se você se converteu você tem que ter uma vida santa, uma vida transformada, uma nova vida, um comportamento novo (...). Existe uma mudança interna e essa mudança interna ela reverbera externamente no comportamento (...). É como se uma mulher se convertesse, eu estou na igreja, e você visse ela de minissaia, de barriga de fora. Que serve de Deus é essa? (P/EVA/01).

Eu busco a santidade (...). Aqueles que estão em Cristo, nova criatura é. Tudo que era velho se fez novo (...). Então se o seu interior começa a ser transformado, automaticamente o seu exterior também vai ser transformado (...). O seu palavreado com certeza vai mudar, (...) se você xingava, eu tenho certeza que agora com o Senhor Jesus Cristo você não terá motivo para isso (...), [muda] até a forma de andar, o jeito de agir (...). Evangélicos não podem estar vendo aqueles tipos de filme, não pode estar fumando (...). Um crente, de verdade, não vai fumar (R/EVA/01).

As pessoas que querem ir para a igreja tomam uma decisão de abandonar o mundo, a própria vida (...). A forma de falar muda, a forma de se comportar muda, a forma de se vestir muda. A pessoa não fica mais sem camisa, geralmente é com uma calça (...). O corte de cabelo, a barba bem feita, (...) sua forma de comer, de se alimentar, (...) a obediência também dos seus líderes (...). Tudo muda. Por exemplo, as pessoas gostam de ver novela, filme de matança, filme de briga. Os crentes já não gostam disso (R/EVA/02).

O cara que está fumando não é crente, se ele estava fumando, é crente como? Fumando? Não é crente. Ele usa só o nome de crente (R/CAT/04).

O evangélico não fuma, não bebe. Já o espírita bebe, fuma (...). [Tem espírita e católico faccionado,] só não tem evangélico (R/ESP/05).

A forma de você falar, a forma de você olhar. Você não olha com olhar de maldade, com olhar de desânimo, de tristeza. A maneira de você andar. Um cristão, que tem o brilho do Espírito Santo anda com a cabeça em pé. Quando vai conversar com uma pessoa é olhando dentro do olho dela (...). Bebida alcoólica, vícios, jogo, mulher que não seja a sua, tudo isso não pode (...). Aqui dentro quando fala assim: "Eu sou católico", a forma que eles têm do católico é que católico bebe, católico fuma (R/EVA/06).

É necessária a mudança, (...) parar de se masturbar, questão do fumo, do vício, entendeu? Parar de fumar, parar de beber, entendeu? (...). Que fumam e que bebem só é o catolicismo e a macumbaria (R/EVA/07).

Se você aceitou, você é crente, pronto, você tem que ter uma conduta irrepreensível, uma vida irrepreensível e andar pelo certo, não pode mais cometer erro, não aceita erro (...). [Por isso, evangélico não se mistura com facção, mas tem faccionados] que são ateus, católico, espírita (R/EVA/09).

A gente tem uma postura mais rígida (...). Novela, jogo de baralho, essas coisas assim não são permitidas porque é jogo de azar, e sempre quando tem jogo de azar sempre é a carne que está pedindo, não é o espírito (R/EVA/10).

O espírita e o católico podem jogar o que quiser (...), pode beber, fumar, fazer o que quiser (R/ESP/12).

O evangélico é diferente da umbanda, diferente do orixá, diferente do católico, o verdadeiro evangélico você vê que é diferenciado de todos eles, o verdadeiro (R/ATE/13).

Eu sou católico, mas eu acho isso. Os crentes parecem que têm uma postura mais diferente, uma postura mais rígida. O católico já é mais liberal (R/CAT/17).

Convém destacar, como o fez pertinentemente Dias, que quando se afirma que as demais religiões não se diferenciam dos presos que compõem a massa carcerária, “faz-se referência à dimensão das relações sociais estabelecidas na prisão e não ao sentimento de pertença ou à concepção identitária que o indivíduo tem de si mesmo e de sua religiosidade” (DIAS, 2008, p. 83).

Pudemos constatar, ainda, que entre os entrevistados evangélicos a prisão é encarada com conformismo, como uma experiência individual válida e necessária à redenção e expiação dos erros cometidos e uma forma de fortalecer sua missão e seus propósitos religiosos, enfim, uma lição a ser aprendida e valorizada, o que não significa “um endosso à noção de que a ‘cadeia recupera’” (RAMALHO, 2008, p. 84), mas uma confirmação de que na cadeia apenas Deus recupera. Segundo Bourdieu, a religião cumpre funções sociais. Logo, os indivíduos esperam da religião não apenas justificativas capazes de livrá-los das angústias e misérias da vida, mas principalmente “contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes” (BOURDIEU, 1992, p. 48). Nisso, alguns presos evangélicos defenderam suas privações de liberdade como um castigo divino pelos crimes que praticaram, outros viram na prisão um momento de aprendizado, de crescimento pessoal e espiritual, e que o tempo de cumprimento de pena não é um tempo perdido, mas útil para esse fim maior, inclusive reconhecendo

oportuno o afastamento das suas obrigações habituais e cotidianas quando ainda em liberdade para poder se dedicar integralmente às práticas religiosas na prisão (DIAS, 2008).

Eu tinha que pagar esse crime que eu pratiquei, eu não posso deixar de reconhecer essa situação porque isso é a própria justiça de Deus para a família que foi prejudicada em cima do ato que eu pratiquei. Então é a justiça de Deus (...). Tenho que pagar, o que eu sou hoje eu vejo que é um tempo ganho pela situação que eu vivia lá fora. Eu vivia de uma situação totalmente perdida, para mim não tinha esperança, ao ponto de eu cometer um crime tão terrível contra uma pessoa e aí esse tempo eu não vejo como perdido porque aqui eu consegui novamente recuperar a minha identidade do que eu era, de um cidadão, de uma pessoa boa, então eu procurei ter essa ressocialização não pelo critério do que a casa, ou seja, do que a unidade oferece, mas sim pela palavra de Deus, foi por isso que eu consegui encontrar essa novidade, ser essa pessoa diferente (R/EVA/09).

Tudo o que eu estou passando aqui, o que eu já passei e que eu ainda vou passar, para mim é um aprendizado. Não vejo como uma perda de tempo (...). Eu tive mais tempo para ler a bíblia. Antes de eu vir trabalhar [como amarelinho], eu era 24 horas preso entre quatro paredes. Não tinha uma televisão, não tinha um ventilador, não tinha colchão, não tinha nada. A única coisa que tinha era minha bíblia (...). Então se eu estou aqui hoje foi por uma permissão de Deus, foi por um motivo, para eu me fortalecer mais (R/EVA/06).

Mas apesar de todo o esforço realizado pelo preso evangélico na intenção de exteriorizar as transformações ocorridas em sua identidade após a conversão e de tentar evidenciar com isso a sinceridade e a autenticidade da escolha, na prática, tanto a Administração penitenciária quanto os próprios presos veem com ceticismo qualquer possibilidade de mudança significativa em seu caráter ou em sua vida.

A visão que os policiais penais costumam ter dos evangélicos é simplesmente funcional, uma vez que seus membros tendem a ser mais disciplinados e mais fáceis de conduzir, ajudando assim a manter a cadeia em funcionamento (DIAS, 2008).

Vargas inclusive admite que “a presença dos grupos religiosos e a circulação do discurso religioso atuam como uma estratégia indireta da instituição para manter calma e dócil a massa carcerária” (VARGAS, 2005, p. 33), e Lobo completa ao afirmar que “a conversão dos presidiários também gera simpatias por parte dos administradores, já que esses entendem que os evangélicos geram menos conflitos” (LOBO, 2005a, p. 22).

A fala de um dos detentos evangélicos da UPRP conduz a esse entendimento:

Sim, com certeza [somos bem mais tranquilos]. Por exemplo, quando a polícia entra para dentro do prédio a igreja está lá quietinha; os outros estão pondo fogo, estão indo de frente para a polícia, estão batendo. Os evangélicos, não (R/EVA/02).

A identidade evangélica também é desacreditada de um modo geral entre os policiais da UPRP, que não raras vezes se referiam aos presos convertidos como “crentes de cadeia”. Em conversas com alguns dos agentes penais, anotadas posteriormente no diário de campo, duas situações específicas me chamaram a atenção nesse sentido. Na primeira, um dos policiais comentou que ao fazer a ronda de rotina próximo aos pavilhões de custódia desconfiou da altura com que os presos cantavam suas harpas e ao resolver investigar o ocorrido descobriu que usavam desta estratégia para encobrir os gritos de outro preso enquanto este era assassinado a “chuchadas” (golpes de facas). Na outra, o policial relatou que na época que trabalhava no plantão carcerário, era comum crentes fervorosos ganharem a liberdade num dia e voltarem presos no outro.

Mais um relato bastante interessante que consta das minhas anotações de campo também coloca em xeque a veracidade das conversões segundo a representação de um dos presos do Projeto Intramuros. Dizia ele que saindo do portão principal da unidade tem um matagal e um atalho na estrada de terra que dá acesso aos pontos de ônibus próximo à rodovia e que os agentes comentam que é comum os presos utilizarem esse caminho ao deixarem a prisão, muitas das vezes com suas bíblias embaixo dos braços, mas tão logo cruzam o pátio de saída jogam-nas fora, que “chega a encher um caminhão de bíblias atiradas no mato”.

Aliás, a desconfiança é generalizada e existe até mesmo entre os pastores que buscam evangelizar os presos e entre os próprios reeducandos, como se extrai dos depoimentos a seguir:

Mais fácil voltar para os vícios da vida do que eles firmarem dentro da igreja (...). Se nós não tivermos um acompanhamento, quando é fé que não, eles desviam tudo de novo. Porque os pratos aqui fora que oferecem para eles são muito grandes, são pratos sujos que levam a voltar para o mesmo caminho (P/EVA/02).

Quando você carrega uma bíblia na mão dentro do presídio você é alvejado (R/EVA/01).

Uns mudam: de 100, é um que muda (R/CAT/04).

Hoje eu professo a igreja evangélica. Desde quando eu cheguei aqui eu já servi a Jesus Cristo. Para mim foi uma dificuldade muito grande porque dentro da cadeia eles não acreditam em pessoas crentes, pessoas cristãs, evangélicas (R/EVA/06).

Tem muitas pessoas que saem daqui e vão para a rua, lá tem todos os pratos, lá tem telefone, lá tem mulher, lá tem festa, entendeu? (...). Ali acaba que a

peessoa acaba caindo, depois que ela cai ela fica com aquele sentimento de culpa: prometi tudo aquilo e não cumpri (R/EVA/07).

Como reflexo dessa situação precária e desacreditada, a fé dos presos evangélicos é constantemente testada pela massa carcerária. Qualquer reação diferente daquela esperada de um homem santo é vista como um indício de falsidade na conversão.

Testam. Muito (...). Oferecem coisas ilícitas, convidam para estar ali participando de coisas que não convém. São muitos testes, são vários testes [mulher, pornografia, bebida] (...). [Costumam dizer:] "Esse cara aí era bandido, agora já quer ser certinho". Eles perseguem para ver mesmo se o cara quer mesmo Deus ou não (...). Os crentes também não podem reclamar. Se os crentes forem reclamar, eles: "Olha aí o crente reclamando". Então eles arregaçam mesmo para testar a fé dos caras mesmo da igreja (R/EVA/02).

A gente vê os irmãos, aquele que estava fumando falar: "a partir de hoje, não vou fumar mais", aí vem sempre um que bola um cigarro perto dele, olhando para ele (...) acende o cigarro: "irmão, dá uns tragos aí" (R/EVA/03).

[Somos testados] todos os dias (...). Por exemplo, às vezes eles estão assistindo um filme pornográfico. "Chega aí, fulano" (...). "Bora fumar? Chegou uma maconha aí", "um pó", qualquer coisa. [Se você fraquejar] não tem mais credibilidade porque é que nem eu falei, você está sendo vigiado. Dentro de uma cela é todo mundo de olho em você (R/EVA/06).

Comigo já se levantaram, questionando a minha fé, me colocando à prova, usando a bíblia para tentar confrontar a minha fé. "Se tu tens fé tanto em Deus, por que tu tens uma advogada para te defender, isso e aquilo, por que não ficou na boa e Deus te tirou daqui?" (...). "Tu roubou foi uma igreja, não sei o que, isso e aquilo" (...). As pessoas [aqui dentro] não têm respeito não (R/EVA/16).

Uma forma de tentar legitimar o papel de evangélico na prisão, segundo Dias, é afirmar a existência de uma ligação passada com a sua religião, pois isso justificaria sua escolha atual, desfazendo a pecha do "crente de cadeia" (DIAS, 2008).

[Existe] um preconceito com aqueles que se tornam evangélicos dentro da cadeia, bem maior do que aqueles que já são pastores lá fora ou já são evangélicos lá fora (...). Eu vejo que geralmente crente de cadeia não tem muito respaldo, não é muito respeitado. Eles não colocam muita fé na pessoa que é crente de cadeia (R/EVA/02).

Eu mesmo já leio a palavra desde os nove anos de idade (...) [e] hoje eu prego a palavra de Deus. Desde os nove anos que eu venho lendo, venho estudando, e aquilo que eu estudei hoje está me servindo aqui dentro (R/EVA/03).

Já vim evangélico da rua. Não me tornei evangélico aqui dentro, não (...). Com certeza [o preso que já era evangélico na rua tem mais credibilidade do que o preso que se converte na prisão]. Depois de um certo tempo eles viram a pessoa que eu era, eles viram quem eu realmente era, que eu tinha um caráter nobre. Sempre fui de uma família respeitadora, de uma família que na hora que acorda até mesmo na hora que vai dormir dá benção para o pai, dá

benção para a mãe. A minha forma de pensar é que para muitos (...) [eu] não era só [um] crente que se escondia atrás da bíblia, mas existia [em mim um] crente de verdade (R/EVA/06).

Na rua eu já era cristão (...). Era evangélico sim, fiz curso de teologia, entendeu? Já dirigi obra de igreja, entendeu? Já fiquei responsável na frente de obras, entendeu? Fazer trabalhos sociais e tudo (...). Eu morava dentro da igreja (R/EVA/07).

A autora menciona ainda que “além de buscar a credibilidade para a sua crença religiosa no seu passado, esses indivíduos projetam no futuro (fora da prisão) a confirmação ou comprovação (para os outros) de sua transformação moral” (DIAS, 2008, p. 238), ou seja, o preso convertido somente passa a ser merecedor de crédito se permanecer na igreja após ganhar sua liberdade.

Se eu não provar para as pessoas e para mim mesmo que eu estou sendo fiel a Deus ali [na rua], a credibilidade de Deus vai cair por terra (...). [A credibilidade é maior] quando sair lá fora, porque lá fora é um leque maior de possibilidades de a pessoa cair, bem maior; aqui dentro já não é tanta (R/EVA/02).

Às vezes sai crente e depois volta porque matou fulano, porque estava roubando, usando droga. Tudo isso influencia para a pessoa não acreditar nos crentes dentro da cadeia (R/EVA/06).

Aqui na cadeia é fácil tu ser crente, porque tu está isolado, está preso, está abalado emocionalmente, psicologicamente, é fácil ser crente, tu ouve a palavra bonita de amor, de consolo, de balsamo e tudo, te entrega, mas quero ver lá fora que é um campo aberto, e as armas, as balas, as flechas vem de todos os lados, é um campo minado, aí eu quero ver se lá tu vai aguentar ser crente (...). Se ele for crente mesmo [lá na rua], aí o crédito vai dobrar, mas aqui dentro mais são críticas (R/EVA/16).

Agora, se por um lado os presos evangélicos constituem um grupo à parte dentro do sistema prisional pelo rigor moral de seus costumes, condutas, valores religiosos e por serem avessos a todos os hábitos materiais e terrenos, por outro, é possível identificar pontos de contatos entre o universo religioso dos presos evangélicos e o universo delinquente da massa carcerária (DIAS, 2008).

Durkheim ao descrever o abismo entre as coisas sagradas e as coisas profanas já dizia que a interdição entre esses dois reinos não poderia ser tal que impossibilitasse toda e qualquer comunicação entre eles, “pois, se o profano não pudesse de maneira nenhuma entrar em relação com o sagrado, este de nada serviria” (DURKHEIM, 1996, p. 24).

Por isso, apesar de serem mundos aparentemente imiscíveis, em alguns momentos eles se tocam e nesse sentido os trechos das entrevistas que se seguem

revelam aproximações de ambas as partes. Se os crentes se valem de práticas proselitistas junto à massa carcerária com a finalidade de ganhar almas para o reino de Deus, em contrapartida, a massa carcerária se vale dos cultos evangélicos para aliviar as agruras do cárcere:

Eu abraço o traficante, eu abraço o estuprador, eu abraço o drogado, eu abraço a lésbica, eu abraço todos (P/EVA/02).

Eu vou dizer as minhas artimanhas para evangelizar as pessoas. E a gente sabe a hora certa de levar a palavra, de que forma tem que ser. Então eu faço sim, hoje eu faço sim esse trabalho de evangelizar dentro do sistema (...). Sempre sei o momento certo de levar o evangelho, que acabo evangelizando sim e trazendo ele para Cristo (...). Tem aqueles que estão com o coração mais aquebrantados, aqueles que acabaram de chegar, esses são os mais fáceis de ser evangelizados, porque ele acabou de chegar, a turbulência da vida lá fora, aqui dentro está muito difícil para ele. Então você leva aquele amor, aquela semente de Jesus ali, no momento certo, na hora certa, você só planta, não precisa nem regar, você só joga assim a semente (...). [Outros] a casca dele é mais dura de ser quebrada (...) então (...) tem que haver um esforço a mais, tem que haver um preparo a mais (R/EVA/01).

Eu mesmo sempre costumo trocar ideias mais com pessoas que não são evangélicas, porque os evangélicos já estão dentro da minha cela, (...) então tem gente lá fora que precisa conversar, e a palavra liberta (R/EVA/03).

Aquela pessoa que quer, que aceita as nossas palavras, a gente vai chegar com respeito, com compreensão, entender a situação da pessoa independente se ele é um geral do estado, independente de que hierarquia que ele está na facção, a gente prega para todos, mas é aquele critério, a pessoa que aceitar, pode me dá uma palavra e tal, a gente vai e fala, mas se não a gente respeita (R/EVA/09).

Ainda tenho voz dentro do partido [PCC], (...) eu chego a dar voz está dada a voz, pelo respeito que os caras têm comigo (...). [Não me converti porque] eu tenho para mim que para eu fechar no compromisso eu tenho que ter sinceridade, não adianta eu querer enganar o Senhor, que (...) ninguém engana Deus (...). [Mas] eu acompanho os cultos, (...) o culto é muito importante (...) sem culto, sem nada dentro aí os caras ficam todos agoniados (R/CAT/08).

Tentamos reunir e demonstrar neste tópico, em síntese, a complexidade relacional entre crentes e não crentes na prisão, inclusive, este foi o principal motivo pelo qual decidimos focalizar nosso estudo nas conversões evangélicas ocorridas na UPRP. De um lado, temos a representação de um grupo santificado que rompe com o mundo do crime; de outro, uma percepção totalmente oposta que enxerga nele um grupo desacreditado e constantemente testado pelos membros da massa e que mesmo assim insiste em evangelizá-los.

5 A RELIGIÃO NA PRISÃO: INTERESSES E PERSPECTIVAS

Os temas religião e prisão sempre suscitaram inúmeros e acalorados debates e questionamentos entre os sociólogos, abrindo caminho para novos problemas, lacunas e grandes controvérsias a serem exploradas.

Há muito se investiga na história da humanidade o papel da religião e sua influência, por exemplo, nas lutas de classes sociais e nas formas de produção e reprodução concretas da vida (MARX, 2010), na moralidade dos valores e na forma como os indivíduos constroem laços sociais e se relacionam com o mundo (DURKHEIM, 1996), no desenvolvimento de modelos econômicos e na compreensão da modernidade e racionalização da vida (WEBER, 2004), isso só para citar os principais pensadores clássicos da sociologia.

De outro lado, o crime, enquanto transgressão às normas e sentimentos coletivos, se apresenta como um fenômeno encontrado em todas as sociedades ao longo dos tempos, surgindo a pena como reação social às ofensas que causa (DURKHEIM, 2004). Dentre elas, Foucault classificou a prisão como a pena por excelência, uma combinação marcada pelas relações de poder e técnicas disciplinares com o objetivo de naturalizar e legitimar o poder de punir (FOUCAULT, 1999). No mesmo sentido, Goffman compreendeu a prisão como instituição total, cuja finalidade é transformar a individualidade dos internos através do isolamento para que se submetam a uma padronização eleita pelas autoridades (GOFFMAN, 1974).

Neste capítulo, então, daremos ênfase a estes dois fenômenos, não de forma isolada como ilustrado acima, mas interagindo entre si no mesmo ambiente social, de modo a identificarmos na bibliografia específica quais os interesses e as perspectivas existentes sobre a prática religiosa no cárcere.

Sob este viés, os trabalhos acadêmicos que se ocupam deste universo podem ser reunidos sob três concepções²⁶, cada qual composta por um tipo diferente de interesse religioso.

A primeira delas, capitaneada por Eva Scheliga (2000), traz uma abordagem instrumental das práticas e interesses religiosos para conquistar fins ou vantagens materiais ou simbólicas dentro da cadeia.

²⁶ A socióloga Dias (2008) denominou as duas primeiras concepções de “perspectiva instrumental” e “perspectiva religiosa” das práticas religiosas, e que adotaremos no nosso trabalho. Contudo, ao final de seu estudo, a autora identifica uma terceira até então não explorada, a que chamaremos de “perspectiva autopreservacionista”.

Para Oliveira (1977), a busca pela religião na prisão é guiada por interesses propriamente religiosos, ou seja, o que movimenta e impulsiona o indivíduo nessa direção é a vontade e o desejo de alcançar a renovação e a reconstrução da sua identidade moral e espiritual.

Por fim, Dias (2008) propõe uma perspectiva de autopreservação orientada por interesses religiosos como forma de escapar dos castigos aplicados pela massa carcerária àqueles que transgridem a ética do crime.

Disso tudo, devemos destacar um ponto. Essas três construções, cada qual representada por suas principais autoras, apesar de dessemelhantes, se aproximam em um aspecto. Todas consideram, ao seu modo, um único interesse religioso capaz de conduzir à conversão religiosa no ambiente carcerário (instrumental, propriamente religioso ou de autopreservação), quando na verdade, o referencial teórico bourdieusiano nos orienta e nos sensibiliza a observar de outro jeito, sugerindo que a busca pela religião pode envolver diferentes tipos de interesses religiosos convivendo no mesmo contexto, sejam eles racionais ou afetivos²⁷, daí por que a decisão por se relacionar com a religião na prisão pode até ter sido motivada por um único interesse, mas dentre vários possíveis.

Segundo Bourdieu, a estruturação de poderes dentro do campo religioso passa necessariamente pelo confronto entre a "demanda religiosa (ou seja, os interesses religiosos dos diferentes grupos ou classes de leigos) e a oferta religiosa (ou seja, os serviços religiosos de tendência ortodoxa ou herética)" (BOURDIEU, 2007, p. 57).

Portanto, a relação estabelecida neste espaço é de oferta e de procura, estruturada por interesses internos e externos. A monopolização da administração dos bens de salvação por determinado grupo religioso (interesses internos) depende, por conseguinte, de suprir as necessidades do corpo social que o apoia (interesses externos). E no ambiente prisional isso não é diferente, pois as necessidades e os interesses religiosos dos cativos são variados (não são únicos), de modo que a mensagem religiosa, se quiser mobilizar esse grupo, deverá deliberadamente buscar atendê-los.

²⁷Para Bourdieu, as ações religiosas, ao tempo que se evidenciam mundanas, produto de operações e interesses racionais, constituem-se num "conjunto quase sistemático de respostas a questões existenciais" (BOURDIEU, 2007, p. 32), portanto, produto de operações e interesses afetivos ou tradicionais, a que ele chamou de "propriamente religiosos". No mesmo sentido, Weber dizia que a religião em sua "existência primordial está orientada para este mundo", ou seja, para os interesses terrenos, consistindo, ao menos relativamente, "uma ação racional" ligada a um determinado fim (WEBER, 2015, p. 279); além dessa dimensão racional, a religião possui ainda uma dimensão metafísica (extracotidiana) que ele denominou de "carisma", considerada o núcleo essencial da ação religiosa e responsável pela construção de sentido no mundo (WEBER, 2015, p. 280).

A fala do detento João Paulo, quando perguntado sobre os interesses em uma conversão evangélica na prisão, deixa isso muito claro ao expor a existência de disposições instrumentais, propriamente religiosas e autopreservacionistas interagindo no mesmo ambiente:

Com certeza todos nós somos interessados, eu falo pelo critério, nós temos interesse de querer ser uma pessoa melhor, interesse de viver uma vida melhor, interesse em conquistar bens materiais, coisas que nós não conquistamos no crime [interesse instrumental]. E todo mundo é por interesse, interesse de ir para o céu, entendeu? Eu falo por esse critério, então é uma coisa interessante de seguir e por interesse da gente querer uma vida melhor, de viver uma vida transformada a gente aceita [interesse propriamente religioso]. (...) Algumas pessoas que tinham algum problema, alguma situação e para fugir ela já ficava ali dizendo que era evangélica e está entendendo? Se escondia, como o povo fala, se escondia atrás da bíblia, esconder atrás do evangélico, dizendo que é crente, mas é por medo de não acontecer nada com ela. Quando acaba acontecendo o fato de descobrir essa situação a própria facção fala, não pode ser punido nenhuma pessoa que está na igreja, não é? Depois que está na igreja ele não recebe nenhum tipo de punição, ele pode ter errado do jeito que for na facção, mas se ele for para a igreja, aceitou Jesus ali, ele já não é mais punido, ele já não é levado a nenhum tipo de punição e nem nada [interesse autopreservacionista] (R/EVA/09).

Podemos, aliás, imaginar estas mesmas situações acima, todas potencialmente geradoras de crise, concentradas num único indivíduo, dentro de uma mesma situação fática. Não raras vezes, o encarceramento gera não só a ruína da pessoa presa, como também lhe retira, dela e de sua família, todos os meios de subsistência (FOUCAULT, 1999). Ao vivenciar esse sofrimento, “a cadeia pesa”, o preso se arrepende e se vê imerso em questões existenciais sobre o propósito da vida, fazendo com que “rasgue a camisa” da facção criminosa da qual fazia parte para se aproximar de Deus, motivando desentendimentos internos.

Apesar desta realidade, as pesquisas que se seguiram se mantiveram no mesmo sentido, inclusive as mais recentes, e não inovaram significativamente as concepções já existentes e por isso serão mencionadas dentro dos tópicos correspondentes a cada uma delas.

Para tanto, realizamos uma revisão de literatura do tipo sistemática, de modo a abranger algumas obras específicas, bem como artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas a partir de 2005 e retiradas das bases de dados *Google Scholar*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Portal de periódicos CAPES, Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, *Scielo* e *Semantic Scholar*, por meio das descrições (palavras-chave) *religião*, *prisão* e *conversão*.

5.1 Perspectiva instrumental das práticas religiosas

A perspectiva denominada instrumental tem como sua principal expoente a socióloga e antropóloga Eva Lenita Scheliga, para quem as conversões religiosas na prisão “constituem ações significativas e racionais (porque permitem a adequação de meios a fins), que se relacionam ‘com os interesses dos homens’” (SCHELIGA, 2000, p. 4).

Em termos gerais, a autora procura explicar a prática religiosa no cárcere como um processo estratégico para a obtenção de benefícios materiais ou simbólicos, ou seja, “um ato quase sempre interessado e utilitário” (SCHELIGA, 2000, p. 112).

Nesta perspectiva, segundo Dias, “a religião não tem qualquer influência sobre o comportamento do preso ou, se esta influência existir, ela importa pouco, uma vez que o detento estaria representando a conversão para se beneficiar” (DIAS, 2008, p. 70).

Em relação aos benefícios materiais, Scheliga comenta que “ao questionar os detentos convertidos a religiões pentecostais a este respeito, quase todos reconheceram a existência de casos em que o detento procura a Igreja apenas por estar interessado nestes bens materiais”, muito embora nenhum deles tenha admitido ter se convertido com esse propósito, ainda que usufruíssem dessas vantagens (SCHELIGA, 2000, p. 78).

Dentre os diversos interesses mundanos almejados pelos presos com a conversão, Scheliga (2000) aponta alguns exemplos: (a) os presos convertidos compartilham as mesmas celas, qualificadas como mais tranquilas e respeitadas; (b) recebimento de roupas, material de higiene e limpeza, material escolar, todos considerados de alto valor simbólico no universo prisional; (c) intervenção da igreja junto a algum familiar ou pessoa da relação do preso, como forma de ficar mais próximo de alguém que frequenta e participa daquele grupo religioso; (d) mediação oferecida por agentes religiosos em assuntos jurídicos e particulares do preso, como acompanhamento de processos e assistência aos familiares.

Quanto às vantagens simbólicas, a autora enxerga na conversão uma forma de ampliação da rede de relações sociais e de redefinição positiva das representações sobre os detentos, principalmente pelos funcionários da unidade prisional, que passariam a considerá-los indivíduos responsáveis, obedientes, calmos e capazes de regeneração (SCHELIGA, 2000). A ideia seria melhorar a sua imagem perante a Administração penal para conseqüentemente estreitar vínculos de afinidade e solidariedade e, com isso,

obter o abrandamento das condições carcerárias através da redução de restrições habituais.

Em resumo, ela define a conversão religiosa na prisão como “uma ação calculada a partir dos bens simbólicos e materiais disponibilizados durante e após a operação de conversão, sem que seja, necessariamente, uma ação deliberadamente consciente ‘para enganar os outros’” (SCHELIGA, 2000, p. 151).

Podemos encontrar a visão instrumental de Scheliga sendo explorada em diversos outros trabalhos posteriores sobre religião na prisão, seja pelo viés material ou simbólico.

Em investigação promovida por Vargas sobre o papel da religiosidade na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a autora compreendeu-a como estratégia indireta da instituição para manter a massa carcerária calma e dócil, mas em alguns casos reconheceu que a identidade religiosa passa a ser adotada como forma de redefinição simbólica de suas imagens, pois “limpam seu estigma de criminosas (...) e lhes ajuda a viabilizar alternativas de emprego por meio das pessoas da igreja, pastores, padres ou ‘irmãos de fé’” quando obtêm a liberdade (VARGAS, 2005, p. 36).

Para Lobo, devido ao descaso público e social, além da promessa da salvação, “os agentes religiosos, no contato diário com eles [os presos] e conhecendo as limitações da sobrevivência na prisão, acabam ultrapassando a fronteira religiosa, atuando também em outras dimensões sociais da prisão”, providenciando, por exemplo, amparo material e jurídico voltado à conversão dos presos (LOBO, 2005b, p. 74-75). Nesse processo estratégico de ambas as partes “tem aqueles que não são membros da igreja, mas frequentam os cultos para receberem benefício social, como leite para aqueles que tomam remédio e alguns artigos de primeira necessidade” (LOBO, 2005a, p. 28).

Coutinho buscou examinar os elementos diferenciais entre a metodologia proposta pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)²⁸ e o

²⁸ A APAC é uma entidade civil sem fins lucrativos, predominantemente católica, que se dedica à recuperação e ressocialização dos condenados a penas privativas de liberdade e tem a religião como base. O sucesso do método apaquiano pode ser medido pelos altos índices de redução da taxa de reincidência criminal, de quase 80% para 8% (MUHLE, 2013). Uma das críticas a esse método de cumprimento de pena refere-se exatamente à obrigatoriedade da adoção de uma religiosidade cristã. Nesses termos, Lira Júnior faz a seguinte reflexão: “Condenados que confessam outras religiões não cristãs, como o judaísmo e o islamismo, por exemplo, podem se adequar a um método que, tanto na teoria como na prática, é baseado em princípios puramente cristãos? Por um lado, na teoria, não existe imposição religiosa, por outro lado, na prática, percebe-se que as atividades religiosas na APAC são obrigatórias uma vez que são encaradas como ato socializador devendo contar com a participação de todos os recuperandos” (LIRA JÚNIOR, 2009, p. 78).

sistema prisional comum, realizando seus estudos na APAC de Itaúna e no Presídio de Viçosa, ambos localizados no Estado de Minas Gerais. Suas observações demonstraram que a conversão religiosa em ambas as instituições “era muitas vezes utilizada como forma de adquirir determinadas regalias, como contato com o mundo externo, a partir de notícias que os missionários podiam trazer aos reclusos” (COUTINHO, 2009, p. 107). Especificamente em relação à APAC, a participação religiosa era uma maneira de “proporcionar acesso a determinados benefícios, como, por exemplo, saídas, para os cultos evangélicos ou missas, dos recuperandos do regime semiaberto ou aberto” (COUTINHO, 2009, p. 108).

Anaíze Oliveira analisou o campo religioso no Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa e observou que entre as detentas que frequentavam as atividades religiosas, existiam algumas que alegavam ter experimentado uma conversão real e outras que participavam “por falta de algo mais interessante para fazer, visando sobretudo, vantagens e benefícios pessoais” (OLIVEIRA, 2012a, p. 62). Para estas últimas, a religião “exerce função instrumental sendo utilizada de forma racional para obtenção de benefícios” (OLIVEIRA, 2012a, p. 62), valendo-se da igreja para ajudá-las materialmente, pois não raras vezes o detento “não tem dinheiro, encontra-se recluso e o presídio não lhes oferece ajuda financeira para custear despesas com advogados particulares, complementação da alimentação, aquisição de produtos de higiene pessoal, compra de medicamentos” (OLIVEIRA, 2012a, p. 43).

Em pesquisa realizada por Luana Oliveira sobre as conversões evangélicas na Penitenciária de Alcaçuz, considerado o maior presídio no Rio Grande do Norte, a autora esclarece que os presos são separados em dois grupos, o dos Pavilhões e os do Setor Médico, e que os dados obtidos revelam “que os presos podem usar a religião como meio de conseguir privilégios, como sair dos pavilhões, onde o perigo é maior, e ir morar no Setor Médico, onde a ‘liberdade’ (dentro do possível) é maior”, pois o contato com a administração carcerária é facilitada, as celas ficam menos tempo trancadas, trabalham e possuem um local próprio para as celebrações e cultos religiosos (OLIVEIRA, 2012b, p. 84).

Gama objetivou estudar a participação de igrejas evangélicas pentecostais no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro e avaliar sua influência no processo de

reintegração do reeducando na sociedade. A pesquisadora explica que o seu trabalho não tem por finalidade verificar a veracidade das conversões, mas somente sua atuação dentro do sistema penal fluminense. Dentre seus apontamentos, expõe que “se converter à religião evangélica na prisão pode trazer alguns benefícios aos presos, pois, com isto, novos padrões de comportamento serão adotados, facilitando, por exemplo, uma progressão de regime” (GAMA, 2014, p. 50). Relata, ainda, que “além do espaço físico diferenciado, os detentos evangélicos parecem conseguir outros benefícios, como os mencionados ‘elogios em suas fichas carcerárias’, que facilitam na conquista de um ‘livramento condicional’ ou, até mesmo, na progressão de regime” (GAMA, 2014, p. 78), onde “a religião muitas vezes é vista como canal de conquista a determinados benefícios, e não como meio de se aproximar de Deus” (GAMA, 2014, p. 83).

Consoante preconiza Araújo, as práticas religiosas na cadeia são pensadas como meio para o exercício de interesses pessoais, não configurando, necessariamente a fé do encarcerado. Para ele, “os presos (...) percebem que, certas posturas de comportamento sociais, sugestionadas por este ou aquele grupo religioso, podem ser úteis no exercício dos seus interesses pessoais (...) Deus é útil, nesse sentido” (ARAÚJO, 2015, p. 14).

Jacob, por seu turno, parte do pressuposto que o indivíduo aprisionado se utiliza da conversão como forma de melhorar sua imagem com os outros presos e obter a simpatia dos demais atores do sistema penal, ou seja, um meio “preponderante para a sobrevivência no cárcere, pois vislumbra nesse fenômeno religioso oportunidade de receber melhor tratamento no estabelecimento prisional e fora dele” (JACOB, 2016, p. 12).

Os pesquisadores Reses e Pinel constataram que a dificuldade ou facilidade de acesso a serviços e políticas públicas dentro Penitenciária Feminina do Distrito Federal, especialmente às educativas, está ligada a atributos ligados ao bom comportamento das presas, sendo “inequívoco que a prática religiosa declarada ou a ‘conversão’, durante o cumprimento da pena, pode influir decisivamente nesse sentido” (RESES; PINEL, 2018, p. 72).

O antropólogo e etnógrafo Spyer, especializado em pesquisas sobre cristianismo evangélico, nos fornece outro exemplo de como a religião pode facilitar materialmente o retorno de ex-presidiários à convivência em sociedade. Para ele, “as redes de ajuda mútua existentes dentro das igrejas podem abrir oportunidades para trabalho remunerado quando o detento cumpre sua pena e retorna à sociedade” (SPYER, 2020, p. 100). Na sua visão, “a quantidade de atividades rotineiras nas igrejas pentecostais serve

para ajudar na transição do momento em que o preso sai da cadeia e precisa voltar ao convívio dentro de sua comunidade” (SPYER, 2020, p. 100).

Em apertada síntese, a perspectiva instrumental enxerga nos interesses religiosos uma forma de atingir e conquistar benefícios ou vantagens materiais e simbólicas no interior do cárcere.

5.2 Perspectiva propriamente religiosa das práticas religiosas

Quando analisamos a realidade do sistema penitenciário brasileiro nos deparamos com vários pontos sensíveis, dentre eles a contradição entre as finalidades punitiva e ao mesmo tempo ressocializadora da pena²⁹ “devido à impossibilidade de se recuperar punindo” (JULIÃO, 2009, p. 18). Nesse sentido, Thompson relembra a lição de Bernard Shaw de que “para punir um homem retributivamente é preciso injuriá-lo. Para reformá-lo, é preciso melhorá-lo. E os homens não são melhoráveis através de injúrias” (THOMPSON, 2002, p. 5).

Como consequência, o que vemos na prática é um sistema prisional falido, superlotado e que não cumpre com a finalidade ressocializadora da pena. O tratamento é puramente punitivo e degradante, com altas taxas de reincidência criminal. Em outras palavras, as penitenciárias são “‘universidades do crime’ – local de socialização e aperfeiçoamento de técnicas delinquentes” (PAIXÃO, 1987, p. 9), verdadeiras “filiais do inferno” (P/EVA/01).

Diante desse cenário, Marina Oliveira sustentou, no final da década de 1970, que a superpopulação carcerária impedia a aplicação de um tratamento penal efetivo e ressocializador passível de evitar a reiteração criminosa, numa espécie de ciclo vicioso: “a reincidência ocasiona o excesso de população nos presídios, o qual, por sua vez, impede a programação e a aplicação do tratamento para recuperar o indivíduo e evitar que volte à prisão” (OLIVEIRA, 1977, p. 31).

À vista disso, Oliveira propôs a implantação de uma rede de assistência religiosa nas prisões como forma de superar esta crise generalizada, partindo do pressuposto de que a religião é a única capaz de promover a renovação moral do indivíduo privado de

²⁹ O art. 1º da Lei de Execução Penal (LEP) dispõe que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

liberdade, pois somente assim seria possível recuperá-lo e de quebra reduzir as taxas de reincidência criminal e a superlotação prisional (OLIVEIRA, 1977).

A autora, que à época havia sido designada pela Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo para coordenar um grupo de trabalho para estudar os diversos aspectos da religiosidade nos estabelecimentos penais paulistas, considerou a prática religiosa nos presídios um “eficaz processo auxiliar de recuperação dos sentenciados” (OLIVEIRA, 1977, p. 32).

De acordo com os seus dados, “do total da amostra, no caso, 3.361 indivíduos, 46,6% apresentaram modificação de comportamento para melhor após terem iniciado a prática de uma religião” e de 828 presos religiosos, 82,1% não tiveram nenhum tipo de falta disciplinar (OLIVEIRA, 1977, p. 36). Para ela,

esse é um fator dos mais sérios e importantes com relação à influência da religião, entre todos os levantados através da pesquisa, não só pela conveniência de uma modificação de comportamento favorecendo a área da segurança e disciplina, e propiciando também maior rotatividade de vagas nos presídios pela probabilidade de obtenção de benefícios legais, como, e principalmente, por constituir elemento indicativo da transformação do homem ao expressar sua religiosidade, levando-a à recuperação (OLIVEIRA, 1977, p. 38).

Sob este aspecto, a pesquisadora constatou que 90% dos profissionais atuantes nos presídios notaram uma influência positiva da religião na disciplina e no trabalho dos internos e que aqueles mais assíduos às atividades religiosas tornaram-se menos agressivos, mais pacientes e conformados com a sua situação, passando a se relacionar melhor com os outros detentos e funcionários da unidade penal, além do que, os problemas com drogas e pederastia diminuíram entre a população de presos religiosos (OLIVEIRA, 1977).

Em arremate, ela destaca o fato de que a religião exerce “comprovadamente, uma influência altamente benéfica no comportamento do homem encarcerado (...) [apresentando-se como] a única variável que contém em si mesma, em potencial, a faculdade de transformar o homem encarcerado ou livre” (OLIVEIRA, 1977, p. 48).

Claramente a proposta de Oliveira visava trazer benefícios ao sistema penitenciários através da religião, mas porque ela acreditava e defendia que a busca religiosa na prisão era guiada por um sentido de mudança propriamente religioso, ou seja, o que movia o indivíduo nessa direção era o desejo de salvação, de alcançar uma transformação moral, espiritual e de quebra ressocializadora.

Outros estudos seguiram a mesma linha e reconheceram que a aproximação religiosa na prisão tem por objetivo (e é capaz de) operar significativas mudanças na carreira moral do indivíduo encarcerado e auxiliá-lo no retorno ao convívio em sociedade.

Por exemplo, o sociólogo Kronbauer realizou uma pesquisa com os detentos evangélicos do Presídio Central de Porto Alegre e da Penitenciária Estadual do Jacuí e chegou à conclusão de que “a religião pentecostal constitui um dos poucos fenômenos que têm promovido a ressocialização de presos no país dentro e fora dos presídios e penitenciárias” (KRONBAUER, 2010, p. 106). Os resultados da sua pesquisa demonstraram que a conversão evangélica fornece aos custodiados a solução para os problemas de consciência, transferindo a responsabilidade por seus erros passados a forças e entidades malignas para, a partir daí, livrarem-se do sentimento de culpa e renascerem em Cristo, orientando “seu comportamento baseado nas regras de seu grupo religioso, devendo, para tanto, adotar práticas ascéticas e puritanas e adquirir um *habitus* religioso” (KRONBAUER, 2010, p. 106).

O trabalho de campo desenvolvido por Gusmão no Complexo Penitenciário do Serrotão, em Campina Grande, considerou que “a conversão religiosa que ocorre neste ambiente (...) se desenvolve como um processo que mantém relação com a ressocialização” (GUSMÃO, 2011, p. 25). Em termos mais específicos, o argumento defendido pelo autor é de que a conversão religiosa vivida pelos detentos evangélicos promove “uma experiência transformadora, geradora de uma mudança de conduta, que, muito embora se desenvolva ao longo de negociações cotidianas, não pode ser restringida a uma simples busca por proteção ou refúgio” (GUSMÃO, 2011, p. 26).

Gonçalves abordou as conversões religiosas no Conjunto Penal de Jequié, na Bahia, como um relevante instrumento de tutela dos direitos fundamentais dos presos diante da omissão estatal no seu provimento. Para ele, “a bandeira levantada de recuperação/transformação e da ressocialização do preso é um dos traços essenciais na busca pela conversão evangélica, servindo de instrumento eficiente de proteção dos direitos humanos fundamentais” (GONÇALVES, 2015, p. 76).

Franco explorou o processo de conversão religiosa na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, no Estado de Roraima, e a importância das igrejas evangélicas na reeducação das pessoas encarceradas, em especial a Igreja Assembleia de Deus. Após destacar as dificuldades pelas quais passa o sistema penitenciário nacional, o autor conclui que a “igreja (...) recupera” (FRANCO, 2016, p. 94), transformando moralmente

indivíduos através da aceitação de uma nova vida, não apenas enquanto cumprem suas penas, mas também quando retornam à sociedade.

Nunes, por sua vez, estudou o efeito da manifestação religiosa em detentos que cumpriam pena no presídio mineiro de Cataguases e sua repercussão sobre a ressignificação identitária mortificada pela instituição penal. Embora reconheça “que a conversão religiosa coloca o homem numa situação de passividade, já que ele entrega a direção e a gestão de sua vida nas mãos de Deus”, a autora esclarece que “a apropriação do discurso religioso pode consistir, em alguns casos, como a única via através da qual ele conseguirá se reintegrar à sociedade” (NUNES, 2017, p. 19).

Lauxen destacou a importância da assistência religiosa aos reeducandos em regime semiaberto do Instituto Penal de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, e suas contribuições no processo de reinserção social e possível prevenção à reincidência criminal, em observância ao cuidado com a dimensão espiritual do preso. Para ela, “a prática religiosa e o desenvolvimento da espiritualidade têm importância significativa na ressocialização da pessoa privada de liberdade, e quando ela retorna ao convívio da sociedade” (LAUXEN, 2018, p. 147).

As análises de Santos no sistema prisional baiano apontam no mesmo sentido, isto é, de que “a assistência religiosa assume, como ferramenta socioeducativa, o papel de mola propulsora para a recuperação do preso” e que sua inserção “dentro dos espaços penitenciários traz ao apenado, práticas de cunho ressocializador” (SANTOS, 2020, p. 144).

Moura procurou compreender as práticas religiosas nos estabelecimentos penais administrados pela brigada militar no Rio Grande do Sul, donde observou que o acesso aos ensinamentos evangélicos produz significados, restaura e transforma valores antes perdidos, fazendo com que aquele indivíduo então desviante não volte mais a delinquir. Em resumo, sustenta que “a ressocialização é um objetivo presente na prestação da assistência religiosa nas prisões pelos diversos segmentos religiosos” e que “tem efeito na mudança de comportamento e conseqüente recuperação” (MOURA, 2021, p. 92).

Desse apanhado bibliográfico, podemos dizer que a perspectiva propriamente religiosa entende a conversão um modo de se aproximar de Deus através da transformação ou renovação da carreira moral e biográfica do indivíduo encarcerado, conduzindo-o, muitas das vezes, a um estado de recuperação social.

5.3 Perspectiva autopreservacionista das práticas religiosas

Inaugurando esta perspectiva, que chamaremos de autopreservacionista, Dias (2008) viu nas conversões evangélicas um meio de fugir das punições e represálias impostas pela massa carcerária àqueles presos que de algum modo infringiram as regras do código delinquente, obrigando o converso a assumir e sustentar uma identidade muitas das vezes forçada.

A autora realiza uma análise interacionista do sistema social prisional, cujos habitantes “são compreendidos a partir de categorias rígidas e bem demarcadas, sendo que a sua inclusão em uma delas implica, imediatamente, a exclusão da outra” (DIAS, 2008, p. 104). Isso significa dizer que o repertório de identidades sociais possíveis dentro deste universo é extremamente restrito, ou seja, a prisão “dá ao preso a possibilidade de escolha entre dois eus sociáveis: bandido/malandro ou crente/irmão” (DIAS, 2008, p. 111).

A partir do momento que o indivíduo não é mais capaz de conferir sentido à sua vida, seja pela própria condição de preso ou por situações agravadas neste contexto, tornando insustentável a manutenção de uma identidade assentada em valores do mundo do crime (identidade de bandido), “não lhe resta outra opção senão a de procurar uma nova identidade disponível naquele estabelecimento social. Essa outra identidade disponível (...) é a de crente” (DIAS, 2008, p. 112).

Para ela, quando o preso transgride alguma das normas do estatuto do crime, dependendo da gravidade, seu convívio com a massa se torna impraticável. Daí em diante, é preciso que o infrator tome algumas medidas para garantir a própria vida: transferência para outra cadeia, transferência para o “seguro” ou tonar-se crente (DIAS, 2008).

O inconveniente das duas primeiras opções, aponta a pesquisadora, é que se referem à atuação da Administração prisional e nem sempre resolvem o problema. Na transferência para outro estabelecimento penal, o preso ameaçado continua com sua vida em risco, dada a troca de informações característica desse sistema social. De outro lado, o “seguro” impõe uma série de dificuldades e restrições além das normais³⁰,

³⁰ Por esse motivo, Ramalho se refere ao “seguro” como “uma cadeia dentro de uma cadeia” (RAMALHO, 2008, p. 105).

principalmente de circulação, permanecendo isolado de contato com os demais presos da massa (DIAS, 2008).

Desta forma, ao serem expulsos do mundo do crime, muitos optam por adotar uma identidade evangélica como estratégia de sobrevivência, “isso porque, na igreja (na cela dos ‘irmãos’) ninguém é recusado ou impedido de permanecer – ao contrário, todos são bem-vindos – desde que siga um modelo de comportamento religiosamente orientado” (DIAS, 2008, p. 218). Os presos que se encontram nesta situação, que procuram a religião por motivos extrarreligiosos, “diz-se que estão ‘escondidos atrás da Bíblia’ ou que foram ‘corridos para a igreja’” (DIAS, 2008, p. 218), numa alusão à conversão fingida “a fim de fugir do acerto de contas com a massa carcerária” (DIAS, 2008, p. 219).

Ocorre que todos os crentes agem da mesma maneira na prisão, seja no jeito de se comportar, se vestir e falar, “independentemente dos motivos que os levaram à conversão religiosa [de onde] todos são suspeitos de serem falsos crentes” (DIAS, 2008, p. 71).

Diante desta realidade, Dias destaca que “o preço pago para a manutenção de sua integridade física é a imposição de uma identidade religiosa que deve ser demonstrada em sua forma mais radicalizada e estereotipada, sem deixar brechas para que atributos que a desacreditem venham à tona” (DIAS, 2008, p. 248). Em outras palavras, o converso deverá demonstrar em todas as suas atividades e experiências cotidianas na prisão as profundas transformações ocorridas em seu comportamento a fim de validar a sua nova identidade religiosa, afastando-se de tudo aquilo que escape à religião (DIAS, 2008).

Para a autora, isso ocorre porque na prisão – diferentemente da sociedade mais ampla em que podemos e precisamos desempenhar vários papéis decorrentes da nossa inserção em diversas esferas da vida social – “todas as ações e comportamentos são realizados num único local e com a presença constante da mesma plateia” (DIAS, 2008, p. 178-179).

Assim, como a “nossa identidade não é reduzida a um único papel que adotamos, o preso evangélico sofre, portanto, de uma mutilação naquilo que se constitui como seu eu” (DIAS, 2008, p. 275). Na verdade, as igrejas surgem não como um local para o exercício da liberdade religiosa, mas como um “espaço em que os expurgados possam permanecer fisicamente preservados, mas, ao mesmo tempo, ameaçados de

destruição moral e psicológica” (DIAS, 2008, p. 279), tendo pouca relação com a ideia de recuperação do indivíduo em situação de privação de liberdade.

Na sua visão,

a prática evangélica na prisão não significa, em suma, a constituição de uma identidade religiosa duradoura, uma vez que não se assenta na autonomia, na liberdade e na escolha individual. Ao contrário: está vinculada a uma lógica de poder, de força e coerção, constituindo-se enquanto espaço possível para aqueles que não têm mais lugar no mundo do crime. Essas práticas configuram-se como fundamentais no funcionamento dessa sociedade particular, única e específica que é a sociedade dos cativos, e não significam ruptura com a lógica desse universo (DIAS, 2008, p. 288).

Alguns autores já haviam observado a existência de interesses autopreservacionistas da religiosidade no cárcere antes mesmo de Dias (2008), mas de forma limitada à observação empírica e circunstancial, sem se aprofundarem nas suas causas e significados, daí por que a consideramos a precursora da presente perspectiva por lhe imprimir fundamentos teóricos e sistematizados em sua análise. Bicca, por exemplo, realizou uma pesquisa entre os anos de 2003 e 2004 com um grupo evangélico denominado Estrela do Cárcere, na Penitenciária Estadual do Jacuí, localizada no município de Charqueadas, Rio Grande do Sul, donde pôde constatar que “a veracidade da conversão é observada com reservas e suspeição pelos detentos não-crentes”, pois partem do pressuposto de que “os crentes frequentam a igreja para receberem proteção de possíveis punições” (BICCA, 2005, p. 95).

Marques assevera que na prisão alguns crentes são bastante prestigiados pela massa carcerária, geralmente por terem sido ladrões conceituados no passado e por terem deixado essa vida sem “ter quebrado as pernas do crime” e sem levantar qualquer suspeita sobre eles. De outro lado, existem aqueles que “tentando se esquivar de dívidas, de brigas, de inimigos, de represálias, fingem uma falsa conversão e correm para os evangélicos” (MARQUES, 2009, p. 28). Trazendo a realidade das prisões para o mundo do *rap*, o autor cita um trecho de uma música do *rapper* Afro-X que ilustra a situação de um estupro que buscou a religião para escapar do acerto de contas na prisão: “Um cara queria se esconder atrás da bíblia/ A mentira não vira, não se cria/ O crime é podre, mas não admite falhas/ Não somos fã de canalhas/ A mixa caiu, mó B. O./ 213 (ih), vai dar o ‘ó’/ Sem dó, vai morrer igual porco/ Ladrão na ira arranca o pescoço” (MARQUES, 2009, p. 32).

O pesquisador Livramento investigou os significados da experiência religiosa em um presídio localizado em Vila Velha, Espírito Santo, e enfatizou a necessidade de o convertido se comportar adequadamente na prisão, pois “caso seja uma conversão falsa, como eles dizem, ‘para se esconder atrás da Bíblia’, somente para fugir de algum perigo vivenciado na prisão, o interno corre o risco de ser submetido a punições se for descoberta a farsa” (LIVRAMENTO, 2012, p. 85).

Andrade analisou as práticas religiosas pentecostais na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto, localizada na região metropolitana de Fortaleza. Os detentos religiosos, denominados “irmãos da obra”, ficam acomodados na “Rua dos irmãos”, enquanto que os demais presos cumprem suas penas nas “Ruas da Babilônia”, tido como um local marcado pela violência. Os presos considerados falsos crentes são rotulados pela massa como “crente KÔ”, ou seja, “são encarcerados que cometeram algum delito não considerado no ‘mundo do crime’ ou ‘vacilou’ na cadeia” e para sobreviver se refugiam na “Rua dos irmãos” (ANDRADE, 2014, p. 105).

Em Pereira podemos observar uma análise sobre o “proceder religioso” nas prisões como um código de conduta a ser seguido pelos detentos que buscam a reconstrução de suas identidades. Nesse processo, a autora aponta relatos de que a caminhada evangélica é permeada de dúvidas sobre a autenticidade da conversão: “estaria o preso manifestando sua religiosidade com sinceridade ou escondendo atrás da Bíblia por temer por sua vida (...)?” (PEREIRA, 2015, p. 1367). Em conversa informal com um dos internos essa desconfiança fica evidente, bem como suas consequências: “se o sujeito possui uma dívida com o tráfico entra para a igreja (...) ele é perdoado da dívida. Porém, ele não tem permissão para abandonar a igreja, caso contrário poderá ser morto. (...) O sujeito tem que andar com a bíblia debaixo do braço o resto da vida” (PEREIRA, 2015, p. 1366).

Bazo buscou compreender o papel da religião evangélica na vida da pessoa encarcerada através de um estudo teórico e de campo realizado na Colônia Penal Industrial de Maringá e na Casa de Custódia de Maringá, Estado do Paraná, com subsídio na Criminologia Clínica de Inclusão Social, segundo a qual, toda pessoa é capaz de decidir, todavia, sua decisão é influenciada pelo meio na qual ela está inserida. Para ela, a igreja na prisão é capaz de conduzir à autonomia moral do indivíduo, muito embora reconheça que “a doutrina da Igreja não é ditada exclusivamente pelos evangélicos, mas também pela massa carcerária, o que leva a afirmar que, em alguns casos, a conversão pode se impor por medo” (BAZO, 2021, p. 290).

Em resumo, a perspectiva autopreservacionista propõe que os interesses religiosos são orientados para fugir dos perigos da cadeia, punições e castigos aplicados pelos integrantes da massa carcerária àqueles que infringem as regras e as leis do mundo do crime.

6 O CAMINHO METODOLÓGICO

6.1 Iniciando o percurso metodológico

Toda pesquisa científica, antes de ser iniciada, deve ser muito bem planejada consigo próprio, sua família e seu trabalho, já que esse investimento pessoal implica necessariamente na suspensão de parte dos compromissos anteriores ou paralelos, bem como porque durante considerável período de tempo é provável que você se torne “um pouquinho monomaníaco e, obcecado por seu trabalho, chateando seu(sua) companheiro(a), seus amigos, sua família com seu assunto” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 45).

Esse é, portanto, o primeiro passo. Em seguida, decidindo pela pesquisa em ciências sociais, mais do que em qualquer outro domínio, o analista precisa ter consciência de que deverá se aprofundar com afinco e esmero a fim de compreender a realidade que se propôs a investigar, de modo que

não há bom trabalho que não seja uma procura sincera da verdade. Não a verdade absoluta, estabelecida de uma vez por todas pelos dogmas, mas aquela que se repõe sempre em questão e se aprofunda incessantemente devido ao desejo de compreender com mais justeza o real em que vivemos e para cuja produção contribuímos (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992, p. 22).

É preciso, ainda, seguir algumas premissas epistemológicas que irão conferir cientificidade à pesquisa e aos resultados, principalmente no nosso caso cujo tema se refere à religião e à prisão, permeados por valores e premissas dogmáticas e representações preconceituosas.

Em termos gerais, a única garantia de se obter uma pesquisa coerente com seu propósito de explicar a realidade social é manter o rigor metodológico durante todo seu percurso (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999).

Tal tarefa, contudo, não é das mais simples. Já dizia Quivy e Campenhoudt que “quando um investigador, profissional ou principiante, sente grandes dificuldades no seu trabalho, as razões são quase sempre de ordem metodológica” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992, p. 14).

Nesse sentido, fazer ciência significa romper com a opinião, a especulação, o conhecimento vulgar ou mesmo ideias precipitadas. Somente assim o conhecimento se torna científico, válido e racional. Através dessa ruptura, o fato é *conquistado* contra a

ilusão do saber imediato, da sociologia espontânea, do senso comum e prenoções. Para tanto, o objeto de estudo deve ser *construído* a partir de uma reflexão consciente, amparado nas teorias existentes e em estruturas conceituais e metodológicas, para ao final, proceder-se à *constatação* acerca da realidade de sua hipótese (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999).

Em resumo, o cientista tem “a obrigação de duvidar de todas as ideias anteriores aceites” e utilizar “apenas conceitos cientificamente elaborados, isto é, construídos segundo o método que estabeleceu; todos os que provêm de outra origem devem, pois, ser rejeitados, pelo menos provisoriamente” (DURKHEIM, 2004, p. 64), até que a sua hipótese seja testada.

6.2 O problema e a hipótese de pesquisa

A elaboração do problema de pesquisa surge como a etapa mais decisiva para o desenvolvimento e êxito de todo o processo investigativo. Através dele “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992, p. 41), apresentando-se sempre como “uma sentença em forma interrogativa” (KERLINGER, 2007, p. 36) e por isso mesmo recebe o nome de pergunta de partida.

Ocorre que nem todo problema se presta à pesquisa; um problema verdadeiro é aquele “cuja compreensão forneça novos conhecimentos para o tratamento de questões a ele relacionadas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 88).

Para desempenhar corretamente essa função de fio condutor da investigação, o problema de pesquisa deverá conter um certo número de qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência. Um problema de pesquisa claro é aquele preciso, conciso e unívoco; para ser exequível, a pergunta de partida deverá ser realista, isto é, adequada aos recursos pessoais, materiais e técnicos do pesquisador; por fim, um problema pertinente é aquele que visa à compreensão ou explicação de um fenômeno social, evitando-se perguntas de ordem filosófica e moral (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992).

Para a construção do nosso problema de pesquisa e correspondente hipótese provisória, devemos, antes de tudo, lembrar alguns pontos importantes abordados anteriormente.

Vimos, então, que as conversões religiosas são geralmente precedidas por situações capazes de levar o indivíduo a questionar o seu mundo até então representado de maneira estável.

Em segundo lugar, anotamos que na prisão, de acordo com a literatura específica, os interesses religiosos podem ser classificados em instrumentais (SCHELIGA, 2000), propriamente religiosos (OLIVEIRA, 1977) ou de autopreservação (DIAS, 2008).

Por fim, destacamos que o referencial teórico de Bourdieu nos autoriza a afirmar que no campo religioso existe uma interação entre os tipos de interesses religiosos dos leigos e a oferta religiosa, de modo que se uma instância religiosa quiser o apoio estratégico de determinada classe ou grupo social para se conservar ou para subverter sua posição no campo, deverá deliberadamente buscar atendê-los.

Por este raciocínio e levando-se em conta estas premissas, podemos sustentar que a busca pela religião muitas vezes envolve diferentes interesses religiosos, racionais ou afetivos, na intenção de solucionar situações causadoras de crises. A partir desse momento, a conversão surge como alternativa à resolução destes problemas, desde que a religião em vista possua os aparatos necessários para atender aos seus anseios e a resolver as suas dificuldades ou perturbações íntimas. Por exemplo, se a situação anormal ou de vulnerabilidade foi provocada pela necessidade material da família do preso, pode ser que o interesse religioso em se converter esteja no seu provimento através da igreja, seja recebendo cestas básicas ou algum tipo de ajuda financeira; se foi desencadeada pelo desejo de redenção ou transcendência espiritual, talvez busque na conversão um significado religioso de vida; se foi motivada por desentendimentos com outros detentos, a conversão pode aparecer como estratégia de sobrevivência.

De toda sorte, precisamos ter algo em mente. Na prisão, apesar de estarem submetidos, de modo geral, ao mesmo ambiente e a condições assemelhadas, existem pessoas mais frágeis e vulneráveis a estados de crise, portanto, mais suscetíveis a se converterem, ao passo que outras são capazes de resistir a essas influências e se adaptar ao ambiente, sem se socorrer às conversões religiosas (RAMBO; FARHADIAN, 1999).

Diante desta realidade e considerando que a religião evangélica é a que mais se destaca na prisão como “o maior grupo de assistência religiosa nesse ambiente” (COSTA, 2017, p. 912-913), indagamos: *Em termos relacionais, o que diferencia o grupo de indivíduos que se converte à religião evangélica na prisão do grupo que não se converte?*

Em primeiro lugar, temos que os pastores evangélicos, externos ou internos, juntamente da família, exercem papel fundamental de convencimento no potencial converso de que a escolha pela vida religiosa pode ser a melhor opção para alcançar suas necessidades e interesses individuais. Todavia, apesar de importante, isso não é o bastante. É preciso, ainda, analisar o tipo de interesse religioso, o grau de intensidade da crise ou vulnerabilidade e de como o pretense convertido percebe os benefícios da busca religiosa. Em resumo, a nossa hipótese é de que a conversão na prisão ocorrerá quando a demanda ou interesse religioso visar solucionar um grave estado de crise e desde que a religião evangélica, na concepção do converso, for suficiente a este desiderato, muitas vezes influenciado ou convencido pelos familiares ou agentes religiosos.

Em termos de intensidade, os interesses autopreservacionistas e propriamente religiosos se sobressaem, pois a necessidade de preservação da vida se coloca em grau máximo nessa escala, seguido pelo desejo de transcendência espiritual e aproximação divina, muitas vezes motivada pelo arrependimento e culpa pelos crimes praticados, privações e humilhações causadas à família.

De outro lado, embora a gênese da pretensão instrumental possa surgir como catalisadora de crise, não nos parece que o trânsito evangélico ocorra para suprir precisões puramente materiais ou simbólicas, pois elas se mostram menos intensas se comparadas com as categorias acima e porque o seu custo benefício não se revela atraente para o seu consumidor, pois ao se converter o seu comportamento passa a ser fiscalizado e monitorado 24h por dia.

Quanto aos benefícios materiais, estes podem ser alcançados por meios mais convencionais e menos radicais do que uma conversão, por exemplo, através do auxílio reclusão, vendas com artesanatos e trabalhos manuais, emprego remunerado dentro da unidade penal, doações de programas e redes de ajuda social e até mesmo amparo solidário das facções, com dinheiro, patrocínio de advogado e transporte de familiares para visitas³¹, além de outros recursos que circulam dentro da “economia delinquente”³²

³¹ Nesse sentido, citamos o item 7 do Estatuto do PCC: “É dever de todos os integrantes da facção colaborar e participar dos ‘progressos’ do comando, seja ele qual for, pois os resultados desse trabalhos são integrados em pagamentos de despesas com defensores, advogados, ajuda para trancas, cesta básica, ajuda financeira para os familiares que perderam a vida em prol a nossa causa, transporte para cadeirantes, ou auxílio para doentes com custo de remédio, cirurgia e atendimentos médicos particulares, principalmente na estruturas da luta contra os nossos inimigos, entre várias situações que fortalecem a nossa causa ou seja o crime fortalece o crime, essa é a nossa ideologia” (FELTRAN, 2018, p. 237).

³² Nas palavras do sociólogo Edmundo Campos Coelho, “como o Estado não atende, ou atende mal, às necessidades básicas dos internos, desenvolveu-se dentro de cada estabelecimento prisional uma

(COELHO, 2005). Mais do que isso, as igrejas em geral não prestam assistência material ao preso e à sua família de forma sistemática, mas apenas ocasionalmente.

Já quanto aos benefícios simbólicos, parece-nos inexistir qualquer tipo de vantagem concedida aos presos da UPRP simplesmente por pertencerem a uma religião. Na verdade, na linha de pensamento de Dias, a própria Administração penitenciária, a propósito de reconhecer sua funcionalidade em manter a cadeia mais controlável, “vê com ceticismo a capacidade de a conversão operar transformações importantes e definitivas no comportamento do preso” (DIAS, 2008, p. 270).

Nesse cenário de adversidades, veremos abaixo, a religião evangélica possui as ferramentas necessárias para evitar a morte do corpo, tratando-se de interesses autopreservacionistas, ou a morte da alma, quando o interesse for propriamente religioso, mas não se mostra suficientemente apta a suprir interesses instrumentais como acabamos de demonstrar.

Se a necessidade própria é a de sobreviver em razão de alguma mancha na ética do crime, uma das formas de garantir a sua vida é seguindo o caminho religioso. E isso ocorre por uma razão. A maioria dos presos pesquisados disse acreditar em Deus, mesmo aqueles facionados. Inclusive, um de seus principais preceitos – seja PCC ou CV – é de que o “Comando só perde para Deus”, o que demonstra, de maneira geral, que os internos aceitam a conversão de outro preso, pois todos têm o direito de escolher o caminho que querem trilhar dentro da cadeia. Trata-se de uma disposição imanente do campo prisional.

Ocorre que, como regra, “na prisão, não existe meio-termo em relação ao que se é: ou o indivíduo é malandro, bandido, ou não é. Ou é guarda ou é preso. Ou é crente ou não é” (DIAS, 2008, p. 104). Isso significa que não dá para sustentar uma nova identidade religiosa alçada ao estatuto de autoridade principal e ao mesmo tempo manter o “etos guerreiro” (ZALUAR, 2014). Uma vez convertido, a plateia (massa carcerária) espera dele uma representação idealizada o mais próximo possível de Jesus e que deve ser buscada a todo o momento de forma calculada para que a sua nova identidade não seja desacreditada (DIAS, 2008).

Por isso, no momento que o preso decide se converter, ele não pode mais ter atitudes ou comportamentos profanos, que o liguem ao universo delinquente, pois qualquer conduta nesse sentido é um indicativo de que a sua transformação religiosa

‘economia’ sob todos os aspectos irregular e ilegal. Vende-se e compra-se de tudo, empresta-se dinheiro, penhoram-se objetos os mais variados” (COELHO, 2005, p. 74-75).

não foi sincera, mas uma forma de se esconder atrás da bíblia para fugir do acerto de contas da massa carcerária e uma vez desacreditado, o falso converso, não raras vezes, é “decretado” e punido com a pena de morte.

Fato é que a figura do evangélico, pela rigidez no comportamento e nos costumes, é constantemente associada à de santo, formando um grupo isolado na prisão. Sua conduta é a que mais se aproxima do modelo exemplar esperado de um homem de Deus. Já os outros religiosos, em termos de comportamento, o são geralmente apenas em estado formal ou periférico e não se distinguem dos demais presos, pelo contrário, permanecem imersos no mundo do crime (DIAS, 2008).

Portanto, a adoção de uma identidade religiosa e a manutenção da sua credibilidade, num contexto de autopreservação, passa necessariamente pela religião evangélica e seus rigorosos preceitos ascéticos e morais.

E se o interesse é propriamente religioso, se o objetivo é se aproximar de Deus e se redimir dos pecados, a conversão evangélica “representa o ponto de ruptura com a biografia passada e o surgimento do ‘novo homem’ que deixou todos os vícios e está em busca da ‘santificação’” (DIAS, 2008, p. 105).

Dito de outra forma, a conversão evangélica implica a transformação radical de valores e crenças, de modo que aquele indivíduo que antes tinha uma carreira no mundo do crime passa a ser identificado agora como um homem santificado, levando a ferro e fogo os ensinamentos de Paulo em 2 Coríntios 2:17: “se alguém está em Cristo, nova criatura é” (BÍBLIA, 1990).

Em síntese, aquele grupo de indivíduos que busca sobreviver e/ou transcender dentro da prisão tende a se converter à religião evangélica, considerada a mais indicada nesse sentido, ao passo que aqueles que pretendem obter apenas ganhos materiais ou simbólicos tendem a preferir meios alternativos para supri-los. Claro que a combinação de interesses instrumentais com a necessidade de viver e/ou de elevar-se espiritualmente pode conduzir a uma conversão evangélica, mas como decorrência destas duas últimas categorias.

Obviamente não se trata da única hipótese possível, devendo outras serem consideradas, todavia, é a que melhor nos parece para supormos uma explicação racional e suficiente da situação e progredirmos em direção à compreensão do problema.

Enquanto solução possível antecipada, dado seu caráter precário, a hipótese precisa ser verificada ao final da pesquisa, melhor dizendo, analisada, avaliada e

interpretada a partir dos dados colhidos, cuja conclusão poderá invalidá-la, confirmá-la ou modificá-la (LAVILLE; DIONNE, 1999).

6.3 O levantamento dos dados empíricos

Inicialmente convém destacar que “a pesquisa de campo é necessariamente limitada, estreitamente circunscrita, local, específica”, frustrando, muitas vezes e por essas razões, as pretensões intelectuais de alguns pesquisadores menos experientes, em especial “expectativas políticas – denunciar as injustiças sociais, analisar o mundo para transformá-lo – ou expectativas mais sociais, como, por exemplo, ajudar a reformar o mundo em que vivemos, a aliviar a desgraça humana” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 21-22).

Tal anseio pode levar esses teóricos iniciantes a dar um passo maior do que a perna em seus estudos, escolhendo temáticas inconciliáveis com a pesquisa de campo. Atento a esse importante aspecto, o presente trabalho não foi planejado com a finalidade de solucionar os graves problemas existentes no sistema prisional, mas compreender as conversões evangélicas em seu interior e contribuir para a evolução do debate a esse respeito e, sob esta perspectiva, o estudo de campo se mostrou metodologicamente apropriado aos objetivos propostos.

A captação dos dados ocorreu em dois momentos distintos e observou todas as normas de segurança pessoal, institucional e os rígidos protocolos de controle sanitário e biológico de combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Numa primeira etapa, ocorrida no final de agosto e setembro de 2021, realizamos entrevistas aprofundadas com os presos e alguns agentes religiosos. Com o aumento dos casos da COVID-19, a pesquisa dentro da unidade penal foi temporariamente suspensa e somente pôde ser retomada em um segundo momento, em agosto de 2022, quando então aplicamos nossos questionários aos reeducandos da UPRP.

Tanto as entrevistas quanto os questionários foram construídos visando à objetivação de uma determinada região do campo prisional e a análise relacional entre presos religiosos e não religiosos.

Com base nisso, a ideia em começar a coleta pelas entrevistas se deu como forma de conhecer o universo estudado, assimilar seu vocabulário e nos aprofundar em como colocar o problema de forma adequada e precisa à população a inquirir,

garantindo, assim, que as questões postas posteriormente nos questionários tivessem o mesmo significado para todos e que os temas fossem suficientemente abordados (GHIGLIONE; MATALON, 1993).

Algo que considero relevante nesse processo de coleta e ambientação do campo e que me ajudou bastante foi estar inserido no sistema de justiça local como juiz de direito. O acúmulo de capital social pelo exercício da profissão me facilitou o contato com as autoridades responsáveis pela autorização, acesso e permanência na UPRP, possibilitando-me a fazer perguntas e anotações sobre a rotina e procedimentos da unidade com relativa liberdade.

Outro aspecto que convergiu positivamente para o deslinde do trabalho foi o fato de o Diretor da unidade ser professor universitário e estar cursando mestrado à época, de modo a melhor compreender o propósito e objetivos científicos da pesquisa, proporcionando total e irrestrito apoio, sem qualquer desconfiança, receio ou preocupação de devassamento de eventuais irregularidades que pudessem ser descortinadas naquele contexto ou mesmo intromissões indevidas sobre sua função.

A combinação desses fatores foi imprescindível ao desenvolvimento do estudo e à qualidade dos dados, digo isso porque pesquisas dessa natureza são cercadas de “obstáculos ‘burocráticos’ que podem torná-las irrealizáveis. Se ela não for recusada ou proibida pela instituição, a pesquisa corre o risco de ser totalmente dirigida, guiada pela direção da instituição que tentará controlar o seu desenvolvimento de ponta a ponta” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 24), o que no nosso caso não se verificou em nenhum momento.

6.3.1 As entrevistas

Dentre os tipos de entrevistas existentes em ciências sociais decidimos pela modalidade semiestruturada, fundamentalmente, por se tratar de uma investigação essencialmente qualitativa que busca compreender o fenômeno estudado, suas razões, valores, motivações e significados.

A sua principal vantagem é a maleabilidade de o pesquisado discorrer livremente sobre suas experiências e pontos de vista a partir do foco proposto pelo entrevistador, o qual se coloca em uma posição participante da interação.

Para tanto, as entrevistas foram orientadas por um roteiro de perguntas elaboradas a partir do embasamento teórico e literatura específica sobre o tema

(APÊNDICE A), o que permitiu conferir diretividade à pesquisa, auxiliando-nos a guiar o entrevistado em direção à problemática inicial, reconduzindo a entrevista à sua finalidade original e recuperando seu desenvolvimento, evitando-se, por conseguinte, que o respondente prosseguisse muito tempo sobre assuntos que não tinham qualquer relevância ao tema inicialmente estabelecido, tornando o diálogo pouco ou quase nada aproveitável aos objetivos propostos.

Na verdade, esse modelo de entrevista flexível possibilita ao pesquisador ajustar suas perguntas abertas previamente preparadas, alterar a ordem na qual são feitas, retirar algumas ou mesmo incluir outras improvisadas, bem como retomar, aprofundar e esclarecer as respostas e ideias do entrevistado a qualquer momento, obtendo, de quebra, maior riqueza e fecundidade dos resultados.

Em outras palavras, ela permite um contato mais íntimo entre o pesquisador e o pesquisado (LAVILLE; DIONNE, 1999), favorecendo a captação de uma informação mais profunda e menos censurada do que em outros tipos de procedimentos (THIOLLENT, 1982), tornando a interlocução mais natural e dinâmica.

Antes de iniciarmos a coleta de campo propriamente dita, obtivemos autorização expressa do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins (CEP/UFT)³³, da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), do Juízo da Execução Penal de Palmas/TO, da SECIJU e do Diretor penitenciário (ANEXOS D, E; APÊNDICES B, C, D, E).

Todos os participantes foram informados sobre as justificativas, objetivos e metodologia da pesquisa, bem como esclarecidos dos riscos, desconfortos e benefícios de sua participação e as providências e cautelas empregadas para se evitar, diminuir ou reparar eventual dano. Destacamos, ainda, a garantia ao sigilo e à privacidade dos interlocutores em todas as fases da pesquisa³⁴ e a proteção da plena liberdade de participação, podendo recusá-la ou mesmo retirar seu consentimento a qualquer

³³ O projeto de pesquisa proposto e aprovado pelo CEP/UFT foi parcialmente alterado ao longo deste trabalho em decorrência do aprofundamento das leituras e bibliografia sobre a temática, o que pode ser constatado pelos documentos que o integram (vide apêndices e anexos). De outro lado, as modificações operadas não descaracterizam o estudo inicialmente apresentado e a atual versão deste trabalho manteve o critério ético, a forma, o local de recolha dos dados e o quadro de sujeitos pesquisados, tal como autorizado pelo Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 32225020.5.0000.5519.

³⁴ Uma das principais regras deontológicas da pesquisa de campo para assegurar uma interação espontânea e virtuosa é, acima de qualquer outra consideração, proteger e manter o anonimato de seus pesquisados, de modo que “alguém que não conheça de antemão o lugar e as pessoas não pode descobri-los, ‘reencontrá-los’ com ajuda de seu texto” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 79).

momento sem qualquer penalização, tudo conforme disposto no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)³⁵ (APÊNDICES F, G).

Esse contato preliminar com os respondentes se mostrou de suma importância para o aceite do grupo estudado e desanuviar as duas principais preocupações que dominam seus sentimentos: “o receio de servirem de cobaias e o de verem as suas próprias condutas avaliadas e, portanto, julgadas pela investigação” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992, p. 82-83).

Começamos, então, as nossas entrevistas pelos agentes religiosos externos que possuíam atuação direta em ambientes prisionais. Foram ouvidos uma pastora e dois pastores, todos evangélicos, sendo dois deles da Assembleia de Deus e um da Igreja do Nazareno.

Constituíram uma categoria de interlocutores recomendados por se tratarem de “testemunhas privilegiadas”, ou seja, “pessoas que, pela sua posição, pela sua acção ou pelas suas responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992, p. 69).

Em seguida, entrevistamos 17 internos da UPRP. Destes, conforme autodeclaração, nove eram evangélicos, três eram católicos, três espíritas³⁶, um satanista e um ateu. Entre os evangélicos, oito pertenciam ao movimento pentecostal e um ao protestantismo clássico, no caso, à Igreja Batista.

Dentre os pentecostais, cinco eram da Igreja Assembleia de Deus (pentecostalismo clássico), um da Igreja Pentecostal Deus é Amor (deuteropentecostalismo), um da Igreja Universal do Reino de Deus (neopentecostalismo) e um da Igreja Pentecostal Prisioneiros de Cristo³⁷ (não foram encontrados registros oficiais sobre sua vertente pentecostal).

Ao todo realizamos 20 entrevistas aprofundadas e para tanto, utilizamos um gravador amador, com exceção de dois dos pastores externos que foram ouvidos através

³⁵ Trata-se do “documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar” (Item II.23 da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde) (BRASIL, 2012).

³⁶ Apesar de um dos reeducandos ter se autodeclarado espírita no início da entrevista, no decorrer de seu discurso foi possível identificar elementos ligados à Umbanda, como o fato de frequentar terreiros, celebrar o dia da caça e o de incorporar entidades espirituais. Essa confusão confessional se justifica já que “no início, a nova religião denominou-se espiritismo de umbanda, e não é incomum, ainda atualmente, os umbandistas se chamarem de espíritas, quando não de católicos” (PRANDI, 2004, p. 226).

³⁷ A Igreja Pentecostal Prisioneiro de Cristo foi criada em 2003 por Antônio José Ribeiro da Silva, conhecido como Parafuso, quando ainda era detento da então CPP de Palmas (LIMA, 2015).

da plataforma *Google Meet*, com duração total aproximada de 20 horas e 30 minutos. Posteriormente, os dados foram transcritos em 716 páginas.

6.3.1.1 A cadeia ditando o ritmo das entrevistas

Minha primeira visita na unidade ocorreu em agosto de 2021, na véspera do aniversário de criação do Primeiro Comando da Capital (PCC)³⁸. O ambiente estava agitado e eu tinha acabado de me apresentar ao Diretor penitenciário quando adentrou em sua sala um policial penal³⁹ solicitando munições de espingarda calibre 12 e granadas para contornar um conflito interno. Nesse dia conheci alguns setores da unidade, porém, não consegui entrevistar nenhum dos detentos e me foi orientado a voltar somente na semana seguinte.

Por mais que eu combinasse previamente com a Direção os dias e horários das visitas, por algumas vezes elas foram canceladas por situações internas da própria unidade como a descrita acima, além de outras, como dedetização, inspeções sanitárias e até mesmo uma visita institucional do Governador do Estado para conhecer as obras de ampliação dos pavilhões. A rotina da cadeia ditava o ritmo das entrevistas.

Apesar disso, procurava sempre chegar pontualmente nos horários agendados, pois, malgrado os reeducandos permanecessem à disposição ao longo do dia, “pontualidade e atraso são indícios de uma relação de poder” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 75). Logo, a inobservância desta regra básica de educação poderia passar a impressão que meu tempo era mais importante que o do pesquisado e, conseqüentemente, de que eu seria superior ao meu interlocutor, algo totalmente desaconselhável para quem buscava alcançar empatia e confiança nas interações. Nesse sentido, Berreman já nos advertia que o pesquisador “surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e frequentemente indesejado”, de modo que “as impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validade dos dados aos quais será capaz de ter acesso e, portanto, o grau de sucesso de seu trabalho” (BERREMAN, 1975, p. 141).

³⁸ O grupo surgiu em 31 de agosto de 1993 no Anexo à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, conhecido como Piranhão, e “tudo indica que a organização nasceu de uma resistência aos maus-tratos, como uma forma de proteção contra as arbitrariedades cometidas por agentes penitenciários e mesmo contra a dureza do regime disciplinar imposto pela direção do estabelecimento penitenciário” (ADORNO; SALLA, 2007, p. 25).

³⁹ A Emenda Constitucional (EC) n° 104/2019 criou a Polícia Penal, órgão responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal. Com isso, os agentes penitenciários passaram a ser chamados de policiais penais (BRASIL, 2019).

Na parte da manhã, as entrevistas se iniciavam por volta das 9h e se estendiam até 11h30, quando então serviam o almoço aos detentos e funcionários. De tarde, começavam às 14h e seguiam até quase 18h. Após esse horário, os presos eram recolhidos para suas acomodações e havia a troca de turno dos policiais penais. Nem sempre era possível fazer as entrevistas em ambos os períodos, pelos motivos apontados há pouco e por compromissos profissionais, já que não me afastei da judicatura durante o percurso doutoral.

Mesmo não tendo revelado aos entrevistados a minha condição de magistrado, objetivando com isso evitar a contaminação e manipulação dos discursos, para minha total surpresa, já no segundo dia de entrevistas um dos detentos me chamou por algumas vezes de “senhor juiz”. Essa situação ocorreu em algumas outras oportunidades com presos de alas e pavilhões diferentes. Isso demonstrou para mim que naquele contexto específico nenhuma informação estava segura de ser passada à frente. Na prisão, tudo se vê, tudo se ouve, tudo se comenta⁴⁰.

Com isso, compreendi quando o Diretor prisional me disse que, a depender do perfil do interno ou do local onde se encontrava custodiado, as entrevistas poderiam ocorrer na sala da Direção administrativa, caso contrário, seria preferível a utilização da sala da pedagoga ou da assistente social, pois poderiam ser injustamente acusados pelos demais presos da massa carcerária de estarem “caguetando”⁴¹ algo para o Chefe do núcleo. Por tais motivos e até mesmo por praticidade, para se evitar a constante mudança de salas e deslocamentos monitorados, acabei realizando as entrevistas em sua maioria na sala destinada à pedagogia.

Nesse mesmo dia fui convidado para almoçar na unidade juntamente do corpo dirigente, mas pela lição que havia aprendido momentos antes achei melhor recusá-la cordialmente, pois ser visto próximo aos policiais e socializando com os mesmos por outros detentos poderia passar a mensagem equivocada de que eu estaria ali para obter

⁴⁰ Esta afirmação é um indicativo de que as “disposições internas que outrora claramente tipificavam ‘a mortificação do eu’ (...), característica das instituições totais, sofreram algumas alterações relevantes” (CUNHA, 2002, p. 23). Nesse sentido, a antropóloga portuguesa Manuela Ivone Cunha nos fornece alguns exemplos que flexibilizam os rigorosos mecanismos de controle ainda vigentes nesses estabelecimentos sociais do tipo fechado: ressaltados os casos de suspeita de crime, as correspondências e os telefonemas são confidenciais; autorização de televisores e instalação de interruptores de iluminação nas celas; tolerância a algumas normas e rotinas, como a ordem das tarefas de arrumar as camas, se vestir, tomar banho; o processo de domesticação através do aprendizado da humildade e deferência extrema aos superiores deu lugar a relações limitadas à exigência de respeito (CUNHA, 2002).

⁴¹ “Cagueta” é aquele indivíduo que entrega outro preso ou denuncia alguma situação ilícita para a polícia ou Administração prisional. Segundo Ramalho, “não caguetar” é a regra fundamental da massa carcerária e uma vez infringida é punida com a pena capital: a morte (RAMALHO, 2008).

alguma informação que pudesse ser repassada aos agentes de segurança, colocando em risco a continuidade da pesquisa, mas principalmente a integridade física dos entrevistados.

Por razões de segurança e dinâmica interna, a escolha dos presos que seriam entrevistados partiu da própria Direção penitenciária. Pode parecer, com isso, que as indicações para as entrevistas recaíram sobre aqueles presos mais próximos da Administração do presídio para controlar o conteúdo das respostas e preservar a imagem da instituição. No entanto, podemos afirmar que dentro do possível a escolha dos pesquisados pelo corpo diretivo observou os objetivos e propósitos da pesquisa.

Assim, relatamos a intenção de entrevistar indivíduos das diversas segmentações religiosas ali existentes e presos não religiosos, com a finalidade de estabelecer afinidades e oposições, bem como aumentar o ângulo de observação e fazer o contraponto entre os discursos.

O critério solicitado era que tivessem um razoável envolvimento com sua religião ou com a massa carcerária, garantindo-se a representatividade do assunto estudado, por certamente conhecerem mais a fundo seus papeis e ofícios. Com isso, entre os participantes foi possível colher o depoimento, por exemplo, de presos reconhecidos como pastores internos e presos com afinidade faccional.

Aliás, essa proximidade com as facções criminosas já descarta, de per si, a ideia de predileções controladas pela Administração do presídio, pois como salientado há pouco, qualquer contato com o corpo dirigente certamente seria interpretado como “caguetagem” e punido com a pena de morte. Além do mais, algumas entrevistas foram obtidas por indicação dos próprios detentos entrevistados⁴², sem qualquer objeção ou oposição por parte dos agentes penais.

Em seguida, os policiais localizavam aquele detento que ostentava tais predicados e o conduzia até a sala de entrevistas, que podia ser a sala do Diretor ou da pedagoga, conforme ressaltado acima. Alguns chegavam mais descontraídos e prontamente se sentavam à mesa, outros mais desconfiados ficavam em pé aguardando uma autorização para tanto. As algemas do preso eram retiradas e os agentes saíam do recinto, permanecendo do lado de fora.

⁴² Para Beaud e Weber esses “aliados”, como são chamados, são “suas cartas de referência junto àqueles que se mostram mais reticentes para encontrá-lo. Eles lhe permitirão abrir portas que, sem eles, estar-lhe-iam sempre fechadas, entrar em contatos com pessoas que, de outra forma, você não poderia ver” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 84).

Apesar de algumas interrupções, os contatos ocorreram em absoluta privacidade, elemento essencial para o desenrolar da interação, obtenção de confiança entre os participantes e a qualidade das informações buscadas. As entrevistas foram todas individualizadas e acompanhadas somente pelo pesquisador, garantindo-se, com isso, um ambiente harmonioso, de empatia e não coercitivo.

6.3.2 Os questionários

Podemos definir questionário como uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento” (GIL, 1999, p. 121).

Em ciências sociais, o principal objetivo de um questionário é testar as hipóteses que foram elaboradas pelo investigador no transcorrer da pesquisa, onde a construção e a formulação das questões se colocam como uma fase primordial para o sucesso do trabalho (GHIGLIONE; MATALON, 1993).

No nosso caso, a fim de constatar a eficácia do questionário em relação aos objetivos da pesquisa e conferir clareza e coerência com o universo discursivo dos detentos, a construção das perguntas foi precedida por uma etapa qualitativa (entrevistas exploratórias).

Todas as questões foram formuladas e padronizadas antecipadamente por escrito e continham respostas abertas e fechadas distribuídas em seis blocos de perguntas sobre dados pessoais, culturais, econômicos, sociais, prisionais e religiosos, este último subdividido em religiosidade, conversão/reconversão, família, benefícios, igreja e hábitos (APÊNDICE H). Nas respostas abertas, a pessoa responde como quer, livremente; nas fechadas, ela escolhe uma das alternativas postas em uma lista preordenada.

A dinâmica de aplicação dos questionários buscou garantir a constância de suas condições, o que significa dizer, que as perguntas foram dirigidas igualmente a todos os respondentes que aceitaram participar da pesquisa.

Buscamos também, dentro do universo amostral, abranger toda a complexidade da UPRP, com o que participaram presos representantes de todos os pavilhões e regiões da unidade: religiosos e não religiosos, estudantes e não estudantes, faccionados (PCC e

CV) e “comunidade”, presos segurados e de cela evangélica, que trabalham (azuizinhos, amarelinhos e metadinhas) e que não trabalham.

Embora houvesse lista de chamada, por opção nossa, preferimos não exigir a assinatura de nenhum deles no TCLE (que nesse caso compunha o próprio corpo do questionário para facilitar sua coleta), para com isso proporcionar certo nível de tranquilidade e espontaneidade nas respostas, já que no universo prisional, como vimos, há o legítimo receio de que nenhuma informação está segura de circular.

E aparentemente esta estratégia deu certo, pois foram poucos os presos convidados que se recusaram ou desistiram de participar, totalizando 167 respondentes, de um total de 665 internos, o que corresponde a mais de 25% de todos os reeducandos da UPRP em agosto de 2022.

Isso requereu um grande esforço de todos os envolvidos, já que a coleta somente foi possível com a estabilização da pandemia da COVID-19, onde a proximidade com o término do programa inviabilizou a aplicação de questionários individuais.

A falta de tempo hábil e até mesmo como forma de evitar maiores contratemplos e inconvenientes à rotina carcerária (retirada um a um dos presos de suas celas ou afazeres, acompanhamento policial destes até o local de coleta, aguardar seu término e os escoltarem de volta), os questionários foram todos aplicados durante o mês de agosto de 2022, de forma coletiva nas salas de aula da Escola Estadual Nova Geração, localizada na área semi-interna da unidade, com a ajuda dos próprios professores e sem a presença de policiais em seu interior.

Figura 26 - Escola Nova Geração e internos ajudando na reforma da unidade



Fonte: ASCOM SECIJU (2021).

Para chegar até lá era preciso passar por dois detectores de metais e grandes portas de ferro trancafiadas e vigiadas por policiais penais o tempo todo. Além disso, em todo o trajeto eu era acompanhado por um agente que aguardava do lado de fora da escola até a conclusão dos questionários para me guiar novamente pelo mesmo caminho de volta.

Todas as três salas possuíam ar condicionado, apesar de numa delas não funcionar muito bem, e a área reservada aos professores era separada da dos alunos por uma grade, os quais permaneciam algemados nas mãos e nos pés, com exceção dos azuizinhos, amarelinhos e metadinhas, cuja circulação em seu interior é menos controlada. Havia garrafas térmicas com água gelada e copos plásticos e se alguém precisasse urinar, no fundo da sala tinha um vasilhame improvisado de vaso sanitário.

Figura 27 - Sala de aula multisseriada da Escola Nova Geração



Fonte: Arquivo pessoal do diretor penitenciário (2022).

Os internos eram, então, acompanhados até as salas de aula depois do almoço, por volta das 12h e ali permaneciam até todo o grupo concluir suas respostas, o que durava até aproximadamente às 16h, um pouco mais, um pouco menos.

De acordo com o que nos foi repassado, além de facilitar a logística, os presos eram retirados por celas ou grupos de celas, ou seja, todos os presos daquelas celas eram conduzidos para o questionário, pois desse modo, evitavam-se especulações do por que aquele detento deixou a carceragem e se ele estaria “caguetando” algo para a polícia. Chegando lá, ele decidia se iria participar ou não; negando-se, ele permanecia na sala até que todos os demais concluíssem suas respostas.

Os questionários eram respondidos diretamente pelos internos, com exceção dos analfabetos e daqueles com dificuldade de leitura e escrita que necessitavam de algum tipo de ajuda, da minha parte ou dos professores que gentilmente se dispuseram a me auxiliar em alguns dias.

Segundo a direção, as questões deveriam ser respondidas a lápis, mesmo pelos alunos da escola, como protocolo de segurança para conter bilhetes e recados entre membros de facções e também porque os presos utilizavam sua tinta para fazer tatuagens caseiras. Ao final, os lápis, borrachas e apontadores eram devolvidos e contabilizados.

Diferentemente de quando realizei as entrevistas, desta vez nenhum dos internos se referiu a mim como juiz, muito embora tenha ocorrido uma situação um tanto curiosa que levou um dos reeducandos a afirmar que eu tinha as “costas quentes”, pois em determinado momento da tarde adentrou um policial à sala dizendo que precisaríamos encerrar a coleta mais cedo, pois iriam dedetizá-la, quando então respondi que tinha autorização para ficar até às 16h, o que foi atendido por ele.

No mais, as especulações ficavam em torno de qual religião eu professava, em vista do teor das questões, claro, resultados de futebol, situação da guerra na Ucrânia e eleições para Presidente da República.

6.3.3 O diário de campo

O diário de campo permite ao pesquisador, depois de cada observação empírica, registrar aquilo que o gravador ou os questionários não captaram, como a visão, os cheiros, as impressões e os comentários feitos antes e depois da sessão de investigação (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Funciona, portanto, como um instrumento auxiliar de registro de dados empíricos e reflexivos, permitindo ao investigador a descrição de pessoas, objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas e, como parte dessas notas, poderá desenvolver ideias, estratégias, reflexões e palpites (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Hammersley e Atkinson enfatizam a importância de anotações meticulosas como principal meio de registro de dados, já que a memória não é inteiramente confiável e as observações não escritas tendem a cair no esquecimento (HAMMERSLEY; ATKINSON, 2007).

Assim, partindo do pressuposto de que em pesquisas de campo “não há observação sem anotação” (BEAUD; WEBER, 2007, p. 97), procurei descrever todas as minhas impressões, sentimentos, ideias e situações ocorridas durante as visitas e conversas com os detentos e corpo dirigente que me chamaram a atenção e que não foram captadas pelo gravador ou pelos questionários, facilitando a análise e reavivando a memória.

Alguns autores diferenciam o diário de campo do caderno de campo. Para Leal, o caderno de campo constitui-se como um “registro escrito daquilo que se vai observando, das conversas que têm lugar, de eventuais ideias que ocorrem durante a observação, de contactos de pessoas que vamos obtendo”, ao passo que o diário de campo surgiria cronologicamente após e de forma sistematizada e mais organizada (LEAL, 2016, p. 145).

Sob este aspecto, o nosso relato escrito se assemelha mais ao caderno de campo que, no meu caso, era apontado em um bloco de papel comum e que me acompanhava durante todo o trabalho de coleta, muito embora, as anotações ocorriam, de regra, em casa. Essa informação é relevante, pois levar o caderno para o campo pode comprometer o potencial de interação, já que retira a atenção do investigador daquilo que está acontecendo para depositá-la no suporte do registro, enquanto que deixá-lo em casa proporciona “mais tempo para observar diretamente e também para participar dos acontecimentos, de mãos livres” (CACHADO, 2021, p. 559).

Para Cachado, que não faz a distinção conceitual acima, as notas de campo constituem talvez a base mais sólida de registro do dia a dia, mostrando-se uma ferramenta complementar útil ao pesquisador que trabalha entre pessoas e importante para compartilhar em um lugar seguro os dilemas éticos, os cansaços e os entusiasmos da pesquisa de campo (CACHADO, 2021).

6.4 O método aplicado: Análise de Correspondência Múltipla (ACM)

Vimos anteriormente que “pensar em termos de campo é pensar relacionalmente” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992a, p. 96, tradução nossa), o que implica dizer que as posições sociais ocupadas pelos agentes dentro do campo não são definidas em si mesmas, mas estruturadas a partir de eixos de diferenciação.

O campo prisional também é relacional, de modo que os seus agentes se distribuem dentro dele a partir de propriedades sociais que lhes permitem ocupar posições de distâncias ou de proximidades entre si.

Nesse sentido, o uso da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) possui afinidade eletiva com a lógica relacional de campo de Bourdieu, permitindo a construção do espaço social através de um plano fatorial (PEDROSO NETO, 2015). Em resumo,

a ACM revela-se uma técnica extremamente útil quando a pesquisa tem por objetivo construir espaços relacionais, representando, sob a forma de nuvens de pontos, as distâncias/proximidades relativas de conjuntos de indivíduos e suas práticas, interesses, opiniões e/ou disposições, para, daí, apreender as principais oposições e afinidades entre eles ou elas e os fatores que as estruturam (BERTONCELO, 2022, p. 22).

Podemos, então, conceituar a ACM como sendo “um método de análise de dados usado para descrever, explorar, resumir e visualizar informações contidas em uma tabela de dados de N indivíduos descritos por Q variáveis categóricas” (HUSSON; JOSSE, 2014, p. 165, tradução nossa).

Através da construção de ferramentas visuais chamadas “nuvens de pontos” permite-se a análise geométrica de dados numa escala exploratória e explicativa entre um conjunto de categorias (ou modalidades) e de indivíduos. Teremos, por conseguinte, duas nuvens diferentes: “as nuvens de modalidades e de indivíduos [mas que] possuem a mesma dimensionalidade, em termos do número e da orientação dos eixos e do peso de cada um para a inércia total” (BERTONCELO, 2022, p. 61). Em termos práticos, isso possibilita analisarmos “simultaneamente as relações entre categorias e indivíduos: (...) é possível passar da nuvem de indivíduos para a nuvem de categorias, projetando os indivíduos na nuvem de categorias, assim como as categorias na nuvem de indivíduos” (BERTONCELO, 2022, p. 64).

Com relação à interpretação das nuvens, “quanto maior a proximidade de duas categorias, mais estão diretamente associadas; quanto mais próximos dois indivíduos estiverem, mais similares são seus perfis de respostas” (BERTONCELO, 2022, p. 64), ou se preferimos, quanto “mais dissimilares forem os perfis de respostas de dois indivíduos (ou seja, escolherem categorias diferentes em um conjunto definido de questões), maior será a distância entre eles – ou melhor, entre os pontos que os representam – na nuvem de indivíduos” (BERTONCELO, 2022, p. 31).

Os indivíduos, no caso, são os 167 presos da UPRP que responderam ao questionário, enquanto que as variáveis categóricas são as informações reunidas destes mesmos indivíduos por meio de um conjunto de perguntas suficientemente amplo e diversificado que consiga abranger vários temas de interesse e ao mesmo tempo conduzir a representações multidimensionais significativas (BERTONCELO, 2022; ROUANET, 2006).

A análise do questionário resultou em 111 variáveis, dentre as quais, 17 ativas e 94 passivas. Variáveis ativas “são aquelas consideradas para a construção dos eixos, ou seja, para a definição das distâncias relativas na nuvem de modalidades”, enquanto que as variáveis passivas (ilustrativas ou suplementares) “não participam da determinação dos eixos ou da definição das distâncias” (BERTONCELO, 2022, p. 36).

Quadro 1 - Informações gerais sobre a ACM

| Tipo de análise | ACM |
|---|-----|
| Número de indivíduos ativos | 167 |
| Número de variáveis ativas | 17 |
| Número de categorias ativas de variáveis ativas | 113 |
| Número de variáveis passivas | 94 |
| Número de categorias passivas de variáveis passivas | 405 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Cada variável é composta por categorias construídas a partir do exame dos dados empíricos da pesquisa. Nesse sentido, consideramos variáveis ativas apenas aquelas formadas por categorias que apresentaram frequência relativa igual ou maior a 5%, pois quanto menos frequente uma categoria, maior a sua contribuição para a taxa de variância ou inércia dos eixos, ou seja, maior a sua colaboração para a definição das distâncias entre categorias e entre indivíduos nas nuvens (LEBARON, 2006; LE ROUX, ROUANET, 2010). Assim, para não desvirtuarmos a realidade objetiva do campo, devemos “evitar incluir como ativas categorias com baixa frequência relativa” (BERTONCELO, 2022, p. 143).

A contribuição das variáveis para a inércia total depende também de definições operacionais de codificação, o que significa que ao construir um espaço social devemos buscar um equilíbrio do número de categorias por questões, caso contrário, uma variável terá um peso muito maior do que a de outra quando distribuídas nas nuvens (BERTONCELO, 2022). Desta forma, levando-se em conta os objetivos deste estudo e

o aprofundamento realizado sobre o nosso quadro geral de questões, definimos por considerar ativas apenas as variáveis compostas por um número entre 6 a 8 categorias.

Todas as variáveis que fugiram desses parâmetros foram inseridas como passivas e, portanto, não participaram da determinação dos eixos nem do cálculo das distâncias nas nuvens de indivíduos e de categorias.

Mas se de um lado as variáveis passivas não contribuem para a inércia total ou para a inércia dos eixos, isso não significa que sejam “propriamente excluídas da análise, pois é possível projetá-las nos planos fatoriais” de modo a reforçar as condições estruturantes de afinidades e contrastes de cada eixo (BERTONCELO, 2022, p. 55). Contudo, nem todas as variáveis categóricas classificadas como passivas contribuirão para a explicação das características ativas. Para tanto, devemos nos valer da chamada metodologia da “diferença calibrada”, segundo a qual, “uma diferença é dita notável se for maior que 0,5 e importante se for maior que 1” (BONNET; LEBARON; LE ROUX, 2015, p. 109, tradução nossa), ou seja, se a distância entre duas categorias de uma variável passiva em um mesmo eixo for maior que 0,5, a distância é notável; se for maior do que 1, é importante.

Quadro 2 - Exemplo de categorias importantes destacadas em amarelo pela diferença calibrada

| Código da categoria (passiva) | Eixo 1 | Eixo 2 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| BLOCO-amar | -0,948 | 0,166 |
| BLOCO-azul | -0,971 | 0,316 |
| BLOCO-met | -0,985 | 0,663 |
| BLOCO-p1 | 0,344 | -0,114 |
| BLOCO-p3 | 0,636 | 0,086 |
| BLOCO-p4 | -0,599 | 0,095 |
| BLOCO-p5 | 0,300 | -0,020 |
| BLOCO-p5ce | -0,451 | -0,817 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Da mesma forma, nem todas as categorias que integram uma variável ativa serão utilizadas na construção do espaço social, mas apenas aquelas que possuam contribuição com a inércia total acima da média. Para se chegar a esse denominador, devemos aplicar o “método de contribuições” (BONNET; LEBARON; LE ROUX, 2015, p. 104,

tradução nossa) dividindo a inércia total (100%) pelo número de categorias das variáveis ativas (no nosso caso, 113), portanto, $100/113 = 0,88\%$.

Quadro 3 - Exemplo de categorias destacadas em amarelo pelo método de contribuições

| Código da Categoria (ativa) | Eixo 1 | Eixo 2 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| ID20-23anos | 0,3 | 0,6 |
| ID24-26anos | 1,1 | 0,6 |
| ID27-29anos | 1,4 | 0,0 |
| ID30-32anos | 0,1 | 1,5 |
| ID33-36anos | 0,3 | 1,2 |
| ID37-39anos | 0,9 | 0,0 |
| ID40-49anos | 2,1 | 0,0 |
| ID50-54anos | 0,7 | 1,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da pesquisa foram, então, classificados com base nessas premissas através do *Software Coheris Analytics Spad (SPAD)* e os resultados nos permitiram identificar 31 eixos que somados representam 100% da inércia e da estrutura do campo prisional, conforme os valores próprios da taxa modificada de Benzécri (1992). Desse total, retivemos para nossa análise os dados concentrados nos dois primeiros eixos e que juntos contribuem com 46,9% da variância total, sendo 26,7% no primeiro eixo e 20,2% no segundo eixo, possibilitando, assim, uma leitura relacional significativa em termos sociológicos do espaço investigado (quanto maior a inércia de um eixo, maior a sua contribuição para a explicação e compreensão do campo analisado) e que nos autoriza, portanto, a desconsiderar a pertinência de um terceiro eixo, especialmente por apresentar uma considerável ruptura entre este (9,9%) e aqueles (26,7% e 20,2%).

Quadro 4 - Variação dos eixos da ACM

| Eixo | Taxa modificada de Benzécri (%) |
|-------------|--|
| 1 | 26,7 |
| 2 | 20,2 |
| 3 | 9,9 |
| 4 | 6,4 |
| 5 | 6,0 |

| | |
|--------------|------------|
| 6 | 4,3 |
| 7 | 3,4 |
| 8 | 2,9 |
| 9 | 2,5 |
| 10 | 2,3 |
| 11-31 | 15,4 |
| Total | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Como resultado final, foram identificadas 111 variáveis, das quais 17 são ativas e 94 passivas. Composto as variáveis ativas estão 113 categorias e composto as variáveis passivas estão 405 categorias, porém, nem todas serão consideradas na nossa análise, mas somente as ativas com inércia acima da média e as passivas tipificadas, por opção metodológica, como importantes.

6.4.1 Apresentação das variáveis e categorias

Nesta seção traçaremos uma visão geral sobre as variáveis e as categorias identificadas para a ACM como resultado da análise dos nossos questionários e, para tanto, seguiremos sua estrutura dividida em blocos e sub-blocos (dados pessoais, culturais, econômicos, sociais, prisionais e religiosos).

Tanto as variáveis como as categorias foram codificadas para garantir sua compatibilidade de execução pelo sistema SPAD. Nesse primeiro momento, descreveremos as variáveis por extenso e em negrito, seguido do seu código entre parênteses, indicando na sequência se ativas ou passivas e quantas categorias a integram. A identificação nominal das categorias, sempre em itálico, não será feita em texto corrido pela enorme extensão do seu conteúdo, donde remetemos o leitor para consultá-la na forma de apêndice sempre que necessário (APÊNDICE I).

6.4.1.1 Variáveis e categorias do bloco “dados pessoais”

As variáveis que integram o bloco dos “dados pessoais” têm por objetivo extrair informações sobre a trajetória de vida do indivíduo encarcerado.

São elas: **idade** (ID), ativa, com 8 categorias; **local de nascimento** (NASC), passiva, com 6 categorias; **sexo/gênero** (SEXO), passiva, com 2 categorias;

cor/raça/etnia (COR), passiva, com 3 categorias; **estado civil** (EC), passiva, com 7 categorias; **criado por quem** (CRI), passiva, com 7 categorias; **morava com quem antes de ser preso** (MORAVA), passiva, com 6 categorias; **morava em qual cidade/bairro antes de ser preso** (CID), passiva, com 7 categorias; **quantas pessoas viviam na sua casa antes de ser preso** (CASA), passiva, com 6 categorias; **filhos** (FILHOS), ativa, com 6 categorias; **irmãos** (IRMÃOS), passiva, com 7 categorias.

6.4.1.2 Variáveis e categorias do bloco “dados culturais”

As variáveis que integram o bloco dos “dados culturais” têm por objetivo extrair informações acerca da escolaridade do interno e de seus pais.

São elas: **escolaridade do interno** (ESC), passiva, com 6 categorias; **escolaridade do pai** (ESCP), passiva, com 7 categorias; **escolaridade da mãe** (ESCM), passiva, com 6 categorias.

6.4.1.3 Variáveis e categorias do bloco “dados econômicos”

As variáveis que integram o bloco dos “dados econômicos” têm por objetivo extrair informações sobre as condições econômicas do preso e de seus pais.

São elas: **profissão do pai** (PAI), ativa, com 8 categorias; **profissão da mãe** (MÃE), passiva, com 6 categorias; **profissão do interno** (TRABPR), ativa, com 7 categorias; **carteira assinada e remuneração** (CART), ativa, com 6 categorias; **idade que começou a trabalhar** (IDTRAB), ativa, com 6 categorias; **primeiro trabalho** (TRAB), ativa, com 7 categorias; **trabalho na prisão** (TRABP), passiva, com 4 categorias; **remuneração na prisão** (REMP), passiva, com 4 categorias; **iniciou o trabalho quanto tempo depois de preso** (INICT), passiva, com 4 categorias; **tempo de trabalho na prisão** (TEMPT), passiva, com 4 categorias; **auxílio reclusão** (AUXREC), passiva, com 2 categorias; **renda mensal da família** (RFAM), passiva, com 5 categorias; **responsável pelas despesas do lar** (RESPD), passiva, com 5 categorias; **veículo** (VEIC), passiva, com 3 categorias; **moradia** (MOR), passiva, com 4 categorias.

6.4.1.4 Variáveis e categorias do bloco “dados sociais”

As variáveis que integram o bloco dos “dados sociais” têm por objetivo extrair informações sobre as relações sociais do reeducando, principalmente com outros presos e funcionários da unidade penal.

São elas: **política** (POLÍT), passiva, com 5 categorias; **relacionamento com funcionários que não são policiais penais** (FUNC), passiva, com 4 categorias; **relacionamento com os policiais penais** (POL), passiva, com 5 categorias; **relacionamento com os presos faccionados** (PFAC), passiva, com 3 categorias; **relacionamento com os presos religiosos** (PREL), passiva, com 2 categorias; **relacionamento com os presos não-religiosos** (PÑREL), passiva, com 2 categorias.

6.4.1.5 Variáveis e categorias do bloco “dados prisionais”

As variáveis que integram o bloco dos “dados prisionais” têm por objetivo extrair informações sobre o contexto e a realidade carcerária vivenciada pelo indivíduo.

São elas: **crime que cometeu** (CRIME), ativa, com 6 categorias; **tempo de prisão** (TEMPOPRI), passiva, com 6 categorias; **preso provisório ou definitivo** (PENA), ativa, com 6 categorias; **preso antes por quantas vezes** (PRESO), ativa, com 6 categorias; **tempo da prisão anterior** (PRIANT), ativa, com 6 categorias; **reincidente** (REINC), ativa, com 6 categorias; **PAD após a prisão** (PADT), passiva, com 4 categorias; **ato infracional** (ATOINF), passiva, com 4 categorias; **parentes presos** (PARENPR), passiva, com 5 categorias; **facção criminosa** (FAC), passiva, com 4 categorias; **estuda na prisão** (ESTUD), passiva, com 5 categorias; **iniciou os estudos depois de quanto tempo preso** (TESTUD), passiva, com 5 categorias; **bloco** (BLOCO)⁴³, passiva, com 8 categorias; **cor do uniforme** (UNIF), passiva, com 4 categorias; **importância do trabalho na prisão** (IMPT), passiva, com 3 categorias; **importância do estudo na prisão** (IMPE), passiva, com 3 categorias; **importância da família na prisão** (IMPF), passiva, com 3 categorias; **alguém da família se afastou após a prisão** (AFAST), passiva, com 6 categorias; **necessidade após a prisão** (NEC), passiva, com 6 categorias; **motivo das necessidades** (MNEC), passiva, com 5 categorias; **desentendimento interno na prisão** (DESENT), passiva, com 6 categorias; **motivos do desentendimento interno** (DESENMOT), passiva, com 7 categorias;

⁴³ Esta variável não constou do questionário, de modo que suas categorias foram construídas com suporte na lista de chamada na qual era possível identificar os blocos (pavilhões e setores) dos participantes.

situação traumática (SIT), passiva, com 5 categorias; **tempo da situação traumática após a prisão** (TSIT), passiva, com 6 categorias.

6.4.1.6 Variáveis e categorias do bloco “dados religiosos”

As variáveis que integram o bloco dos “dados religiosos” foram divididas em sub-blocos. Em “religião e religiosidade” buscou-se compreender a religiosidade do indivíduo antes e depois da prisão. Em “religião, conversão e reconversão” buscou-se informações sobre o trânsito religioso. Em “religião e família”, qual a religião dos pais do reeducando. Em “religião e benefícios”, se a religião proporciona benefícios materiais ou simbólicos ao preso. Em “religião e igreja”, informações sobre a igreja do indivíduo antes e depois da prisão. E finalmente em “religião e hábitos”, qual o impacto da religião sobre o comportamento daquele agente.

No primeiro sub-bloco são elas: **acredita em Deus** (ACDEUS), passiva, com 2 categorias; **acredita na existência do diabo** (ACDIABO), passiva, com 2 categorias; **responsabilidade pelos crimes** (RESPC), passiva, com 5 categorias; **importância da religião antes de ser preso** (IMPREL), passiva, com 5 categorias; **importância da religião depois de ser preso** (IMPRELD), passiva, com 5 categorias; **qual a religião antes de ser preso** (RELAN), passiva, com 5 categorias; **conversão** (CV), ativa, com 8 categorias.

No segundo sub-bloco são elas: **tempo de conversão/reconversão** (TCONV), ativa, com 6 categorias; **batizado na prisão** (BATIZ), passiva, com 5 categorias; **motivos da conversão/reconversão** (MOTC), ativa, com 6 categorias; **pessoas que influenciaram na conversão/reconversão** (PICV), passiva, com 6 categorias; **pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão/reconversão** (RESP), passiva, com 5 categorias; **o convívio com a família melhorou após a conversão/reconversão** (CFAM), passiva, com 3 categorias; **a relação com o trabalho melhorou após a conversão/reconversão** (RTRAB), passiva, com 3 categorias; **a relação com os estudos melhorou após a conversão/reconversão** (REST), passiva, com 3 categorias; **importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão** (IMPCONV), passiva, com 4 categorias; **pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão/reconversão** (CVIG), passiva, com 5 categorias.

No terceiro sub-bloco são elas: **religião da mãe** (RMÃE), passiva, com 3 categorias; **religião do pai** (RPAI), passiva, com 3 categorias.

No quarto sub-bloco são elas: **a leitura da bíblia dá direito à remição da pena** (LBREMI), passiva, com 3 categorias; **a administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso** (ADMBPR), passiva, com 3 categorias; **benefícios usufruídos oferecidos pela administração** (USUB), passiva, com 3 categorias; **as igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias** (IGBE), passiva, com 4 categorias; **benefícios usufruídos oferecidos pela igreja** (USIG), passiva, com 3 categorias.

No quinto sub-bloco são elas: **nome da igreja antes de ser preso** (IG), passiva, com 7 categorias; **nome da igreja atual** (IGA), ativa, com 8 categorias; **frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso** (ATV), passiva, com 7 categorias; **atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão** (ATIVP), ativa, com 7 categorias; **antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão** (AP), passiva, com 6 categorias; **assistência religiosa na unidade prisional** (ASRE), passiva, com 4 categorias; **antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional** (ASREAP), passiva, com 5 categorias.

No sexto e último sub-bloco são elas: **praticava algum tipo de esporte antes de ser preso** (AESP), passiva, com 5 categorias; **pratica ou praticaria algum esporte depois de preso** (DESP), passiva, com 5 categorias; **praticava algum tipo de jogo antes de ser preso** (JAP), passiva, com 5 categorias; **pratica ou praticaria algum jogo depois de preso** (JDP), passiva, com 5 categorias; **assistia TV ou rádio antes de ser preso** (AATV), passiva, com 3 categorias; **assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso** (ASSTV), passiva, com 3 categorias; **consumia bebidas alcoólicas antes de ser preso** (ABALC), passiva, com 2 categorias; **consome ou consumiria bebidas alcoólicas depois de ser preso** (BALC), passiva, com 2 categorias; **fumava cigarros antes de ser preso** (AFUM), passiva, com 2 categorias; **fuma ou fumaria cigarros depois de ser preso** (FUM), passiva, com 2 categorias; **usava drogas ilícitas antes de ser preso** (ADROG), passiva, com 2 categorias; **usa ou usaria drogas ilícitas depois de ser preso** (DROG), passiva, com 2 categorias; **usava gírias, palavrões, xingamentos antes de ser preso** (GÍRA), passiva, com 2 categorias; **usa gírias, palavrões, xingamentos depois de ser preso** (GÍR), passiva, com 2 categorias; **recebe visita íntima na prisão** (VIS), passiva, com 2 categorias; **tipo de roupa que usaria na prisão** (ROUP), passiva, com 3 categorias; **conhece alguém que se converteu e**

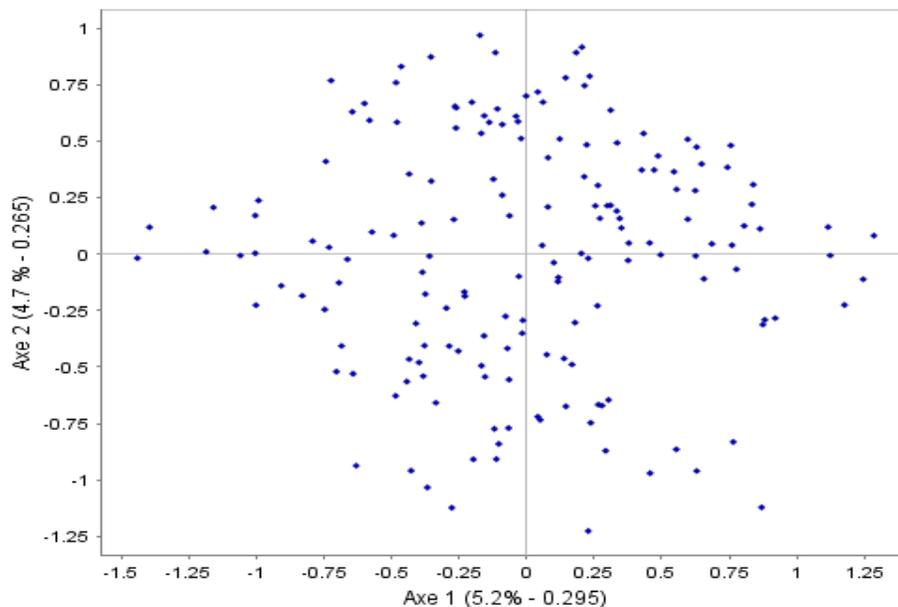
quando saiu em liberdade voltou para o mundo do crime (CVOLTC), passiva, com 2 categorias; **acredita em falsas conversões/reconversões na prisão** (FCONV), passiva, com 2 categorias; **motivos para fingir uma conversão/reconversão** (MOTIV), passiva, com 6 categorias; **punições para a falsa conversão/reconversão** (PUN), passiva, com 6 categorias; **quem aplica as punições** (APUN), passiva, com 6 categorias.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A ACM foi utilizada neste trabalho com a finalidade de realizar a objetivação da região do campo prisional destinada aos presos evangélicos e não evangélicos da UPRP. Com isso, queremos demonstrar as afinidades e oposições relativas entre esses dois grupos, ou seja, quais as propriedades sociais que os estruturam, aproximando-os ou distanciando-os um dos outros, e assim tentar compreender, através desse processo relacional, suas tomadas de posições religiosas referentes à conversão evangélica na prisão.

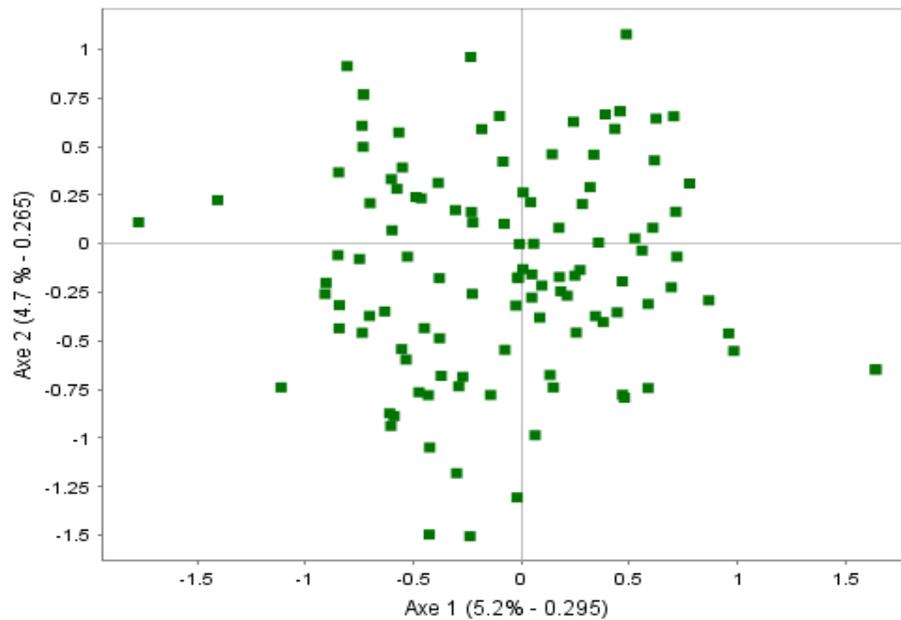
Para isso, iremos analisar separadamente os dois eixos que mais contribuíram para a composição deste espaço específico da Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP) em termos probabilísticos, já que indicam tendências e não verdades absolutas. Nas figuras abaixo é possível visualizarmos as nuvens dos indivíduos e das categorias distribuídas em cada um deles.

Figura 28 - Espaço dos presos na UPRP



Fonte: Dados da pesquisa.

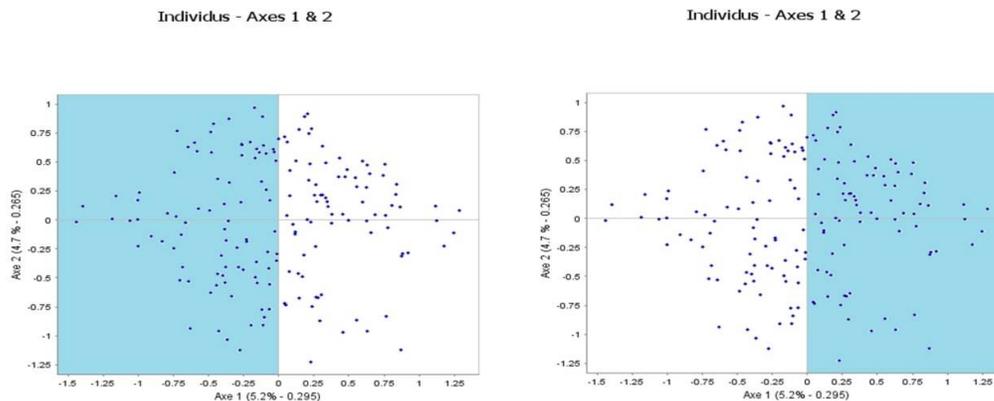
Figura 29 - Espaço das variáveis e suas categorias

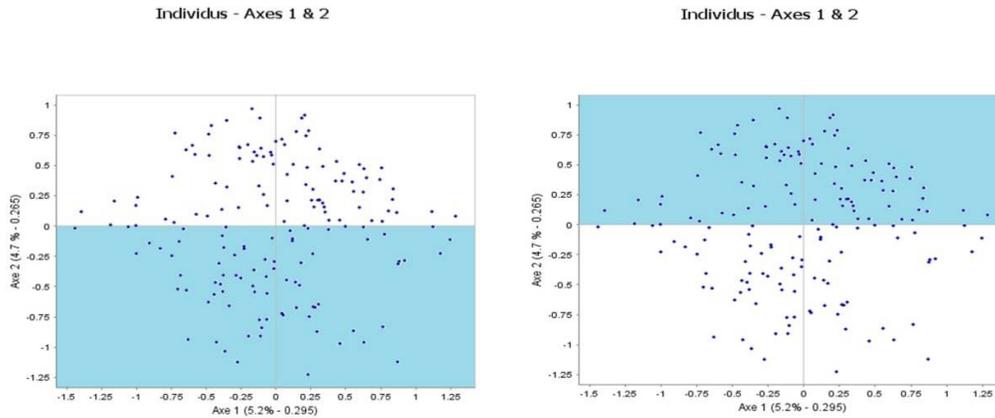


Fonte: Dados da pesquisa.

O primeiro eixo – o eixo horizontal do plano fatorial – é formado por dois lados: esquerdo e direito. No lado esquerdo integram as categorias com sinal negativo da tabela de coordenadas de variáveis ativas, enquanto que do lado direito integram as categorias com sinal positivo da mesma tabela. O segundo eixo – o eixo vertical do plano fatorial – é formado também por dois lados: inferior e superior. No lado inferior estão as categorias com sinal negativo e no lado superior estão as com sinal positivo da tabela de coordenadas de variáveis ativas.

Figura 30 - Lados esquerdo e direito do eixo 1 e lados inferior e superior do eixo 2





Fonte: Dados da pesquisa.

7.1 Presos ocasionais que tendem a se converter *versus* presos habituais que tendem a não se converter (primeiro eixo)

Este eixo foi o que mais colaborou com a inércia do campo prisional, por isso é considerado o principal eixo da nossa análise, com uma taxa modificada de 26,7%, sendo representado por 44 categorias ativas identificadas pelo método de contribuições: 22 do lado esquerdo e 20 do lado direito. Além disso, 72 categorias passivas foram consideradas importantes pela diferença calibrada: 34 do lado esquerdo e 38 do lado direito.

Pelos quadros 5 e 6 a seguir é possível identificarmos semelhanças e padrões antagônicos entre as categorias posicionadas do lado esquerdo em relação às do lado direito, cujo diagnóstico nos conduz a duas principais tendências relacionais e que serão desenvolvidas ao longo da seção: os indivíduos do lado esquerdo tendem a ser presos ocasionais e tendem a se converter; já os do lado direito tendem a ser presos habituais e tendem a não se converter.

7.1.1 Categorias ativas do primeiro eixo

Iniciaremos a análise do primeiro eixo a partir das categorias ativas dos lados esquerdo e direito, cujas semelhanças e oposições são indicadas no quadro abaixo. Num segundo momento iremos examinar as categorias passivas que compõem esse mesmo eixo.

Quadro 5 - Categorias ativas do lado esquerdo e do lado direito do eixo 1

| Código da variável | Categorias ativas: lado esquerdo | Categorias ativas: lado direito |
|---------------------------|---|---|
| ID | <i>37 a 39 anos</i> | <i>24 a 26 anos</i> |
| | <i>40 a 49 anos</i> | <i>27 a 29 anos</i> |
| PENA | <i>Pena provisória</i> | <i>Pena definitiva até 6 anos</i> |
| | | <i>Pena definitiva de 7 a 10 anos</i> |
| PAI | <i>Pai - Agricultura, Pecuária e Mineração</i> | <i>Pai - Comércio</i> |
| CART | <i>Com carteira assinada - Mais de 1 SM</i> | <i>Sem carteira assinada - Outros</i> |
| IDTRAB | <i>Começou a trabalhar com 7 a 11 anos</i> | <i>Nunca trabalhou</i> |
| TRABPR | | <i>Interno - Não trabalhava antes de ser preso</i> |
| IGA | <i>Nome da igreja atual - Outras</i> | <i>Nome da igreja atual - Em branco, Não sabe/lembra</i> |
| | <i>Nome da igreja atual - Universal</i> | <i>Nome da igreja atual - Não tem igreja</i> |
| TRAB | <i>Primeiro trabalho - Agricultura/Pecuária</i> | <i>Não teve o primeiro trabalho</i> |
| CRIME | <i>Crimes contra a vida</i> | |
| | <i>Crimes sexuais</i> | |
| FILHOS | <i>3 filhos</i> | <i>2 filhos</i> |
| | <i>4 filhos</i> | |
| | <i>5 filhos ou mais</i> | |
| PRESO | <i>Não foi preso antes</i> | <i>Preso antes por 2 vezes</i> |
| PRIANT | <i>Não tem tempo de prisão anterior</i> | <i>Tempo de prisão anterior - De 1 a menos de 2 anos</i> |
| REINC | <i>Não é reincidente</i> | <i>Reincidente por 2 vezes</i> |
| CV | <i>Conversão - Reconverteu lendo mais a bíblia</i> | <i>Conversão - Não mudou, mas se afastou e não se dedicou novamente</i> |
| | | <i>Conversão - Não mudou e não se afastou</i> |
| TCONV | <i>Tempo de conversão - 1º mês depois de preso</i> | <i>Tempo de conversão - Não se converteu</i> |
| | <i>Tempo de conversão - 2 meses a 7 meses depois de preso</i> | |
| MOTC | <i>Motivos da conversão - Família, pastor e dificuldade financeira</i> | <i>Motivos da conversão - Não converteu/reconverteu depois de preso</i> |
| ATIVP | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto, missa e oração</i> | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Não</i> |

Fonte: Dados da pesquisa.

As categorias *Não foi preso antes* (PRESO-não), *Não tem tempo de prisão anterior* (PRIANT-não), *Não é reincidente* (REINC-não) e *Pena provisória* (PENAPROVIS) sinalizam que do lado esquerdo tendem a se localizar aqueles presos ocasionais, ou seja, que não pertencem ao mundo do crime. Nos dizeres de Ramalho, trata-se daquele sujeito cuja vinda para cadeia está “ligada ao ‘acaso’ ou ‘acidente’, sendo esta pessoa, em geral, um ‘trabalhador, pai de família’” (RAMALHO, 2008, p. 36).

Em sentido oposto, as categorias *Preso antes por 2 vezes* (PRESO-2x), *Tempo de prisão anterior - De 1 a menos de 2 anos* (PRIANT1<2a), *Reincidente por 2 vezes* (REINC-2x), *Pena definitiva até 6 anos* (PENADEF6a) e *Pena definitiva de 7 a 10 anos* (PENADEF7a10) são sugestivas de que do lado direito tendem a estar os presos habituais, pertencentes à massa carcerária. Se preferirmos nos valer da linguagem autóctone dos presidiários, a quem Ramalho deu voz, o indivíduo deste lado do eixo é chamado de “criminoso nato”, assim considerado aquele “que ‘nasceu na marginalidade’, ‘é criado em favela’, ‘vem desde moleque roubando’” (RAMALHO, 2008, p. 73).

Por isso, os presos ocasionais são em regra indivíduos com uma idade mais madura entre *37 a 39 anos* (ID37-39anos) e *40 a 49 anos* (ID40-49anos), em oposição ao preso habitual, cuja trajetória no mundo do crime tende a se iniciar bem mais cedo, possuindo idade entre *24 a 26 anos* (ID24-26anos) e *27 a 29 anos* (ID27-29anos).

Pelas mesmas razões, os detentos ocasionais não fazem do crime a sua profissão, de modo que as categorias *Começou a trabalhar com 7 a 11 anos* (IDTRAB-7a11), *Primeiro trabalho - Agricultura/Pecuária* (TRAB-agric) e *Com carteira assinada - Mais de 1 SM* (CARTsim+1SM) indicam que os indivíduos localizados à esquerda do eixo horizontal costumam trabalhar desde pequenos, geralmente em lides rurais, e com carteira assinada com rendimentos acima de um salário mínimo, integrando o que Ramalho nomeou de “mundo do trabalho” (RAMALHO, 2008).

Já os presos habituais são aqueles que vivem do crime, daquilo que o delito lhes proporciona, integrando, pois, o “mundo do crime” (RAMALHO, 2008). Com isso, as categorias *Não teve o primeiro trabalho* (IDTRAB-nunca), *Nunca trabalhou* (TRAB-nunca), *Sem carteira assinada - Outros* (CART-outros) e *Interno - Não trabalhava antes de ser preso* (TRABPR-não) são indícios de que os indivíduos localizados à direita do eixo fazem da atividade criminosa a sua fonte de renda.

As categorias *Pai - Agricultura, Pecuária e Mineração* (PAI-agricul), *3 filhos* (FILHOS-3), *4 filhos* (FILHOS-4) e *5 filhos ou mais* (FILHOS-5+) presentes do lado

esquerdo são sugestivas de que os presos ocasionais têm uma origem rural, com uma alta taxa de natalidade condizente com os arranjos familiares destes espaços.

Do lado direito, as categorias *Pai - Comércio* (PAI-Comerc) e *2 filhos* (FILHOS-2) sinalizam que os presos habituais tendem a ser provenientes de centros urbanos e nesse sentido possuem uma taxa de natalidade menor se comparada à zona rural, provavelmente por razões multifatoriais.

As categorias *Crimes contra a vida* (CRIME-cvida) e *Crimes sexuais* (CRIME-sex) presentes do lado esquerdo reforçam o perfil de criminoso ocasional daqueles que ali se encontram posicionados. Como vimos, o preso ocasional não retira do crime o seu sustento, logo, tende à prática de delitos desprovidos de cunho econômico. O móvel do crime de homicídio, como regra, não possui conteúdo econômico ou financeiro⁴⁴, e da mesma forma, os crimes sexuais não têm ligação direta com a intenção de auferir lucro ou rendimento, mas sim a satisfação da sua lascívia.

Do lado direito do eixo não foram identificadas categorias ativas relacionadas aos tipos de crimes cometidos.

Em relação à religiosidade dos reeducandos, a categoria *Conversão - Reconverteu lendo mais a bíblia* (CV-ded/bi) indica que aqueles situados à esquerda do eixo, ou seja, os presos ocasionais, tendem a se converter na prisão, ao passo que as categorias *Conversão - Não mudou, mas se afastou e não se dedicou novamente* (CV-nãoded) e *Conversão - Não mudou e não se afastou* (CV-nãomud) apontam que os indivíduos do lado direito, os presos habituais, tendem a não se converter no cárcere.

Vale esclarecer que o termo “conversão” está sendo utilizado aqui em seu sentido lato, de modo a abranger as três categorias de convertidos adotadas ao longo deste estudo: aquele que mudou de religião; aquele que não tinha religião e passou a adotar uma; e o reconvertido que é o que redescobre a sua religião de origem (HERVIEU-LÉGER, 2008). Portanto, se o indivíduo tinha uma religião, mas mudou após a prisão, estamos diante da primeira figura; se ele não tinha nenhuma religião, mas passou a adotar alguma depois de preso, estamos diante da segunda hipótese; e se ele não mudou, mas se afastou e se reencontrou novamente com ela na prisão, teremos uma

⁴⁴ Exceção à regra, temos o que a doutrina chama de homicídio mercenário, que é aquele cometido mediante paga ou promessa de recompensa, e que constitui uma forma qualificada do crime de homicídio (art. 121, parágrafo 2º, inciso I, do Código Penal). Vale registrar, também, que o crime de latrocínio é uma qualificadora do crime de roubo (art. 157, parágrafo 3º, inciso II, do Código Penal) que tem no homicídio o crime-meio para subtração, ou seja, mata-se para roubar, portanto, é um delito enquadrado na categoria dos crimes contra o patrimônio, e não no de crimes contra a vida (APÊNDICE I).

reconversão, mais ou menos como a parábola bíblica da ovelha desgarrada que volta para o seu rebanho.

Nesse sentido, as categorias *Nome da igreja atual - Outras* (IGA-out) e *Nome da igreja atual - Universal* (IGA-univeout) sugerem que a religião evangélica tende a ser a preferida entre os presos ocasionais que se convertem à esquerda do eixo horizontal. Digo isso, porque a Igreja Universal pertence ao neopentecostalismo evangélico e porque todas as igrejas que integram a categoria IGA-out são evangélicas, com exceção da igreja judaica adotada por um único preso (APÊNDICE I).

Enquanto isso, do lado direito do eixo, as categorias *Nome da igreja atual - Em branco, Não sabe/lembra* (IGA-nãosabe), *Nome da igreja atual - Não tem igreja* (IGA-nãotem) e *Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Não* (ATIVP-não) sugerem a falta de interesse ou apego religioso por parte do preso habitual, que não pertence a nenhuma igreja ou se pertence não quis responder ou simplesmente não sabe ou não se lembra qual seria ela, tampouco frequenta atividades religiosas na prisão.

Diferentemente, a categoria *Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto, missa e oração* (ATIVP-c,m,o) indica que os detentos ocasionais tendem a frequentar cultos evangélicos e orações na prisão. Muito embora o nome da categoria contemple *missa* é preciso lembrar que o estudo apresentado pela COARE concluiu que na UPRP apenas a Igreja Universal e a Igreja Assembleia de Deus prestavam assistência religiosa em seu interior (BRASIL, 2021b), o que significa que as atividades ali desenvolvidas são organizadas e ministradas pelos pastores externos e internos e não por padres. Nesse sentido, apenas quatro reeducandos afirmaram participar de atividades propriamente católicas (missas), três deles cumulativamente com os cultos evangélicos, com o que não descartamos ter havido uma confusão litúrgica entre os termos, não no sentido de que não participariam de ambos, pois alguns internos disseram que frequentariam toda e qualquer atividade religiosa desde que promovida dentro da unidade. Mas no sentido de que a presença católica não é percebida na UPRP, quando muito apenas excepcionalmente, o que é reforçado pela afirmação do único preso que disse frequentar exclusivamente as missas em seu interior, pois quando questionado a frequência da sua participação, o mesmo respondeu que o foi apenas por uma única vez no período de dois anos.

Os presos ocasionais posicionados do lado esquerdo do eixo tendem a se converter logo no início do cumprimento da pena, conforme se observa das categorias *Tempo de conversão - 1º mês depois de preso* (TCONV-1ºm) e *Tempo de conversão - 2*

meses a 7 meses depois de preso (TCONV-2ma7m). Como veremos no tópico seguinte, as categorias passivas *Importância da religião antes de ser preso - Muito importante* (IMPREL-mimp) e *Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Cultos e outras atividades* (ATV-culeou) indicam que os detentos ocasionais, em algum momento das suas trajetórias, tiveram uma relação de proximidade com as suas religiões. Portanto, soa coerente e razoável que estes indivíduos ao se depararem com um universo do qual não fazem parte se aproximem do grupo formado por presos religiosos por lhes ser mais afim, logo, suscetíveis a uma rápida conversão.

Do lado direito, a categoria *Tempo de conversão - Não se converteu* (TCONV-ñcon) corrobora a tendência de não conversão por parte dos presos habituais.

E para concluir a análise das categorias ativas do primeiro eixo, os reeducandos ocasionais estão mais propensos a se converterem na prisão motivados pela família e pelo pastor, nos termos da categoria *Motivos da conversão - Família, pastor e dificuldade financeira* (MOTC-f,p,df). Apesar de o nome da categoria incluir o motivo *dificuldade financeira* este não foi considerado porque apenas um interno assim o fez, mas antes mesmo de ser preso, como podemos observar da sua descrição no respectivo apêndice (APÊNDICE I).

Mais uma vez, os presos habituais do lado direito tendem a não se converter, o que se demonstra pela categoria *Motivos da conversão - Não converteu/reconverteu depois de preso* (MOTC-ñconv).

7.1.2 Categorias passivas do primeiro eixo

Passaremos agora para o exame das categorias passivas dos lados esquerdo e direito do primeiro eixo, e da mesma forma que fizemos com as ativas, apresentaremos a seguir um quadro comparativo das afinidades e contrastes identificados.

Quadro 6 - Categorias passivas do lado esquerdo e do lado direito do eixo 1

| Código da variável | Categorias passivas: lado esquerdo | Categorias passivas: lado direito |
|---------------------------|---|--|
| IRMÃOS | <i>11 irmãos ou mais</i> | <i>3 irmãos</i> |
| MÃE | <i>Mãe - Agricultura/Pecuária</i> | <i>Mãe - Comércio</i> |
| | | <i>Mãe - Doméstica</i> |
| | | <i>Mãe - Outras profissões</i> |
| | | <i>Mãe - Serviços gerais</i> |

| | | |
|---------|---|--|
| TSIT | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - Do 2º dia a 2 meses</i> | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - Mais de 3 anos</i> |
| BLOCO | <i>Internos - Metadinha</i> | <i>Internos - Bloco P3</i> |
| ESC | <i>Interno analfabeto</i> | <i>Interno com ensino fundamental completo</i> |
| TRABP | <i>Trabalha na prisão com serviços gerais</i> | <i>Não trabalha na prisão</i> |
| | | <i>Trabalha na prisão com artesanato</i> |
| INICT | <i>Iniciou o trabalho na prisão até 1 ano depois de preso</i> | <i>Iniciou o trabalho na prisão mais de 4 anos depois de preso</i> |
| SEXO | <i>Outro sexo</i> | <i>Sexo masculino</i> |
| POL | <i>Tem bom relacionamento com os policiais penais</i> | <i>Não tem bom relacionamento com os policiais penais por ignorância e falta de respeito</i> |
| ATOINF | <i>Não esteve internado em instituição para menores infratores</i> | <i>Ato infracional contra a vida</i> |
| FAC | <i>Nunca fui faccionado</i> | <i>Sou faccionado</i> |
| UNIF | <i>Uniforme metadinha</i> | <i>Uniforme laranja</i> |
| SIT | <i>Situação traumática - Arrependimento ou sentimento de culpa pelos crimes cometidos</i> | <i>Situação traumática - Desentendimentos internos</i> |
| | <i>Situação traumática - Doença depressão ou vício</i> | |
| | <i>Situação traumática - Dificuldades financeiras</i> | |
| PICV | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Amigos e colegas de cela</i> | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Não se converteu</i> |
| RESP | <i>Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Família, amigos e policiais</i> | <i>Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Não se converteu</i> |
| RTRAB | <i>A relação com o trabalho melhorou depois de convertido/reconvertido</i> | <i>Relação com o trabalho após a conversão - não se converteu</i> |
| IMPREL | <i>Importância da religião antes de ser preso - Muito importante</i> | <i>Importância da religião antes de ser preso - Indiferente</i> |
| BATIZ | <i>Batizado na prisão em 2022</i> | <i>Não converteu/reconverteu depois de preso, portanto não foi batizado na prisão</i> |
| REST | <i>A relação com os estudos melhorou depois de convertido/reconvertido</i> | <i>Relação com os estudos após a conversão - não se converteu</i> |
| IMPCONV | <i>Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão -</i> | <i>Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Não se converteu</i> |

| | | |
|----------|--|--|
| | <i>Indiferente, Sem importância ou Pouco importante</i> | |
| CVIG | <i>Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Todas as pessoas</i> | <i>Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Não se converteu</i> |
| AATV | <i>Assistia TV ou rádio antes de preso - Não - erótico e violento</i> | <i>Assistia TV ou rádio antes de preso - Não - Novela, outros e em branco</i> |
| | | <i>Assistia TV ou rádio antes de preso - Sim</i> |
| ASSTV | <i>Assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso - Não - Erótico e violento</i> | <i>Assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso - Sim</i> |
| RELAN | <i>Religião antes de ser preso - Outras</i> | <i>Religião antes de ser preso - Espírita</i> |
| ASRE | <i>Assistência religiosa na unidade prisional - Culto e missa</i> | <i>Assistência religiosa na unidade prisional - Não</i> |
| ADMBPR | <i>A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso - Outros</i> | <i>A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso - Não</i> |
| USUB | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Outros</i> | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Não</i> |
| DESENMOT | <i>Não tem motivos para o desentendimento interno na prisão</i> | |
| | <i>Outros motivos do desentendimento interno</i> | |
| | <i>Motivos do desentendimento interno - Falta de respeito</i> | |
| ATV | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Cultos e outras atividades</i> | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Culto - diariamente e semanalmente</i> |
| | | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Missa e catequese - mensalmente e outros</i> |
| | | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Não</i> |
| AP | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Oração, louvor e missa</i> | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Culto - diariamente</i> |
| | | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Culto - semanalmente</i> |
| | | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na</i> |

Fonte: Dados da pesquisa.

Vimos anteriormente que as categorias passivas podem ser projetadas nos planos fatoriais para reforçar os argumentos contidos nas categorias ativas, desde que notáveis (diferença maior do que 0,5) ou importantes (diferença maior do que 1) pela metodologia da diferença calibrada (BONNET; LEBARON; LE ROUX, 2015). No presente caso, consideramos para a nossa análise apenas as categorias passivas com diferença entre elas maior do que 1, logo, classificadas como importantes.

As categorias *11 irmãos ou mais* (IRMÃOS-11+) e *Mãe - Agricultura/Pecuária* (MÃE-Agricul) contidas do lado esquerdo reforçam o argumento de que os presos ocasionais tendem a ter uma origem rural. As taxas de natalidade campesina levam à constituição de famílias numerosas, seja em quantidade de irmãos (IRMÃOS-11+) ou de filhos (FILHOS-3, FILHOS-4 e FILHOS-5+), enquanto que a profissão rural da mãe (MÃE-Agricul) confirma a do pai (PAI-agricul).

Da mesma forma, a dificuldade de acesso à educação na zona rural resulta na baixa escolarização da sua população em comparação com os residentes da zona urbana, por isso, a categoria *Interno analfabeto* (ESC-analf), localizada do lado esquerdo, é mais um indicativo da proveniência campestre dos reeducandos ocasionais. Mas mais do que isso, reforça também a preferência desse grupo pelas igrejas evangélicas em sintonia com a mensagem e o discurso evangélico, historicamente, associados às classes sociais populares e carentes, servindo, inclusive, como superação da anomia social causada pelo êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos (ALMEIDA, 2009).

Em sentido oposto, as categorias *3 irmãos* (IRMÃOS-3), *Mãe - Comércio* (MÃE-Comerc), *Mãe - Doméstica* (MÃE-Domést), *Mãe - Outras profissões* (MÃE-outros), *Mãe - Serviços gerais* (MÃE-Servg) e *Interno com ensino fundamental completo* (ESC-fcomp), todas integrantes do lado direito do eixo, reforçam a tendência de que os presos habituais são provenientes da zona urbana. O número de irmãos é consideravelmente menor (IRMÃOS-3) e a profissão da mãe é predominantemente urbana, como autônoma, empresária, comerciante (MÃE-Comerc), empregada doméstica (MÃE-Domést), professora, pedagoga, funcionária pública, nutricionista (MÃE-outros), camareira, faxineira, gari, servente e zeladora (MÃE-Servg) (APÊNDICE I), confirmando, assim, a profissão urbana do pai (PAI-Comerc). Além

disso, a facilidade de acesso ao estudo próprio das cidades lhes confere uma escolaridade maior (ESC-fcomp).

As categorias *Internos - Metadinha* (BLOCO-met), *Trabalha na prisão com serviços gerais* (TRABP-serg), *Iniciou o trabalho na prisão até 1 ano depois de preso* (INICT-1ano) e *Uniforme metadinha* (UNIF-metad), todas situadas à esquerda, confirmam a tendência de presos ocasionais, pois têm no trabalho a fonte legítima do seu sustento, diferentemente dos detentos habituais. Neste ponto, vale lembrar da declaração prestada pelo Diretor penitenciário, anotada no diário de campo, de que as vagas de emprego na unidade são direcionadas preferencialmente àqueles “presos do acaso” que já tinham na rua uma identificação laboral.

Do lado direito, as categorias *Internos - Bloco P3* (BLOCO-p3), *Não trabalha na prisão* (TRABP-não), *Trabalha na prisão com artesanato* (TRABP-art), *Iniciou o trabalho na prisão mais de 4 anos depois de preso* (INICT-+4a) e *Uniforme laranja* (UNIF-laran) reforçam a tendência de presos habituais já que integram o mundo do crime e não o mundo do trabalho. Enquanto o metadinha (UNIF-metad) desempenha atividades laborais na região semi-interna da unidade, isto é, no setor de produção (BLOCO-met), os presos dos pavilhões (UNIF-laran) não exercem oficialmente um trabalho que lhes garantam direito à remuneração ou remição da pena (TRABP-não), quando muito fazem artesanato dentro das celas (TRABP-art) sem qualquer incentivo, controle ou fiscalização pela Administração do presídio. Da mesma forma, se um preso ocasional costuma demorar 1 ano para iniciar o trabalho na prisão (INICT-1ano), o preso habitual demora em média 4 anos (INICT-+4a) para ter esta mesma oportunidade. Outro indicativo de que os internos localizados à direita do eixo pertencem à massa carcerária é o fato de que no Pavilhão 3 (BLOCO-p3) encontram-se os criminosos da facção Comando Vermelho.

As categorias do lado esquerdo *Tempo da situação traumática após a prisão - Do 2º dia a 2 meses* (TSIT-2ºda2m), *Situação traumática - Arrependimento ou sentimento de culpa pelos crimes cometidos* (SIT-arrepend), *Situação traumática - Doença, depressão ou vício* (SIT-doen), *Situação traumática - Dificuldades financeiras* (SIT-finan), *Não tem motivos para o desentendimento interno na prisão* (DESENMOT-não), *Outros motivos do desentendimento interno* (DESENMOT-ou), *Motivos do desentendimento interno - Falta de respeito* (DESENMOT-resp), *Tem bom relacionamento com os policiais penais* (POL-sim), *Não esteve internado em instituição para menores infratores* (ATOINF-não) e *Nunca fui faccionado* (FAC-nunca) versus as

categorias do lado direito *Tempo da situação traumática após a prisão - Mais de 3 anos* (TSIT->3a), *Situação traumática - Desentendimentos internos* (SIT-desin), *Não tem bom relacionamento com os policiais penais por ignorância e falta de respeito* (POL-ignor), *Ato infracional contra a vida* (ATOINF-vida) e *Sou faccionado* (FAC-sou) reforçam a tendência de diferenciação entre presos ocasionais daquele lado e presos habituais deste lado do eixo principal.

Enquanto os presos ocasionais tendem a enfrentar a situação mais difícil dentro da cadeia logo no início do cumprimento da pena (TSIT-2ºda2m), os habituais, mais acostumados com o universo delincente, demoram cerca de 3 anos (TSIT->3a), demonstrando, assim, que aqueles são mais suscetíveis a estados de crises do que estes. Os motivos que levaram os detentos ocasionais a essa situação traumática tendem a estar relacionados a problemas de ordem pessoal, como arrependimento ou sentimento de culpa pelos crimes que praticaram (SIT-arrepend), doença, depressão ou vício (SIT-doen) e dificuldades financeiras (SIT-finan), enquanto que os presos habituais, detentores do “etos guerreiro” (ZALUAR, 2014), costumam a estar relacionados a desentendimentos internos na prisão (SIT-desin).

Já os reeducandos ocasionais tendem a não se envolver em desentendimentos internos na cadeia (DESENMOT-não), o que não significa que eles não existam, aliás, estranho seria se não existissem⁴⁵, todavia, surgem na forma de exceção e acabam confirmando a tendência principal, dado o vetor probabilístico da ACM a que nos referíamos no início deste capítulo. Deste modo, 112 presos responderam que nunca tiveram nenhum tipo de problema interno na cadeia (DESENMOT-não), 13 tiveram desentendimentos relacionados a brincadeiras na hora errada, problemas com comida, manutenção da higiene na cela, jogando futebol ou homossexualidade (DESENMOT-ou) e 6 referentes a xingamentos e ofensas (DESENMOT-resp) (APÊNDICE I).

Em regra, os presos ocasionais não passam por instituições para menores infratores (ATOINF-não), não são faccionados (FAC-nunca) e possuem bom relacionamento com os policiais penais (POL-sim). Já os presos habituais têm uma trajetória totalmente oposta, cuja delinquência inicia-se já na infância e a partir daí o indivíduo vai galgando graduações cada vez maiores na vida do crime, que vão desde internações quando adolescentes por atos infracionais equiparados a homicídio

⁴⁵ Nestes termos, a pesquisadora Dias já afirmava que “em função da convivência forçada em espaços reduzidos e superlotados, proliferam as contendas e desavenças que sempre fizeram das prisões brasileiras barris de pólvora prestes a explodir” (DIAS, 2011, p. 277).

(ATOINF-vida) até virarem membros de facções criminosas (FAC-sou). Uma vez integrante da massa carcerária, qualquer relação de proximidade com policiais é repudiada, não só pela falta de respeito ou ignorância no trato destes para com aqueles (POL-ignor), mas também porque na cadeia não existe meio-termo: “polícia é polícia; preso é preso” (RAMALHO, 2008, p. 37), “ou é guarda ou é preso” (DIAS, 2008, p. 104), donde “policial bom é policial morto”, conforme advertido por um dos presos da nossa pesquisa⁴⁶.

As categorias *Batizado na prisão em 2022* (BATIZ-2022), *Pessoas que influenciaram na conversão - Amigos e colegas de cela* (PICV-ami), *Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Família, amigos e policiais* (RESP-f,a,p), *A relação com o trabalho melhorou depois de convertido/reconvertido* (RTRAB-sim) e *A relação com os estudos melhorou depois de convertido/reconvertido* (REST-sim) reforçam a tendência de conversão dos presos ocasionais, bem como ressaltam alguns de seus aspectos positivos, como ganhar o respeito dos policiais penais (RESP-f,a,p), algo inconcebível para um preso integrante da massa carcerária.

Em sentido oposto, as categorias *Pessoas que influenciaram na conversão - Não se converteu* (PICV-ñcon), *Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Não se converteu* (RESP-ñcon), *Relação com o trabalho após a conversão - não se converteu* (RTRAB-ñcon) e *Relação com os estudos após a conversão - não se converteu* (REST-ñcon) indicam que os presos habituais estão propensos a não se converter na prisão.

Além de contribuir com estes aspectos, as categorias *Importância da religião antes de ser preso - Muito importante* (IMPREL-mimp) e *Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Cultos e outras atividades* (ATV-culeou) posicionadas do lado esquerdo do eixo tendem a demonstrar que os presos ocasionais já tinham uma relação de afinidade religiosa antes de ingressarem no sistema carcerário, mas que por algum motivo e em algum momento se distanciaram dela para novamente reencontrá-la na prisão, na forma de conversão ou reconversão.

Em relação aos internos habituais, as categorias *Importância da religião antes de ser preso - Indiferente* (IMPREL-ind) e *Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Não* (ATV-não) apontam em sentido diverso. Embora as categorias passivas *Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Culto -*

⁴⁶ Vide a descrição da categoria POL-opressão no APÊNDICE I.

diariamente e semanalmente (ATV-culdise) e *Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Missa e catequese - mensalmente e outros* (ATV-mcmeou) tenham surgido também à direita do eixo, elas apenas confirmam a tendência de que os presos habituais não possuem contato anterior com valores religiosos, dado o seu caráter excepcional. Nesse sentido, as categorias ATV-culdise e ATV-mcmeou tiveram um número bem menor de recorrência nas respostas se comparada à categoria ATV-não, no caso, 13, 4 e 64, respectivamente.

A categoria *Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Oração, louvor e missa* (AP-o,l,m) sugere que os presos ocasionais participavam das atividades religiosas na unidade mesmo antes da pandemia da COVID-19, com a ressalva feita anteriormente quanto às *missas*.

Já do lado direito, a categoria *Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Não* (AP-não) indica que os presos habituais tendem a não participar destas mesmas atividades, muito embora as categorias *Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Culto - diariamente* (AP-culd) e *Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Culto - semanalmente* (AP-culs) possam evidenciar o contrário ou pelo menos inculcar uma aparente contradição entre estas e a AP-não, quando comparadas as frequências das suas respostas (12 e 16, respectivamente) elas apenas confirmam a categoria AP-não com 107 apontamentos.

Da mesma forma, a categoria *Religião antes de ser preso - Outras* (RELAN-out) quer indicar que os reeducandos ocasionais tendem a ser judeus, umbandistas e satanistas antes da prisão (APÊNDICE I), enquanto que pela categoria *Religião antes de ser preso - Espírita* (RELAN-esp), os detentos habituais tendem a ser espíritas antes de serem presos. Trata-se de mais uma situação em que a exceção confirma a regra, isso porque apenas 1 reeducando se declarou judeu, 1 umbandista, 1 satanista e 3 espíritas, num universo de 167 participantes, confirmando, a contrário senso, a preferência destes indivíduos pela religião evangélica (86 respostas) seguida da católica (44 respostas) antes de serem presos.

As categorias *Outro sexo* (SEXO-out) e *Sexo masculino* (SEXO-masc), à esquerda e à direita respectivamente do eixo horizontal, podem passar a impressão de que os presos ocasionais costumam ser de outro sexo em oposição ao sexo masculino dos presos habituais. Ocorre que de todos os reeducandos que responderam ao

questionário, somente 1 disse ser de outro sexo, confirmando, nesta ordem de ideias probabilísticas, que o sexo masculino é predominante de um modo geral na UPRP.

O rigor ascético dos preceitos religiosos, principalmente de algumas igrejas evangélicas, impõe regras morais de decência quanto ao conteúdo daquilo que pode e do que não pode ser visto ou ouvido em canais de rádio e televisão. Inclusive esta é a orientação do pastor externo Vitor para os seus fiéis: “O que a gente cobra: ordem e decência. (...) Isso é que eu aconselho aos irmãos, decência no que assiste, no que está vendo, no que está ouvindo” (P/EVA/01).

Baseado nisso, as categorias à esquerda *Assistia TV ou rádio antes de preso - Não - erótico e violento* (AATV-eróev) e *Assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso - Não - Erótico e violento* (ASSTV-eróev) tendem a revelar a incorporação destes valores religiosos pelos presos ocasionais desde antes do encarceramento e que de certa forma se mantiveram após a prisão, privando-os de ouvir ou assistir programas que consideram impróprios à fé que professam.

As categorias à direita *Assistia TV ou rádio antes de preso - Sim* (AATV-sim) e *Assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso - Sim* (ASSTV-sim), por sua vez, tendem a atestar que do lado dos detentos habituais não existe qualquer vedação ou limitação nesse sentido. A categoria *Assistia TV ou rádio antes de preso - Não - Novela, outros e em branco* (AATV-nouem) é uma exceção à tendência principal, com apenas 7 ocorrências, das quais 3 em branco e 2 sob a justificativa de que não tinha ou não gostava de televisão (APÊNDICE I) contra 149 respostas da categoria AATV-sim.

A categoria passiva *Assistência religiosa na unidade prisional - Culto e missa* (ASRE-culem), à esquerda do eixo, sinaliza que a igreja atual do preso ocasional tende a prestar assistência religiosa na prisão através de cultos, pois como vimos, embora a categoria contemple na sua nomenclatura *missa*, as atividades católicas na UPRP são excepcionais e pouco frequentes, o que acaba confirmando a preponderância das igrejas evangélicas em seu interior e reforçando as categorias ativas *Nome da igreja atual - Outras* (IGA-out), *Nome da igreja atual - Universal* (IGA-univeout) e *Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto, missa e oração* (ATIVP-c,m,o).

De modo inverso, a categoria passiva *Assistência religiosa na unidade prisional - Não* (ASRE-não), integrante do lado direito, aponta que o interno habitual tende a não receber assistência religiosa na prisão, em sintonia com as categorias ativas *Nome da igreja atual - Em branco, Não sabe/lembra* (IGA-nãosabe), *Nome da igreja atual - Não*

tem igreja (IGA-nãotem) e Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Não (ATIVP-não).

As categorias alocadas do lado esquerdo *A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso - Outros (ADMBPR-out) e Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Outros (USUB-out)* são indicativas de que a Administração da unidade penal tende a oferecer e os presos ocasionais, por serem religiosos, tendem a usufruir certos tipos de benefícios, como doação de bíblias, possibilidade de estudos evangélicos, além de facilidades para conseguir um emprego dentro da prisão (APÊNDICE I).

Do lado oposto do eixo, as categorias *A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso - Não (ADMBPR-não) e Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Não (USUB-não)* apontam que a Administração do presídio inclina-se a não oferecer nenhum benefício aos presos habituais, que por sua vez, costumam a não usufruir de nenhum deles, tudo segundo as suas próprias representações, provavelmente por não considerarem bíblias, estudos religiosos e possibilidade de trabalho na unidade como vantagens propriamente ditas, pois tendem a ser integrantes do mundo do crime e desapegados de qualquer forma religiosa na prisão.

Por fim, as categorias *Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Indiferente, Sem importância ou Pouco importante (IMPCONV-i,s,p) e Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Todas as pessoas (CVIG-todos)* sugere que os presos ocasionais tendem a considerar a conversão religiosa indiferente, sem importância ou pouco importante para a sua segurança, proteção e integridade física na cadeia, muito embora seus comportamentos tendem a ser mais vigiados por todos que integram o ambiente prisional (presos religiosos e não religiosos, facção, funcionários, policiais penais).

Do lado direito, as categorias *Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Não se converteu (IMPCONV-ñconv) e Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Não se converteu (CVIG-ñcon)* evidenciam que os detentos habituais tendem a não se converter religiosamente no cárcere em sintonia com as categorias ativas *Conversão - Não mudou, mas se afastou e não se dedicou novamente (CV-nãoded); Conversão - Não mudou e não se afastou (CV-nãomud); Tempo de conversão - Não se converteu*

(TCONV-ñcon); e *Motivos da conversão - Não converteu/reconverteu depois de preso* (MOTC-ñconv).

7.1.3 Síntese do eixo 1

Após termos encerrado a análise das categorias ativas e passivas que contribuíram para a construção do primeiro eixo do plano fatorial, faremos um apanhado sintético das nossas principais constatações.

7.1.3.1 Presos ocasionais com afinidade religiosa e com crise existencial: tendência de conversão por interesses propriamente religiosos (lado esquerdo)

Os indivíduos distribuídos do lado esquerdo do eixo 1 tendem a ser presos ocasionais, que são aqueles que “sempre mantiveram laços visíveis com o mundo do trabalho” (RAMALHO, 2008, p. 69) e que se encontram nessa condição circunstancialmente e, portanto, passíveis de recuperação e retorno ao convívio em sociedade, isso porque “uma eventualidade os colocou no mundo do crime ao qual, na verdade, não pertenciam” (RAMALHO, 2008, p. 72).

Tendem a ter uma origem social menos privilegiada, provenientes do meio rural, com baixa escolaridade e principalmente uma ligação religiosa anterior classificada por eles como “muito importante”, o que de certa forma os aproximam da religião evangélica na prisão, cujo discurso é produzido para atender as necessidades das camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade.

Nesse sentido, os dados analisados indicam que este grupo de indivíduos encarcerados tende a buscar na conversão evangélica a satisfação de interesses propriamente religiosos, motivados pela família e pastores, aproximando-os da perspectiva idealizada por Oliveira (1977) e distanciando-os das perspectivas instrumental (SCHELIGA, 2000) e autopreservacionista (DIAS, 2008).

Apesar de algumas categorias aparentemente contradizerem essa informação, veremos que na verdade a corroboram.

Pela perspectiva instrumental, a conversão na prisão surge como um processo racional para obtenção de benefícios materiais ou simbólicos (SCHELIGA, 2000).

No que tange à aquisição de bens materiais, a categoria ativa *Motivos da conversão - Família, pastor e dificuldade financeira* registrou na precisão material um

indício para a conversão do preso, além da influência da família e do pastor. Ocorre que examinando os dados, verificamos que apenas um único reeducando se converteu por necessidades financeiras, contudo, antes mesmo da prisão, e não na prisão como pressupõe esta perspectiva, devendo, pois, ser descartada.

A categoria passiva *Situação traumática - Dificuldades financeiras* indicou que 13 reeducandos consideraram-na a pior coisa que enfrentaram na cadeia, o que se coaduna com o perfil de preso ocasional ligado ao mundo do trabalho e de provedor da família, já que o encarceramento muitas vezes rompe com a possibilidade de continuar a sê-lo. Contudo, nenhum deles a indicou como sendo o motivo da sua conversão, talvez pelo fato de as igrejas não terem condições de suprir esse tipo de necessidade, pelo menos não de forma contínua e permanente. Quando perguntados se as igrejas ou grupos religiosos os ajudavam materialmente ou suas famílias, 121 internos responderam que não, e mesmo aqueles que disseram receber algum tipo de auxílio, como cesta básica, alimentação, *kits* de higiene, auxílio jurídico e medicamentos, este não o era de forma sistemática, como ratificado pelo pastor externo Geraldo: “O trabalho material ele é sempre um pouco mais difícil, porque a gente enfrenta a dificuldade com a própria sociedade. As pessoas preferem contribuir com crianças (...). Na verdade, a gente ainda não consegue fazer um trabalho efetivo atendendo sempre” (P/EVA/03).

Já em relação aos benefícios simbólicos, as categorias passivas *A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso - Outros* e *Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Outros* indicaram por meio de 2 respostas cada que o preso religioso teria vantagem na hora de conseguir um trabalho dentro da unidade. Neste ponto, vimos que a Administração do presídio se vale de alguns critérios na hora de conceder uma vaga de emprego, o que não inclui o fato de ser religioso, e sim não pertencer a facções ou organizações criminosas, não ter participado de crimes de alta repercussão e principalmente ter conhecimentos prévios da atividade a ser desempenhada, portanto, vê-se que a escolha tende a recair sobre aqueles oriundos do mundo do trabalho, e não do mundo religioso.

Pela perspectiva autopreservacionista, a conversão religiosa é uma forma de o preso escapar das punições aplicadas pela massa carcerária àqueles que infringiram as regras do mundo do crime (DIAS, 2008).

Sob este plano, a prática de *Crimes sexuais*, dentro da lógica moral dos presidiários, constitui uma das principais causas de violência e morte na cadeia,

condição a ser identificada assim que chegam à unidade, logo na triagem, para a devida segurança daquele indivíduo. Nesse sentido, o item 6 do Estatuto do PCC deixa claro o repúdio a esta classe de criminosos, sendo expresso ao dispor que entre os seus membros não se admite estupradores e pedófilos: “O comando não admite entre seus integrantes, estupradores, pedófilos, caguetas, aqueles que extorquem, invejam, e caluniam, e os que não respeitam a ética do crime” (FELTRAN, 2018, p. 237). No Comando Vermelho a ideia é semelhante, como se vê do relato do preso Carlos, ex-integrante desta facção criminosa: “Do jeito que ele mexeu com a filha do outro pode ser a filha minha, pode ser a filha do senhor, pode ser uma filha de qualquer um do outro pavilhão, aí o preso tira a mente assim, sempre tem nossa mente desse jeito, não perdoa” (R/ESP/12).

Apesar desta gravidade, dos 12 reeducandos que integraram a categoria ativa *Crimes sexuais*, 10 responderam que nunca tiveram nenhum tipo de desavença na cadeia, muito provavelmente pelo cuidado preventivo que as unidades penais têm conferido a esse tipo de delito, separando esses indivíduos dos demais integrantes da massa carcerária. De qualquer maneira, a tendência principal do lado esquerdo do eixo horizontal não se concentra na prática de crimes contra a liberdade sexual, mas no cometimento de crimes contra a vida, com 26 recorrências.

Assim, ter um “artigo” relacionado a crimes sexuais pode indicar que a sua conversão ocorreu com o objetivo de preservar a sua integridade física, o que não se descarta. Porém, não constitui a principal tendência deste lado do eixo, mas exceção, o que pode ser confirmado pela categoria passiva *Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Indiferente, Sem importância ou Pouco importante*, demonstrando, mais uma vez, o vetor probabilístico da ACM.

Por fim, a categoria passiva *Situação traumática - Arrependimento ou sentimento de culpa pelos crimes cometidos* foi a que mais se destacou dentre aquelas contidas na variável *Situação traumática*, com 76 respostas, contra 14 da categoria *Doença, depressão ou vício* e 13 da categoria *Dificuldades financeiras*. Isso indica que a crise existencial vivenciada por esse grupo de indivíduos pode estar intimamente ligada a aspectos interpessoais e transcendentais, com pouca ou nenhuma relação a conformações de ordem instrumental ou por questões de sobrevivência.

Soma-se a isso a forte ligação com uma religião anterior e o estímulo da família e do pastor, muitas vezes responsáveis pelo próprio desencadeamento do processo de crise existencial (RAMBO; FARHADIAN, 1999), e chegaremos à conclusão de que os presos ocasionais deste lado do eixo tendem a se converter na prisão como forma de satisfazer interesses propriamente religiosos.

7.1.3.2 Presos habituais sem afinidade religiosa e sem crise existencial: tendência de não conversão (lado direito)

O grupo de indivíduos situados do lado direito do eixo tende a ser composto por presos habituais que, como frisado e já registrado na literatura, são aqueles inseridos e enraizados na marginalidade e no mundo crime, sem qualquer pretensão de recuperação. Segundo os dizeres dos próprios detentos, é aquele que “nasce no crime, morre no crime” (RAMALHO, 2008, p. 71).

Tendem a ser provenientes das cidades, com inúmeras passagens policiais desde muito cedo, não trabalham licitamente, pois fazem da marginalidade a sua ocupação prática e possuem uma relação religiosa anterior classificada como “indiferente”, o que corrobora o desinteresse pelas práticas religiosas na cadeia.

Nenhuma categoria ativa ou passiva indicou a existência de problemas que pudessem ser solucionados pela via religiosa, sejam de ordem propriamente religiosa, instrumental ou autopreservacionista. Não que eles não existam, mas provavelmente a socialização na vida do crime tornou esses indivíduos mais adaptáveis às agruras do sistema prisional. Um trecho da entrevista do reeducando Ricardo evidencia um pouco disso: “Esse a casca dele é mais dura de ser quebrada (...). Os presos mais velhos dentro do sistema, eles já são mais difíceis de ser evangelizados porque ele já vem com a caminhada bem longa, já tem uma ideologia formada” (R/EVA/01).

A categoria passiva *Situação traumática - Desentendimentos internos* é indicativa de que estes problemas de fato existem, principalmente em relação àqueles que compõem a massa carcerária, pois se notarmos, do lado dos presos ocasionais, as situações apontadas dentro desta variável foram outras, como arrependimento pelos crimes cometidos, doenças, depressão, vícios e desajustes financeiros.

Embora esta mesma categoria acima possa justificar a busca religiosa como forma de proteção e sobrevivência na prisão, convém ressaltar que nem todo desentendimento interno gera uma ruptura com a massa carcerária a ponto de aquele

indivíduo ser excluído do seu convívio ou mesmo ter a sua vida colocada em risco. As infrações às leis do crime possuem diferentes níveis de gravidade e tipos de punição e a partir do surgimento das facções criminosas, aquele que as descumpra deve ser julgado por uma espécie de tribunal formado por integrantes desses grupos criminosos e que recebe o nome de “debate” (FELTRAN, 2010).

A principal característica dos debates é a de restringir a tomada de decisões individualizadas por seus integrantes e variará conforme a gravidade dos conflitos postos em julgamento por este órgão colegiado (DIAS, 2011). Em Feltran (2010) o autor categorizou três níveis distintos de infrações ao código delinquente: pequenas causas; desvios de gravidade moderada, mas que podem ser reparados; e casos de vida ou morte.

O relato do preso Carlos, ex-faccionado, demonstra como funciona essa dinâmica:

Tipo assim, o cara xingou a mãe do outro, aí a primeira [punição é] verbal, aí a segunda já é uma infração grave, tipo reincidente no mesmo ato, por exemplo, ele xingou a mãe do cara duas vezes, já vai para umas mangueiradas (...) pode ser de pedaço de cabo de rodo, ou então sabão amarrado em uma camiseta ou então uma mangueira daquelas de cair água, aí com a terceira vez ele perde o convívio, ele não tem mais o convívio harmonioso com aquelas pessoas tudo do pavilhão, então os irmãos pedem para ele sair, muitas vezes sai andando, sai com atropelo, tem muitas vezes que nem sai [é morto] (R/ESP/12).

Neste ponto, vimos que os presos que formam este lado do eixo tendem a ser faccionados, o que significa que os desentendimentos internos por eles relatados não foram graves suficientes para que perdessem o convívio com a massa carcerária ou fossem decretados à pena de morte, e sendo assim, a conversão evangélica não se mostrou necessária para salvaguardar suas vidas.

Portanto, por mais difíceis que esses desajustes prisionais possam ter sido, eles não se mostraram suficientes para que o indivíduo não conseguisse mais sustentar uma identidade associada ao mundo do crime, ou seja, capaz de gerar uma grave crise existencial solucionável através da religião. Sem crise existencial e sem identificação ou afinidade anterior com alguma religião, tendem, pois, a não se converter na prisão.

7.2 Presos habituais que tendem a se converter *versus* presos ocasionais que tendem a não se converter (segundo eixo)

O segundo eixo do plano fatorial contribuiu com 20,2% da inércia do campo prisional, sendo composto por 39 categorias ativas conforme o método de contribuições: 24 do lado inferior e 15 do lado superior. Foram ainda consideradas 41 categorias passivas classificadas como importantes pela diferença calibrada: 19 do lado inferior e 22 do lado superior.

Pelos quadros 7 e 8 que seguem abaixo podemos verificar as afinidades e os contrastes entre as categorias situadas do lado inferior em relação às distribuídas do lado superior, donde foi possível detectarmos as duas tendências mais importantes deste eixo, cujas especificidades serão demonstradas nesta seção: os indivíduos do lado inferior tendem a ser presos habituais e tendem a se converter; já os do lado superior tendem a ser presos ocasionais e tendem a não se converter.

7.2.1 Categorias ativas do segundo eixo

Iniciaremos a análise do segundo eixo a partir das categorias ativas dos lados inferior e superior, cujas semelhanças e oposições são indicadas no quadro abaixo.

Quadro 7 - Categorias ativas do lado inferior e do lado superior do eixo 2

| Código da variável | Categorias ativas: lado inferior | Categorias ativas: lado superior |
|---------------------------|--|---|
| ID | <i>30 a 32 anos</i> | <i>50 a 54 anos</i> |
| | <i>33 a 36 anos</i> | |
| PAI | | <i>Não sabe ou não conhece o pai</i> |
| TRABPR | <i>Interno - Não trabalhava antes de ser preso</i> | <i>Interno - Ajudante geral</i> |
| CART | <i>Sem carteira assinada - Outros</i> | <i>Sem carteira assinada - Até 1 SM</i> |
| IGA | <i>Nome da igreja atual - Outras</i> | <i>Nome da igreja atual - Não tem igreja</i> |
| | <i>Nome da igreja atual - Igreja sem placa</i> | |
| CRIME | <i>Tráfico com roubo ou homicídio</i> | <i>Crimes contra a vida</i> |
| | | <i>Outros crimes</i> |
| PRESO | <i>Preso antes mais de 5 vezes</i> | <i>Não foi preso antes</i> |
| | <i>Preso antes por 4 vezes</i> | |
| PRIANT | <i>Tempo de prisão anterior - Mais de 9 anos</i> | <i>Não tem tempo de prisão anterior</i> |
| REINC | <i>Reincidente de 5 a 11 vezes</i> | <i>Não é reincidente</i> |
| | <i>Reincidente de 3 a 4 vezes</i> | |
| CV | <i>Conversão - Reconverteu buscando a palavra</i> | <i>Conversão - Não mudou, mas se afastou e não se dedicou</i> |

| | | |
|-------|---|---|
| | | <i>novamente</i> |
| | <i>Conversão - Converteu para a evangélica</i> | <i>Conversão - Não mudou e não se afastou</i> |
| TCONV | <i>Tempo de conversão - 1º mês depois de preso</i> | <i>Tempo de conversão - Não se converteu</i> |
| | <i>Tempo de conversão - 8 meses a 1 ano depois de preso</i> | |
| | <i>Tempo de conversão - 1 ano a 2 anos depois de preso</i> | |
| | <i>Tempo de conversão - Mais de 3 anos depois de preso</i> | |
| MOTC | <i>Motivos da conversão - Aproximação com Deus</i> | <i>Motivos da conversão - Não converteu/reconverteu depois de preso</i> |
| | <i>Motivos da conversão - Aproximação com Deus e arrependimento</i> | |
| | <i>Motivos da conversão - Arrependimento</i> | |
| | <i>Motivos da conversão - Solidão e sofrimento</i> | |
| ATIVP | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto - diariamente</i> | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Não</i> |
| | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto e evangelização</i> | |

Fonte: Dados da pesquisa.

As categorias *Preso antes mais de 5 vezes (PRESO+5x)*, *Preso antes por 4 vezes (PRESO-4x)*, *Tempo de prisão anterior - Mais de 9 anos (PRIANT>9a)*, *Reincidente de 5 a 11 vezes (REINC+5x)* e *Reincidente de 3 a 4 vezes (REINC-3a4x)* indicam que do lado inferior do eixo vertical tendem a se localizar os presos habituais, pertencentes ao universo delinquente.

Do lado superior, as categorias *Não foi preso antes (PRESO-não)*, *Não tem tempo de prisão anterior (PRIANT-não)* e *Não é reincidente (REINC-não)* são sugestivas de que ali tendem a estar os presos ocasionais, pertencentes ao mundo do trabalho.

Correlativamente, os presos habituais inclinam-se a ser mais jovens, com idades de *30 a 32 anos (ID30-32anos)* e *33 a 36 anos (ID33-36anos)*, resultado de uma vida precoce no crime, ao passo que o preso ocasional, em sentido contrário, tende a ser mais velho, entre *50 a 54 anos (ID50-54anos)*.

Os detentos habituais inclinam-se a tirar do crime o seu sustento e as categorias *Interno - Não trabalhava antes de ser preso* (TRABPR-não) e *Sem carteira assinada - Outros* (CART-outros) apontam nesse sentido, já que nesta última, das 39 respostas, 35 dizem respeito àqueles que não trabalhavam antes da prisão (APÊNDICE I). Já os presos ocasionais costumam sobreviver do próprio suor trabalhando em atividades consideradas lícitas, ainda que informais, e as categorias *Interno - Ajudante geral* (TRABPR-AjudG) e *Sem carteira assinada - Até 1 SM* (CARTnão1SM) corroboram essa tendência.

A categoria *Tráfico com roubo ou homicídio* (CRIME-traf/r/h) presente do lado inferior reforça o perfil de pertencente ao mundo do crime desses indivíduos, pois o objetivo principal da traficância é o de auferir lucro ou rendimentos. Nesta categoria, os crimes de roubo e homicídio não foram considerados isoladamente, mas em conexão com o de tráfico, ou seja, foram cometidos para garantir a sua realização ou impunidade.

Em relação ao lado superior, as categorias *Crimes contra a vida* (CRIME-cvida) e *Outros crimes* (CRIME-out) corroboram o perfil de criminoso ocasional daqueles ali situados. Vimos que o crime de homicídio, de regra, não possui conteúdo econômico, tampouco aqueles classificados na categoria CRIME-out. Tirando um único crime ambiental de transporte ilegal de madeira, com propósitos tipicamente lucrativos, cuja excepcionalidade acaba por confirmar a tendência principal, as demais infrações que integram a categoria CRIME-out são desprovidas desta finalidade específica, a exemplo dos delitos de dano ao patrimônio público, lesões corporais e embriaguez ao volante (APÊNDICE I).

Não foi identificada nenhuma categoria ativa do lado inferior do eixo relacionada à profissão do pai, apenas do lado superior, indicando que o grupo de presos ocasionais *Não sabe ou não conhece o pai* (PAI-Nãosabe), sugestionando a ausência da figura paterna entre esses indivíduos.

As categorias *Conversão - Reverteu buscando a palavra* (CV-ded/pal) e *Conversão - Converteu para a evangélica* (CV-evangél) apontam que os presos habituais tendem a se converter na cadeia, enquanto que as categorias *Conversão - Não mudou, mas se afastou e não se dedicou novamente* (CV-nãoded) e *Conversão - Não mudou e não se afastou* (CV-nãomud) indicam que os presos ocasionais tendem a não se converter no cárcere.

Os reeducandos do lado inferior, ou seja, do mundo do crime, tendem a preferir as religiões evangélicas na prisão, o que é confirmado pelas categorias *Nome da igreja atual - Outras* (IGA-out) e *Nome da igreja atual - Igreja sem placa* (IGA-splaca), ambas no mesmo sentido da categoria *Conversão - Converteu para a evangélica* (CV-evangél) acima. Relembrando, com exceção da igreja judaica da qual faz parte um único preso, todas as demais que compõem a categoria IGA-out são evangélicas, como a Igreja Quadrangular, Deus é Amor e Congregação Cristã no Brasil (APÊNDICE I). Já a categoria IGA-splaca é resultado da falta de assistência religiosa externa dentro da UPRP, conforme destacado pelo relatório da COARE (BRASIL, 2021b), e da ausência de um local apropriado para tanto, já que a única igreja da unidade havia sido desativada, obrigando os presos religiosos a celebrar seus cultos no interior das suas celas, donde recebem os nomes de igreja sem placa, igreja de Deus ou igreja de Cristo (APÊNDICE I), todas evangélicas, reforçando, assim, a homogeneidade das suas práticas.

Do lado superior, a categoria *Nome da igreja atual - Não tem igreja* (IGA-nãotem) sugere que os presos ocasionais não pertencem a nenhuma igreja.

Algumas categorias passivas, veremos com mais detalhes nos próximos tópicos, apontam que os presos habituais situados abaixo do eixo tendem a se converter por estratégia de sobrevivência na cadeia. Nesse sentido, suas conversões podem ocorrer em momentos distintos do cumprimento da pena, ou seja, no começo, no meio ou no fim, tudo a depender de quando infringiram as regras do proceder, conforme apontam as categorias *Tempo de conversão - 1º mês depois de preso* (TCONV-1ºm), *Tempo de conversão - 8 meses a 1 ano depois de preso* (TCONV-8ma1a), *Tempo de conversão - 1 ano a 2 anos depois de preso* (TCONV-1a2a) e *Tempo de conversão - Mais de 3 anos depois de preso* (TCONV+3a).

Já a categoria *Tempo de conversão - Não se converteu* é indicativa de que os presos ocasionais da parte superior tendem a não se converter na prisão.

Levando-se em consideração a referência acima de que os presos habituais localizados abaixo do eixo vertical tendem a se converter para sobreviver (interesses autopreservacionistas) e resgatando a informação de que uma das regras iminentes do campo prisional veda conversões fingidas é possível compreendermos as categorias *Motivos da conversão - Aproximação com Deus* (MOTC-aproxd), *Motivos da conversão - Aproximação com Deus e arrependimento* (MOTC-aproxdea), *Motivos da conversão - Arrependimento* (MOTC-arrep) e *Motivos da conversão - Solidão e*

sofrimento (MOTC-sesof) quando analisadas em conjunto com os demais dados retirados da ACM.

Nesse sentido, temos em Goffman (2002) que a clássica divisão do comportamento dada pelo bom senso em representações verdadeiras, sinceras, honestas e representações falsas, fingidas, tramadas, tem pouca valia no mundo real, pois o que importa é o sucesso do papel encenado, é desempenhá-lo convincentemente. É o êxito da interação que tornará o indivíduo acreditado ou desacreditado, e não a sinceridade do ator, suas inclinações ou motivos pessoais.

Portanto, num ambiente em que todos os conversos são permanentemente vigiados, aquele indivíduo que se converteu por motivos extrarreligiosos tende a dar respostas que garantam a credibilidade da sua representação de modo a não os expor, devendo mantê-los no mais absoluto segredo, principalmente quando se reside em um pavilhão dominado por facções criminosas, como indicam as categorias passivas deste lado do eixo e que ainda iremos examinar.

Em sintonia com as demais categorias ativas do lado superior, a categoria *Motivos da conversão - Não converteu/reconverteu depois de preso* (MOTC-ñconv) aponta para uma tendência de não conversão dos presos ocasionais.

Por fim, as categorias *Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto - diariamente* (ATIVP-culd) e *Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto e evangelização* (ATIVP-culeev) localizadas do lado inferior mostram que os presos habituais inclinam-se a participar assiduamente das atividades promovidas pelas igrejas evangélicas na prisão.

De outro lado, a categoria *Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Não* (ATIVP-não) reforça a tendência de que os presos ocasionais localizados acima do eixo não se convertem, tampouco frequentam atividades religiosas na unidade prisional.

7.2.2 Categorias passivas do segundo eixo

Dando continuidade, passaremos à análise das categorias passivas dos lados inferior e superior do segundo eixo, conforme o seguinte quadro representativo das semelhanças e oposições identificadas.

Quadro 8 - Categorias passivas do lado inferior e do lado superior do eixo 2

| Código da variável | Categorias passivas: lado inferior | Categorias passivas: lado superior |
|---------------------------|--|--|
| TSIT | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - Mais de 3 anos</i> | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - 1º dia</i> |
| BLOCO | <i>Internos - Bloco P5 - cela evangélica</i> | <i>Internos - Metadinha</i> |
| IMPF | <i>Família na prisão - Muito importante</i> | <i>Família na prisão - Indiferente, pouco importante ou sem importância</i> |
| SIT | <i>Situação traumática - Desentendimentos internos</i> | <i>Situação traumática - Abandono ou distanciamento da família</i> |
| | | <i>Situação traumática - Doença, depressão ou vício</i> |
| PICV | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Familiares e pastor</i> | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Não se converteu</i> |
| RESP | <i>Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Presos</i> | <i>Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Não se converteu</i> |
| CFAM | <i>O convívio com a sua família melhorou depois da conversão/reconversão</i> | <i>Convívio com a família após a conversão - não se converteu</i> |
| RTRAB | <i>A relação com o trabalho não melhorou depois de convertido/reconvertido</i> | <i>Relação com o trabalho após a conversão - não se converteu</i> |
| IMPREL | <i>Importância da religião antes de ser preso - Sem importância</i> | |
| BATIZ | <i>Batizado na prisão até 2019</i> | <i>Não converteu/reconverteu depois de preso, portanto não foi batizado na prisão</i> |
| REST | <i>A relação com os estudos não melhorou depois de convertido/reconvertido</i> | <i>Relação com os estudos após a conversão - não se converteu</i> |
| IMPCONV | <i>Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Muito importante</i> | <i>Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Não se converteu</i> |
| CVIG | <i>Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Facção</i> | <i>Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Não se converteu</i> |
| IMPRELD | <i>Importância da religião depois de ser preso - Muito importante</i> | <i>Importância da religião depois de ser preso - Indiferente</i> |
| RELAN | <i>Religião antes de ser preso - Outras</i> | <i>Religião antes de ser preso - Espírita</i> |
| ASREAP | <i>Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Visita e assistência</i> | <i>Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Culto, orações e</i> |

| | | |
|----------|--|---|
| | | <i>evangelização - semanalmente, mensalmente e outros</i> |
| | | <i>Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Não</i> |
| USUB | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Cela evangélica</i> | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Outros</i> |
| ACDEUS | <i>Acredita em Deus</i> | <i>Não acredita em Deus</i> |
| RESPC | <i>Responsabilidade pelos crimes - Outros</i> | <i>Responsabilidade pelos crimes - Sou inocente</i> |
| DESENMOT | | <i>Motivos do desentendimento interno - Facção</i> |
| | | <i>Não tem motivos para o desentendimento interno na prisão</i> |

Fonte: Dados da pesquisa.

Da mesma forma que fizemos em relação às categorias passivas do eixo 1, iremos agora analisar as categorias passivas do eixo 2 que apresentaram entre elas uma diferença maior do que 1, portanto, classificadas como importantes pela metodologia da diferença calibrada (BONNET; LEBARON; LE ROUX, 2015).

A categoria *Internos - Bloco P5 - cela evangélica* (BLOCO-p5ce) situada do lado inferior do eixo vertical mostra que os presos habituais que se convertem na prisão tendem a residir nas celas evangélicas do Pavilhão 5 (P5), dominado pela facção criminosa PCC, considerado o mais populoso da UPRP.

A categoria *Internos - Metadinha* (BLOCO-met) confirma a tendência de que os presos localizados do lado superior pertencem ao mundo do trabalho, desempenhando suas atividades especificamente na área de produção da unidade.

A categoria *Tempo da situação traumática após a prisão - Mais de 3 anos* (TSIT->3a) demonstra que os reeducandos habituais tendem a ser menos vulneráveis a estados de crise, vivenciando a situação mais traumática dentro da cadeia depois de 3 anos encarcerados, geralmente por motivos relacionados a desavenças internas, como se extrai da categoria *Situação traumática - Desentendimentos internos* (SIT-desin).

As categorias *Tempo da situação traumática após a prisão - 1º dia* (TSIT-1ºdia), *Situação traumática - Abandono ou distanciamento da família* (SIT-abando), *Situação traumática - Doença, depressão ou vício* (SIT-doen), *Não tem motivos para o desentendimento interno na prisão* (DESENMOT-não) e *Motivos do desentendimento interno - Facção* (DESENMOT-fac), todas do lado superior do eixo, indicam que os

presos ocasionais, provavelmente por não pertencerem ao mundo do crime, tendem a ser mais sensíveis a estados de crise, enfrentando a pior situação dentro da cadeia logo no primeiro dia (TSIT-1º dia), causada principalmente pelo abandono e distanciamento da família (SIT-abando), com 61 respostas, e em menor proporção relacionada à doença, depressão ou vício (SIT-doen), com 14 apontamentos. No mais, contrariamente dos presos habituais, os detentos ocasionais costumam não ter motivos para desentendimentos internos na prisão (DESENMOT-não), com 112 respostas, salvo excepcionalmente, como demonstra a categoria DESENMOT-fac, com 5 recorrências, confirmando, assim, a tendência de ser um grupo menos suscetível a problemas do cotidiano prisional.

A categoria *A relação com o trabalho não melhorou depois de convertido/reconvertido* (RTRAB-não), localizada do lado inferior, indica que a relação dos presos habituais com o trabalho não melhorou depois da conversão, o que de certo modo evidencia que os critérios de escolha para uma vaga de trabalho na UPRP tendem a não guardar relação com o fato de o detento ser ou não ser religioso, mas se pertencente ao mundo do trabalho ou ao mundo do crime. No mesmo sentido, a categoria *A relação com os estudos não melhorou depois de convertido/reconvertido* (REST-não), também do lado inferior do eixo, demonstra que a relação dos presos habituais com os estudos não melhorou depois da conversão.

Em oposição, as categorias *Relação com o trabalho após a conversão - não se converteu* (RTRAB-ñcon) e *Relação com os estudos após a conversão - não se converteu* (REST-ñcon) indicam que os reeducandos ocasionais localizados do lado de cima do eixo tendem a não se converter no cárcere.

As categorias *Batizado na prisão até 2019* (BATIZ-até19), *Pessoas que influenciaram na conversão - Familiares e pastor* (PICV-fampa), *Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Presos* (RESP-pres) e *O convívio com a sua família melhorou depois da conversão/reconversão* (CFAM-sim) reforçam a tendência de conversão dos presos habituais localizados do lado inferior, ressaltando alguns de seus pontos positivos, como ganhar o respeito de outros detentos (RESP-pres) e principalmente melhorar o convívio com seus familiares (CFAM-sim) que, muitas das vezes, são os que mais os incentivam a abandonar o mundo do crime através da religião (PICV-fampa). O relato a seguir é de um preso convertido na cadeia e demonstra como a religião é capaz de reforçar vínculos familiares: “Quando eu estava no crime a minha família conseqüentemente também vivia uma vida atribulada, angustiada (...). A partir

do momento que (...) eu aceitei Jesus (...) a confiança dos meus irmãos, a confiança da minha própria mãe comigo, totalmente mudou” (R/EVA/09).

Diferentemente, as categorias *Não converteu/reconverteu depois de preso, portanto não foi batizado na prisão* (BATIZ-ñcon), *Pessoas que influenciaram na conversão - Não se converteu* (PICV-ñcon), *Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Não se converteu* (RESP-ñcon) e *Convívio com a família após a conversão - não se converteu* (CFAM-ñconv) confirmam a tendência de que os detentos ocasionais não se convertem na prisão.

A categoria *Família na prisão - Muito importante* (IMPF-mimp) demonstra que os presos habituais tendem a considerar a família muito importante na cadeia, justificando, assim, a influência que os familiares costumam exercer na sua conversão. De outro lado, a categoria *Família na prisão - Indiferente, pouco importante ou sem importância* (IMPF-i,p,s) aponta que os presos ocasionais pendem a encarar a família como sendo indiferente, pouco importante ou sem importância na prisão, talvez pelo sentimento de abandono ou distanciamento destes após o encarceramento, como podemos perceber da categoria *Situação traumática - Abandono ou distanciamento da família* (SIT-abando).

A categoria *Religião antes de ser preso - Outras* (RELAN-out) mostra que os reeducandos habituais tendem a ser judeus, umbandistas e satanistas antes da prisão (APÊNDICE I), enquanto que pela categoria *Religião antes de ser preso - Espírita* (RELAN-esp), os detentos ocasionais tendem a ser espíritas antes de serem presos. Valemo-nos aqui dos fundamentos apresentados quando da análise destas mesmas categorias do eixo 1, quando vimos tratarem-se de exceções que confirmam a tendência de estes indivíduos professarem em primeiro lugar a religião evangélica antes de serem presos, com 86 respostas, e em segundo lugar a religião católica, com 44 apontamentos.

A categoria *Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Visita e assistência* (ASREAP-veas), posicionada abaixo do segundo eixo, demonstra que a igreja da qual faz parte o detento habitual costumava visitar a UPRP antes da pandemia da COVID-19, prestando assistência religiosa. Em sentido contrário, a categoria *Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Não* (ASREAP-não), com 108 respostas, indica que a igreja dos presos ocasionais não costumava prestar assistência religiosa na UPRP antes da pandemia, provavelmente porque estes indivíduos tendem a não pertencer a nenhuma igreja, como indica a categoria ativa *Nome da igreja atual - Não tem igreja* (IGA-nãotem). Embora a

categoria *Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Culto, orações e evangelização - semanalmente, mensalmente e outros* (ASREAP-csem) tenha aparecido também acima do eixo vertical com 18 recorrências, dado seu caráter excepcional, ela apenas corrobora a tendência de que os internos ocasionais ali localizados costumam não professar nenhuma religião.

A categoria *Responsabilidade pelos crimes - Outros* (RESPC-out) indica que o preso habitual tende a justificar a sua condição de integrante do mundo do crime a fatores externos à sua própria vontade, como por exemplo, devido às dificuldades da vida e às ações políticas do governo (APÊNDICE I). Já a categoria *Responsabilidade pelos crimes - Sou inocente* (RESPC-inoc) aponta que os presos ocasionais tendem a se declarar inocentes, segundo suas próprias representações daquilo que é certo ou errado, reafirmando a sua condição de não pertencentes ao mundo do crime.

As categorias do lado inferior do eixo *Acredita em Deus* (ACDEUS-sim), *Importância da religião antes de ser preso - Sem importância* (IMPREL-sem) e *Importância da religião depois de ser preso - Muito importante* (IMPRELD-mimp) expressam as seguintes tendências: os detentos habituais acreditam em Deus; consideravam a religião sem importância antes de serem presos; a partir do encarceramento a religião passou a ser classificada como muito importante no cotidiano prisional.

Acima do eixo, a categoria *Não acredita em Deus* (ACDEUS-não) constitui exceção à regra, já que apenas um único detento disse não acreditar em Deus (APÊNDICE I). Não foram localizadas categorias relacionadas à variável *Importância da religião antes de ser preso* (IMPREL) deste lado do eixo, por outro lado, a categoria *Importância da religião depois de ser preso - Indiferente* (IMPRELD-ind) aponta que os reeducandos ocasionais não conferem importância à religião no cárcere, classificando-a como indiferente, reforçando, assim, as categorias ativas ligadas à ausência de afinidade religiosa na prisão e tendência de não conversão por parte destes indivíduos.

A categoria *Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Cela evangélica* (USUB-cela), disposta abaixo do eixo, aponta que os presos habituais que moram nas celas evangélicas tendem a considerá-la um benefício concedido pela Administração penitenciária aos detentos religiosos, em sintonia com a categoria *Internos - Bloco P5 - cela evangélica*.

A categoria acima do eixo vertical denominada *Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Outros* (USUB-out) quer indicar que os presos ocasionais costumam usufruir alguns benefícios proporcionados pela Administração da unidade por serem religiosos, como participar de cultos e receber a visita do pastor, além de facilidades para conseguir um emprego na prisão (APÊNDICE I). Ocorre que a análise conjunta das categorias ativas *Nome da igreja atual - Não tem igreja* (IGA-nãotem) e *Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Não* (ATIVP-não) e da categoria passiva *Importância da religião depois de ser preso - Indiferente* (IMPRELD-ind) demonstra que a participação religiosa dos presos ocasionais na prisão tende a ser excepcional. Portanto, dentro de um quadro de aproximações intrínseco ao método, a categoria USUB-out, com 6 registros, surge como mais uma exceção revelada pela ACM. No mais, vimos que as vagas de trabalho na unidade são oportunizadas preferencialmente àqueles presos integrantes do mundo do trabalho, independentemente de professarem ou não alguma religião.

Finalmente, as categorias *Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Muito importante* (IMPCONV-mimp) e *Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Facção* (CVIG-facç), ambas abaixo do eixo, apontam que os detentos habituais têm a tendência de considerar suas conversões religiosas na prisão muito importante para a sua segurança, proteção e integridade física e que os seus comportamentos passaram a ser mais vigiados a partir de então pelos presos faccionados.

As categorias *Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Não se converteu* (IMPCONV-ñconv) e *Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Não se converteu* (CVIG-ñcon), localizadas acima do eixo, são sugestivas de que os reeducandos ocasionais tendem a não se converter na cadeia e nesse sentido reforçam as categorias ativas *Conversão - Não mudou, mas se afastou e não se dedicou novamente* (CV-nãoded); *Conversão - Não mudou e não se afastou* (CV-nãomud); *Tempo de conversão - Não se converteu* (TCONV-ñcon); e *Motivos da conversão - Não converteu/reconverteu depois de preso* (MOTC-ñconv).

7.2.3 Síntese do eixo 2

Tendo concluído o exame das categorias ativas e passivas que contribuíram para a formação do segundo eixo do plano fatorial, faremos a seguir um resumo das nossas principais constatações.

7.2.3.1 Presos habituais sem afinidade religiosa e com crise existencial: tendência de conversão por interesses autopreservacionistas (lado inferior)

Os presos posicionados do lado inferior do eixo 2 tendem a pertencer ao mundo do crime, cuja definição vimos em Ramalho (2008). Tendem a ser multirreincidentes, com inúmeras prisões anteriores e com muitos anos de cadeia cumpridos por outros crimes.

Além do que, não trabalhavam antes de ser presos, donde se induz que o seu ganha-pão era proveniente de atividades criminosas. Essa situação, aliás, ficou clara em certos momentos durante a aplicação dos questionários. Alguns dos participantes responderam não trabalhar antes da prisão, todavia, eram os responsáveis por todas as despesas do lar. Quando perguntados o porquê disso, a resposta era sempre a mesma, ou seja, de que o dinheiro vinha da “vida errada”, demonstrando um certo nível de consciência e autocrítica ao diferenciar trabalho lícito daquele considerado criminoso.

Antes de virem presos a religião não tinha nenhuma importância em suas vidas, contudo, a partir do encarceramento ela assume um novo *status* e passa a ser considerada “muito importante”, justificando, assim, suas conversões evangélicas na prisão, em regra, influenciados e incentivados pela família e pastores.

De acordo com esses indivíduos, os motivos que os levaram a se converter na cadeia estão relacionados à aproximação com Deus, aproximação com Deus e arrependimento, arrependimento, solidão e sofrimento, podendo dar a impressão de terem sido impulsionados nesse sentido por interesses propriamente religiosos. Todavia, o exame conjunto dos dados nos induz a um caminho diferente, e com isso não queremos dizer que não existam conversões propriamente religiosas neste grupo, pois vale lembrar, a ACM nos indica as tendências do campo social em análise, nunca proposições irrefutáveis.

Quando questionados sobre a situação mais traumática vivida na cadeia as respostas evidenciaram tratar-se de desentendimentos internos. O fato de estes presos, integrantes do mundo do crime, estarem concentrados em celas evangélicas dentro de um pavilhão faccionado indica a tendência de terem cometido alguma infração

considerada grave pelo código de conduta delinquente, a que Feltran (2010) chamou de “casos de vida ou morte”. Vimos nesse mesmo autor que as violações leves ou moderadas à ética do crime não isentam seu infrator da devida punição, todavia, não conduzem à perda do convívio com a massa carcerária (FELTRAN, 2010), ou seja, reparado o erro, aquele indivíduo não corre risco de vida nem de ser expulso daquele ambiente. De outro lado, quando os desentendimentos internos tornam o convívio com a massa insustentável, vimos em Dias (2008) que o transgressor tem diante de si três opções para garantir a sua sobrevivência: pegar o “bonde” para outra unidade penal, ou seja, transferir o preso ameaçado para outro presídio; ser retirado dos pavilhões para uma cela segurada; ou converter-se à religião evangélica. Vimos também que “sabendo das dificuldades de permanecer no seguro e diante da incerteza da transferência para outras cadeias, muitos presos optam pela adoção de uma identidade evangélica (...) a fim de salvaguardarem suas vidas” (DIAS, 2008, p. 218).

A fala do interno Alfredo vai exatamente nesse sentido:

Eles [os facionados] têm o estatuto deles. Perdeu o convívio, eles rasgam a camisa. E quando não tem que sair do prédio, se retirar do prédio, eles já vão direto para a cela dos evangélicos, já para se safar daquilo, para não ter que passar por uma punição mais rígida deles (R/ESP/05).

A partir da conversão o preso deixa de fazer parte do mundo do crime e “passa a estar sempre na berlinda, sujeito ao descrédito por um deslize qualquer, por uma palavra, um gesto, um olhar. Significa estar sendo vigiado permanentemente” (DIAS, 2008, p. 224). Para não morrer, o indivíduo troca a sua autonomia e a sua integridade moral e passa a desempenhar o papel de religioso durante o tempo todo, daí por que “ser crente dentro da prisão é a expressão mais acabada de uma identidade mutilada” (DIAS, 2008, p. 224).

Podemos compreender, então, por que o grupo de presos habituais deste lado inferior do eixo classificou a conversão como sendo “muito importante” para sua proteção, segurança e integridade física na prisão. Entendemos também por que o seu comportamento passou a ser mais vigiado pela facção criminosa após se converterem.

Goffman já dizia que “a própria vida é uma encenação dramática” e que “o relacionamento social comum é montado tal como uma cena teatral” (GOFFMAN, 2002, p. 71), assim, o que importa no mundo real não é a veracidade ou falsidade da representação, mas o sucesso do papel encenado. Por isso, quando questionados o

motivo pelo qual se converteram, aqueles indivíduos que o fizeram por razões extrarreligiosas tenderão a dar respostas prontas que garantam a credibilidade da encenação.

Portanto, o exame global do quadro de categorias que formam este lado do eixo nos permite concluir que as conversões evangélicas dos presos habituais tendem a se aproximar mais da perspectiva autopreservacionista do que da perspectiva propriamente religiosa.

Cumpra ressaltar, ainda, que não foram identificadas categorias que evidenciassem a busca religiosa por interesses instrumentais na prisão, seja de ordem material ou simbólica. Embora a categoria passiva *Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Cela evangélica* tenha indicado que os presos habituais deste lado do eixo consideram as celas evangélicas um benefício oferecido pela Administração da UPRP aos detentos religiosos, tal não deve ser entendido como uma vantagem propriamente material ou simbólica. A cela evangélica é, antes de tudo, uma forma de consolidação da identidade religiosa, afastando o crente da tentação de mundos sociais rivais (DIAS, 2008). Nesse sentido temos o relato do reeducando Rogério: “Quem quer sair do crime, quem quer se arrepender dos seus pecados e viver uma vida nova, que acredita que tem solução para uma vida melhor, ele sai do crime, das outras celas que são crime e vai para a igreja” (R/EVA/02). De acordo com Dias:

A constituição de um espaço exclusivamente evangélico para morar, dormir e realizar cultos não se apresenta enquanto uma conquista de benefício (...). Antes, representam a tentativa de escapar às tentações e às armadilhas existentes no cotidiano prisional, que poderiam comprometer seriamente a consolidação da identidade religiosa e o desempenho convincente do papel de evangélico. São mecanismos que tentam aniquilar ou impedir o acesso do converso àqueles mundos sociais discordantes dos quais o indivíduo participava anteriormente e que competem com o mundo social proposto pela religião (DIAS, 2008, p. 191).

Em resumo, os dados deste lado inferior do segundo eixo indicam que a conversão evangélica na prisão é influenciada pelos familiares e pastores como decorrência da quebra de alguma das severas regras impostas pelo código da malandragem de modo a tornar impraticável o convívio com os integrantes da massa carcerária. Eis aqui a origem da crise existencial, a gênese do interesse religioso, que busca na conversão a manutenção da vida, a conservação da própria integridade física.

7.2.3.2 Presos ocasionais sem afinidade religiosa e sem crise existencial: tendência de não conversão (lado superior)

Os presos que compõem o lado superior do eixo 2 costumam ser representantes do mundo do trabalho, assim definidos em Ramalho (2008). Tendem a não pertencer ao universo marginal, mas acabaram vindo parar na prisão por alguma razão ligada ao acaso, acidente ou circunstâncias da vida, exerciam atividades lícitas antes de serem presos e não possuíam prisões ou condenações anteriores.

Tendem, ainda, a não possuir uma relação de afinidade, proximidade ou mesmo identificação religiosa na cadeia, corroborando, assim, a tendência de não se converter no cárcere.

Além disso, não foram identificadas categorias que apontassem a existência de problemas solucionáveis através da religião. Talvez as categorias passivas *Situação traumática - Abandono ou distanciamento da família*; *Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Outros*; e *Motivos do desentendimento interno - Facção* pudessem justificar uma aproximação religiosa por interesses propriamente religiosos, instrumentais e autopreservacionistas, respectivamente, contudo, veremos não ser o caso.

Dentro da variável *Situação traumática* surgiram duas categorias passivas, a primeira relacionada ao abandono ou distanciamento da família e a segunda referente a doenças, depressão e vícios. Entre elas, a categoria *Abandono ou distanciamento da família* foi a que mais se destacou com 61 recorrências, fazendo dela a principal tendência desta variável, enquanto que a categoria *Doença, depressão ou vício*, com 14 respostas, a exceção que acaba por confirmá-la.

Nesse sentido, vimos que este grupo tende a ser mais suscetível a estados de crise, enfrentando a situação mais difícil na cadeia logo no primeiro dia, possivelmente por não fazer parte do mundo do crime, provocada, então, especialmente pelo abandono ou distanciamento da família. Ocorre que num segundo momento, já no transcorrer do cumprimento da pena, esses mesmos indivíduos passaram a considerar a família “indiferente, pouco importante ou sem importância” na prisão. Em resumo, esse sentimento inicial de desamparo familiar não foi catalisador de um estado de crise intenso o suficiente capaz de justificar uma conversão por interesses propriamente religiosos, tanto que parecem tê-lo superado por conta própria no decurso da prisão, sem o apoio da religião.

Descartamos, ainda, a possibilidade de se conseguir um emprego na prisão simplesmente por ser religioso, conforme possa indicar a categoria passiva *Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Outros*. Como resultado, não vemos qualquer vantagem simbólica justificadora de uma conversão na UPRP, já que as vagas de emprego são distribuídas preferencialmente entre os integrantes do mundo do trabalho, religiosos ou não.

Por fim, a categoria passiva *Motivos do desentendimento interno - Fação* poderia sugerir uma aproximação religiosa com viés autopreservacionista, porém, com 5 apontamentos, ela surge como mais uma exceção confirmatória da tendência principal de que os presos ocasionais situados acima do segundo eixo tendem a não ter motivos para desarranjos internos na cadeia, como mostra a categoria *Não tem motivos para o desentendimento interno na prisão*, com 112 respostas.

Portanto, a ausência de crises existenciais sanáveis pela via religiosa, a falta de uma identificação religiosa na prisão e de um vínculo familiar mais profundo fazem com que esses indivíduos tendam a não se converter no cárcere.

7.3 Síntese do campo prisional da UPRP

Após a análise das categorias ativas e passivas de ambos os eixos do plano fatorial, podemos resumir a região do campo prisional a que nos propusemos examinar em quatro principais tendências relacionais identificadas pela ACM.

Em termos gerais, cada lado do plano fatorial (esquerdo e direito do eixo 1, inferior e superior do eixo 2) revelou uma tendência diferente, com similitudes e contrastes entre eles.

Os presos da UPRP foram, então, classificados basicamente em dois grandes grupos: presos ocasionais, ligados ao mundo do trabalho e mais vulneráveis a estados de crise, e presos habituais, próprios do mundo do crime e menos suscetíveis a estados de crise.

Entre os detentos ocasionais há aqueles que tendem a se converter (lado esquerdo do eixo 1) e aqueles que tendem a não se converter (lado superior do eixo 2). Do mesmo modo, entre os presos habituais existe quem se converte (lado inferior do eixo 2) e quem não se converte na cadeia (lado direito do eixo 1), lembrando que daqueles que se convertem, a religião evangélica é a preferida dentre todas as outras.

Os presos ocasionais que se convertem na cadeia tendem a ter uma relação de proximidade religiosa antes de serem presos, mas que por algum motivo dela se distanciaram para reencontrá-la novamente no cárcere, seja na forma de conversão ou de reconversão. São geralmente motivados pela família e pelo pastor e impulsionados pelo arrependimento ou sentimento de culpa pelos crimes cometidos, indicando, de um lado, que a crise existencial vivenciada por este grupo está relacionada a aspectos interpessoais e transcendentais e, de outro, a busca pela satisfação de interesses propriamente religiosos.

Os reeducandos ocasionais que não se convertem não possuem laços familiares mais profundos e costumam classificar a religião na prisão como “indiferente”, evidenciando a inexistência de uma relação de identificação ou afinidade com a vida religiosa. Além disso, não foram constatadas situações de crise existencial ou de problemas de ordem propriamente religiosa, instrumental ou autopreservacionista que pudessem ser resolvidos através da conversão evangélica.

Os detentos habituais que se convertem na prisão o fazem ordinariamente estimulados pelos familiares e pastores em decorrência de graves atritos gerados com a massa carcerária capazes de tornar a sua convivência insustentável. O universo delinquente possui as suas próprias regras que devem ser seguidas por todos à risca e uma vez violadas impõe ao infrator, a depender da gravidade, a adoção de medidas que objetivem a proteção da própria vida, entre elas, a adoção de uma identidade evangélica. Fica claro, nesse contexto, que a busca religiosa na prisão visa à satisfação de interesses autopreservacionistas.

Por último, os presos habituais que não se convertem na cadeia também tendem a se envolver em situações de desinteligências internas com a massa carcerária, demonstrando, assim, estarem mais expostos nesse sentido do que os presos ocasionais em geral. Todavia, os conflitos aqui são classificados como infrações leves ou moderadas que não acarretam a perda do convívio com seus integrantes ou a decretação da sua morte. Isso porque, embora as relações prisionais sejam lastreadas primordialmente pelo uso da violência e da arbitrariedade (capital prisional), suas punições variam conforme a gravidade da “pisada” com a ética do crime. Tratando-se de contendas remediáveis, a conversão evangélica não se mostrou imprescindível para proteção da vida e integridade física dos integrantes desse grupo. Além disso, o distanciamento religioso na prisão se justifica pelo fato de não possuírem uma identificação religiosa anterior ao cárcere.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve por objetivo responder ao seguinte problema de pesquisa: *Em termos relacionais, o que diferencia o grupo de indivíduos que se converte à religião evangélica na prisão do grupo que não se converte?* Constatamos na prática forense, à época atuando enquanto juiz criminal, uma tendência entre os presos a se converterem à religião evangélica durante o cumprimento de suas penas e isso me chamou bastante a atenção, principalmente por querer entender por que alguns se convertiam enquanto que outros não, já que todos estavam expostos às mesmas condições e dificuldades de um ambiente prisional. A decisão por se converter, diziam eles, era uma tentativa de aproximação ou reaproximação com Deus geralmente relacionada a chamados ou propósitos divinos, tais como “o Espírito Santo falou comigo”, “o Senhor tem um propósito na minha vida”, ou então decorrentes do sentimento de arrependimento pelos crimes cometidos, até que um dia, um desses presos religiosos roubou a paróquia da cidade poucas horas depois de ter sido colocado em liberdade, contradizendo, assim, todo o seu discurso anterior de renovação identitária e espiritual.

Resolvemos, então, a partir deste trabalho, objetivar uma região específica do campo prisional a fim de identificar e compreender as afinidades e os contrastes que aproximam e que distanciam esses indivíduos encarcerados no tocante às conversões evangélicas, ou seja, o que os ligam e o que os afastam nessa tomada de decisão religiosa. Para isso, adotamos como referencial teórico a teoria dos campos de Pierre Bourdieu exatamente por apresentar essa abordagem relacional característica de toda a sua complexa e extensa obra.

Escolhemos como *locus* da nossa pesquisa a Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP) por ser o maior presídio em termos de custodiados do Estado do Tocantins e por apresentar a maior população religiosa dentre todas as outras unidades prisionais, donde passamos a descrevê-la e caracterizá-la para que o leitor pudesse perceber o ambiente em que se dão essas relações sociais.

Aprofundamos nosso olhar ao universo evangélico a fim de compreendermos suas nuances e propriedades inerentes, sendo a religião que mais cresce no Brasil por diversas razões e no ambiente prisional isso não é diferente, principalmente por melhor atender aos interesses deste grupo de indivíduos. Na cadeia, os presos tendem a se converter sempre que se deparam com algum estado de crise capaz de desordenar a vida

estabilizada que tinham até então, pois veem na religião uma alternativa de superar essas incertezas e resolver os problemas carcerários experimentados, sejam eles de ordem racional ou afetivo, tradicional.

Percorremos a literatura específica buscando condensar os principais interesses almejados pelos presos com a conversão religiosa, destacando-se três perspectivas diferentes: instrumental, propriamente religiosa e autopreservacionista.

O método que se mostrou mais apropriado aos objetivos deste estudo foi a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) por guardar uma afinidade eletiva com a teoria social bourdieusiana e por nos permitir identificar geometricamente seus agentes dentro de um plano fatorial representativo de uma região do campo prisional, limitado ao espaço dos presos evangélicos e não evangélicos da UPRP.

Os dados obtidos nos levaram a dividir os presos da UPRP em dois grandes grupos: presos ocasionais, assim definidos como aqueles ligados ao mundo do trabalho, e presos habituais, integrantes do mundo do crime, confirmando a nossa hipótese de que na prisão existem pessoas mais vulneráveis e suscetíveis a um estado de crise do que outras, já que aqueles tendem a vivenciar a situação mais traumática na cadeia logo no início do cumprimento da pena, ao passo que estes somente após vários anos de prisão, provavelmente por estarem calejados às agruras do universo delinquente.

Confirmaram também que o apoio familiar e dos pastores, os interesses religiosos envolvidos, o grau de intensidade da crise e o modo como o indivíduo percebe os benefícios da busca religiosa influenciam na sua decisão de se converter ou não no cárcere. Nesse sentido, como havíamos previsto, não encontramos, como regra, conversões motivadas por interesses instrumentais, à medida que as vantagens materiais pretendidas podem ser alcançadas por meios menos radicais, enquanto que as vantagens simbólicas limitam-se a aspectos meramente funcionais para tornar a cadeia mais calma.

As conversões, portanto, mantiveram-se concentradas na busca por interesses propriamente religiosos e autopreservacionistas e, nessa linha, a religião evangélica surge como a mais habilitada a atendê-los, seja por representar a ruptura com a biografia passada e o surgimento de uma nova criatura, seja porque a credibilidade da nova identidade religiosa, adotada como estratégia de sobrevivência, passa por seus rigorosos preceitos morais e éticos, respectivamente.

Os detentos ocasionais que se convertem tendem a ter uma identificação religiosa anterior, perdida em algum momento e recuperada no cárcere por influência direta da família e do pastor, fatores preponderantes para ajudar esses indivíduos a

perceberem os benefícios de uma conversão evangélica na prisão, geralmente motivados pelo arrependimento e culpa pelos delitos praticados. Já os presos ocasionais que tendem a não se converter na cadeia não tinham esses pressupostos, ou seja, não apresentaram nenhuma ligação, afinidade ou proximidade religiosa na prisão e classificaram a família como “sem importância, pouco importante ou indiferente”, além disso, não experimentaram desarranjos pessoais solucionáveis através da religião.

De outro lado, os presos habituais que se convertem, apesar de não ostentarem uma afinidade religiosa anterior, o fazem estimulados pela família e pastores, geralmente motivados por graves conflitos surgidos dentro da cadeia. Por sua vez, os presos habituais que não se convertem igualmente não possuem uma aproximação religiosa antes do cárcere e embora também se envolvam em situações de desentendimentos internos na prisão, estes não são intensos o suficiente para motivar suas conversões. Enquanto os presos ocasionais formam um grupo menos exposto a conflitos internos, estes fazem parte do cotidiano normal daqueles integrantes da massa carcerária. A depender da sua gravidade, o convívio com a massa se tornará impraticável e a partir daí a sua vida é colocada em risco. É aqui que reside a chave para entendermos suas conversões evangélicas, pois estas somente ocorrerão quando aquele indivíduo não conseguir mais sustentar sua identidade ligada ao mundo do crime dada à gravidade da sua conduta. Isso ocorre porque a severidade da punição varia conforme a natureza da infração, logo, violações consideradas leves ou moderadas pelo código delincente não prescrevem penas de morte ou perda do convívio com os seus integrantes, conseqüentemente, não levam à conversão evangélica na cadeia.

Em termos gerais, os presos ocasionais quando se convertem tendem a fazê-lo por motivos ligados ordinariamente a interesses propriamente religiosos, enquanto que os presos habituais quando optam pela conversão geralmente o fazem por proteção à vida e conservação da sua integridade física.

Portanto, podemos afirmar que o problema de pesquisa proposto por esta tese foi respondido e com isso apresentaremos a seguir as contribuições teóricas, implicações práticas, limitações encontradas no transcorrer da investigação e sugestões de estudos futuros.

Este trabalho apresenta três principais contribuições teóricas. Primeiro, a tese propôs uma análise do fenômeno estudado a partir de conceitos retirados da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, aplicando à UPRP noções como campo social, capital prisional, *habitus* carcerário e *illusio*. Como consequência, valemo-nos de um método

ainda pouco explorado em pesquisas como esta, no caso, a ACM, o que nos possibilitou compreender um pouco mais a fundo as conversões evangélicas na prisão.

Segundo, contribuiu com a literatura específica ao identificar conversões religiosas na prisão pautadas em mais de um tipo de interesse convivendo dentro de um mesmo contexto, algo até então não considerado. Vimos, assim, conversões motivadas por interesses propriamente religiosos e também por interesses autopreservacionistas, descartando, como regra, aproximações religiosas instrumentais.

Terceiro e mais importante, a pesquisa conseguiu estabelecer uma relação probabilística entre interesse religioso e condição de habitualidade no mundo do crime, ou seja, os presos ocasionais tendem a se converter na prisão por interesses propriamente religiosos, ao passo que os presos habituais tendem a se converter por interesses autopreservacionistas.

A presente tese também produziu implicações práticas. Os dados da pesquisa evidenciaram a predominância da religião evangélica no interior da UPRP, com forte tendência de conversão após o encarceramento, situação que se mantinha desconhecida pelas autoridades estatais.

É preciso reconhecer, antes de qualquer coisa, o esforço da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins (SECIJU) em desenvolver um sistema informatizado de coleta de dados que inclui a preferência religiosa dos presos, já que a grande maioria das unidades penais do Brasil não possui nenhum método de controle nesse sentido.

Ocorre que esses dados não representam a realidade religiosa prisional local. Para se ter uma ideia, de acordo com a SECIJU, dos 704 detentos da UPRP em janeiro de 2021, apenas 8 eram evangélicos (1,13%), quando na verdade a pesquisa revelou um quantitativo muito superior a este. Dos reeducandos que participaram do estudo, 95 deles estavam presos em janeiro de 2021, dos quais 43 se autodeclararam evangélicos no momento da detenção (45%). Em segundo lugar, porque os dados oficiais desconsideram qualquer trânsito religioso após o cárcere, já que as informações são tomadas quando o indivíduo ingressa no sistema prisional, sem qualquer atualização posterior. Podemos afirmar, conseqüentemente, que o baixo engajamento no recolhimento dos dados religiosos demonstra a pouca importância que se confere à religião nas prisões.

Portanto, a compreensão da religiosidade prisional, em especial do processo de conversão evangélica na maior unidade penal do Estado do Tocantins, consoante nos

propusemos, pode colaborar com o desenvolvimento regional, pois tem o potencial de descortinar uma realidade pouco conhecida e subsidiar a formulação (ou reformulação) de políticas públicas para o adequado cumprimento e execução da pena, conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) e na Lei de Execução Penal (LEP), mormente no tocante à liberdade de crença e assistência religiosa (art. 5º, incisos VI e VII da CF/88 e art. 11, inciso VI da LEP).

Como em qualquer pesquisa, a nossa também apresentou limitações. A principal delas foi decorrente da pandemia da COVID-19 que restringiu a forma inicial de coleta de dados. O projeto inaugural previa aplicar questionários individualmente a cada um dos presos participantes, contudo, com o aumento dos casos de infecção, a UPRP teve seu acesso reservado apenas a funcionários e policiais penais. Durante um considerável período, por razões de controle sanitário, nem mesmo as famílias dos reeducandos estavam autorizadas a ingressar na unidade penal.

Somente com o retorno das atividades normais é que pudemos aplicar nossos questionários, isso já em agosto de 2022. Assim, em vista da proximidade com o término do programa, decidimos, com autorização da Administração penitenciária, aplicá-los de modo coletivo nas salas de aula da Escola Estadual Nova Geração, localizada no interior do complexo prisional, o que pode ter influenciado alguns achados, como por exemplo, apontamentos não autênticos pelo receio do companheiro ao lado deavassar o conteúdo de suas respostas.

Por fim, os resultados desta tese podem abrir caminhos para pesquisas e investigações futuras, como avaliar se as conversões na prisão são capazes de promover a ressocialização de seus agentes pós-cárcere e de que forma os seus motivos – se propriamente religiosos ou autopreservacionistas – repercutirão na incorporação de um *habitus* religioso ou na manutenção de um *habitus* carcerário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos avançados**, v. 21, p. 7-29, 2007.
- ALMEIDA, Ronaldo de. **A Igreja Universal e seus demônios**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Transição Religiosa: Católicos abaixo de 50% até 2022 e abaixo do percentual de evangélicos até 2032. **EcoDebate**, 5 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2018/12/05/transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- ALVES, José Eustáquio Diniz *et al.* Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017.
- ANDRADE, Aliakim Lucena de. **“A Rua dos irmãos”: uma etnografia na prisão**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará.
- ARAÚJO, Fábio Firmino de. Sociologia da prisão: paranóia versus metanóia. Uma questão de patologia e fé. **Revista Jurídica Faculdade Paraibana - FAP**, v. 2, p. 01-21, 2015.
- BARDUGO, Leigh. **Sombra e ossos**. Tradução de Eric Novello. 2ª Edição. São Paulo: Editora Gutenberg, 2013.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Clóvis de Barros Filho fala sobre “Meditações Pascalianas” Parte II**. Youtube, 2 set., 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=GPPK0axAoXo&list=PLQ-hk_TNIx2vbvmsU_aonr5PkRm7jazWk&index=2. Acesso em 26 nov. 2022.
- BARROS FILHO, Clóvis de; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BAZO, Andressa Loli. **O exercício da fé na prisão: representações do papel da igreja evangélica para a pessoa encarcerada**. 2021. 298 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENZÉCRI, Jean-Paul. **Correspondence analysis handbook**. New York: Marcel Dekker, 1992.
- BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 1985.

BERREMAN, Gerard. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. *In: ZALUAR, Alba. Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

BERTONCELO, Edison. **Construindo espaços relacionais com a análise de correspondências múltiplas: aplicações nas ciências sociais**. Brasília: Enap, 2022.

BÍBLIA. **Edição Pastoral**. São Paulo: Paulus, 1990.

BICCA, Alessandro. A honra na relação entre os detentos crentes e não-crentes. **Debates do NER**, v. 6, n. 8, p. 87-98, 2005.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **O direito na pós-modernidade (e reflexões frankfurtianas)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sara. (1994). **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BONNET, Philippe; LEBARON, Frédéric; LE ROUX, Brigitte. L'espace culturel des Français. *In: LEBARON, Frédéric; LE ROUX, Brigitte. La méthodologie de Pierre Bourdieu en action: espace culturel, espace social et analyse des données*. Paris: Dunod, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Org. e trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Poder, Derecho Y Clases Sociales**. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992a.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses: Pour une anthropologie réflexive**. Paris: Éditions du Seuil, 1992b.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº. 104, de 4 de dezembro de 2019**. Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital, 2019.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento sobre a Prestação de Assistência Religiosa no Sistema Penitenciário Brasileiro**, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-produz-1o-levantamento-sobre-prestacao-de-assistencia-religiosa-no-sistema-prisional-brasileiro/sei_mj-15838383-informacao.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Planilha da pesquisa: Levantamento sobre a Prestação de Assistência Religiosa no Sistema Penitenciário Brasileiro**, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/noticias/depen-produz-1o-levantamento-sobre-prestacao-de-assistencia-religiosa-no-sistema-prisional-brasileiro/planilha_pesquisa.xlsx/view>. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de julho de 1984.

BRASIL. **Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)**, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/julho/mdh-recebe-relatorio-de-atividades-do-mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura/RelatrioAnual2017MNPCT.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.076-5/AC**, 2002. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=375324>>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 334**, 2015. Disponível em:

<<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4728410>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CACHADO, Rita. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. **Revista Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro, v.11, n. 2, p. 551-572, 2021.

CAROZZI, María Julia. Tendência no estudo dos novos movimentos religiosos na América: os últimos 20 anos. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais-BIB**, n. 37, p. 61-78, 1994.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CORRÊA, Diogo Silva. **Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre igreja e tráfico na Cidade de Deus**. 2015. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CÔRTEZ, Mariana Magalhães Pinto. **O bandido que virou pregador: a conversão de criminosos ao pentecostalismo e suas carreiras de pregadores**. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo.

COSTA, Bruno Moraes. Ressocialização mediada pela assistência religiosa: direito dos encarcerados no sistema penitenciário. **UNITAS – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória, v. 5, n.2, (n. especial), p. 901-927, 2017.

COUTINHO, Adriana de Souza Lima. **Família, trabalho e religião: fatores de reintegração do detento? Um estudo comparativo e descritivo entre o sistema prisional comum e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados**. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa.

CUNHA, Christina Vital da. Traficantes evangélicos: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural**, v. 15, p. 23-46, 2008.

CUNHA, Manuela Ivone. **Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos**. Lisboa: Etnográfica Press, 2002.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo: religião e violência na prisão**. Editora Humanitas, 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 9ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**. v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FIELD Listing Religions. **The World Factbook**, 30 dez. 2021. Disponível em:<
<https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/religions/>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, Paulo Cabral de Araújo. **Adesão religiosa e as suas influências na recuperação das pessoas oriundas do crime na cidade de Boa Vista – Roraima**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco.

FRESTON, Paul. Uma breve história do pentecostalismo Brasileiro. *In*: ANTONIAZZI, Alberto *et al.* **Nem anjos nem demônios interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GAMA, Taíza da Silva. **Religião e Sistema Penitenciário: Um estudo sobre a Assistência Religiosa Pentecostal no processo de reintegração da população carcerária do Estado do Rio de Janeiro**. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal Fluminense.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin. **O inquirido: teoria e prática**. Oeiras: Celta editora, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAM, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1974.

GONÇALVES, Hilton de Miranda. **A conversão religiosa como instrumento de tutela dos direitos fundamentais no Conjunto Penal de Jequié-Bahia**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania). Universidade Federal da Bahia.

GUSMÃO, Eduardo Henrique Araújo de. **Dinâmicas prisionais e religião: uma análise sobre as trajetórias e experiências de detentos em processos de conversão**. 2011. 177 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: Principles in practice**. New York: Taylor & Francis, 2007.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HUSSON, François; JOSSE, Julie. Multiple correspondence analysis. *In*: BLASIUS, Jörg; GREENACRE, Michael. **Visualization and verbalization of data**. Boca Raton: CRC Press, p. 165-183, 2014.

JACOB, Alexandre. **A conversão religiosa como um meio determinante para a sobrevivência no cárcere**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado profissional em Ciências das Religiões). Faculdade Unida de Vitória.

JULES-ROSETTE, Bennetta. The Conversion Experience: The Apostiles of John Maronke. **Journal of Religion in Africa**, v. VII, n. 2, p. 132-164, 1975.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. 450 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 2007.

KRONBAUER, Jaime Luis. **O crente e o cárcere: estudo sociológico sobre evangélicos em prisões gaúchas**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LAUXEN, Iarani Augusta Galucio Rocha. **Por detrás do muro cinza: contribuições da assistência religiosa no tratamento penal**. 2018. 255 f. Tese (Doutorado em Teologia). Faculdades EST.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE ROUX, Brigitte; ROUANET, Henry. **Multiple correspondence analysis**. London: Sage, 2010.

LEAL, João. Diários de Campo: modos de fazer, modos de usar. **Arquivos dos antropólogos**. Lisboa: Palavrão, p. 143-154, 2016.

LEBARON, Frédéric. **L'enquête quantitative en sciences sociales**. Paris: Dunod, 2006.

LIMA, Tom. Práticas esportiva e religiosa na Casa de Prisão Provisória de Palmas contribuem para a ressocialização de detentos. **Governo do Tocantins**, Palmas, 9 jul. 2015. Disponível em: < <https://www.to.gov.br/secom/noticias/praticas-esportiva-e-religiosa-na-casa-de-prisao-provisoria-de-palmas-contribuem-para-a-ressocializacao-de-detentos/3qroc27mn077>>. Acesso em: 25 set. 2021.

LIRA JÚNIOR, José do Nascimento. **Matar o criminoso e salvar o homem: o papel da religião na recuperação do penitenciário (um estudo de caso da APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - em Itaúna-MG)**. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Mackenzie.

- LIVRAMENTO, André Mota do. **Homens encarcerados: assistência religiosa e estratégias de vida na prisão**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo.
- LOBO, Edileuza Santana. Católicos e evangélicos em prisões do Rio de Janeiro. *In*: QUIROGA, Ana Maria *et al.* **Religiões e prisões**. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, ano 24, n.61, p. 22-29. 2005a.
- LOBO, Edileuza Santana. Ovelhas aprisionadas: a conversão religiosa e o “rebanho do senhor” nas prisões. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 6, n. 8, p. 73-85, jul./dez. 2005b.
- MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da religião**, v. 4, p. 68-95, 2008.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**, v. 18, p. 121-138, 2004.
- MARIANO, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010. **Debates do NER**, v. 2, n. 24, p. 119-137, 2013.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo.
- MARQUES, Vagner Aparecido. **O irmão que virou irmão: rupturas e permanências na conversão de membros do PCC ao pentecostalismo na Vila Leste – SP**. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** (1843). Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MCGUIRE, Meredith B. **Lived religion: faith and practice in everyday life**. New York: Oxford University Press, 2008.
- MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado entre o público e o privado. *In*: NOVAES, Fernando; SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 63-171, 1998.
- MOURA, Adeildo de Quadros. **A assistência religiosa como contribuição para a ressocialização: práticas e percepções sobre o trabalho de assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais administrados pela brigada militar**. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Cidadã). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MUHLE, Elizana Prodorutti. **A prisão terrena no paraíso celestial: APAC, uma alternativa humana ao cumprimento da pena privativa de liberdade**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). **Novo Mapa das Religiões**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/religiao/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

NOCK, Arthur Darby. 1988. **Conversion: the old and the new in religion from Alexander the Great to Augustine of Hippo**. Lanham: University Press of America.

NUNES, Ana Idalina Carvalho. À porta das celas: a resignificação do 'eu' através da influência do discurso religioso na prisão. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 25, p. 1-22, 2017.

OLIVEIRA, Anaize Anália de. **A experiência religiosa no cárcere: o caso do Centro de Reeducação Feminino Maria Júlia Maranhão em João Pessoa - PB**. 2012a. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões). Universidade Federal da Paraíba.

OLIVEIRA, Luana Maria Lyra Carreras Correa de. **Os filhos evangélicos do novo caldeirão do diabo: a conversão religiosa na Penitenciária de Alcaçuz**. 2012b. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Marina Marigo Cardoso de. A religião nos presídios. **Justitia - A Revista do Ministério Público de São Paulo**, v. 39, n. 97, p. 31-58, 1977.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso**. São Paulo: Cortez Editora e Editora Autores Associados, 1987.

PARO, Marcelo Laurito. **Visita íntima na unidade prisional feminina de regime fechado e provisório de Palmas/TO: sentidos e significados analisados sob o enfoque fenomenológico**. 2016. 121 f. Relatório técnico (Mestrado profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos). Universidade Federal do Tocantins.

PEDROSO NETO, Antônio José. O espaço dos jornalistas da economia brasileiros: gerações, origem social e dinâmica profissional. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, p. 133-152, 2015.

PEREIRA, Ana Beatriz Vilhena. Código de condutas de religiosos no cárcere e sua influência na dinâmica social da prisão. **Anais dos Simpósios da ABHR**, v. 14, p. 1363-1372, 2015.

PEREIRA, Gilson Ricardo de Medeiros; CATANI, Afrânio Mendes. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. **Perspectiva**, p. 107-120, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados**, v. 18, p. 223-238, 2004.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RAMBO, Lewis R.; FARHADIAN, Charles E. Converting: Stages of religious change. *In*: LAMB, Christopher; BRYANT, M. Darrol. **Religious conversion: Contemporary practices and controversies**. London and New York: Cassell, p. 23-34, 1999.

RAMBO, Lewis R. **Understanding Religious Conversion**. Yale: Yale University Press, 1993.

RELIGION in Latin America: Widespread Change in a Historically Catholic Region. **Pew Research Center**, 13 nov. 2014. Disponível em: <http://www.pewforum.org/2014/11/13/religion-in-latin-america/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

RESES, Erlando da Silva; PINEL, Wallace Roza. Estudantes no cárcere: uma análise a partir da categoria religião na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. **Revista brasileira de educação de jovens e adultos**, v. 6, p. 66-76, 2018.

ROUANET, Henry. The geometric analysis of structured individuals x variables tables. *In*: GREENACRE, Michael; BLASIUS, Jörg. **Multiple correspondence analysis and related methods**. Boca Raton: Chapman & Hall, p. 137-159, 2006.

SANTANA, Viviane Rocha de. “Aceitar Jesus, porque o Satanás atenta...”: As conversões neopentecostais no presídio feminino de Sergipe. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Rogéria de Almeida Pereira dos. **Assistência religiosa: um olhar socioeducativo dentro do Sistema Prisional da Bahia**. 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas). Universidade Salvador UNIFACS.

SCHELIGA, Eva Lenita. “E me visitastes quando estive preso”: estudo antropológico sobre a conversão religiosa em unidades penais de segurança máxima. 2000. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHELIGA, Eva Lenita. “Ele está se escondendo atrás da bíblia”: a conversão religiosa ao pentecostalismo em unidades penais. *In*: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

SILVA, Valcelir Borges da. **Punição e carência: trajetórias de homens encarcerados**. 2017. 292 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília.

SISTEMA penitenciário de Palmas passa por reestruturação. **Bom Dia Tocantins**. Palmas: Rede Globo, 9 de setembro de 2021. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9843172/?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar>. Acesso em: 10 set. 2021.

SKARBEK, David. **The puzzle of prison order: why life behind bars varies around the world**. New York: Oxford University Press, 2020.

SMILDE, David. **Reason to believe: cultural agency in Latin American evangelicalism**. Berkeley: University of California Press, 2007.

SNOW, David A.; MACHALEK, Richard. The sociology of conversion. **Annual Review of Sociology**, v. 10, p. 167-190, 1984.

SPYER, Juliano. **O povo de Deus quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

SYKES, Gresham M. **The society of captives. A study of a maximum security prison**. Princeton: Princeton University Press, 1974.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, enquête operária e investigação social**. São Paulo: Polis, 1982.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

VARGAS, Laura Ordóñez. Religiosidade: mecanismos de sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. In: QUIROGA, Ana Maria *et al.* **Religiões e prisões**. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, ano 24, n.61, p. 30-39, 2005.

VASCONCELLOS, Paulo Sérgio. **Mitos gregos**. São Paulo: Objetivo, 1998.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 14, p. 35-41, 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

ZALUAR, Alba. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA, Renato Sérgio de *et al.* **Crime, polícia e justiça no Brasil**. Contexto: São Paulo, p. 30-42, 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Metadados e orientações

Nome do entrevistado: _____

Nome do pesquisador presente: _____

Data da entrevista: ____/____/____ Local da entrevista: _____

Contato inicial:

- Agradecer pela disponibilidade em receber o pesquisador.
- Apresentar de forma breve os objetivos da pesquisa.
- Explicar as informações contidas no termo de consentimento de entrevista.
- Solicitar a assinatura do termo de consentimento de entrevista.
- Entregar uma via assinada pelo pesquisador para o entrevistado.

Procedimentos iniciais:

- Organizar e preparar o equipamento para registrar os dados.

Questões para entrevista

1. Acredita em Deus? Qual sua religião na época que foi preso? Quando se converteu? Frequentava a igreja quantas vezes por semana? Mudou de religião depois que foi preso? Para qual? Quanto tempo depois?

Finalidade: estabelecer o momento da conversão, seus motivos e se era praticante (critério de frequência); analisar se a afirmação de ligação pretérita com a religião é uma forma de legitimar sua escolha religiosa atual, já que os evangélicos são indivíduos desacreditados pela massa carcerária, cuja conversão é vista como uma forma de se esconder na igreja (falta de sinceridade).

2. Estudou até que série? Como funciona a escola na prisão? Qual sua profissão? Consegue desenvolver algo na prisão relativo à sua profissão? Tem algum curso profissionalizante na cadeia? E como é sua família?

Finalidade: aprofundar no tripé da ressocialização (trabalho, estudo e família) e se a religião tem algum impacto positivo nisso.

3. Como era sua vida antes da igreja?

Finalidade: saber do passado da pessoa; se tem consciência da responsabilidade pelos atos praticados.

4. Como é sua vida agora com a conversão?

Finalidade: saber do presente da pessoa; se entende a cadeia como um momento de aprendizado.

5. Quais suas perspectivas para o futuro?

Finalidade: saber do futuro da pessoa; se em sua visão a prisão alcança seus objetivos ressocializantes; qual sua ideia sobre o estigma de ex-presidiário; se depositam suas esperanças na ajuda da igreja (e não no Estado) para sua reinserção social, auxiliando-o a encontrar um emprego (como pastor ou outra função qualquer) ou promovendo recursos materiais até que encontrem uma recolocação profissional; se buscam credibilidade e legitimação no futuro de sua situação atual de convertido, permanecendo na igreja quando não mais estiver preso.

6. O que te levou a se converter?

Finalidade: analisar se a identidade projetada entrou em conflito com a real, causando uma situação de anomia; verificar se a decisão de conversão é creditada a motivos sobrenaturais (milagres, chamado de Deus) ou a arrependimentos ou, ainda, se foi tomada após acontecimentos tensos que envolvem conflitos, ameaças e situações insustentáveis (por ter infringido alguma das inúmeras regras do código delinquente) ou se coincidiu com alguma experiência dramática produtora de uma desestruturação emocional provocadora de uma desilusão (em geral súbita) com o mundo do crime e se sim, qual (abandono da família, drogas, violência, humilhações etc); examinar se o papel de malandro (ethos guerreiro) foi desacreditado, assumindo o único outro papel existente no cárcere, que é o de converso.

7. E por que se converteu ao pentecostalismo? Acredita que as pessoas lá fora vão te respeitar mais por ser evangélico? Como você avalia aquelas pessoas que não seguem as regras do Evangelho?

Finalidade: analisar se a ausência de outros líderes religiosos no interior do presídio (padres, por exemplo), influenciou essa escolha de modo a afirmar o motivo pelo qual a Igreja Evangélica é a mais presente nesse ambiente; examinar se a conversão atua como estratégia individual de fortalecimento de autoestima, na medida em que o pentecostalismo, por estar mais presente em ambientes carentes, possibilita aos seus adeptos a construção de uma imagem de pessoa de bem, o que nem sempre é acessível às populações mais pobres (capital religioso) e, de outro lado, verificar o lado negativo da conversão que é a intolerância das relações sociais estabelecidas entre os evangélicos e os outros, que são vistos como o diabo, encarnação do mal.

8. Como é organizada a sua igreja na prisão? Como são as visitas dos pastores externos, quantos cultos por dia ou semana e como são escolhidos os líderes evangélicos internos? A sua igreja te ajuda materialmente (doação de alimentos, objetos de primeira necessidade, orientação jurídica)? Qual a frequência dessa ajuda? E as outras igrejas, ajudam seus fieis?

Finalidade: Conhecer a forma de organização da Igreja Evangélica no interior das cadeias; analisar se a conversão foi motivada para obter benefícios materiais.

9. Com a pandemia os cultos acabaram ou diminuíram? Isso afeta de alguma forma a força ou a fé do grupo?

Finalidade: para Durkheim, a força da religião está no fato dela se constituir enquanto comunidade, cuja força moral e coesão do grupo devem ser reafirmadas periodicamente através dos cultos.

10. O que mais mudou em sua vida com a conversão?

Finalidade: verificar a religião como produtora de sentido; se a igreja trouxe sentido às suas dificuldades; se o seu repertório de valores mudou (se passou a estudar, ler, trabalhar, valorizar a família); se passou a ser vigiado, humilhado, testado em busca de extrair sinceridade ou fingimento em sua conversão.

11. O que o evangelismo trouxe de melhor para sua vida? Trouxe algo de ruim?

Finalidade: verificar a situação de reconstrução de sua biografia; se a conversão dificultou sua vida de alguma forma na cadeia (vigilância, humilhações).

12. O que você faria de diferente hoje se pudesse voltar atrás?

Finalidade: verificar contribuições ressocializantes da religião.

13. Existe alguma regra de comportamento, de vestimenta, vocabulário? Quais as atividades que vocês desenvolvem? Alguma atividade, conduta ou lazer é proibida (ver TV, qualquer canal, ouvir rádio, jogar bola, exercícios físicos)? Essas restrições existem também nas igrejas lá de fora ou somente aqui dentro? Se existem apenas aqui dentro, qual o motivo de proibi-las? Quem impõe essas restrições? Você discorda de alguma dessas restrições? O que acha de quem discorda?

Finalidade: examinar o comportamento do evangélico (postura humilde, fala baixa, só pode manter relações sexuais se for casado, não ingere bebidas alcoólicas, não fuma), bem como sua vestimenta (camisa abotoada, calçado, corte de cabelo, se dorme de calça) e o seu vocabulário (se fala gírias); analisar a estratégia de promover uma intensa vida associativa intramuros na igreja para afastar o crente dos perigos mundanos e aprofundar a concepção do discurso religioso no combate aos prazeres, drogas e riqueza, como sendo coisas do diabo; verificar eventuais ambiguidades entre atividades que sua igreja permite na sociedade mais ampla (principalmente neopentecostais) e que no interior da cadeia não são praticadas, demonstrando assim, a homogeneidade religiosa; examinar se essas proibições são impostas pelas igrejas ou pelos líderes das facções criminosas; verificar resistências às restrições impostas e a vigilância acerca da veracidade da conversão entre os próprios crentes.

14. Como você enxerga o trabalho dentro da cadeia?

Finalidade: verificar se houve uma revalorização do trabalho inexistente na época do mundo do crime, provavelmente acompanhada do conformismo à vida simples em oposição à ganância, vaidade, ambição.

15. Qual a importância do estudo? Quando o horário das aulas coincide com os cultos, qual você dá preferência?

Finalidade: verificar a qualidade do estudo ofertado e se houve uma revalorização deste após a conversão associada ao trabalho, ou seja, o estudo desenvolve habilidades que são colocadas em prática através do trabalho, como forma de ressocialização.

16. Como era sua ligação com sua família e esposa antes e depois de se converter? Sente algum remorso ou culpa?

Finalidade: analisar se a partir da conversão houve uma valorização da família e casamento; se houve um desligamento total com a família ou perda de contato com os parentes; se a conversão atua como substituto real ou simbólico da família nesses casos de abandono; onde conheceram suas esposas (pode ser que conheceram dentro da cadeia nas atividades delas como voluntárias, de modo que a conversão atuou como substituto real da família).

17. Como distinguir quem é do crime e quem não é?

Finalidade: saber se a transformação operada pela conversão é apenas interna ou se exterioriza de alguma maneira (gírias, modo de se vestir, cela evangélica, cultos e crenças, rupturas entre o mundo do crime e do trabalho).

18. Tem cela evangélica? Como são compostas? Quais suas principais regras? Qual a importância de se ter uma cela evangélica? Tiveram de pagar por ela?

Finalidade: a cela evangélica é uma forma de consolidação da identidade religiosa, afastando o crente da tentação de mundos sociais rivais.

19. E as celas comuns, como são? Tem alguma hierarquia dentro delas ou dentro da cadeia em geral? Quais suas regras e quais as punições existentes? Quem participa desses julgamentos? Existe diferença de punição entre membros de alta e de baixa hierarquia? O que a administração penitenciária faz a respeito?

Finalidade: conhecer a dinâmica no interior das celas, suas regras e hierarquia; compreender as regras do “proceder” e a consequência pela quebra de alguma delas; se a severidade da punição é graduada conforme a hierarquia carcerária (isso pode ter reflexos nas conversões para fugir das punições da massa); analisar a divisão ou delegação de poder da administração oficial para as facções, na forma de um acordo para manter a prisão em funcionamento.

20. Como é a sua rotina diária?

Finalidade: verificar se a blindagem física através de celas próprias é somada à abstenção de atividades que não tenham relação com a igreja e se o converso é obrigado a participar de maratonas de atividades religiosas (estratégias para afastar os crentes dos perigos mundanos).

21. O que gostaria de mudar no sistema penitenciário?

Finalidade: verificar se há relatos sobre falta de condições de trabalho, cursos educacionais, cultos, contato com parentes, revistas humilhantes de familiares.

22. O que tem de diferente nas práticas, comportamentos e discursos da sua igreja evangélica para as outras que existem na prisão?

Finalidade: verificar se há uma homogeneização dos grupos religiosos pentecostais dentro da cadeia ou se está claro a linha de atuação, a depender de sua denominação e classificação pentecostal.

23. Qual sua relação com os membros da sua igreja? Sua imagem com os funcionários da penitenciária melhorou?

Finalidade: verificar se há uma intensa relação e identidade afetiva do indivíduo com os membros do grupo, tido como importante elemento para a igreja fixar uma base conceitual e social de apoio ao converso; analisar se a conversão foi motivada para obter benefícios simbólicos (melhorar a imagem perante a Administração Prisional).

24. Qual a relação entre as facções e massa carcerária com os evangélicos? Harmoniosa ou conflituosa? Misturam-se, interagem?

Finalidade: analisar quais as identidades possíveis e existentes no contexto prisional: mundo do crime e mundo do trabalho; verificar a existência de uma hierarquia nas relações sociais, onde quem dita as regras são os líderes das facções, bem como as perseguições, humilhações e a busca da igreja como estratégia de sobrevivência, sob o ponto de vista dos evangélicos, não evangélicos, agentes religiosos e agentes prisionais; na sociedade mais ampla é possível a adoção de várias identidades sociais diferentes, a depender do contexto que se encontra. De outro lado, na prisão, somente é possível adotar duas: massa carcerária/mundo do crime ou evangélico/mundo do trabalho. Não existe meio-termo, sendo o convívio entre massa carcerária e evangélicos inconciliável, por isso, estes podem ser vítimas de violências diversas quando se forçam essas inter-relações.

25. Depois da conversão, alguma vez a sua fé foi testada por outros presos? De que forma (violência física ou simbólica)? Você se sente perseguido ou vigiado em suas condutas? Essa perseguição, vigilância, fiscalização parte de quem? A mando de quem? O que acontece com um convertido que continua no mundo do crime? E se ele fosse faccionado?

Finalidade: a fim de aferir a sinceridade na conversão, os conversos são constantemente testados, provocados, perseguidos e humilhados; verificar a constante vigilância por parte dos presos não conversos por determinação dos líderes das facções criminosas, pois estão no ápice da hierarquia carcerária e são eles quem ditam as regras e fazem cumprir o código delinquente da cadeia, administração penitenciária, funcionários, familiares, amigos e dos próprios crentes; analisar qual a pena aplicada ao crente que continua delinquindo; se ao convertido que era faccionado e que continua no mundo do crime é aplicada a pena capital (morte).

26. Na sua igreja todos são bem-vindos ou tem alguma situação que impede a admissão daquele preso? Quais são as regras mais importantes impostas pela

igreja? Tem alguma que você mais sente dificuldade em cumprir? O que acontece com quem não se adapta às normas de comportamento do crente? Quem decide o que deve ser feito? É o líder da massa carcerária ou dos evangélicos?

Finalidade: observar a estratégia proselitista de admitir todos que se propõem à conversão, inclusive aqueles cuja sinceridade seja contestada por não ter sido voluntária, mas decorrente de problemas de relacionamento com a massa carcerária; verificar se a submissão do crente é imposta de fora para dentro, ou seja, não é uma consequência da fé ou suposta transformação de atitudes e comportamentos promovidos após a conversão; analisar as consequências de não seguir as regras impostas pela igreja, tal como a expulsão do crente daquele grupo religioso; examinar suas consequências e a existência de subordinação dos evangélicos à massa carcerária.

27. Existem conversões por interesses? Quais são os principais motivos que levam um preso a fingir uma conversão? E como saber diferenciar quem está escondido de quem está por vontade própria na igreja? O que acontece com o indivíduo que se esconde na igreja? Ele é aceito sob quais condições? É comum os membros da igreja procurarem outros presos que estão com problemas com a massa para convertê-los?

Finalidade: compreender as conversões daqueles indivíduos que estão na igreja por interesses diversos daquele propriamente religioso (medo da cadeia, concluir sua pena de forma tranquila) ou que tenham sido “obrigados” a tal (criaram problemas com a massa carcerária, tais como não pagamento de dívida de drogas, condenação por estupro, e se convertem para fugirem do acerto de contas); analisar se aquele que se esconde na igreja é conhecido pelas suas atitudes (não quer se dedicar integralmente à igreja, quer jogar bola, baralho, resiste às atividades religiosas); verificar se o preso que se esconde na igreja é aceito pelo grupo religioso e sob quais condições (tem de rezar mais, participar mais); examinar se as igrejas se valem da estratégia proselitista (facilitar conversões) junto aos presos da massa que estejam em situações de conflito com seus membros, demonstrando uma ambiguidade em seu discurso de se apresentarem como grupo completamente afastado e independente da massa carcerária.

28. Você diria que quantos por cento dos evangélicos se escondem na igreja? Conhece alguém que se converteu na cadeia e ao ganhar a liberdade voltou para a vida do crime? De outro lado, conhece quem continuou participando da vida religiosa?

Finalidade: verificar o reflexo das conversões fingidas com a taxa de reincidência criminal; analisar se a prática religiosa na prisão significa ou não a constituição de uma identidade religiosa duradoura ou se vinculada a uma lógica de poder, de força e de coerção.

29. Qual a diferença entre ser convertido na rua e na prisão? Há diferença de tratamento pelos presos não evangélicos? É mais fácil ser crente na cadeia do que fora dela? Você acha que as pessoas só acreditarão que você realmente mudou depois que sair da prisão?

Finalidade: verificar a variação dos discursos de legitimação entre os convertidos na rua e os convertidos na prisão; analisar se a desconfiança de se esconder atrás da bíblia é maior em relação às conversões após a prisão ou se a situação de descrédito a que estão submetidos os evangélicos independe dos reais motivos de sua conversão religiosa; entender se a credibilidade e legitimação da conversão evangélica só são atingidas totalmente após a prisão no caso de o indivíduo permanecer na igreja.

30. Se o indivíduo já era convertido antes da prisão, o que levaria ele a entrar para o mundo do crime já que a igreja evangélica tem preceitos morais tão rígidos quanto a isso? Era um crente praticante?

Finalidade: analisar a religião como trava moral ao cometimento de crimes antes mesmo da prisão; desvendar se o discurso de pertença anterior à religião é uma forma encenada de legitimar sua situação atual; discorrer sobre os critérios unidimensional e multidimensional de classificação do grau de religiosidade.

31. Existe um código de conduta ou estatuto entre vocês? Esse código impõe as mesmas regras para todos ou existem regras diferentes para a massa e para os evangélicos? Por que ele foi criado e quem o criou? Quem está no topo da hierarquia prisional e quem está na base? Quais são as sanções para quem desrespeita essas regras? Os presos evangélicos são vistos como inimigos da massa? Quem aplica as punições? O que a administração prisional faz a esse respeito?

Finalidade: verificar a existência de um código de conduta delinquente e sua importância de garantir a identidade da população prisional através do medo e da violência; examinar se o código de conduta delinquente se aplica aos presos convertidos e sua subordinação às regras impostas pelos chefes das facções, já que pertencentes a mundos distintos; analisar a hierarquia prisional e a atuação da Administração Penitenciária nesses casos.

32. Quais são as opções daquele que infringe o código de conduta prisional para garantir sua integridade física? Quais as vantagens e desvantagens de cada uma dessas escolhas?

Finalidade: examinar as opções possíveis ao infrator dessas regras de conduta delinquente, como a transferência da cadeia, seguro ou conversão, bem como as vantagens e desvantagens de cada uma dessas opções.

33. Qual a relação entre integridade física e conversão religiosa? Por que um preso jurado de morte, por exemplo, passa a ter uma segunda chance se ele se converter? Se as regras do código delinquente impõem sanções tão severas, às vezes até a morte, por que aquele que infringe essas regras e corre para a igreja não é punido? Existe alguma regra do “proceder” nesse sentido?

Finalidade: analisar o motivo pelo qual a conversão atua como um salvo-conduto livrando-os das punições da massa, já que na hierarquia da prisão o evangélico ocupa posição inferior; verificar a conversão como estratégia de sobrevivência, em vista da completa ausência do Estado no exercício de suas responsabilidades sobre aqueles que estão sob sua tutela. Com a conversão, aquele indivíduo morre simbolicamente para o

mundo do crime, não havendo razão prática para puni-lo, muito embora permaneça o interesse na punição, à medida que são permanentemente vigiados?

34. Os presos convertidos têm algum privilégio ou vantagem? Como você analisa essas conversões? Tornam a cadeia mais calma? Acredita que a conversão é capaz de transformar positivamente o indivíduo?

Finalidade: analisar se o converso tem algum benefício material ou simbólico que a justificasse; examinar se existem diferenças de atuação entre as igrejas em termos de criar ou não problemas para a Administração Penitenciária.

35. Como você avalia a manutenção da religiosidade daquele preso que se converteu na prisão após o cumprimento de sua pena?

Finalidade: avaliar o grau de eficácia da conversão religiosa após o cárcere.

Considerações finais:

- Perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista.
- Perguntar se o entrevistado ficou com alguma dúvida.

Finalização e agradecimento:

- Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações.
- Explicar que os resultados da pesquisa estarão à disposição dele e, se tiver interesse, deverá entrar em contato com o pesquisador

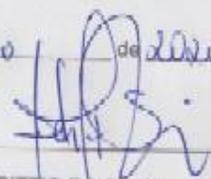
APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE (PPGDR)

**CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MODALIDADE
DINTER/UFT/ESMAT**

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Eu, **ALEX PIZZIO DA SILVA**, abaixo assinado, respondo como Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), inscrita sob o CNPJ nº 05.149.726/0001-04 e cujo telefone de contato é o nº (03) 3228-4724. A referida instituição é proponente do projeto de pesquisa intitulado **"PRISÕES DA FÉ: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE O PAPEL DA RELIGIÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PALMAS/TO"**, que está sendo proposto pelo doutorando **MARCELO LAURITO FARIAS**, sob orientação do professor doutor **ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO NETO**, portanto, a partir das prerrogativas do cargo exercido, declaro que conheço e cumpro os requisitos das Resoluções de Ética em Pesquisa e que esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, assim autorizo sua execução.

Palmas, 30 de Março de 2020



ALEX PIZZIO DA SILVA
COORDENADOR
Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva
Matrícula Sispem: 1783806
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional - UFT

APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE (TJTO)

Estado do Tocantins
Poder Judiciário
Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Eu, **DESEMBARGADOR HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO**, abaixo assinado, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, instituição participante no projeto de pesquisa intitulado “**PRISÕES DA FÉ: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE O PAPEL DA RELIGIÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PALMAS/TO**”, que está sendo proposto pelo pesquisador **MARCELO LAURITO PARO**, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT) e à Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) por meio do Doutorado em Desenvolvimento Regional (modalidade DINTER/UFT/ESMAT), **DECLARO** ter lido e concordar com a proposta de pesquisa, bem como conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Norma Operacional CONEP 001/13, a Resolução CNS 466/2012 e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes, dispondo de infraestrutura necessária, para a garantia da realização das ações previstas no referido projeto, visando à integridade e à proteção dos participantes da pesquisa.

Palmas, 26 de março de 2020.

Assinado de forma digital por HELVECIO DE BRITO MAIA NETO
Data: 26/03/2020 16:31:00

Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS INSTITUCIONAIS



CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MODALIDADE
DINTERJUF/ESMAT

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS INSTITUCIONAIS

Eu, **MARCELO LAURITO PARO**, abaixo assinado, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa **"PRISÕES DA FÉ: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE O PAPEL DA RELIGIÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PALMAS/TO** me comprometo a manter o sigilo sobre os dados coletados, bem como com o máximo de benefícios e o mínimo de riscos, garantindo que previsíveis danos serão evitados, assegurando a confidencialidade e a privacidade, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e a Resolução CNS nº 466/2012.

Serão assegurados à instituição os benefícios resultantes do projeto, sendo que após tratamento científico, os resultados serão comunicando às autoridades competentes, aos órgãos legitimados pelo Controle Social, bem como aos que puderem contribuir para a melhoria das políticas públicas ou serviços afetos, de forma que possam resultar em benefícios socialmente aproveitáveis, inclusive mantendo a identidade e o sigilo dos envolvidos. Informo que os dados a serem coletados serão os referentes às ações penais e execuções penais dos presos da Casa de Prisão Provisória de Palmas/TO, sendo que para operacionalização da coleta, a instituição deverá autorizar o acesso por meio de consulta ao processo eletrônico E-Proc. A coleta de dados ocorrerá via sistema Virtual E-Proc, durante a duração do presente programa de Doutorado, com encerramento previsto para 2022.

O pesquisador concorda, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto, não podendo ser utilizadas para nenhum outro fim, sem a autorização individual e expressa dos sujeitos envolvidos. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima, garantindo o sigilo dos participantes e informantes.

Ressalto que o presente Termo será assinado em duas vias, sendo uma para o responsável pelo banco de dados e outra para a equipe de pesquisa. Isso se dará

Marcelo Laurito Paro
Juiz de Direito



após os esclarecimentos necessários, ao conhecimento amplo de todos os aspectos do projeto de pesquisa, que foi autorizada pelo responsável pela instituição, **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, DESEMBARGADOR HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO**, assim como aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Pesquisador Responsável: Marcelo Laurito Paro, Av. Pres. Dutra, 337 - Jardim Campo Clube, Colinas do Tocantins - TO, 77760-000, telefone (63) 3476-1671 e e-mail: marcelolaurito@hotmail.com

Palmas/TO, 26 de 3 de 2020

Marcelo Laurito Paro
Juiz de Direito

Marcelo Laurito Paro
Marcelo Laurito Paro
Pesquisador Responsável

Rodrigo da Silva Perez Araújo
Juiz da Vara de Execução Penal da Comarca de Palmas

Rodrigo da Silva Perez Araújo
Rodrigo da Silva Perez Araújo
Juiz Substituto

APÊNDICE E – DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE (SECIJU)



Estado do Tocantins
 Governo do Estado
 Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Eu, **HEBER LUIS FIDELIS FERNANDES**, abaixo assinado, responsável pela **Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins**, instituição participante no projeto de pesquisa intitulado “**PRISÕES DA FÉ: UM ESTUDO FENOMENOLÓGICO SOBRE O PAPEL DA RELIGIÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE PALMAS/TO**”, que está sendo proposto pelo pesquisador **MARCELO LAURITO PARO**, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UIT) e à Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), por meio do Doutorado em Desenvolvimento Regional (modalidade DINTER/UFT/ESMAT), **DECLARO** ter lido e concordar com a proposta de pesquisa, bem como conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Norma Operacional CONEP 001/13, a Resolução CNS 466/2012 e suas complementares. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia da realização das ações previstas no referido projeto, visando à integridade e à proteção dos participantes da pesquisa.

Palmas, 30 de Junho de 2020.

Heber Fidelis
 Secretário de Cidadania e Justiça

HEBER LUIS FIDELIS FERNANDES
 Secretário Estadual de Cidadania e Justiça

APÊNDICE F – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (AGENTES RELIGIOSOS)



PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOCTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) AGENTE RELIGIOSO

Você está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa “PRISÕES DA FÉ: COMPREENDENDO AS CONVERSÕES RELIGIOSAS NO CONTEXTO PRISIONAL”. A entrevista e aplicação de questionário serão feitas por MARCELO LAURITO PARO, aluno do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional, orientado pelo DR. ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO NETO, Professor da Universidade Federal do Tocantins. Neste estudo pretendemos conversar com os reeducandos e agentes religiosos para compreender as conversões religiosas no contexto prisional. Para este estudo adotaremos o método de análise de conteúdo, na perspectiva de Laurence Bardin. A pesquisa pode lhe gerar algum desconforto consistente em eventual conflito de interesse na divulgação de um fato que lhe foi confiado, medo de repercussões eventuais e, ainda, tomar seu tempo ao responder à entrevista, mas podemos lhe assegurar que sua participação contribuirá muito para o conhecimento das questões que envolvem essa situação que você vivencia como agente religioso com experiência no contexto prisional. Esclarecemos que você não terá nenhum benefício direto pela sua participação, mas o conhecimento gerado poderá ser utilizado para conhecer o fenômeno e com isso revelar problemas (se for o caso) e indicar procedimentos que visam a atenuá-los e minimizá-los. Não vamos insistir em assuntos que causem sofrimento, mas se mesmo assim você se sentir mal, tomaremos as posturas necessárias para a superação desse desconforto, sendo garantido o acompanhamento e assistência durante todas as fases da pesquisa, com o encaminhamento, se for o caso, para atendimento pelo corpo de psicólogos da unidade prisional ou do Tribunal de Justiça. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, mas isso não significa que está abrindo mão de qualquer direito decorrente dos eventuais danos, sendo permanente seu direito à indenização, caso seja julgado pertinente pelas autoridades competentes. Você será esclarecido sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. A qualquer momento você pode desistir de participar e isso não vai lhe causar nenhum problema. Não haverá qualquer represália pela participação ou negativa de participação na entrevista ou preenchimento de questionário. Nós manteremos o sigilo sobre sua participação, não vamos divulgar seus comentários pessoais, nem colocaremos seu nome em nenhum documento. Suas respostas serão juntadas com as dos demais participantes e divulgadas juntas, para que ninguém possa identificar o que você falou sobre o



assunto. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e poderá ser exposto em publicações científicas e conferências. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Se você tiver qualquer dúvida sobre a pesquisa, podemos conversar sobre ela agora ou você pode entrar em contato conosco por qualquer meio possível, conforme dados abaixo, ou ainda, por meio do **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins** – CEP/UFT: Endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 Plano Diretor Norte, Prédio do Almoarifado, Câmpus de Palmas/TO. CEP: 77001-090. Telefone: (63) 3229-4023. E-mail: cep_uft@uft.edu.br que aprovou esta pesquisa, que é um órgão cuja tarefa é ter certeza de que os participantes de pesquisa serão bem atendidos e protegidos de qualquer dano. Em resumo, você _____ está sendo convidado a participar da pesquisa e concorda em participar. Foi informado que se sentir-se desconfortável, pode avisar o pesquisador e que pode desistir a qualquer momento sem lhe causar nenhum prejuízo. Está consciente que não haverá nenhum benefício pessoal ou financeiro. Foi informado de que seu nome e dados não serão divulgados e sabe como entrar em contato facilmente com o pesquisador ou com o Comitê de Ética que aprovou a pesquisa. Palmas, _____ de _____ de 202_____.

Assinatura do participante (ou testemunha, se for o caso)

Assinatura do Pesquisador
Marcelo Laurito Paro
Av. Pres. Dutra, 337 - Jardim Campo Chube, Colinas do Tocantins - TO, 77760-000, telefone (63) 3476-1671 e e-mail: marcelolaurito@hotmail.com

APÊNDICE G – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (REEDUCANDOS)



PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOCTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) REEDUCANDO

Você está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa “**PRISÕES DA FÉ: COMPREENDENDO AS CONVERSÕES RELIGIOSAS NO CONTEXTO PRISIONAL**”. A entrevista e aplicação de questionário serão feitas por **MARCELO LAURITO PARO**, aluno do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional, orientado pelo **DR. ANTÔNIO JOSÉ PEDROSO NETO**, Professor da Universidade Federal do Tocantins. Neste estudo pretendemos conversar com os reeducandos e agentes religiosos para compreender as conversões religiosas no contexto prisional. Para este estudo adotaremos o método de análise de conteúdo, na perspectiva de Laurence Bardin. A pesquisa pode lhe gerar algum desconforto ao compartilhar informações pessoais, espirituais ou confidenciais, mas podemos lhe assegurar que sua participação contribuirá muito para o conhecimento das questões que envolvem essa situação que você vivencia como reeducando na unidade prisional. Esclarecemos que você não terá nenhum benefício direto pela sua participação, mas o conhecimento gerado poderá ser utilizado para conhecer o fenômeno e com isso revelar problemas (se for o caso) e indicar procedimentos que visam a atenuá-los e minimizá-los. Existe o risco de que ao falar sobre suas vivências pessoais e espirituais te levem a qualquer sentimento negativo ou de tristeza, por isso, não vamos insistir em assuntos que causem sofrimento, mas se mesmo assim você se sentir mal, tomaremos as posturas necessárias para a superação desse desconforto, sendo garantido o acompanhamento e assistência durante todas as fases da pesquisa, com o encaminhamento, se for o caso, para atendimento pelo corpo de psicólogos da unidade prisional ou do Tribunal de Justiça. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, mas isso não significa que está abrindo mão de qualquer direito decorrente dos eventuais danos, sendo permanente seu direito à indenização, caso seja julgado pertinente pelas autoridades competentes. Você será esclarecido sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. A qualquer momento você pode desistir de participar e isso não vai lhe causar nenhum problema. Não haverá qualquer represália pela participação ou negativa de participação na entrevista ou preenchimento de questionário. Nós manteremos o sigilo sobre sua participação, não vamos divulgar seus comentários pessoais, nem colocaremos seu nome em nenhum documento. Suas respostas serão juntadas com as dos demais participantes e divulgadas juntas, para que ninguém possa identificar o que você falou sobre o assunto. Os resultados da



pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e poderá ser exposto em publicações científicas e conferências. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Se você tiver qualquer dúvida sobre a pesquisa, podemos conversar sobre ela agora ou você pode entrar em contato conosco por qualquer meio possível, conforme dados abaixo, ou ainda, por meio do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins – CEP/UFT: Endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 Plano Diretor Norte, Prédio do Almoxarifado, Câmpus de Palmas/TO. CEP: 77001-090. Telefone: (63) 3229-4023. E-mail: cep_ufi@uft.edu.br que aprovou esta pesquisa, que é um órgão cuja tarefa é ter certeza de que os participantes de pesquisa serão bem atendidos e protegidos de qualquer dano. Em resumo, você _____ está sendo convidado a participar da pesquisa e concorda em participar. Foi informado que se sentir-se desconfortável, pode avisar o pesquisador e que pode desistir a qualquer momento sem lhe causar nenhum prejuízo. Está consciente que não haverá nenhum benefício pessoal ou financeiro. Foi informado de que seu nome e dados não serão divulgados e sabe como entrar em contato facilmente com o pesquisador ou com o Comitê de Ética que aprovou a pesquisa. Palmas, _____ de _____ de 202_____.

Assinatura do participante (ou testemunha, se for o caso)

Assinatura do Pesquisador
Marcelo Laurito Paro
Av. Pres. Dutra, 337 - Jardim Campo Clube, Colinas do Tocantins - TO, 77760-000, telefone (63) 3476-1671 e e-mail: marcelolaurito@hotmail.com

APÊNDICE H – MINUTA DE QUESTIONÁRIO

Caro reeducando da Unidade Penal Regional de Palmas: gostaria de lhe convidar para participar de uma pesquisa acadêmica desenvolvida na Universidade Federal do Tocantins (UFT) intitulada “Prisões da fé: compreendendo as conversões evangélicas no contexto prisional”. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Se você não concordar em participar ou quiser desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta assinalar essa declaração concordando com a pesquisa. Esclareço que o sigilo da sua identidade será totalmente preservado, de modo que não será divulgado nenhum nome na pesquisa. Somente análises agregadas serão publicadas e isso não permite a identificação dos respondentes. Por favor, responda com um X quando for solicitado entre parênteses e responda por extenso quando for solicitado em pontilhado. Desde já, agradeço a atenção e me coloco à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Concorda de livre e espontânea vontade em participar como colaborador?

Sim Não

1º BLOCO - DADOS PESSOAIS

Em que ano você nasceu?

Em que cidade você nasceu? Qual o Estado?

Qual é o seu sexo/gênero? Masculino Feminino Outro

Qual é a sua cor/raça/etnia?

Branca Preta Parda Amarela Indígena

Qual é o seu estado civil?

Solteiro. Há quanto tempo?

Casado. Há quanto tempo?

União Estável. Há quanto tempo?

Divorciado/Separado/Desquitado. Há quanto tempo?

Viúvo. Há quanto tempo?

Você foi criado por quem?

Mãe e pai Somente pelo pai Pai e madrasta Tios

Somente pela mãe Mãe e padrasto Avós Outro(s). Quem?

Até que idade você morou com essas pessoas?

Antes de ser preso você morava com quem? Em qual cidade?

..... E em qual bairro?

Quantas pessoas viviam na sua casa antes de você ser preso?

Quantos filhos você tem/teve?

Quantos irmãos você tem/teve?

2º BLOCO - DADOS CULTURAIS

Qual é a sua escolaridade atual?

Analfabeto

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Fez Pós-Graduação

Qual é/era a escolaridade do seu pai?

Analfabeto

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Fez Pós-Graduação

Qual é/era a escolaridade da sua mãe?

Analfabeta

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Fez Pós-Graduação

3º BLOCO - DADOS ECONÔMICOS

Qual é/era a principal ocupação/profissão do seu pai?

Qual é/era a principal ocupação/profissão da sua mãe?

Você trabalhava antes de ser preso?

() Não

() Sim. Em quê?

Tinha carteira assinada? Quanto ganhava?

Você começou a trabalhar com que idade? Em quê?

Você trabalha na prisão?

() Não

() Sim. Em quê?

Quanto ganha? Iniciou o trabalho quanto tempo depois de ter sido preso?

Há quanto tempo está trabalhando?

Recebe auxílio reclusão? () Não () Sim

Qual a renda mensal da sua família? (Salário Mínimo atualmente corresponde a R\$ 1.212,00)

() Menos de 1 salário mínimo

() Mais de 5 e menos de 7

() Mais de 1 e menos de 3

() Mais de 7 e menos de 10

() Mais de 3 e menos de 5

() Mais de 10

Quanto às despesas do lar antes de ser preso, você era o responsável por:

() Todas as despesas

() Menos da metade das despesas

() Mais da metade das despesas

() Nenhuma despesa

() Metade das despesas

Possui/possuía carro ou motocicleta própria? () Não () Sim

Qual era a sua situação de moradia antes da prisão?

() Casa própria

() Casa alugada

() Casa emprestada

() Sem residência fixa

() Morador de rua

() Instituição de caridade

() Outro. Qual?

4º BLOCO - DADOS SOCIAIS

Qual a importância que você dá para a política de um modo geral?

() Muito importante () Importante () Indiferente () Pouco importante () Sem importância

Em termos gerais, você possui bom relacionamento com os funcionários (não policiais) que trabalham na unidade prisional?

() Não. Por quê?

() Sim () Prefiro não responder

Em termos gerais, você possui bom relacionamento com os policiais que trabalham na unidade prisional?

() Não. Por quê?

() Sim () Prefiro não responder

Em termos gerais, você possui bom relacionamento com os presos facionados?

() Não. Por quê?

() Sim () Prefiro não responder

Em termos gerais, você possui bom relacionamento com os presos religiosos?

() Não. Por quê?

() Sim () Prefiro não responder

Em termos gerais, você possui bom relacionamento com os presos não-religiosos?

() Não. Por quê?

() Sim () Prefiro não responder

5º BLOCO - DADOS PRISIONAIS

- Por qual crime você está preso?
- Você está preso há quanto tempo?
- Você é preso provisório ou definitivo?
- () Provisório () Definitivo. Foi condenado há quantos anos?
- Você já foi preso antes?
- () Não () Sim. Quantas vezes? Passou quanto tempo preso?
- É reincidente? () Não () Sim. Quantas vezes?
- Você responde/já respondeu a algum procedimento administrativo disciplinar (PAD) na prisão?
- () Não () Sim. Quanto tempo depois que você foi preso?
- Você já esteve internado em alguma instituição para menores infratores?
- () Não () Sim. Por quais atos infracionais?
- Você possui parentes próximos que já foram presos alguma vez (pai, mãe, avós, irmãos, tios, primos etc)?
- () Não () Sim. Quais parentes?
- Você faz parte de alguma facção criminosa?
- () Sou faccionado
- () Já fui faccionado, mas não sou mais
- () Nunca fui faccionado
- () Prefiro não responder
- Você estuda na prisão?
- () Não
- () Sim. Há quanto tempo?..... Iniciou os estudos depois de quanto tempo preso?.....
- Qual a cor do seu uniforme?
- () Laranja () Metadinha () Amarelinho () Azul
- Qual a importância que você dá para o trabalho na prisão?
- () Muito importante () Importante () Indiferente () Pouco importante () Sem importância
- Qual a importância que você dá para o estudo na prisão?
- () Muito importante () Importante () Indiferente () Pouco importante () Sem importância
- Qual a importância que você dá para a família na prisão?
- () Muito importante () Importante () Indiferente () Pouco importante () Sem importância
- Alguém da sua família se afastou depois que você foi preso?
- () Não
- () Sim. Quais pessoas?.....
- Por quê?.....
- Você passou por alguma necessidade depois que foi preso (financeira, espiritual, afetiva, sexual etc)?
- () Não
- () Sim. Quais foram os tipos de necessidades?.....
- Por quê?.....
- Você já teve algum tipo de desentendimento interno na prisão?
- () Não
- () Sim. Com quais pessoas (presos, facções, funcionários, policiais etc)?
- Quais foram os motivos?.....
- () Prefiro não responder
- Qual foi a situação mais difícil ou traumática que você enfrentou na prisão?
- () Abandono ou distanciamento da família
- () Arrependimento ou sentimento de culpa pelos crimes cometidos
- () Doença, depressão ou vício
- () Desentendimentos internos
- () Dificuldades financeiras
- () Outra(s). Quais foram essas situações?.....
- Essa situação aconteceu aproximadamente quanto tempo depois que você foi preso?

6º BLOCO - DADOS RELIGIOSOS**RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE**

Você acredita em Deus? Não Sim

Você acredita na existência do Diabo? Não Sim

A quem você atribui a responsabilidade pelos crimes cometidos?

A mim mesmo Amizades erradas Outros. Quais?

A demônios/espíritos malignos Sou inocente

Qual a importância da religião em sua vida antes de ser preso?

Muito importante Importante Indiferente Pouco importante Sem importância

Qual a importância da religião em sua vida depois de ser preso?

Muito importante Importante Indiferente Pouco importante Sem importância

Qual era a sua religião antes de ser preso?

Católico Umbanda

Evangélico/Protestante/Pentecostal Sem religião

Espírita Outra. Qual?

Candomblé

Você mudou de religião após ter sido preso?

Não, não mudei. Mesmo não tendo mudado de religião, em algum momento da vida você se afastou ou se desviou dela? Não Sim. Se sim, depois da prisão você passou a se dedicar novamente a ela? Não Sim. Se sim, de quais formas?

Sim, mudei. Para qual (católica, evangélica etc)?

RELIGIÃO, CONVERSÃO E RECONVERSÃO

OBS: Este bloco deverá ser respondido apenas por aqueles que mudaram de religião na prisão (conversão) e por aqueles que apesar de terem mantido a mesma religião, em algum momento se afastaram dela, mas depois de preso passaram a se dedicar a ela novamente (reconversão).

Você se converteu/reconverteu quanto tempo depois de preso?

Você foi batizado na prisão? Não Sim. Você se lembra em que ano ele ocorreu?

Por quais motivos você se converteu/reconverteu na prisão?

Quais foram as pessoas que mais te influenciaram a se converter/reconverter na prisão (pastor, padre, missionários, familiares, colega de cela, funcionário etc)?

Você passou a ser mais respeitado na prisão depois de ter se convertido/reconvertido?

Não

Sim. Por quais pessoas (presos religiosos, presos não-religiosos, facção, funcionários, policiais, administração penitenciária, familiares, amigos etc)?

O convívio com a sua família melhorou depois de convertido/reconvertido? Não Sim

A sua relação com o trabalho melhorou depois de convertido/reconvertido? Não Sim

A sua relação com os estudos melhorou depois de convertido/reconvertido? Não Sim

Qual a importância da conversão/reconversão para a sua proteção, segurança e integridade física na prisão?

Muito importante Importante Indiferente Pouco importante Sem importância

Depois que você se converteu/reconverteu, o seu comportamento passou a ser mais vigiado?

Não

Sim. Quais pessoas passaram a te vigiar mais (presos religiosos, presos não-religiosos, facção, funcionários, policiais, administração penitenciária etc)?

RELIGIÃO E FAMÍLIA

Qual é/era a religião da sua mãe/da pessoa que te criou (madrasta, avó, tia etc)?

- () Católica () Umbanda
 () Evangélica/Protestante/Pentecostal () Sem religião
 () Espírita () Outra. Qual?
 () Candomblé

Qual é/era a religião do seu pai/da pessoa que te criou (padrasto, avô, tio etc)?

- () Católica () Umbanda
 () Evangélica/Protestante/Pentecostal () Sem religião
 () Espírita () Outra. Qual?
 () Candomblé

RELIGIÃO E BENEFÍCIOS

A leitura da Bíblia dá direito à remição da pena (diminuição da pena)? () Não () Sim

A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso (cela evangélica, possibilidade de trabalho ou estudo, alimentação diferenciada, visitas facilitadas etc)?

- () Não
 () Sim. Quais os tipos de benefícios?

Você já usufruiu de algum desses benefícios? Quais deles?

As igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias (cestas básicas, medicamentos, produtos de limpeza e de higiene, dinheiro, auxílio jurídico etc)?

- () Não
 () Sim. Quais os tipos de ajuda?

Você já usufruiu de alguma ajuda? Quais delas?

RELIGIÃO E IGREJA

Qual era o nome da sua igreja antes de ser preso?

Qual é o nome da sua igreja atual?

Você frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso (missas, cultos, palestras etc)?

- () Não
 () Sim. Quais atividades?
 Com qual frequência? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Outro.....

Atualmente, você frequenta as atividades da sua religião na prisão?

- () Não
 () Sim. Quais atividades?
 Com qual frequência? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Outro.....

E antes da pandemia da COVID-19, você participava das atividades da sua religião na prisão?

- () Não
 () Sim. Quais atividades?
 Com qual frequência? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Outro.....

A sua igreja ou grupo religioso presta assistência religiosa atualmente na unidade prisional (missas, cultos, palestras, pregações, orações, estudos bíblicos etc)?

- () Não
 () Sim. De quais tipos?
 Com qual frequência? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Outro.....

E antes da pandemia da COVID-19, eles prestavam assistência religiosa?

- () Não
 () Sim. De quais tipos?
 Com qual frequência? () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Outro.....

RELIGIÃO E HÁBITOS

Você praticava algum tipo de esporte antes de ser preso?

Não

Sim. Quais?

E depois de preso, você pratica ou praticaria algum tipo de esporte se fosse possível?

Não

Sim. Quais?

Você praticava algum tipo de jogo antes de ser preso (baralho, dominó, caça-níquel, bingo etc)?

Não

Sim. Quais?

E depois de preso, você pratica ou praticaria algum tipo de jogo se fosse possível?

Não

Sim. Quais?

Antes de ser preso, você podia assistir ou ouvir qualquer canal de TV ou rádio (conteúdo erótico violento, esportes, entretenimento, carnaval, novelas etc)?

Não. De quais tipos?

Sim

E depois de preso, você assiste ou assistiria qualquer canal de TV ou rádio se fosse possível?

Não. De quais tipos?

Sim

Você consumia bebidas alcoólicas antes de ser preso?

Não Sim

E depois de preso, você consome ou consumiria bebidas alcoólicas se fosse possível?

Não Sim

Você fumava cigarros antes de ser preso?

Não Sim

E depois de preso, você fuma ou fumaria cigarros se fosse possível?

Não Sim

Você usava drogas ilícitas antes de ser preso?

Não Sim

E depois de preso, você usa ou usaria drogas ilícitas se fosse possível?

Não Sim

Você usava gírias, palavrões ou xingamentos antes de ser preso?

Não Sim

E depois de preso, você usa gírias, palavrões ou xingamentos?

Não Sim

Você recebe visita íntima na prisão?

Não

Sim. De quem (esposa, namorada etc)?.....

Se você pudesse escolher, que tipo de roupa você usaria na prisão?

Uniforme Roupas sociais

Roupas casuais Outras. Quais?

Você conhece/conheceu alguém que se converteu/reconverteu na prisão e quando saiu em liberdade deixou de ser religioso ou voltou para o mundo do crime? Não Sim

Na sua concepção, existem falsas conversões/reconversões na prisão?

Não

Sim. Quais seriam os principais motivos para alguém fingir uma conversão/reconversão na prisão?

E o falso convertido/reconvertido recebe algum tipo de punição? Se sim, quais seriam elas (expulsão da igreja, agressões físicas, morte etc)?

E quem aplica essas punições (membros da igreja, facção etc)?

Muito obrigado por ter contribuído com a pesquisa!

APÊNDICE I – TABELA DAS CATEGORIAS E SIGLAS

| 1º BLOCO - DADOS PESSOAIS | | | | |
|----------------------------------|--------------|------------------------------------|--------------|--|
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Idade (ativa) | ID | <i>20 a 23 anos</i> | ID20-23anos | Internos com 20 a 23 anos de idade |
| | | <i>24 a 26 anos</i> | ID24-26anos | Internos com 24 a 26 anos de idade |
| | | <i>27 a 29 anos</i> | ID27-29anos | Internos com 27 a 29 anos de idade |
| | | <i>30 a 32 anos</i> | ID30-32anos | Internos com 30 a 32 anos de idade |
| | | <i>33 a 36 anos</i> | ID33-36anos | Internos com 33 a 36 anos de idade |
| | | <i>37 a 39 anos</i> | ID37-39anos | Internos com 37 a 39 anos de idade |
| | | <i>40 a 49 anos</i> | ID40-49anos | Internos com 40 a 49 anos de idade |
| | | <i>50 a 54 anos</i> | ID50-54anos | Internos com 50 a 54 anos e 1 preso com 70 anos de idade |
| Local de nascimento (passiva) | NASC | <i>Nasceu na região CO, SE e S</i> | NASC-CoSeS | Internos que nasceram nas cidades do Centro-Oeste, Sudeste e Sul: Sinop, Iporá, Valparaíso de Goiás, São Miguel do Araguaia, Goiânia, Goianésia, Porangatu, Osasco, Anápolis, Porangatu, São José dos Bandeirantes, Marilena, Uruaçu, São Carlos, Brasília, Brazlândia, Goiás Velho, Aimorés, Passo Fundo, Cuiabá, Barra do Garça, Bela Vista, Nova Xavantina e Mara Rosa. |
| | | <i>Nasceu ao Norte de Palmas</i> | NASC-Npmw | Internos que nasceram nas cidades localizadas ao norte de Palmas/TO: Araguaína, Miracema, Miranorte, Rio Sono, Colinas, Muricilândia, Guaraí, Dois Irmãos, Colméia, Pedro Afonso, Tocantinópolis, Colinas do Tocantins, Aragominas, Couto Magalhães, Açailândia e Tocantínia. |

| | | | | |
|--------------------------|------|---|------------|--|
| | | <i>Nasceu ao Sul de Palmas</i> | NASC-Spmw | Internos que nasceram nas cidades localizadas ao sul de Palmas/TO: Gurupi, Dueré, Paraíso do Tocantins, Taguatinga, Ponte Alta, Arraias, Silvanópolis, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Peixe e Monte do Carmo. |
| | | <i>Nasceu em Palmas</i> | NASC-pmw | Internos que nasceram em Palmas/TO. |
| | | <i>Nasceu em Porto Nacional</i> | NASC-pnb | Internos que nasceram em Porto Nacional/TO. |
| | | <i>Nasceu na região N e NE</i> | NASC-NNe | Internos que nasceram nas cidades do Norte e Nordeste: Imperatriz, Barra do Corda, Parauapebas, Olinda, São Luís, Marabá, Arame, Redenção, Rio Maria, Jardim, Itapecuru-Mirim, Quixadá, Barreiras, Xinguara, Rio Maria, Esperantinópolis, Marabá, Teresina, Assaré, Ourilândia do Norte, Paraibano, Belém, Balsas, Tucuruí, Marabá, Mucuíba e Lago Grande. |
| Sexo/gênero (passiva) | SEXO | <i>Sexo masculino</i> | SEXO-masc | Internos do sexo masculino |
| | | <i>Outro sexo</i> | SEXO-out | Somente 1 interno se identificou como de outro sexo |
| Cor/raça/etnia (passiva) | COR | <i>Branca</i> | COR-branca | Internos que se declaram de cor branca |
| | | <i>Parda</i> | COR-parda | Internos que se declaram de cor parda |
| | | <i>Preta</i> | COR-preta | Internos que se declaram de cor preta |
| Estado Civil (passiva) | EC | <i>Casado</i> | EC-casado | Internos casados de 2 até 44 anos de união |
| | | <i>Divorciado, separado ou desquitado</i> | EC-divorc | Internos divorciados, separados ou desquitados de 1 até 10 anos de dissolução |
| | | <i>Solteiro - 0 a 2 anos</i> | EC-sol-0a2 | Internos que estão solteiros de 14 dias a 2 anos |
| | | <i>Solteiro - mais de 2 a 10 anos</i> | ECsol+2a10 | Internos que estão solteiros de 2 anos e 1 mês até 10 anos |
| | | <i>Solteiro - mais de 10 anos</i> | EC-sol-+10 | Internos que estão |

| | | | | |
|---|--------|--|--------------|---|
| | | | | solteiros de 11 anos a 39 anos |
| | | <i>União Estável - 0 a 10 anos</i> | EC-une0a10 | Internos que vivem em união estável de 1 mês a 10 anos |
| | | <i>União Estável - mais de 10 anos</i> | EC-une-+10 | Internos que vivem em união estável de 10 a 29 anos |
| Criado por quem (passiva) | CRI | <i>Criado por avós e outros</i> | CRI-avóseout | Criado dos 2 aos 37 anos por avós e outros (terceiros, pais de criação, irmão e irmã) |
| | | <i>Criado por mãe e pai - até 16 anos</i> | CRI-mep-16 | Criado dos 10 aos 16 anos por mãe e pai |
| | | <i>Criado por mãe e pai - 17 a 18 anos</i> | CRI-mep-1718 | Criado dos 17 aos 18 anos por mãe e pai |
| | | <i>Criado por mãe e pai - 19 a 24 anos</i> | CRI-mep-1924 | Criado dos 19 aos 24 anos por mãe e pai |
| | | <i>Criado por mãe e pai - acima de 25 anos</i> | CRI-mep-25 | Criado dos 25 aos 36 anos por mãe e pai |
| | | <i>Criado por mãe e padrasto ou pai e madrasta</i> | CRI-mpoupm | Criado dos 7 aos 30 anos por mãe e padrasto ou pai e madrasta |
| | | <i>Criado somente pela mãe ou pai</i> | CRI-sm/p | Criado dos 10 aos 31 anos somente pela mãe ou pai |
| Morava com quem antes de ser preso (passiva) | MORAVA | <i>Morava com esposa/mulher</i> | MORAVA-e/m | Internos que antes de ser presos moravam com a esposa ou mulher |
| | | <i>Morava com esposa e filhos</i> | MORAVA-eef | Internos que antes de ser presos moravam com a esposa e filhos |
| | | <i>Morava com a mãe</i> | MORAVA-mãe | Internos que antes de ser presos moravam com a mãe |
| | | <i>Morava com outros</i> | MORAVA-out | Internos que antes de ser presos moravam com outros (avós; amigos; irmãos; esposa e irmãos; pai; mãe, esposa e sobrinha; filhos; pai e madrasta; tia) |
| | | <i>Morava com os pais</i> | MORAVApais | Internos que antes de ser presos moravam com ambos os pais |
| | | <i>Morava sozinho</i> | MORAVA-soz | Internos que antes de ser presos moravam sozinhos |
| Morava em qual cidade/bairro antes de ser preso (passiva) | CID | <i>Morava em outros Estados</i> | CID-Estados | Internos que moravam em outros estados antes de ser presos (São Paulo; Goiânia; Imperatriz; Brasília; Belém; Anápolis; Confresa; Redenção; |

| | | | | |
|--|------|--|------------|--|
| | | | | Fortaleza; Santana do Araguaia; São Carlos; Aimorés; Tucuruí) |
| | | <i>Morava em outras cidades do Tocantins</i> | CID-Tocan | Internos que moravam em outras cidades do Tocantins antes de ser presos (Taguatinga; Porto Nacional; Gurupi; Miracema; Silvanópolis; Paraíso; Miranorte; Rio Sono; Novo Acordo; Ponte Alta; Colméia; Aparecida do Rio Negro; Pedro Afonso; Araguaína; Caseara; Araguacema; Açailândia) |
| | | <i>Morava em Palmas - Plano Diretor Expansão Sul</i> | CID-PmwExS | Internos que moravam em Palmas/TO nos bairros do Plano Diretor Expansão Sul antes de ser presos (Aureny I, II, III e IV; Santa Bárbara; Lago Sul; Morada do Sol 1 e 2; Bertaville; Sol Nascente) |
| | | <i>Morava em Palmas - Plano Diretor Norte</i> | CID-PmwPDN | Internos que moravam em Palmas/TO nos bairros do Plano Diretor Norte antes de ser presos (Quadras 105, 303, 403 e 504 Norte; Setor Vila União; Arno 72; Lago Norte; Setor Sonho Meu) |
| | | <i>Morava em Palmas - Plano Diretor Sul</i> | CID-PmwPDS | Internos que moravam em Palmas/TO nos bairros do Plano Diretor Sul antes de ser presos (Quadras 103, 108 122, 210, 603, 612 1.006, 1.206, 1.304, 1.306 sul; Arse 122) |
| | | <i>Morava em Palmas - Taquaralto e Taquari</i> | CID-PmwTAQ | Internos que moravam em Palmas/TO nos bairros Taquaralto e Taquari antes de ser presos |
| | | <i>Morava em Palmas - outros bairros</i> | CID-PmwOut | Internos que moravam em Palmas/TO em outros bairros antes de ser presos (Vale do Sol; Mato Grosso; Setor Belo Horizonte; Jardim Laila; São Francisco; Zona rural; Taquaruçu; Centro) |
| Quantas pessoas viviam na sua casa antes ser preso (passiva) | CASA | <i>Vivia sozinho</i> | CASA-sozin | Internos que moravam sozinhos antes de ser presos |

| | | <i>Vivia com 2 pessoas</i> | CASA-2pess | Internos que moravam com 2 pessoas antes de ser presos |
|-----------------------------------|--------------|--|--------------|---|
| | | <i>Vivia com 3 pessoas</i> | CASA-3pess | Internos que moravam com 3 pessoas antes de ser presos |
| | | <i>Vivia com 4 pessoas</i> | CASA-4pess | Internos que moravam com 4 pessoas antes de ser presos |
| | | <i>Vivia com 5 pessoas</i> | CASA-5pess | Internos que moravam com 5 pessoas antes de ser presos |
| | | <i>Vivia com 6 pessoas ou mais</i> | CASA-+6 | Internos que moravam com 6 a 11 pessoas antes de ser presos |
| Filhos (ativa) | FILHOS | <i>0 filhos</i> | FILHOS-0 | Internos com 0 filhos |
| | | <i>1 filho</i> | FILHOS-1 | Internos com 1 filho |
| | | <i>2 filhos</i> | FILHOS-2 | Internos com 2 filhos |
| | | <i>3 filhos</i> | FILHOS-3 | Internos com 3 filhos |
| | | <i>4 filhos</i> | FILHOS-4 | Internos com 4 filhos |
| | | <i>5 filhos ou mais</i> | FILHOS-5+ | Internos com 5 a 7 filhos |
| Irmãos (passiva) | IRMÃOS | <i>0 a 1 irmão</i> | IRMÃOS-0a1 | Internos com nenhum ou 1 irmão |
| | | <i>2 irmãos</i> | IRMÃOS-2 | Internos com 2 irmãos |
| | | <i>3 irmãos</i> | IRMÃOS-3 | Internos com 3 irmãos |
| | | <i>4 irmãos</i> | IRMÃOS-4 | Internos com 4 irmãos |
| | | <i>5 a 6 irmãos</i> | IRMÃOS-5a6 | Internos com 5 a 6 irmãos |
| | | <i>7 a 10 irmãos</i> | IRMÃOS-7a10 | Internos com 7 a 10 irmãos |
| | | <i>11 irmãos ou mais</i> | IRMÃOS-11+ | Internos com 11 a 30 irmãos |
| 2º BLOCO - DADOS CULTURAIS | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Escolaridade do interno (passiva) | ESC | <i>Interno analfabeto</i> | ESC-analf | Interno analfabeto |
| | | <i>Interno com ensino fundamental incompleto</i> | ESC-fincomp | Interno com ensino fundamental incompleto |
| | | <i>Interno com ensino fundamental completo</i> | ESC-fcomp | Interno com ensino fundamental completo |
| | | <i>Interno com ensino médio incompleto</i> | ESC-mincomp | Interno com ensino médio incompleto |
| | | <i>Interno com ensino médio completo</i> | ESC-mcomp | Interno com ensino médio completo |
| | | <i>Interno com ensino superior completo e</i> | ESC-sc/si | 5 internos com ensino superior incompleto e 2 |

| | | | | |
|------------------------------------|--------------|--|--------------|---|
| | | <i>incompleto</i> | | com Pós-Graduação |
| Escolaridade do pai (passiva) | ESCP | <i>Pai analfabeto</i> | ESCP-analf | Pai analfabeto |
| | | <i>Pai com ensino fundamental incompleto</i> | ESCP-fincomp | Pai com ensino fundamental incompleto |
| | | <i>Pai com ensino fundamental completo</i> | ESCP-fcomp | Pai com ensino fundamental completo |
| | | <i>Pai com ensino médio incompleto</i> | ESCP-mincomp | Pai com ensino médio incompleto |
| | | <i>Pai com ensino médio completo</i> | ESCP-mcomp | Pai com ensino médio completo |
| | | <i>Pai com ensino superior incompleto e completo</i> | ESCP-sc/si | Pai com ensino superior incompleto, ensino superior completo e fez Pós-Graduação |
| | | <i>Não conhece o pai ou não sabe</i> | ESCP-nãosabe | Interno que respondeu não conhece o pai ou não sabe a escolaridade do pai, ou deixou a resposta em branco |
| Escolaridade da mãe (passiva) | ESCM | <i>Mãe analfabeta</i> | ESCM-analf | Mãe analfabeta |
| | | <i>Mãe com ensino fundamental incompleto</i> | ESCM-fincomp | Mãe com ensino fundamental incompleto |
| | | <i>Mãe com ensino fundamental completo</i> | ESCM-fcomp | Mãe com ensino fundamental completo |
| | | <i>Mãe com ensino médio incompleto</i> | ESCM-mincomp | Mãe com ensino médio incompleto |
| | | <i>Mãe com ensino médio completo</i> | ESCM-mcomp | Mãe com ensino médio completo |
| | | <i>Mãe com ensino superior completo e incompleto</i> | ESCM-sc/si | Mãe com ensino superior incompleto, ensino superior completo e fez Pós-Graduação |
| 3º BLOCO - DADOS ECONÔMICOS | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Profissão do pai (ativa) | PAI | <i>Pai - Agricultura, Pecuária e Mineração</i> | PAI-Agricul | Pai do interno com as seguintes profissões: Agricultor, Lavrador, Vaqueiro, Caseiro, Fazendeiro, Indústria de mineração, Trabalhador rural, Caseiro de fazenda, Fazendeiro e caseiro, Encarregado de terraplanagem, Roça, Jardineiro e Madeireiro |
| | | <i>Pai - Comércio</i> | PAI-Comerc | Pai do interno com as seguintes profissões: Açougueiro, Vendedor de temperos, Dono de oficina |

| | | | | |
|----------------------------|-----|---|--------------|---|
| | | | | de bombas injetoras, Empresário, Padeiro, Dono de bar, Dono de distribuidora, Corretor de imóveis e Comerciante |
| | | <i>Pai - Construção civil braçal (exceto pedreiro) e Engenheiro</i> | PAI-ConstCiv | Pai do interno com as seguintes profissões: Carpinteiro, Eletricista, Mestre de obras, Pintor, Operador de máquinas, Pintura, Operador de máquinas pesada, Encanador, Armador, Ferragem e Cava Cisterna |
| | | <i>Pai - Mecânica e Transporte</i> | PAI-MecTran | Pai do interno com as seguintes profissões: Caminhoneiro e tratorista, Caminhoneiro, Motorista, Mecânico, Entregador do Ifood, Motorista de ônibus, Taxista, Mecânico na Vale do Rio Doce e Mecânico de carro |
| | | <i>Não sabe ou não conhece o pai</i> | PAI-Nãosabe | O interno não sabe a profissão do pai ou não conhece o pai |
| | | <i>Pai - Pedreiro e serviços de manutenção</i> | PAI-PedManut | Pai do interno com as seguintes profissões: Pedreiro, Jardineiro, Serviços gerais, Ajudante de serviços gerais e Pescador |
| | | <i>Pai - Segurança</i> | PAI-Segur | Pai do interno com as seguintes profissões: Vigilante, Polícia, Guarda, Policial, Inspetor de segurança, Capitão da Polícia Militar e Segurança |
| | | <i>Pai - Outras profissões</i> | PAI-outros | Pai do interno com as seguintes profissões: Garimpeiro, Técnico de aparelho de academia, Encarregado de produção, Engenheiro, Contador, Cobrador de ônibus, Professor, Trabalhava na gráfica, Encarregado e Comunicação visual - Empresário |
| Profissão da mãe (passiva) | MÃE | <i>Mãe - Agricultura/Pecuária</i> | MÃE-Agricul | Mãe do interno com as seguintes profissões: Lavradora, Produtora rural, Agrônoma, Agricultora e Fazendeira |

| | | | | |
|------------------------------|--------|--|--------------|--|
| | | <i>Mãe - Comércio</i> | MÃE-Comerc | Mãe do interno com as seguintes profissões: Auxiliar de produção, Aposentada, Vendedora ambulante, Autônoma, Empresária, Artesanato, Dona de pré-moldados, Atendente de supermercado, Microempresária, Comerciante e Confecção de roupas |
| | | <i>Mãe - Dona de casa</i> | MÃE-Dcasa | Mãe do interno com as seguintes profissões: Dona de casa, Cuida da casa e dos filhos, Do lar, Cuida da família e Cuidava da casa |
| | | <i>Mãe - Doméstica</i> | MÃE-Domést | Mãe do interno com a seguinte profissão: Empregada doméstica |
| | | <i>Mãe - Serviços gerais</i> | MÃE-Servg | Mãe do interno com as seguintes profissões: Camareira, Faxineira, Costureira, Serviços gerais, Cozinheira, Diarista, Auxiliar de serviços gerais, Auxiliar de limpeza, Secretária, Faxineira, Lavadeira, Gari, Servente e Zeladora |
| | | <i>Mãe - Outras profissões</i> | MÃE-outros | Mãe do interno com as seguintes profissões: Professora, Pedagoga, Não conhece a mãe ou não sabe, Enfermeira, Corretora, Pastora, Funcionária Pública, Técnica de enfermagem, Policial e Nutricionista |
| Profissão do interno (ativa) | TRABPR | <i>Interno - Agricultura, Pecuária</i> | TRABPR-Agr | Profissões do interno: Operador de máquina agrícola, Trabalho com meu pai na roça, Lavoura de abacaxi, Lavoura, Lavrador, Horta, Máquina agrícola, Vaqueiro, Trabalhava com motoserra, Hortaliça, Agricultor, Engenheiro, Agrônomo e Fazenda |
| | | <i>Interno - Ajudante geral</i> | TRABPR-AjudG | Profissões do interno: Ajudante de serralheiro, Ajudante de pedreiro, Vendedor em |

| | | | | |
|--|--|--|---------------|---|
| | | | | feira, Ajudante, Ajudante de soldador e maçarico, Ajudante de obras, Pintor/ajudante, Ajudante de marceneiro, Ajudante de pintor e Ajudante de gesso |
| | | <i>Interno - Comércio</i> | TRABPR-Comer | Profissões do interno: Representante comercial de medicamentos, Tatuador, Autônomo, Vendedor logista, Serigrafia de roupas, Empresário, Microempreendedor, Compras e vendas e outros, Tinha uma pastelaria, Autônomo de confecção, Técnico de aparelho de academia, Feirante, Tinha um Lava Jato, Supermercado, Eletrotécnico - áudio e vídeo, Promotor de vendas, Vendedor, Empresário da área de climatização, Dono de bar, Ponto de frango assado e venda de verduras, Comunicação visual e Loja de material de construção |
| | | <i>Interno - Construção Civil</i> | TRABPR-ConstC | Profissões do interno: Pintor, Pintor, Pedreiro, Montador de PVC, Operador de máquina, Pedreiro, Pintura, Construção Civil, Encarregado de manutenção civil, Operador, Montando andaimes, Funileiro, Fazer piso de granito, Eletricista, Serralheria, Servente de pedreiro, Operador de máquinas, Serralheiro e Marceneiro |
| | | <i>Interno - Mecânica e Transporte</i> | TRABPR-MecT | Profissões do interno: Entregador, Mecânica, Motorista, Motorista de caminhão, Oficina mecânica, Mecânico, Mecânico de solda, Oficina de carro, Caminhoneiro, Motoboy, Mecânico de máquinas |

| | | | | |
|---|------|--|-------------------|--|
| | | | | pesadas, Mecânico de moto, Condutor socorrista do SAMU e Motorista de carreta e operador de máquinas pesadas |
| | | <i>Interno - Outras profissões</i> | TRABPR- outros | Profissões do interno: Borracheiro, Trabalhava em um posto de gasolina, Açougueiro, Cozinheiro, Montador de tendas em eventos, Atendente, Professor de Educação Física, Faz tudo, Guarda de Colégio, Garçom, Montador de PVC e entregador, Padaria, Frentista, Repositor, Office boy, Confeitaria, Instrutor de tiro, Diarista, Forno, Cabelereiro, Sapateiro, Churrasqueiro, Professor e Canoeira |
| | | <i>Interno - Não trabalhava antes de ser preso</i> | TRABPR- não | Interno que não trabalhava antes de ser preso |
| Carteira assinada e remuneração (ativa) | CART | <i>Sem carteira assinada - Outros</i> | CART- outros | Internos que não trabalhavam antes de ser preso ou não tinham carteira assinada e definiram a remuneração como: Em branco, Empresário, Nada, Proporcionalmente e Não |
| | | <i>Sem carteira assinada - Até 1 SM</i> | CARTnão1S M | Internos que não tinham carteira assinada e definiram a remuneração até 1 salário mínimo |
| | | <i>Sem carteira assinada - Mais de 1 a 2 SM</i> | CARTnão1a 2SM | Internos que não tinham carteira assinada e definiram a remuneração de 1 a 2 salários mínimos |
| | | <i>Sem carteira assinada - Mais de 2 SM</i> | CARTnão+2 SM | Internos que não tinham carteira assinada e definiram a remuneração como mais de 2 salários mínimos |
| | | <i>Com carteira assinada até 1 SM</i> | CARTsim1S M | Internos que tinham carteira assinada e definiram a remuneração até 1 salário mínimo |
| | | <i>Com carteira assinada - Mais de 1 SM</i> | CARTsim+1 SM | Internos que tinham carteira assinada e definiram a remuneração como mais de 1 salário mínimo |

| | | | | |
|---------------------------------------|--------|---|--------------|--|
| Idade que começou a trabalhar (ativa) | IDTRAB | <i>Nunca trabalhou</i> | IDTRAB-nunca | Internos que nunca trabalharam ou deixaram em branco |
| | | <i>Começou a trabalhar com 7 a 11 anos</i> | IDTRAB-7a11 | Internos que começaram a trabalhar com 7 a 11 anos |
| | | <i>Começou a trabalhar com 12 e 13 anos</i> | IDTRAB-12e13 | Internos que começaram a trabalhar com 12 e 13 anos |
| | | <i>Começou a trabalhar com 14 anos</i> | IDTRAB-14a | Internos que começaram a trabalhar com 14 anos |
| | | <i>Começou a trabalhar com 15 e 16 anos</i> | IDTRAB-15e16 | Internos que começaram a trabalhar com 15 e 16 anos |
| | | <i>Começou a trabalhar com 17 a 25 anos</i> | IDTRAB-17a25 | Internos que começaram a trabalhar com 17 a 25 anos |
| Primeiro trabalho (ativa) | TRAB | <i>Não teve o primeiro trabalho</i> | TRAB-nunca | Interno que não teve o primeiro trabalho, pois nunca trabalhou |
| | | <i>Primeiro trabalho - Agricultura/Pecuária</i> | TRAB-agric | Primeiro trabalho do interno: Campo, Operando um trator, Vaqueiro, Caseiro, Lavrador, Lavoura, Roça, Zona rural, Horta, Roçando juquirá, Fazenda, Agricultor, Agricultura, Cuidando de cavalo e Plantava cebola |
| | | <i>Primeiro trabalho - Ajudante geral</i> | TRAB-ajud | Primeiro trabalho do interno: Ajudante de jardinagem, Auxiliar, Com o pai na fábrica, Ajudante de padaria, Ajudante de pedreiro, Ajudando meu pai, Ajudar meu pai na construção civil, Ajudante na roça, Ajudando meu avô a vender milho, Ajudante de obras, Ajudante de pintor e Ajudante geral |
| | | <i>Primeiro trabalho - Comércio</i> | TRAB-comer | Primeiro trabalho do interno: Farmácia, Tatuador, Açougueiro, Feira, Vendendo picolé, Lava Jato, Vendedor, Lojas de roupas, Venda de frutas, Pastelaria, Vendedor de picolé, Vendedor de cd e dvd, Lanchonete, Supermercado, Padaria, Loja de decoração, |

| | | | | |
|---------------------------------|-------|--|-------------|---|
| | | | | Vendas, Vendia picolé, Sapateiro e Comunicação visual |
| | | <i>Primeiro trabalho - Construção Civil</i> | TRAB-const | Primeiro trabalho do interno: Servente, Pintura, Revestimento de gesso 3D, Construção civil, Funileiro, Marceneiro, Perfuração de poço artesiano, Pintor de obra, Pintura de imóveis, Pintor, Forro de gesso e Operador de máquina |
| | | <i>Primeiro trabalho - Outros</i> | TRAB-outros | Primeiro trabalho do interno: Churrasqueiro, Borracheiro, Garçom, Engraxate, Fazer carvão, vassoura, Reciclagem, Serviços em geral, Repositor, Carregando água para o meu pai, Celaria, Serviços gerais, Babá, Olária, Limpar lote, Garimpo, Montador de palco, Açougueiro, De tudo um pouco, Empacotador e Professor |
| | | <i>Primeiro trabalho - Transporte e mecânica</i> | TRAB-transp | Primeiro trabalho do interno: Oficina mecânica, Oficina, Motorista de Van, Mecânico, Motorista e Office boy |
| Trabalho na prisão (passiva) | TRABP | <i>Não trabalha na prisão</i> | TRABP-não | Interno que não trabalha na prisão |
| | | <i>Trabalha na prisão com limpeza e horta</i> | TRABP-hel | Trabalho na prisão: Limpando a cela, Correria, Faxina do pavilhão, Horta, Horta e água e Limpeza |
| | | <i>Trabalha na prisão com serviços gerais</i> | TRABP-serg | Trabalho na prisão: Pintor, Serralheiro, Serviços gerais, Pedreiro, Cabelereiro, Monitor de serviços gerais, Servente de pedreiro, Lavador de viatura, Solda, Coordenador dos metadinhas |
| | | <i>Trabalha na prisão com artesanato</i> | TRABP-art | Trabalho na prisão: Fazendo tapetes e artesanatos |
| Remuneração na prisão (passiva) | REMP | <i>Não trabalha na prisão e por isso não ganha remuneração</i> | REMP-ñtrab | Não trabalha na prisão e por isso não ganha remuneração |

| | | | | |
|---|--------|--|-----------------|---|
| | | <i>Não ganha remuneração na prisão ou não sabe</i> | REMP- nganha | Não ganha remuneração na prisão ou não sabe |
| | | <i>Ganha na prisão até 1 salário</i> | REMP-até1s | Ganha na prisão até 1 salário mínimo |
| | | <i>Ganha na prisão remição</i> | REMP-remiç | Ganha na prisão remição de pena (diminuição de pena) |
| Iniciou o trabalho quanto tempo depois de preso (passiva) | INICT | <i>Não iniciou o trabalho na prisão</i> | INICT-não | Não iniciou o trabalho na prisão |
| | | <i>Iniciou o trabalho na prisão até 1 ano depois de preso</i> | INICT-1ano | Internos que iniciaram o trabalho na prisão até 1 ano depois de presos |
| | | <i>Iniciou o trabalho na prisão de 2 a 4 anos depois de preso</i> | INICT-2a4 | Internos que iniciaram o trabalho na prisão de 2 a 4 anos depois de presos |
| | | <i>Iniciou o trabalho na prisão mais de 4 anos depois de preso</i> | INICT-+4a | Internos que iniciaram o trabalho na prisão após 4 anos depois de presos (4 anos e 6 meses, 5 anos, 6 anos, 7 anos, 7 anos e 5 meses, 9 anos e 3 meses e 13 anos e 6 meses) |
| Tempo de trabalho na prisão (passiva) | TEMPT | <i>Não trabalha na prisão, portanto não tem tempo de trabalho</i> | TEMPT-não | Não trabalha na prisão, portanto não tem tempo de trabalho |
| | | <i>Trabalha na prisão há pelo menos 1 ano</i> | TEMPT-até1a | Internos que trabalham na prisão há pelo menos 1 ano |
| | | <i>Trabalha na prisão há mais de 1 a 4 anos</i> | TEMPT-+1a4 | Internos que trabalham na prisão há mais de 1 ano e menos de 4 anos |
| | | <i>Trabalha na prisão há mais de 4 anos</i> | TEMPT-+4a | Internos que trabalham na prisão há mais de 4 anos (6 anos, 9 anos, 12 anos e 20 anos) |
| Auxílio reclusão (passiva) | AUXREC | <i>Não recebe auxílio reclusão</i> | AUXREC-não | Não recebe auxílio reclusão |
| | | <i>Recebe auxílio reclusão</i> | AUXREC-sim | Recebe auxílio reclusão |
| Renda mensal da família (passiva) | RFAM | <i>Renda mensal da família - Menos de 1 salário mínimo</i> | RFAM<1sm | Renda mensal da família - Menos de 1 salário mínimo |
| | | <i>Renda mensal da família - Mais de 1 e menos de 3</i> | RFAM-+1-3 | Renda mensal da família - Mais de 1 e menos de 3 |
| | | <i>Renda mensal da família - Mais de 3 e menos de 5</i> | RFAM-+3-5 | Renda mensal da família - Mais de 3 e menos de 5 |
| | | <i>Renda mensal da família - Mais de 5 e menos de 7</i> | RFAM-+5-7 | Renda mensal da família - Mais de 5 e menos de 7 |
| | | <i>Renda mensal da família - Mais de 7 e menos de 10</i> | RFAM-+7-10 | Renda mensal da família - Mais de 7 e menos de 10 |

| | | | | |
|---|--------------|---|--------------|---|
| Responsável pelas despesas do lar (passiva) | RESPD | <i>Interno responsável por nenhuma despesa do lar</i> | RESPD-0 | Internos que não colaboravam com nenhuma despesa do lar |
| | | <i>Interno responsável por menos da metade das despesas do lar</i> | RESPD-<met | Internos que colaboravam com menos da metade das despesas do lar |
| | | <i>Interno responsável por metade das despesas do lar</i> | RESPD-met | Internos que colaboravam com metade das despesas do lar |
| | | <i>Interno responsável por mais da metade das despesas do lar</i> | RESPD-+met | Internos que colaboravam com mais da metade das despesas do lar |
| | | <i>Interno responsável por todas as despesas do lar</i> | RESPD-tds | Internos que colaboravam com todas as despesas do lar |
| Veículo (passiva) | VEIC | <i>Não possui/possuía carro ou motocicleta própria</i> | VEIC-não | Não possui/possuía carro ou motocicleta própria |
| | | <i>Possui/possuía carro ou motocicleta própria</i> | VEIC-sim | Possui/possuía carro ou motocicleta própria |
| | | <i>Deixou em branco se possui/possuía veículo</i> | VEIC-branc | Deixou em branco se possui/possuía veículo |
| Moradia (passiva) | MOR | <i>Morava em casa alugada antes de ser preso</i> | MOR-alug | Morava em casa alugada antes de ser preso |
| | | <i>Morava em casa emprestada antes de ser preso</i> | MOR-empres | Morava em casa emprestada antes de ser preso |
| | | <i>Morava em casa própria antes de ser preso</i> | MOR-própr | Morava em casa própria antes de ser preso |
| | | <i>Morava na fazenda, chácara ou no emprego antes de ser preso ou não possuía residência fixa</i> | MOR-semfixa | Morava na fazenda, chácara ou no emprego antes de ser preso ou não possuía residência fixa |
| 4º BLOCO - DADOS SOCIAIS | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Política (passiva) | POLÍT | <i>Política - Muito importante</i> | POLÍT-mimp | Considera a política muito importante |
| | | <i>Política - Importante</i> | POLÍT-imp | Considera a política importante |
| | | <i>Política - Pouco importante</i> | POLÍT-pimp | Considera a política pouco importante |
| | | <i>Política - Sem importância</i> | POLÍT-simp | Considera a política sem importância |
| | | <i>Política - Indiferente</i> | POLÍT-ind | Considera a política indiferente |
| Relacionamento com os funcionários que não são policiais penais (passiva) | FUNC | <i>Tem bom relacionamento com os funcionários que não são policiais penais</i> | FUNC-sim | Em termos gerais, possui bom relacionamento com os funcionários que trabalham na unidade prisional e que não são policiais penais |

| | | | | |
|--|-----|--|---------------|--|
| | | <i>Não tem bom relacionamento com os funcionários que não são policiais penais por falta de oportunidade/contato</i> | FUNC-contato | Em termos gerais, não possui bom relacionamento com os funcionários que trabalham na unidade prisional e que não são policiais penais: Porque eles não escutam quando pedimos a atenção deles, Não tenho contato com eles, Falta de atenção, Porque não posso conversar com as pessoas, Não pode conversar com nenhum deles, Não quero, Não fazem amizade com preso, Não tenho oportunidade, Quase não vejo eles, Não temos contato, Não me tiraram para nada e Não tem trabalho para quem é de fora |
| | | <i>Não tem bom relacionamento com os funcionários que não são policiais penais por opressão/agressão</i> | FUNC-opressão | Em termos gerais, não possui bom relacionamento com os funcionários que trabalham na unidade prisional e que não são policiais penais: Por nos tratarem mal, Opressão dentro das celas, Porque eles batem em nós, Sou contra a máquina opressora, Opressão |
| | | <i>Preferiu não responder sobre o relacionamento com os funcionários que não são policiais penais</i> | FUNC-prefnã | Preferiu não responder sobre o relacionamento com os funcionários que não são policiais penais |
| Relacionamento com os policiais penais (passiva) | POL | <i>Tem bom relacionamento com os policiais penais</i> | POL-sim | Em termos gerais, possui bom relacionamento com os policiais penais que trabalham na unidade prisional |
| | | <i>Não tem bom relacionamento com os policiais penais por agressão</i> | POL-agressão | Em termos gerais, não possui bom relacionamento com os policiais penais que trabalham na unidade prisional: Batem e oprimem os reeducandos Às vezes somos agredidos verbalmente e até fisicamente, Tratam a gente como cachorro sem dono, Eles se vingam, |

| | | | | |
|--|------|--|---------------|---|
| | | | | Eles só sabem bater nos presos, Porque eles oprimem com agressões, gás e bala de borracha, Porque eles torturam e batem nos presos, Alguns xingam, batem, jogam pimenta, São ignorantes, espancam os presos |
| | | <i>Não tem bom relacionamento com os policiais penais por ignorância e falta de respeito</i> | POL-ignor | Em termos gerais, não possui bom relacionamento com os policiais penais que trabalham na unidade prisional: São muito ignorantes, Falta de respeito, Não respeitam nossa família, Sem educação |
| | | <i>Não tem bom relacionamento com os policiais penais por opressão</i> | POL-opressão | Em termos gerais, não possui bom relacionamento com os policiais penais que trabalham na unidade prisional: Opressão, Nunca me trataram bem, Porque eles só dão atenção para tarado, ou seja, estupradores, Muita opressão, desigualdade humana, esculacho, Eles nos tratam como lixo da sociedade, São policiais e policial bom é policial morto, Preso não se mistura com a polícia |
| | | <i>Preferiu não responder sobre o relacionamento com os policiais penais</i> | POL-prefnã | Preferiu não responder sobre o relacionamento com os policiais penais |
| Relacionamento com os presos faccionados (passiva) | PFAC | <i>Tem bom relacionamento com os presos faccionados</i> | PFAC-sim | Em termos gerais, possui bom relacionamento com os presos faccionados |
| | | <i>Não tem bom relacionamento com os presos faccionados por medo e falta de convívio</i> | PFAC-medoconv | Em termos gerais, não possui bom relacionamento com os presos faccionados: Não me envolvo, Querem ficar com muitas regrinhas, São muito maldosos, Não gosto de facção, Evito contato, Porque causam divisões e intrigas, Alguns são bravos, Não compartilha das mesmas ideias, Não gosto desse |

| | | | | tipo de pessoa, Não julgo, mas não quero amizade, Não gosto de facção, Não dá para confiar em todos, Nós reeducandos não nos relacionamos com os faccionados, Pelo meu artigo, Se nos misturarmos corremos risco de vida pois nos chamam de cagueta, Não nos misturamos, posso ser morto ou agredido por suspeita de ser cagueta, Eles querem nos matar, Só pensam em maldade |
|---|-------|---|----------------|---|
| | | <i>Preferiu não responder sobre o relacionamento com os presos faccionados</i> | PFAC-prefnã | Preferiu não responder sobre o relacionamento com os presos faccionados |
| Relacionamento com os presos religiosos (passiva) | PREL | <i>Tem bom relacionamento com os presos religiosos</i> | PREL-sim | Em termos gerais, possui bom relacionamento com os presos religiosos |
| | | <i>Preferiu não responder sobre o relacionamento com os presos religiosos</i> | PREL-prefnã | Preferiu não responder sobre o relacionamento com os presos religiosos |
| Relacionamento com os presos não-religiosos (passiva) | PÑREL | <i>Tem bom relacionamento com os presos não - religiosos</i> | PÑREL-sim | Em termos gerais, possui bom relacionamento com os presos não-religiosos |
| | | <i>Preferiu não responder sobre o relacionamento com os presos não - religiosos</i> | PÑREL-prefnã | Preferiu não responder sobre o relacionamento com os presos não-religiosos |
| 5º BLOCO - DADOS PRISIONAIS | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Crime que cometeu (ativa) | CRIME | <i>Crimes contra a vida</i> | CRIME-cvida | Presos por crimes contra a vida (homicídio) |
| | | <i>Crimes contra o patrimônio</i> | CRIME-patrim | Presos por crimes contra o patrimônio (roubo, furto, receptação, latrocínio, sequestro, estelionato) |
| | | <i>Crimes sexuais</i> | CRIME-sex | Presos por crimes sexuais (estupro, pedofilia, abuso de menor) |
| | | <i>Tráfico</i> | CRIME-traf | Presos por tráfico de entorpecentes e associação ao tráfico |
| | | <i>Tráfico com roubo ou homicídio</i> | CRIME-traf/r/h | Presos por tráfico de entorpecentes conexo com roubo ou homicídio |
| | | <i>Outros crimes</i> | CRIME-out | Presos por outros crimes |

| | | | | |
|--|----------|---|---------------|---|
| | | | | (dano ao patrimônio público, lesão corporal, crime ambiental, embriaguez no trânsito) |
| Tempo de prisão (passiva) | TEMPOPRI | <i>Menos de 1 ano de tempo de prisão</i> | TEMPOPRI <1a | Presos há menos de 1 ano |
| | | <i>1 ano de tempo de prisão</i> | TEMPOPRI-1a | Presos de 1 ano a 1 ano e 11 meses |
| | | <i>2 anos de tempo de prisão</i> | TEMPOPRI-2a | Presos de 2 anos a 2 anos e 11 meses |
| | | <i>3 a 4 anos de tempo de prisão</i> | TEMPOPRI-3a4 | Presos de 3 anos a 4 anos e 9 meses |
| | | <i>5 a 7 anos de tempo de prisão</i> | TEMPOPRI-5a7 | Presos de 5 anos a 7 anos e 7 meses |
| | | <i>Mais de 8 anos de tempo de prisão</i> | TEMPOPRI-+8a | Presos de 8 anos e 6 meses a 24 anos |
| Preso provisório ou definitivo (ativa) | PENA | <i>Pena provisória</i> | PENA-provis | Presos provisórios |
| | | <i>Pena definitiva até 6 anos</i> | PENA-def6a | Presos definitivos condenados de 1 ano e 5 meses a 6 anos e 6 meses |
| | | <i>Pena definitiva de 7 a 10 anos</i> | PENA-def7a10 | Presos definitivos condenados de 7 anos a 10 anos e 4 meses |
| | | <i>Pena definitiva de 11 a 20 anos</i> | PENA-def11a20 | Presos definitivos condenados de 11 anos, 9 meses e 25 dias a 20 anos e 8 meses |
| | | <i>Pena definitiva de 21 a 28 anos</i> | PENA-def20a28 | Presos definitivos condenados de 21 anos a 28 anos, 8 meses e 8 dias |
| | | <i>Pena definitiva de mais de 29 anos</i> | PENA-def+29a | Presos definitivos condenados de 30 anos a 76 anos |
| Preso antes por quantas vezes (ativa) | PRESO | <i>Não foi preso antes</i> | PRESO-não | Não foi preso antes |
| | | <i>Preso antes por 1 vez</i> | PRESO-1x | Já foi preso antes por 1 vez |
| | | <i>Preso antes por 2 vezes</i> | PRESO-2x | Já foi preso antes por 2 vezes |
| | | <i>Preso antes por 3 vezes</i> | PRESO-3x | Já foi preso antes por 3 vezes |
| | | <i>Preso antes por 4 vezes</i> | PRESO-4x | Já foi preso antes por 4 vezes |
| | | <i>Preso antes mais de 5 vezes</i> | PRESO-+5x | Já foi preso antes de 5 a 11 vezes |
| Tempo da prisão anterior (ativa) | PRIANT | <i>Não tem tempo de prisão anterior</i> | PRIANT-não | Não tem tempo de prisão anterior, pois não foi preso antes |

| | | | | |
|-----------------------------|--------|--|-------------|---|
| | | <i>Tempo de prisão anterior - Menos de 1 ano</i> | PRIANT<1a | Passou de 1 dia a 9 meses preso |
| | | <i>Tempo de prisão anterior - De 1 a menos de 2 anos</i> | PRIANT1<2a | Passou de 1 ano a 1 ano e 9 meses preso |
| | | <i>Tempo de prisão anterior - De 2 a menos de 4 anos</i> | PRIANT2<4a | Passou de 2 anos a 3 anos e 9 meses preso |
| | | <i>Tempo de prisão anterior - De 4 a menos de 9 anos</i> | PRIANT4<9a | Passou de 5 anos a 9 anos preso |
| | | <i>Tempo de prisão anterior - Mais de 9 anos</i> | PRIANT>9a | Passou de 10 anos a 27 anos preso |
| Reincidente (ativa) | REINC | <i>Não é reincidente</i> | REINC-não | Não é reincidente |
| | | <i>Deixou em branco se era reincidente</i> | REINC-branc | Deixou em branco se era reincidente |
| | | <i>Reincidente por 1 vez</i> | REINC-1x | Reincidente por 1 vez |
| | | <i>Reincidente por 2 vezes</i> | REINC-2x | Reincidente por 2 vezes |
| | | <i>Reincidente de 3 a 4 vezes</i> | REINC-3a4x | Reincidente de 3 a 4 vezes |
| | | <i>Reincidente de 5 a 11 vezes</i> | REINC-+5x | Reincidente de 5 a 11 vezes |
| PAD após a prisão (passiva) | PADT | <i>Não respondeu PAD</i> | PADT-não | Não respondeu procedimento administrativo disciplinar |
| | | <i>Respondeu PAD - De 0 a menos de 1 ano</i> | PADT<1a | Respondeu procedimento administrativo disciplinar de 2 dias a 1 ano depois que foi preso |
| | | <i>Respondeu PAD - De 2 anos a 3 anos</i> | PADT-2a3 | Respondeu procedimento administrativo disciplinar de 2 anos a 3 anos depois que foi preso |
| | | <i>Respondeu PAD - De 4 anos a 8 anos</i> | PADT-4a8 | Respondeu procedimento administrativo disciplinar de 4 anos a 8 anos depois que foi preso |
| Ato infracional (passiva) | ATOINF | <i>Não esteve internado em instituição para menores infratores</i> | ATOINF-não | Não esteve internado em instituição para menores infratores |
| | | <i>Ato infracional contra o patrimônio</i> | ATOINF-pat | Esteve internado em instituição para menores infratores por atos infracionais contra o patrimônio |
| | | <i>Ato infracional de tráfico</i> | ATOINF-traf | Esteve internado em instituição para menores infratores por atos infracionais de tráfico de entorpecentes |
| | | <i>Ato infracional contra a vida</i> | ATOINF-vida | Esteve internado em instituição para menores infratores por atos infracionais contra a vida |

| | | | | |
|---|--------|--|-------------|---|
| Parentes presos (passiva) | PARENP | <i>Não possui parentes próximos que já foram presos</i> | PARENP-não | Não possui parentes próximos que já foram presos |
| | | <i>Irmãos que foram presos</i> | PARENP-irm | Os irmãos já foram presos |
| | | <i>Primos que foram presos</i> | PARENP-prim | Os primos já foram presos |
| | | <i>Tio e sobrinho que foram presos</i> | PARENP-tes | Os tios e sobrinhos já foram presos |
| | | <i>Outros parentes que foram presos</i> | PARENP-out | Outros parentes já foram presos (Pai, Tio, Avô, Mãe, Neto, Sobrinha, Esposa, Filho) |
| Facção criminosa (passiva) | FAC | <i>Sou faccionado</i> | FAC-sou | Sou faccionado |
| | | <i>Já fui faccionado, mas não sou mais</i> | FAC-nãomais | Já fui faccionado, mas não sou mais |
| | | <i>Nunca fui faccionado</i> | FAC-nunca | Nunca fui faccionado |
| | | <i>Preferiu não responder sobre sua participação na facção criminosa</i> | FAC-prefñ | Preferiu não responder sobre sua participação na facção criminosa |
| Estuda na prisão (passiva) | ESTUD | <i>Não estuda na prisão</i> | ESTUD-não | Não estuda na prisão |
| | | <i>Estuda na prisão há menos de 1 ano</i> | ESTUD<1a | Estuda na prisão do 1º mês aos 11 meses |
| | | <i>Estuda na prisão de 1 a 2 anos</i> | ESTUD1<2a | Estuda na prisão de 1 ano a 1 ano e 8 meses |
| | | <i>Estuda na prisão de 2 a 3 anos</i> | ESTUD2<3a | Estuda na prisão de 2 anos a 2 anos e 8 meses |
| | | <i>Estuda na prisão de 3 a 4 anos</i> | ESTUD3<4a | Estuda na prisão de 3 anos a 4 anos |
| Iniciou os estudos depois de quanto tempo preso (passiva) | TESTUD | <i>Não iniciou os estudos na prisão</i> | TESTUD-não | Não iniciou os estudos na prisão |
| | | <i>Iniciou os estudos na prisão há menos de 1 ano</i> | TESTUD<1 | Iniciou os estudos do 1º mês aos 11 meses depois que foi preso |
| | | <i>Iniciou os estudos na prisão de 1 a menos de 2 anos</i> | TESTUD1<2 | Iniciou os estudos de 1 ano a 1 ano e 10 meses depois que foi preso |
| | | <i>Iniciou os estudos na prisão de 2 a menos de 6 anos</i> | TESTUD2<6a | Iniciou os estudos de 2 anos a 5 anos e 8 meses depois que foi preso |
| | | <i>Iniciou os estudos na prisão há mais de 6 anos</i> | TESTUD-+6a | Iniciou os estudos de 6 anos a 10 anos depois que foi preso |
| Bloco (passiva) | BLOCO | <i>Internos - Amarelinho</i> | BLOCO-amar | Internos da área semiexterna que utilizam o uniforme amarelo |

| | | | | |
|---|------|---|--------------|---|
| | | <i>Internos - Azulzinho</i> | BLOCO-azul | Internos da área semiexterna que utilizam o uniforme azul |
| | | <i>Internos - Metadinha</i> | BLOCO-met | Internos da área semi-interna que utilizam o uniforme metade amarelo e metade laranja |
| | | <i>Internos - Bloco P1</i> | BLOCO-p1 | Internos do pavilhão P1 (Segurado) |
| | | <i>Internos - Bloco P3</i> | BLOCO-p3 | Internos do pavilhão P3 (CV) |
| | | <i>Internos - Bloco P4</i> | BLOCO-p4 | Interno do pavilhão P4 (Comunidade) |
| | | <i>Internos - Bloco P5</i> | BLOCO-p5 | Internos do pavilhão P5 (PCC) |
| | | <i>Internos - Bloco P5 - cela evangélica</i> | BLOCO-p5ce | Internos do pavilhão P5 (Cela evangélica) |
| Cor do uniforme (passiva) | UNIF | <i>Uniforme amarelo</i> | UNIF-amar | Internos que usam o uniforme amarelo |
| | | <i>Uniforme azul</i> | UNIF-azul | Internos que usam o uniforme azul |
| | | <i>Uniforme laranja</i> | UNIF-laran | Internos que usam o uniforme laranja |
| | | <i>Uniforme metadinha</i> | UNIF-metad | Internos que usam o uniforme metade amarelo e metade laranja |
| Importância do trabalho na prisão (passiva) | IMPT | <i>Trabalho na prisão - Muito importante</i> | IMPT-mimp | Considera o trabalho na prisão muito importante |
| | | <i>Trabalho na prisão - Importante</i> | IMPT-imp | Considera o trabalho na prisão importante |
| | | <i>Trabalho na prisão - Indiferente, pouco ou sem importância</i> | IMPT-i,p,sem | Considera o trabalho na prisão indiferente, pouco importante ou sem importância |
| Importância do estudo na prisão (passiva) | IMPE | <i>Estudo na prisão - Muito importante</i> | IMPE-mimp | Considera o estudo na prisão muito importante |
| | | <i>Estudo na prisão - Importante</i> | IMPE-imp | Considera o estudo na prisão importante |
| | | <i>Estudo na prisão - Indiferente ou sem importância</i> | IMPE-i,sem | Considera o estudo na prisão indiferente ou sem importância |
| Importância da família na prisão (passiva) | IMPF | <i>Família na prisão - Muito importante</i> | IMPF-mimp | Considera a família na prisão muito importante |
| | | <i>Família na prisão - Importante</i> | IMPF-imp | Considera a família na prisão importante |
| | | <i>Família na prisão - Indiferente, pouco importante ou sem</i> | IMPF-i,p,s | Considera a família na prisão indiferente, pouco importante ou sem |

| | | <i>importância</i> | | <i>importância</i> |
|--|-------|---|--------------|---|
| Alguém da família se afastou após a prisão (passiva) | AFAST | <i>Ninguém da família se afastou após a prisão</i> | AFAST-não | Ninguém da família se afastou após a prisão |
| | | <i>Esposa e outros familiares se afastaram por abandono e distância</i> | AFAST-esp/ab | Esposa e outros familiares (pai, mãe, filhos) se afastaram após a prisão, principalmente por abandono e distância |
| | | <i>Esposa e outros familiares se afastaram por medo e discriminação</i> | AFAST-esp/m | Esposa e outros familiares (pai, mãe, primos, amigos) se afastaram após a prisão, principalmente por medo e discriminação |
| | | <i>Tios e outros familiares se afastaram</i> | AFAST-t/out | Tios e outros familiares (irmão, mulher, primos) se afastaram após a prisão |
| | | <i>Pais, filhos e irmãos se afastaram</i> | AFAST-p,f,i | Pais, filhos e irmãos se afastaram após a prisão |
| | | <i>Família, parentes, todos em geral se afastaram</i> | AFAST-tod | Família, parentes, todos em geral se afastaram após a prisão |
| Necessidade após a prisão (passiva) | NEC | <i>Não passou por necessidades depois que foi preso</i> | NEC-não | Não passou por necessidades depois que foi preso |
| | | <i>Necessidade após a prisão - Afetiva</i> | NEC-afet | Necessidade de amor e carinho, Afetiva e psicológica, Contato com a família, Saudade |
| | | <i>Necessidade após a prisão - Espiritual</i> | NEC-esp | Espiritual, Entender as vontades de Deus |
| | | <i>Necessidade após a prisão - Financeira</i> | NEC-finan | Financeira e Aluguel atrasado |
| | | <i>Necessidade após a prisão - Financeira, afetiva, espiritual e outras</i> | NEC-fineout | Internos que passam mais de um tipo de necessidade, como financeira, afetiva, espiritual e sexual (fome, saúde, abandono, depressão, problemas mentais desde criança, adaptação do lugar) |
| | | <i>Necessidade após a prisão - Sexual</i> | NEC-sex | Sexual e visita íntima |
| Motivo das necessidades (passiva) | MNEC | <i>Motivo das necessidades - nenhuma</i> | MNEC-não | Não passou por necessidades depois que foi preso, portanto não tem motivos |
| | | <i>Motivo das necessidades - Distanciamento da família</i> | MNEC-distf | Por causa das ausências físicas dos familiares e amigos; Falta da esposa; A tristeza de um preso é |

| | | | | |
|--|--|---|------------|--|
| | | | | deixar a mãe só; Não tenho filho, gostaria muito de ter, de tentar construir uma família; Amor de família é melhor que dinheiro, só Deus por nós; Todos se afastaram de mim, vou ter que recomeçar do zero quando sair daqui; A família não está vindo na pandemia; Tinha uma mulher e ela me abandonou; Depressão; Distanciamento da família; O contato com os familiares, a distância, são de outro estado; Estou muito longe da minha família; Falta dos meus filhos |
| | | <i>Motivo das necessidades - Religião</i> | MNEC-rel | A religião faltou; Estava afastado de Deus e entregue para o pecado, hoje estou melhor; Arrependimento; Falta do pastor |
| | | <i>Motivo das necessidades - Falta de trabalho remunerado</i> | MNEC-trabr | Porque estava preso e não podia trabalhar; Sem trabalho remunerado aqui dentro; Porque o dinheiro que eu tinha acabou; Sem trabalho remunerado; Por estar preso e não poder trabalhar; A falta dos cuidados, suporte para minha filha; Minha família ficou sem lugar para morar e sem comer; O dinheiro está acabando com o advogado e não estou trabalhando aqui dentro; Perdi minha casa; Tenho 6 filhos, despesa muito grande; Antes eu era o provedor de casa; Filhos passando necessidades; Eu que botava comida dentro da minha casa; Ajudar a família |
| | | <i>Motivo das necessidades - Falta de visita íntima</i> | MNEC-visí | Falta de visita íntima; Porque não tinha mulher no tempo; Com a pandemia não tem visita íntima |

| | | | | |
|--|----------|---|----------------|---|
| Desentendimento interno na prisão (passiva) | DESENT | <i>Não teve desentendimento interno na prisão</i> | DESENT-não | Não teve desentendimento interno na prisão |
| | | <i>Preferiu não responder sobre desentendimento interno na prisão</i> | DESENT-prefi | Preferiu não responder sobre desentendimento interno na prisão |
| | | <i>Teve desentendimento interno na prisão com policiais</i> | DESENT-pol | Teve desentendimento interno na prisão com policiais |
| | | <i>Teve desentendimento interno na prisão com presos</i> | DESENT-pres | Teve desentendimento interno na prisão com presos |
| | | <i>Teve desentendimento interno na prisão com preso faccionado</i> | DESENT-presfac | Teve desentendimento interno na prisão com preso faccionado |
| | | <i>Teve desentendimento interno na prisão com presos e policiais e outros</i> | DESENT-out | Teve desentendimento interno na prisão com presos e policiais e outros |
| Motivos do desentendimento interno (passiva) | DESENMOT | <i>Não tem motivos para o desentendimento interno na prisão</i> | DESENMOT-não | Não teve desentendimento interno na prisão, portanto não tem motivos |
| | | <i>Preferiu não responder sobre os motivos do desentendimento interno na prisão</i> | DESENMOT-prefi | Preferiu não responder sobre os motivos do desentendimento interno na prisão |
| | | <i>Motivos do desentendimento interno - Agressão</i> | DESENMOT-agre | Armação com meu nome envolvido em agressão; Briga de cela; Matei um detento; Tirou da cela e agressões físicas; Eles queriam que eu corresse com as algemas nos pés; Por xingar e bater em companheiros; Jogou pimenta na minha cara; Me espancaram sem motivos, coronhada; Jogando bola; Bateu na minha cara |
| | | <i>Motivos do desentendimento interno - Discussões</i> | DESENMOT-disc | Bateções de boca; Discussão e falta de atendimento médico; Discussão de cela |
| | | <i>Motivos do desentendimento interno - Facção</i> | DESENMOT-fac | Facção rival; Eu era do PCC e fui decretado à morte; Divisão da facção; Debates de facção |
| | | <i>Motivos do desentendimento interno - Falta de respeito</i> | DESENMOT-resp | Xingamento; Falta de compreensão; Falta de respeito dos policiais; Porque eles nos tratam como animais; Folga demais; Discriminação; Ofensas |

| | | | | |
|--|------|---|-----------------|--|
| | | <i>Outros motivos do desentendimento interno</i> | DESENMO T-ou | Brincadeira na hora errada; Mudança de cela; Para manter a ordem e a higiene da cela; Homossexualismo; Jogando futebol; Motivos fúteis; Estresse; Por espaços; Inveja; Problema com comida |
| Situação traumática (passiva) | SIT | <i>Situação traumática - Abandono ou distanciamento da família</i> | SIT-abando | A situação mais difícil ou traumática que enfrentou na prisão foi o abandono ou distanciamento da família |
| | | <i>Situação traumática - Arrependimento ou sentimento de culpa pelos crimes cometidos</i> | SIT-arrepend | A situação mais difícil ou traumática que enfrentou na prisão foi o arrependimento ou sentimento de culpa pelos crimes cometidos |
| | | <i>Situação traumática - Desentendimentos internos</i> | SIT-desin | A situação mais difícil ou traumática que enfrentou na prisão foram os desentendimentos internos |
| | | <i>Situação traumática - Doença depressão ou vício</i> | SIT-doen | A situação mais difícil ou traumática que enfrentou na prisão foram doença, depressão ou vício |
| | | <i>Situação traumática - Dificuldades financeiras</i> | SIT-finan | A situação mais difícil ou traumática que enfrentou na prisão foram as dificuldades financeiras |
| Tempo da situação traumática após a prisão (passiva) | TSIT | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - 1º dia</i> | TSIT-1º dia | A situação traumática aconteceu no 1º dia após a prisão |
| | | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - Do 2º dia a 2 meses</i> | TSIT-2ºda2m | A situação traumática aconteceu no 2º dia a 2 meses após a prisão |
| | | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - De 3 a 6 meses</i> | TSIT-3ma6m | A situação traumática aconteceu de 3 meses a 6 meses após a prisão |
| | | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - De 7 meses a 1 ano</i> | TSIT-7ma1a | A situação traumática aconteceu de 7 meses a 1 ano após a prisão |
| | | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - Mais de 1 ano até 3 anos</i> | TSIT-1a3a | A situação traumática aconteceu há mais de 1 ano até 3 anos após a prisão |
| | | <i>Tempo da situação traumática após a prisão - Mais de 3 anos</i> | TSIT->3a | A situação traumática aconteceu mais de 3 anos após a prisão |
| 6º BLOCO - DADOS RELIGIOSOS | | | | |

| RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE | | | | |
|---|----------|---|--------------|--|
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Acredita em Deus (passiva) | ACDEUS | <i>Acredita em Deus</i> | ACDEUS-sim | Internos que acreditam em Deus |
| | | <i>Não acredita em Deus</i> | ACDEUS-não | Apenas 1 interno não acredita em Deus |
| Acredita na existência do Diabo (passiva) | ACDIABO | <i>Acredita no Diabo</i> | ACDIABO-sim | Internos que acreditam na existência do Diabo |
| | | <i>Não acredita no Diabo</i> | ACDIABO-não | Internos que não acreditam na existência do Diabo |
| Responsabilidade pelos crimes (passiva) | RESPC | <i>Responsabilidade pelos crimes - Amizades erradas</i> | RESPC-amiz | Atribui a responsabilidade pelos crimes cometidos às amizades erradas |
| | | <i>Responsabilidade pelos crimes - Demônios/espíritos malignos</i> | RESPC-dem | Atribui a responsabilidade pelos crimes cometidos aos demônios/espíritos malignos |
| | | <i>Responsabilidade pelos crimes - Sou inocente</i> | RESPC-inoc | Sou inocente |
| | | <i>Responsabilidade pelos crimes - A mim mesmo</i> | RESPC-mim | Atribui a si a responsabilidade pelos crimes cometidos |
| | | <i>Responsabilidade pelos crimes - Outros</i> | RESPC-out | Atribui a responsabilidade pelos crimes cometidos às dificuldades na vida e ao governo |
| Importância da religião antes de ser preso (passiva) | IMPREL | <i>Importância da religião antes de ser preso - Muito importante</i> | IMPREL-mimp | Considera a religião antes de ser preso muito importante |
| | | <i>Importância da religião antes de ser preso - Importante</i> | IMPREL-imp | Considera a religião antes de ser preso importante |
| | | <i>Importância da religião antes de ser preso - Pouco importante</i> | IMPREL-pou | Considera a religião antes de ser preso pouco importante |
| | | <i>Importância da religião antes de ser preso - Sem importância</i> | IMPREL-sem | Considera a religião antes de ser preso sem importância |
| | | <i>Importância da religião antes de ser preso - Indiferente</i> | IMPREL-ind | Considera a religião antes de ser preso indiferente |
| Importância da religião depois de ser preso (passiva) | IMPREL D | <i>Importância da religião depois de ser preso - Muito importante</i> | IMPRELD-mimp | Considera a religião depois de ser preso muito importante |
| | | <i>Importância da religião depois de ser preso - Importante</i> | IMPRELD-imp | Considera a religião depois de ser preso importante |
| | | <i>Importância da religião depois de ser preso - Pouco importante</i> | IMPRELD-pou | Considera a religião depois de ser preso pouco importante |

| | | | | |
|--|-------|---|-------------|---|
| | | <i>Pouco importante</i> | | importante |
| | | <i>Importância da religião depois de ser preso - Sem importância</i> | IMPRELD-sem | Considera a religião depois de ser preso sem importância |
| | | <i>Importância da religião depois de ser preso - Indiferente</i> | IMPRELD-ind | Considera a religião depois de ser preso indiferente |
| Qual a religião antes de ser preso (passiva) | RELAN | <i>Religião antes de ser preso - Católica</i> | RELAN-cató | Católica |
| | | <i>Religião antes de ser preso - Espírita</i> | RELAN-esp | Espírita |
| | | <i>Religião antes de ser preso - Evangélico/Protestante/Pentecostal</i> | RELAN-eva | Evangélico/Protestante/Pentecostal |
| | | <i>Religião antes de ser preso - Outras</i> | RELAN-out | Judeu, Umbanda, Satanismo |
| | | <i>Religião antes de ser preso - Sem religião</i> | RELAN-s/rel | Sem religião |
| Conversão (ativa) | CV | <i>Conversão - Não mudou e não se afastou</i> | CV-nãomud | Não mudou de religião e não se afastou ou se desviou dela |
| | | <i>Conversão - Não mudou, mas se afastou e não se dedicou novamente</i> | CV-nãoded | Não mudou de religião, mas se afastou e não se dedicou novamente |
| | | <i>Conversão - Mudou para sem religião</i> | CV-s/rel | Depois de preso se tornou sem religião |
| | | <i>Conversão - Converteu para a evangélica</i> | CV-evangél | Depois de preso se tornou evangélico |
| | | <i>Conversão - Reverteu lendo mais a bíblia</i> | CV-ded/bi | Internos que não mudaram de religião, mas se afastaram dela e depois de presos passaram a se dedicar novamente lendo mais a bíblia |
| | | <i>Conversão - Reverteu participando de cultos e outras formas</i> | CV-ded/cul | Internos que não mudaram de religião, mas se afastaram dela e depois de presos passaram a se dedicar novamente participando de cultos e outras formas |
| | | <i>Conversão - Reverteu orando mais</i> | CV-ded/ora | Internos que não mudaram de religião, mas se afastaram dela e depois de presos passaram a se dedicar novamente orando mais |
| | | <i>Conversão - Reverteu buscando a palavra</i> | CV-ded/pal | Internos que não mudaram de religião, mas se afastaram dela e depois de |

| | | | | presos passaram a se dedicar novamente buscando a palavra |
|--|-------|---|-----------------|--|
| RELIGIÃO, CONVERSÃO E RECONVERSÃO | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Tempo de conversão/reconversão (ativa) | TCONV | <i>Tempo de conversão - Não se converteu</i> | TCONV- ficon | Não se converteu |
| | | <i>Tempo de conversão - 1º mês depois de preso</i> | TCONV- 1ºm | Converteu/reconverteu do 1º dia ao 1º mês depois de preso |
| | | <i>Tempo de conversão - 2 meses a 7 meses depois de preso</i> | TCONV- 2ma7m | Converteu/reconverteu do 2º ao 7º mês depois de preso |
| | | <i>Tempo de conversão - 8 meses a 1 ano depois de preso</i> | TCONV- 8ma1a | Converteu/reconverteu do 8º mês ao 1º ano depois de preso |
| | | <i>Tempo de conversão - 1 ano a 2 anos depois de preso</i> | TCONV- 1a2a | Converteu/reconverteu do 1º ao 2º ano depois de preso |
| | | <i>Tempo de conversão - Mais de 3 anos depois de preso</i> | TCONV+3a | Converteu/reconverteu a partir do 3º ano até 20 anos depois de preso |
| Batizado na prisão (passiva) | BATIZ | <i>Não foi batizado na prisão</i> | BATIZ-não | Não foi batizado na prisão |
| | | <i>Não converteu/reconverteu depois de preso, portanto não foi batizado na prisão</i> | BATIZ-ficon | Não converteu/reconverteu depois de preso, portanto não foi batizado na prisão |
| | | <i>Batizado na prisão até 2019</i> | BATIZ- até19 | Batizado na prisão até 2019 |
| | | <i>Batizado na prisão em 2021</i> | BATIZ-2021 | Batizado na prisão em 2021 |
| | | <i>Batizado na prisão em 2022</i> | BATIZ-2022 | Batizado na prisão em 2022 |
| Motivos da conversão/reconversão na prisão (ativa) | MOTC | <i>Motivos da conversão - Não converteu/reconverteu depois de preso</i> | MOTC- ficonv | Não converteu/reconverteu depois de preso, portanto não tem motivos para a conversão/reconversão |
| | | <i>Motivos da conversão - Aproximação com Deus</i> | MOTC- aproxd | Para me aproximar de Deus; Conforto espiritual, pois eu sei que Deus me deu muitos livramentos; Desisti do crime e voltei para os braços de Deus; Para me afastar dos desejos carnis e do inimigo; Por querer uma mudança de vida; Ter confiança e fé; Porque Deus abriu a mente e o |

| | | | | |
|--|------|--|---------------|--|
| | | | | coração |
| | | <i>Motivos da conversão - Aproximação com Deus e arrependimento</i> | MOTC-aproxdea | Pelo toque do Espírito Santo, arrependimento do que fiz; Cansou de servir o diabo, arrependimento; Por não querer mais estar no crime e por minha salvação; Arrependimento, dependência de Deus; Libertação espiritual e arrependimento; Para salvar a minha alma, pelo amor de Jesus Cristo e por arrependimento do crime |
| | | <i>Motivos da conversão - Arrependimento</i> | MOTC-arrep | Arrependimento; Ter matado outro preso; Arrependimento da vida errada; Arrependimento dos crimes que cometi; Peso na consciência |
| | | <i>Motivos da conversão - Família, pastor e dificuldade financeira</i> | MOTC-f,p,df | Apenas 1 interno se converteu por dificuldades financeiras, mas antes de ser preso. Os demais se converteram por incentivo da família ou pastor: Os familiares ficam felizes de ver você mudado; Influência do pastor; Batizei na Universal por ter mais assistência do pastor |
| | | <i>Motivos da conversão - Solidão e sofrimento</i> | MOTC-sesof | Solidão; Sofrimento; Por sofrer muito, todos me abandonaram; Cadeia demais; Tribulação, depressão; Angustiado |
| Pessoas que influenciaram na conversão/reconversão (passiva) | PICV | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Não se converteu</i> | PICV-ñcon | Não se converteu, portanto não teve influência |
| | | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Amigos e colegas de cela</i> | PICV-ami | Conversão/reconversão por influência de amigos e colegas de cela |
| | | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Eu mesmo e Deus</i> | PICV-eued | Conversão/reconversão por escolha própria e por Deus |
| | | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Familiares</i> | PICV-fam | Conversão/reconversão por influência de Familiares |
| | | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Familiares e pastor</i> | PICV-fampa | Conversão/reconversão por influência de Familiares e pastor |

| | | | | |
|---|-------|--|------------|--|
| | | <i>Pessoas que influenciaram na conversão - Pastores internos e externos</i> | PICV-past | Conversão/reconversão por influência de Pastores internos e externos e apenas 1 detento por Padre |
| Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão/reconversão (passiva) | RESP | <i>Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Não se converteu</i> | RESP-ñcon | Não se converteu, portanto não tem respeito em razão da conversão |
| | | <i>Não passou a ser mais respeitado depois da conversão/reconversão</i> | RESP-nãor | Não passou a ser mais respeitado depois da conversão/reconversão |
| | | <i>Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Família, amigos e policiais</i> | RESP-f,a,p | Família, amigos e policiais |
| | | <i>Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Presos</i> | RESP-pres | Presos de cela; Companheiros de cela; Irmãos de cela; Presos religiosos e não-religiosos; Facção; Presos em modo geral |
| | | <i>Pessoas que passaram a respeitar o interno após a conversão - Todas as pessoas</i> | RESP-todos | Todos os presos e familiares; Todos sem exceção; Presos religiosos, alguns policiais, familiares, amigos |
| O convívio com a família melhorou após a conversão/reconversão (passiva) | CFAM | <i>Convívio com a família após a conversão - não se converteu</i> | CFAM-ñconv | Não se converteu, portanto o convívio com a família após a conversão não foi avaliado |
| | | <i>O convívio com a família não melhorou depois da conversão/reconversão</i> | CFAM-não | O convívio com a família não melhorou depois da conversão/reconversão |
| | | <i>O convívio com a sua família melhorou depois da conversão/reconversão</i> | CFAM-sim | O convívio com a sua família melhorou depois da conversão/reconversão |
| A relação com o trabalho melhorou após a conversão/reconversão (passiva) | RTRAB | <i>Relação com o trabalho após a conversão - não se converteu</i> | RTRAB-ñcon | Não se converteu, portanto, a relação com o trabalho após a conversão não foi avaliada |
| | | <i>A relação com o trabalho não melhorou depois de convertido/reconvertido</i> | RTRAB-não | A relação com o trabalho não melhorou depois de convertido/reconvertido |
| | | <i>A relação com o trabalho melhorou depois de convertido/reconvertido</i> | RTRAB-sim | A relação com o trabalho melhorou depois de convertido/reconvertido |
| A relação com os | REST | <i>Relação com os estudos</i> | REST-ñcon | Não se converteu, |

| | | | | |
|--|---------|--|-------------------|--|
| estudos melhorou após a conversão/reconversão (passiva) | | <i>após a conversão - não se converteu</i> | | portanto, a relação com os estudos após a conversão não foi avaliada |
| | | <i>A relação com os estudos não melhorou depois de convertido/reconvertido</i> | REST-não | A relação com os estudos não melhorou depois de convertido/reconvertido |
| | | <i>A relação com os estudos melhorou depois de convertido/reconvertido</i> | REST-sim | A relação com os estudos melhorou depois de convertido/reconvertido |
| Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão (passiva) | IMPCONV | <i>Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Não se converteu</i> | IMPCONV- ñconv | Não se converteu, portanto não tem importância a conversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão |
| | | <i>Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Muito importante</i> | IMPCONV- mimp | Considera a conversão/reconversão muito importante para sua proteção, segurança e integridade física na prisão |
| | | <i>Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Importante</i> | IMPCONV- imp | Considera a conversão/reconversão importante para sua proteção, segurança e integridade física na prisão |
| | | <i>Importância da conversão/reconversão para sua proteção, segurança e integridade física na prisão - Indiferente, Sem importância ou Pouco importante</i> | IMPCONV- i,s,p | Considera a conversão/reconversão indiferente, sem importância ou pouco importante para sua proteção, segurança e integridade física na prisão |
| Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão/reconversão (passiva) | CVIG | <i>Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Não se converteu</i> | CVIG-ñcon | Não se converteu, portanto não passou a ser vigiado em razão da conversão |
| | | <i>Não passou a ser vigiado</i> | CVIG-não | Não passou a ser vigiado após a conversão/reconversão |
| | | <i>Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Facção</i> | CVIG-facç | Passou a ser vigiado pela facção após a conversão/reconversão |
| | | <i>Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Presos religiosos e não-</i> | CVIG-pres | Passou a ser vigiado pelos presos religiosos e não-religiosos após a conversão/reconversão |

| | | <i>religiosos</i> | | |
|--|--------|---|--------------|--|
| | | <i>Pessoas que passaram a vigiar o comportamento do interno após a conversão - Todas as pessoas</i> | CVIG-todos | Passou a ser vigiado por todas as pessoas após a conversão/reconversão |
| RELIGIÃO E FAMÍLIA | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Religião da mãe (passiva) | RMÃE | <i>Religião da mãe - Católica</i> | RMÃE-cató | Católica |
| | | <i>Religião da mãe - Evangélica/Protestante/Pentecostal</i> | RMÃE-evan | Evangélica/Protestante/Pentecostal |
| | | <i>Religião da mãe - Sem religião, não sabe ou outras</i> | RMÃE-out | Não conheceu, Sem religião, Candomblé, Espírita e Não sabe |
| Religião do pai (passiva) | RPAI | <i>Religião do pai - Católica</i> | RPAI-cató | Católica |
| | | <i>Religião do pai - Evangélica/Protestante/Pentecostal</i> | RPAI-evan | Evangélica/Protestante/Pentecostal |
| | | <i>Religião do pai - Sem religião, não sabe ou outras</i> | RPAI-out | Sem religião, Budista, Não conheceu o pai, Só acreditava em Deus, Umbanda, Em branco, Espírita, Judeu, Não sabe |
| RELIGIÃO E BENEFÍCIOS | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| A leitura da bíblia dá direito à remição da pena (passiva) | LBREMI | <i>A leitura da bíblia dá direito à remição da pena - Em branco</i> | LBREMI-branc | O interno respondeu em branco quando questionado se a leitura da bíblia dá direito à remição da pena - Em branco |
| | | <i>A leitura da bíblia dá direito à remição da pena - Não</i> | LBREMI-não | Para o interno a leitura da bíblia não dá direito à remição da pena |
| | | <i>A leitura da bíblia dá direito à remição da pena - Sim</i> | LBREMI-sim | Para o interno a leitura da bíblia dá direito à remição da pena |
| A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso (passiva) | ADMBPR | <i>A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso - Não</i> | ADMBPR-não | Para o interno a Administração do presídio não proporciona algum benefício para o preso que é religioso |
| | | <i>A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso - Cela evangélica</i> | ADMBPR-cela | Para o interno a Administração do presídio proporciona a cela evangélica como benefício para o preso que é religioso |

| | | | | |
|---|------|---|-------------|---|
| | | <i>A Administração do presídio proporciona algum benefício para o preso que é religioso - Outros</i> | ADMBPR-out | Para o interno a Administração do presídio proporciona outros benefícios para o preso que é religioso: Ajuda com a bíblia ou mesmo com oração, Visitas evangélicas, Entrada do pastor, Trabalho, escola, Estudo evangélico, Facilidade para ganhar emprego dentro da cadeia e na rua também |
| Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração (passiva) | USUB | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Não</i> | USUB-não | O interno não usufrui dos benefícios oferecidos pela Administração |
| | | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Cela evangélica</i> | USUB-cela | O interno usufrui da cela evangélica como benefício oferecidos pela Administração |
| | | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Administração - Outros</i> | USUB-out | O interno usufrui de outros benefícios oferecidos pela Administração: Ganhei bíblia, Cultos e visita do pastor, Trabalho, Espiritual, Estudo evangélico e Arrumar emprego na rua |
| As igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias (passiva) | IGBE | <i>As igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias - Não</i> | IGBE-não | Para o interno as igrejas ou grupos religiosos não ajudam materialmente os presos ou suas famílias |
| | | <i>As igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias - Doação de bíblia</i> | IGBE-bíblia | Para o interno as igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias com a doação de bíblia |
| | | <i>As igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias - Cesta básica</i> | IGBE-cesta | Para o interno as igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias com cesta básica |
| | | <i>As igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias - Outros</i> | IGBE-out | Para o interno as igrejas ou grupos religiosos ajudam materialmente os presos ou suas famílias com: Comida; Bíblia; Kit higiene, mas é esporádico; Minha mãe é evangélica e a igreja ajuda ela; Contato |

| | | | | familiar; Lanche; Medicamento; Auxílio jurídico |
|--|-------|---|-------------|---|
| Benefícios usufruídos oferecidos pela Igreja (passiva) | USIG | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Igreja - Não</i> | USIG-não | O interno não usufrui dos benefícios oferecidos pela Igreja |
| | | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Igreja - Bíblia</i> | USIG-bíbl | O interno usufrui da doação de bíblia como benefício oferecido pela Igreja |
| | | <i>Benefícios usufruídos oferecidos pela Igreja - Outras</i> | USIG-out | O interno usufrui de outros benefícios oferecidos pela Igreja: Cesta básica; Kit higiene; Cela evangélica; Auxílio jurídico e alimentação; Lanches no final do ano; Medicamento; Transporte para a família |
| RELIGIÃO E IGREJA | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Nome da igreja antes de ser preso (passiva) | IG | <i>Nome da igreja antes de ser preso - Não tinha igreja, judaísmo e espiritismo</i> | IG-nãotinha | Internos que não frequentavam nenhuma igreja antes de ser preso; 1 interno frequentava sinagoga judaica e 1 interno frequentava centro espírita |
| | | <i>Nome da igreja antes de ser preso - Não sabe/lembra</i> | IG-nãosabe | Não sabe/lembra |
| | | <i>Nome da igreja antes de ser preso - Católica</i> | IG-católica | Internos que frequentavam a Igreja Católica antes de ser preso |
| | | <i>Nome da igreja antes de ser preso - Adventista e Batista</i> | IG-advebat | Internos que frequentavam a Igreja Batista e a Igreja Adventista antes de ser preso |
| | | <i>Nome da igreja antes de ser preso - Assembleia de Deus</i> | IG-asdeus | Internos que frequentavam a Igreja Assembleia de Deus antes de ser preso |
| | | <i>Nome da igreja antes de ser preso - Universal e outras pentecostais</i> | IG-iurdeout | Internos que frequentavam a Igreja Universal do Reino de Deus e outras pentecostais antes de ser preso (Igreja Mundial; Congregação Cristã no Brasil; Igreja Pentecostal do Brasil; Igreja Pentecostal Semeando para Jesus, entre outras) |

| | | | | |
|--|-----|--|--------------|--|
| | | <i>Nome da igreja antes de ser preso - Quadrangular e Deus é Amor</i> | IG-qedéa | Internos que frequentavam a Igreja Quadrangular e a Igreja Deus é Amor |
| Nome da igreja atual (ativa) | IGA | <i>Nome da igreja atual - Não tem igreja</i> | IGA-nãotem | Internos que não têm nenhuma igreja |
| | | <i>Nome da igreja atual - Em branco, Não sabe/lembra</i> | IGA-nãosabe | Em branco, Não sabe/lembra |
| | | <i>Nome da igreja atual - Católica</i> | IGA-católica | A igreja atual do interno é a Católica |
| | | <i>Nome da igreja atual - Igreja sem placa</i> | IGA-splaca | A igreja atual do interno é Sem placa (Não tem placa; Resistência; Igreja de Cristo; Igreja de Deus) |
| | | <i>Nome da igreja atual - Adventista e Batista</i> | IGA-advebat | A igreja atual do interno é a Batista e a Adventista |
| | | <i>Nome da igreja atual - Assembleia de Deus</i> | IGA-asmembdd | A igreja atual do interno é a Assembleia de Deus |
| | | <i>Nome da igreja atual - Universal</i> | IGA-univeout | A igreja atual do interno é a Universal do Reino de Deus |
| | | <i>Nome da igreja atual - Outras</i> | IGA-out | A igreja atual do interno é a Videira; Jesus Cristo é o caminho; Prisioneiros de Cristo; Quadrangular; Deus é Amor; Igreja Pentecostal Templo da Adoração; Igreja do Nazareno; Congregação Cristã no Brasil; Igreja de Cristo Evangélica; Judaica; Pentecostal Madureira; Internacional da Renovação |
| Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso (passiva) | ATV | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Não</i> | ATV-não | Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Não |
| | | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Culto - diariamente e semanalmente</i> | ATV-culdise | Frequentava cultos diariamente e semanalmente |
| | | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Culto - mensalmente e outros</i> | ATV-culmen | Frequentava cultos mensalmente e outras periodicidades (2 vezes na semana, 3 vezes na semana, 1 vez a cada mês, 1 vez a cada 3 meses, raramente) |
| | | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Cultos e outras atividades</i> | ATV-culeou | Frequentava cultos e outras atividades religiosas (retiros, escola dominical, cantava no |

| | | | | |
|--|-------|--|--------------|--|
| | | | | coral, estudos bíblicos, orações, vigília e retiro espiritual) |
| | | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Estudo bíblico e coral</i> | ATV-estbec | Frequentava estudo bíblico e coral |
| | | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Missa e catequese - diariamente e semanalmente</i> | ATV-mcdes | Frequentava missa e catequese diariamente e semanalmente |
| | | <i>Frequentava as atividades da sua religião antes de ser preso - Missa e catequese - mensalmente e outros</i> | ATV-mcmeou | Frequentava missa e catequese mensalmente e outras periodicidades (15 em 15 dias e 1 vez a cada 6 meses) |
| Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão (ativa) | ATIVP | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Não</i> | ATIVP-não | Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Não |
| | | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto, missa e oração</i> | ATIVP-c,m,o | Frequenta cultos, missa e oração |
| | | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto - diariamente</i> | ATIVP-culd | Frequenta cultos diariamente |
| | | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto e evangelização</i> | ATIVP-culeev | Frequenta cultos e evangelização |
| | | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto - semanalmente e mensalmente</i> | ATIVP-culsem | Frequenta cultos semanalmente e mensalmente |
| | | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Leitura bíblica</i> | ATIVP-leit | Frequenta leitura bíblica |
| | | <i>Atualmente frequenta as atividades da sua religião na prisão - Culto - outros</i> | ATIVP-out | Frequenta cultos em outras periodicidades (dias alternados, 3 vezes na semana, 4 vezes na semana) |
| Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão (passiva) | AP | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Não</i> | AP-não | Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Não |

| | | | | |
|--|--------|--|-------------|---|
| | | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Culto - diariamente</i> | AP-culd | Antes da pandemia participava dos cultos diariamente |
| | | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Culto - mensalmente e outros</i> | AP-culmeou | Antes da pandemia participava dos cultos mensalmente e em outras periodicidades (dias alternados, 3 vezes na semana, 2 vezes por mês) |
| | | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Culto - semanalmente</i> | AP-culs | Antes da pandemia participava dos cultos semanalmente |
| | | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Leitura e evangelização</i> | AP-leieev | Antes da pandemia participava da leitura e evangelização |
| | | <i>Antes da pandemia participava das atividades da sua religião na prisão - Oração, louvor e missa</i> | AP-o,l,m | Antes da pandemia participava da oração, louvor e missa |
| Assistência religiosa na unidade prisional (passiva) | ASRE | <i>Assistência religiosa na unidade prisional - Não</i> | ASRE-não | A igreja do interno não presta assistência religiosa na unidade prisional |
| | | <i>Assistência religiosa na unidade prisional - Culto, louvor e evangelização - semanalmente, mensalmente e outros</i> | ASRE-c,l,e | A igreja do interno presta assistência religiosa na unidade prisional com culto, louvor e evangelização, semanalmente, mensalmente e outra periodicidade (1 vez a cada 6 meses) |
| | | <i>Assistência religiosa na unidade prisional - Culto, louvor e evangelização - diariamente</i> | ASRE-c,l,ed | A igreja do interno presta assistência religiosa na unidade prisional com culto, louvor e evangelização diariamente |
| | | <i>Assistência religiosa na unidade prisional - Culto e missa</i> | ASRE-culem | A igreja do interno presta assistência religiosa na unidade prisional com culto e missa |
| Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional (passiva) | ASREAP | <i>Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Não</i> | ASREAP-não | A igreja do interno não prestava assistência religiosa na unidade prisional antes da pandemia |
| | | <i>Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade</i> | ASREAP-cdia | A igreja do interno prestava assistência religiosa na unidade |

| | | <i>prisional - Culto, orações e evangelização - diariamente</i> | | prisional antes da pandemia com culto, orações e evangelização diariamente |
|---|-------|---|-------------|---|
| | | <i>Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Culto, orações e evangelização - semanalmente, mensalmente e outros</i> | ASREAP-csem | A igreja do interno prestava assistência religiosa na unidade prisional antes da pandemia com culto, orações e evangelização, semanalmente, mensalmente e outra periodicidade (1 vez por ano) |
| | | <i>Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Culto</i> | ASREAP-cul | A igreja do interno prestava assistência religiosa na unidade prisional antes da pandemia com culto |
| | | <i>Antes da pandemia prestavam assistência religiosa na unidade prisional - Visita e assistência</i> | ASREAP-veas | A igreja do interno prestava assistência religiosa na unidade prisional antes da pandemia com visita e assistência |
| RELIGIÃO E HÁBITOS | | | | |
| VARIÁVEL | SIGLA | CATEGORIA | SIGLA | SIGNIFICADO |
| Praticava algum tipo de esporte antes de ser preso (passiva) | AESP | <i>Praticava algum tipo de esporte antes de ser preso - Não</i> | AESP-não | Antes de ser preso o interno não praticava esporte |
| | | <i>Praticava algum tipo de esporte antes de ser preso - Capoeira e outros</i> | AESP-capoe | Antes de ser preso o interno praticava capoeira e outros esportes (muay thai e futebol) |
| | | <i>Praticava algum tipo de esporte antes de ser preso - Futebol</i> | AESP-futeb | Antes de ser preso o interno praticava futebol (jogar bola) |
| | | <i>Praticava algum tipo de esporte antes de ser preso - Academia/Musculação</i> | AESP-musc | Antes de ser preso o interno praticava levantamento de peso, academia, musculação |
| | | <i>Praticava algum tipo de esporte antes de ser preso - Outros</i> | AESP-outros | Antes de ser preso o interno praticava outros esportes (bicross, canoagem, corrida, basquete, ciclismo, jiu jitsu, skate, natação, vôlei, bmx street) |
| Pratica ou praticaria algum esporte depois de preso (passiva) | DESP | <i>Pratica ou praticaria algum esporte depois de preso - Não</i> | DESP-não | Depois de ser preso o interno não pratica ou praticaria esporte |

| | | | | |
|--|-----|--|-------------|---|
| | | <i>Pratica ou praticaria algum esporte depois de preso - Capoeira e outros</i> | DESP-capoeo | Depois de ser preso o interno pratica ou praticaria capoeira e outros esportes (futebol e musculação) |
| | | <i>Pratica ou praticaria algum esporte depois de preso - Futebol</i> | DESP-futeb | Depois de ser preso o interno pratica ou praticaria futebol (jogar bola) |
| | | <i>Pratica ou praticaria algum esporte depois de preso - Academia/Musculação</i> | DESP-musc | Depois de ser preso o interno pratica ou praticaria ginástica, malhação, musculação |
| | | <i>Pratica ou praticaria algum esporte depois de preso - Outros</i> | DESP-outros | Depois de ser preso o interno pratica ou praticaria outros esportes (vôlei, handebol, basquete, natação, boxe, tênis, se a instituição oferecesse eu praticaria todos, atletismo, luta, entre outros) |
| Praticava algum tipo de jogo antes de ser preso (passiva) | JAP | <i>Praticava algum tipo de jogo antes de ser preso - Não</i> | JAP-não | Antes de ser preso o interno não praticava nenhum jogo |
| | | <i>Praticava algum tipo de jogo antes de ser preso - Baralho</i> | JAP-baralho | Antes de ser preso o interno praticava jogo de baralho |
| | | <i>Praticava algum tipo de jogo antes de ser preso - Dominó e outros</i> | JAP-dominó | Antes de ser preso o interno praticava jogo de dominó e outros (dama, baralho, sinuca, bingo) |
| | | <i>Praticava algum tipo de jogo antes de ser preso - Sinuca e outros</i> | JAP-sinuca | Antes de ser preso o interno praticava jogo de sinuca e outros (videogame, baralho, bilhar, bingo) |
| | | <i>Praticava algum tipo de jogo antes de ser preso - Outros</i> | JAP-out | Antes de ser preso o interno praticava outros jogos (caça-níquel, fubica, gamers eletrônicos, uno, banco imobiliário, jogo do bicho, jogos online, loteria) |
| Pratica ou praticaria algum jogo depois de preso (passiva) | JDP | <i>Pratica ou praticaria algum jogo depois de preso - Não ou em branco</i> | JDP-não,emb | Depois de ser preso o interno não pratica ou praticaria nenhum jogo ou respondeu em branco |
| | | <i>Pratica ou praticaria algum jogo depois de preso - Baralho</i> | JDP-baralh | Depois de ser preso o interno pratica ou praticaria jogo de baralho |
| | | <i>Pratica ou praticaria algum jogo depois de</i> | JDP-domeout | Depois de ser preso o interno pratica ou |

| | | | | |
|---|-------|---|--------------|---|
| | | <i>preso - Dominó e outros</i> | | praticaria jogo de dominó e outros (bingo, baralho, fubica, dama, xadrez, truco) |
| | | <i>Pratica ou praticaria algum jogo depois de preso - Xadrez e dama</i> | JDP-xedam | Depois de ser preso o interno pratica ou praticaria jogo de xadrez e dama |
| | | <i>Pratica ou praticaria algum jogo depois de preso - Outros</i> | JDP-out | Depois de ser preso o interno pratica ou praticaria outros jogos (quebra cabeça, cubo, todos, sinuca, jogo de corrida, jogo de dados, jogos online, qualquer um que ocupa a mente, videogame) |
| Assistia TV ou rádio antes de preso (passiva) | AATV | <i>Assistia TV ou rádio antes de preso - Sim</i> | AATV-sim | Antes de ser preso podia assistir ou ouvir qualquer canal de TV ou rádio (conteúdo erótico, violento, esportes, entretenimento, carnaval, novelas etc) |
| | | <i>Assistia TV ou rádio antes de preso - Não - erótico e violento</i> | AATV-eróev | Antes de ser preso não podia assistir ou ouvir qualquer canal de TV ou rádio de conteúdo erótico e violento |
| | | <i>Assistia TV ou rádio antes de preso - Não - Novela, outros e em branco</i> | AATV-nouem | Antes de ser preso não podia assistir ou ouvir qualquer canal de TV ou rádio (Novela, Porque eu não tinha TV, Em branco, Não gosto de TV, Não podia ver canal nenhum) |
| Assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso (passiva) | ASSTV | <i>Assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso - Sim</i> | ASSTV-sim | Depois de ser preso pode assistir ou ouvir qualquer canal de TV ou rádio (conteúdo erótico, violento, esportes, entretenimento, carnaval, novelas etc) |
| | | <i>Assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso - Não - Erótico e violento</i> | ASSTV-eróev | Depois de ser preso não pode assistir ou ouvir qualquer canal de TV ou rádio de conteúdo erótico e violento |
| | | <i>Assiste ou assistiria TV ou rádio depois de preso - Não - Em branco e outros</i> | ASSTV-embeou | Depois de ser preso não pode assistir ou ouvir qualquer canal de TV ou rádio (Em branco, Não gosto de assistir tv/novela, Não tem TV, Erótico, novelas, não-religiosos, |

| | | | | |
|--|-------|---|-----------|--|
| | | | | Nada que contradiz o caminho de Deus) |
| Consumia bebidas alcoólicas antes de ser preso (passiva) | ABALC | <i>Consumia bebidas alcoólicas antes de ser preso - Não</i> | ABALC-não | Internos que não consumiam bebidas alcoólicas antes de ser preso |
| | | <i>Consumia bebidas alcoólicas antes de ser preso - Sim</i> | ABALC-sim | Internos que consumiam bebidas alcoólicas antes de ser preso |
| Consome ou consumiria bebidas alcoólicas depois de ser preso (passiva) | BALC | <i>Consome ou consumiria bebidas alcoólicas depois de ser preso - Não</i> | BALC-não | Internos que não consomem ou consumiriam bebidas alcoólicas antes de ser preso |
| | | <i>Consome ou consumiria bebidas alcoólicas depois de ser preso - Sim</i> | BALC-sim | Internos que consomem ou consumiriam bebidas alcoólicas antes de ser preso |
| Fumava cigarros antes de ser preso (passiva) | AFUM | <i>Fumava cigarros antes de ser preso - Não</i> | AFUM-não | Internos que não fumavam cigarros antes de ser preso |
| | | <i>Fumava cigarros antes de ser preso - Sim</i> | AFUM-sim | Internos que fumavam cigarros antes de ser preso |
| Fuma ou fumaria cigarros depois de ser preso (passiva) | FUM | <i>Fuma ou fumaria cigarros depois de ser preso - Não</i> | FUM-não | Internos que não fumam ou fumariam cigarros depois de ser preso |
| | | <i>Fuma ou fumaria cigarros depois de ser preso - Sim</i> | FUM-sim | Internos que fumam ou fumariam cigarros depois de ser preso |
| Usava drogas ilícitas antes de ser preso (passiva) | ADROG | <i>Usava drogas ilícitas antes de ser preso - Não</i> | ADROG-não | Internos que não usavam drogas ilícitas antes de ser preso |
| | | <i>Usava drogas ilícitas antes de ser preso - Sim</i> | ADROG-sim | Internos que usavam drogas ilícitas antes de ser preso |
| Usa ou usaria drogas ilícitas depois de ser preso (passiva) | DROG | <i>Usa ou usaria drogas ilícitas depois de ser preso - Não</i> | DROG-não | Internos que não usam ou usariam drogas ilícitas depois de ser preso |
| | | <i>Usa ou usaria drogas ilícitas depois de ser preso - Sim</i> | DROG-sim | Internos que usam ou usariam drogas ilícitas depois de ser preso |
| Usava gírias, palavrões, xingamentos antes de ser preso (passiva) | GÍRA | <i>Usava gírias, palavrões, xingamentos antes de ser preso - Não</i> | GÍRA-não | Internos que não usavam gírias, palavrões, xingamentos antes de ser preso |
| | | <i>Usava gírias, palavrões, xingamentos antes de ser preso - Sim</i> | GÍRA-sim | Internos que usavam gírias, palavrões, xingamentos antes de ser preso |
| Usa gírias, | GÍR | <i>Usa gírias, palavrões,</i> | GÍR-não | Internos que não usam |

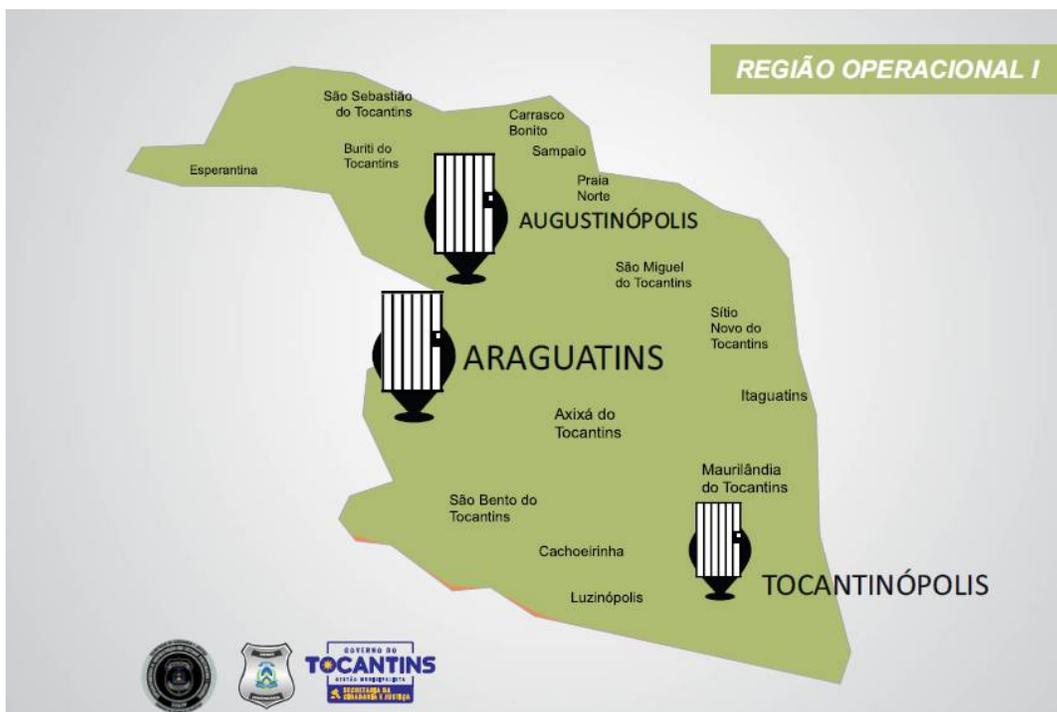
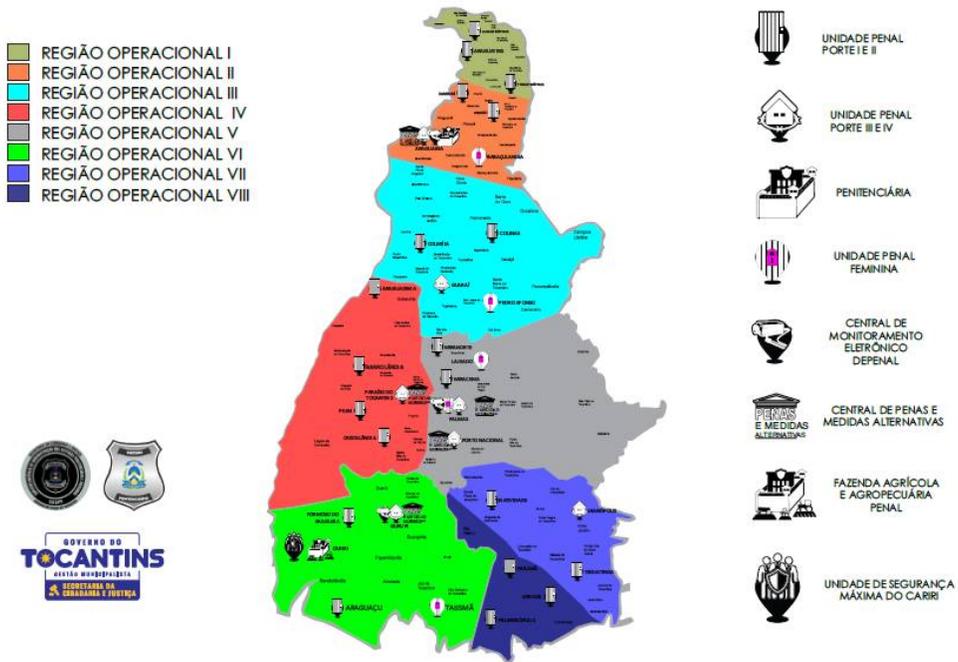
| | | | | |
|---|--------|--|-------------|--|
| palavrões, xingamentos depois de ser preso (passiva) | | <i>xingamentos depois de ser preso - Não</i> | | gírias, palavrões, xingamentos depois de ser preso |
| | | <i>Usa gírias, palavrões, xingamentos depois de ser preso - Sim</i> | GÍR-sim | Internos que usam gírias, palavrões, xingamentos depois de ser preso |
| Recebe visita íntima na prisão (passiva) | VIS | <i>Recebe visita íntima na prisão - Não</i> | VIS-não | Interno que não recebe visita íntima na prisão |
| | | <i>Recebe visita íntima na prisão - Esposa/Namorada</i> | VIS-esp | Interno que recebe visita íntima na prisão da esposa ou namorada |
| Tipo de roupa que usaria na prisão (passiva) | ROUP | <i>Tipo de roupa que usaria na prisão - Roupas casuais</i> | ROUP-casu | Internos que se pudessem escolher usariam roupas casuais na prisão |
| | | <i>Tipo de roupa que usaria na prisão - Roupas sociais</i> | ROUP-soc | Internos que se pudessem escolher usariam roupas sociais na prisão |
| | | <i>Tipo de roupa que usaria na prisão - Uniforme</i> | ROUP-ueout | Internos que se pudessem escolher usariam uniforme na prisão |
| Conhece alguém que se converteu e quando saiu em liberdade voltou para o mundo do crime (passiva) | CVOLTC | <i>Conhece alguém que se converteu e quando saiu em liberdade voltou para o mundo do crime - Não</i> | CVOLTC-não | Internos que não conhecem alguém que se converteu e quando saiu em liberdade voltou para o mundo do crime |
| | | <i>Conhece alguém que se converteu e quando saiu em liberdade voltou para o mundo do crime - Sim</i> | CVOLTC-sim | Internos que conhecem alguém que se converteu e quando saiu em liberdade voltou para o mundo do crime |
| Acredita em falsas conversões/reconversões na prisão (passiva) | FCONV | <i>Acredita em falsas conversões/reconversões na prisão - Não</i> | FCONV-nãoex | Internos que não acreditam em falsas conversões/reconversões na prisão |
| | | <i>Acredita em falsas conversões/reconversões na prisão - Sim</i> | FCONV-exist | Internos que acreditam em falsas conversões/reconversões na prisão |
| Motivos para fingir uma conversão/reconversão (passiva) | MOTIV | <i>Motivos para fingir uma conversão/reconversão - Não existe falsa conversão/reconversão</i> | MOTIV-ñexfc | Para estes internos não existe falsa conversão/reconversão, portanto não apresentam os motivos |
| | | <i>Motivos para fingir uma conversão/reconversão - Artigo</i> | MOTIV-art | Os motivos para fingir uma conversão/reconversão estão relacionados com a natureza dos crimes que praticaram: Escape de crimes sexuais, Praticou |

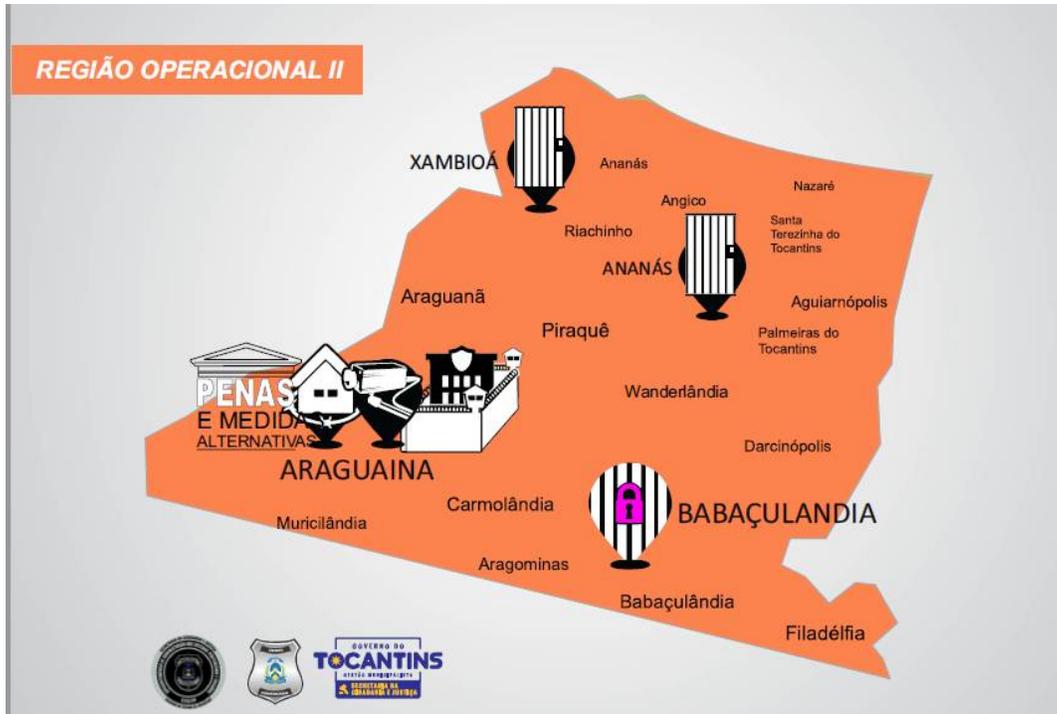
| | | | | |
|--|--|--|--------------|---|
| | | | | um crime sexual, Esconder o artigo dele aqui dentro |
| | | <i>Motivos para fingir uma conversão/reconversão - Interesse/Benefício</i> | MOTIV-inter | Os motivos para fingir uma conversão/reconversão estão relacionados a interesses ou benefícios: Tentar enganar a Deus para obter benefícios; Por interesse, ganhar algum benefício; Pensar que por ser crente vai receber o alvará de liberdade; Ter uma imagem boa para ganhar alvará; Para se dar bem dentro da prisão; Para não ser mal visto pelas pessoas |
| | | <i>Motivos para fingir uma conversão/reconversão - Pisada no crime</i> | MOTIV-pisada | Os motivos para fingir uma conversão/reconversão estão relacionados a algum problema que tiveram com a massa carcerária: Se esconder atrás da bíblia, pisada na cadeia; Pessoa que deve no crime; Quando alguém tem problemas com presos; Para se livrar de uma punição do mundo do crime; Para fugir de punição; Buscar refúgio; Ferir a ética do crime; Para livrar das punições e fugir das dívidas; Alguma falha no crime; Pisada no crime; Alguma caminhada considerada errada no crime; Dívida com droga e facção; Aqueles que tem dívida e mexem com mulher casada |
| | | <i>Motivos para fingir uma conversão/reconversão - Proteção por medo e levar uma cadeia mais calma</i> | MOTIV-prot | Os motivos para fingir uma conversão/reconversão estão relacionados a busca por proteção ou levar uma cadeia calma: Medo de morrer, risco de vida; Medo de apanhar e morrer; Para tirar uma cadeia calma; Para não morrer; Medo de morrer e apanhar; A cadeia é |

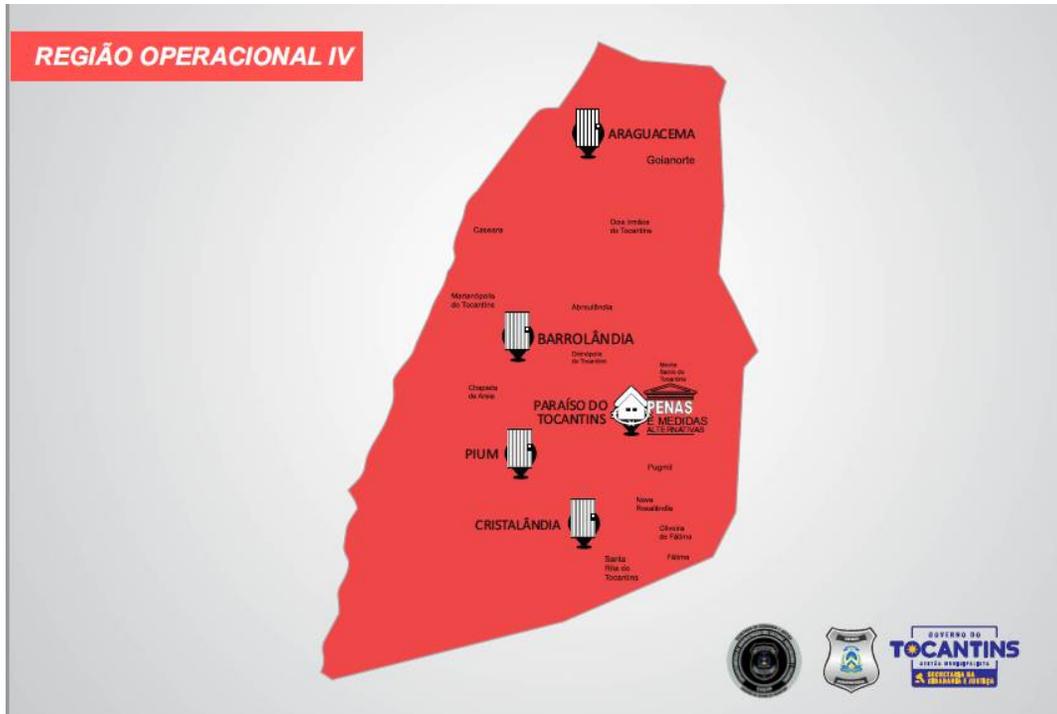
| | | | | |
|---|-----|---|------------|---|
| | | | | pesada, por isso que vão para a igreja; Medo de algumas pessoas, para se proteger; Para conseguir de alguma forma respeito e proteção; Medo da convivência; Medo de represália; Medo de retaliação; Medo do convívio na prisão; Levar uma cadeia mais tranquila; Procurar sossego; Para a própria segurança |
| | | <i>Motivos para fingir uma conversão/reconversão - Outros</i> | MOTIV-out | Alguns internos não souberam ou não quiseram responder quais os motivos para fingir uma conversão/reconversão; para outros, a falsidade está em Lembrar de Deus quando está na pior; Buscar Deus só quando está preso, quando sai volta para o mundo. |
| Punições para a falsa conversão/reconversão (passiva) | PUN | <i>Punições para a falsa conversão/reconversão - Não são punidos, não sabe e não quer responder</i> | PUN-não | Para estes internos não existe punição para os falsos convertidos; não sabem ou não quiseram responder |
| | | <i>Punições para a falsa conversão/reconversão - Agressão física</i> | PUN-agfís | A punição aplicada ao falso convertido consiste em agressões físicas: Agressão física; Pau na orelha |
| | | <i>Punições para a falsa conversão/reconversão - Punição divina</i> | PUN-divina | A punição aplicada ao falso convertido vem de Deus: Correção de Deus; Quem resolve é Deus; Deus vai pesar a mão dele; Só Deus pode julgar; O próprio Deus lhe punirá aqui ou lá |
| | | <i>Punições para a falsa conversão/reconversão - Expulsão da igreja</i> | PUN-expig | A punição aplicada ao falso convertido consiste na expulsão da igreja: Expulsão da igreja |
| | | <i>Punições para a falsa conversão/reconversão - Morte</i> | PUN-morte | A punição aplicada ao falso convertido consiste em morrer: Morte pela facção; Até a morte; Às vezes morte; Decreto de morte |
| | | <i>Punições para a falsa</i> | PUN-pceadv | A punição aplicada ao |

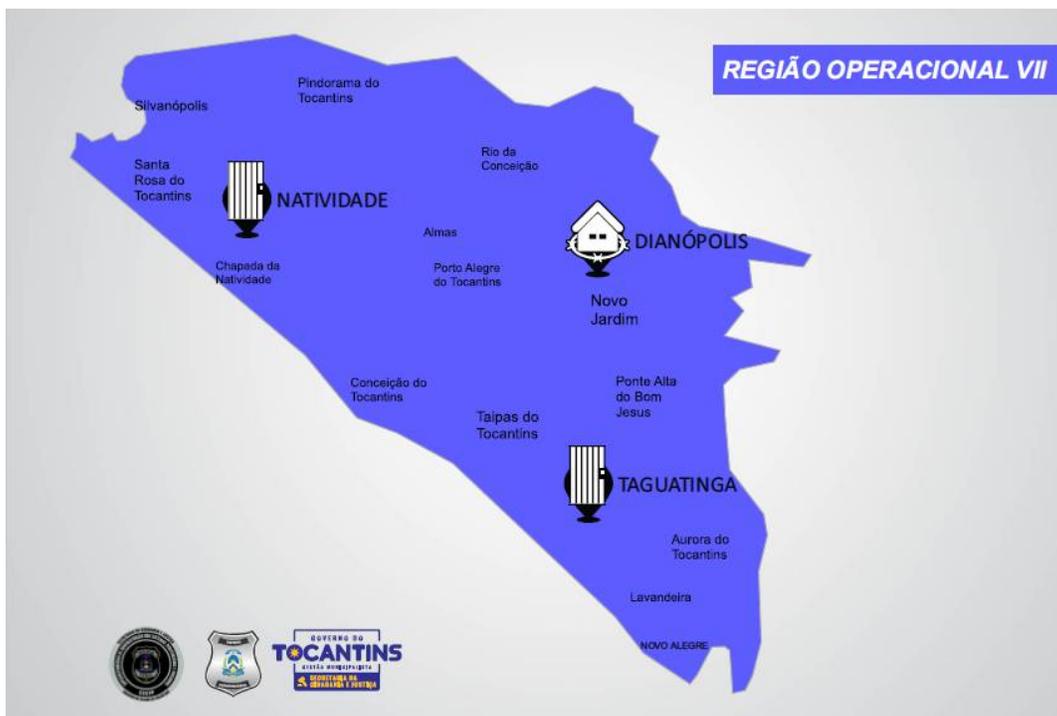
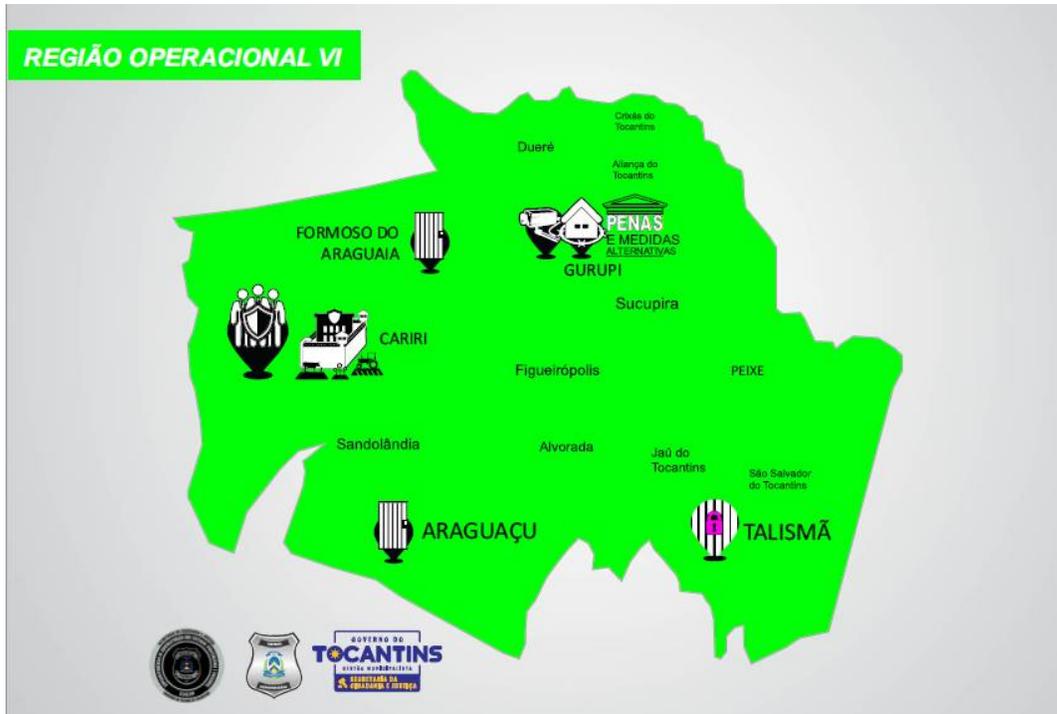
| | | | | |
|-----------------------------------|------|--|-------------|---|
| | | <i>conversão/reconversão - Perda do convívio e advertência</i> | | falso convertido consiste em perder o convívio com os demais presos e advertências: Perde o convívio; Ir para o seguro e perde o convívio; É chamado a atenção; Avaliação e observação |
| Quem aplica as punições (passiva) | APUN | <i>Quem aplica as punições - Deus</i> | APUN-deus | Quem aplica as punições ao falso convertido é Deus: O próprio Deus; Deus que julga nós todos |
| | | <i>Quem aplica as punições - Facção</i> | APUN-facç | Quem aplica as punições ao falso convertido é a facção: Facção; Os linhas de frente do presídio; Membros da igreja/pastor determinados pela facção; Presos da facção |
| | | <i>Quem aplica as punições - Igreja</i> | APUN-igreja | Quem aplica as punições ao falso convertido é a própria igreja: Os irmãos da igreja; Pastor; Membros da igreja; O pastor pede para ele sair da igreja; Igreja decide se sai; Pastor interno |
| | | <i>Quem aplica as punições - Presos</i> | APUN-pres | Quem aplica as punições ao falso convertido são os presos: Presos da cela; Os próprios presos; Presos mais velhos |
| | | <i>Quem aplica as punições - Não sabe e não quer responder</i> | APUN-ñsabe | Sobre quem aplica as punições o interno não sabe ou não quer responder |
| | | <i>Quem aplica as punições - Não são punidos</i> | APUN-ñsão | Para estes internos não existe punição para os falsos convertidos, portanto não mencionam quem aplica as punições |

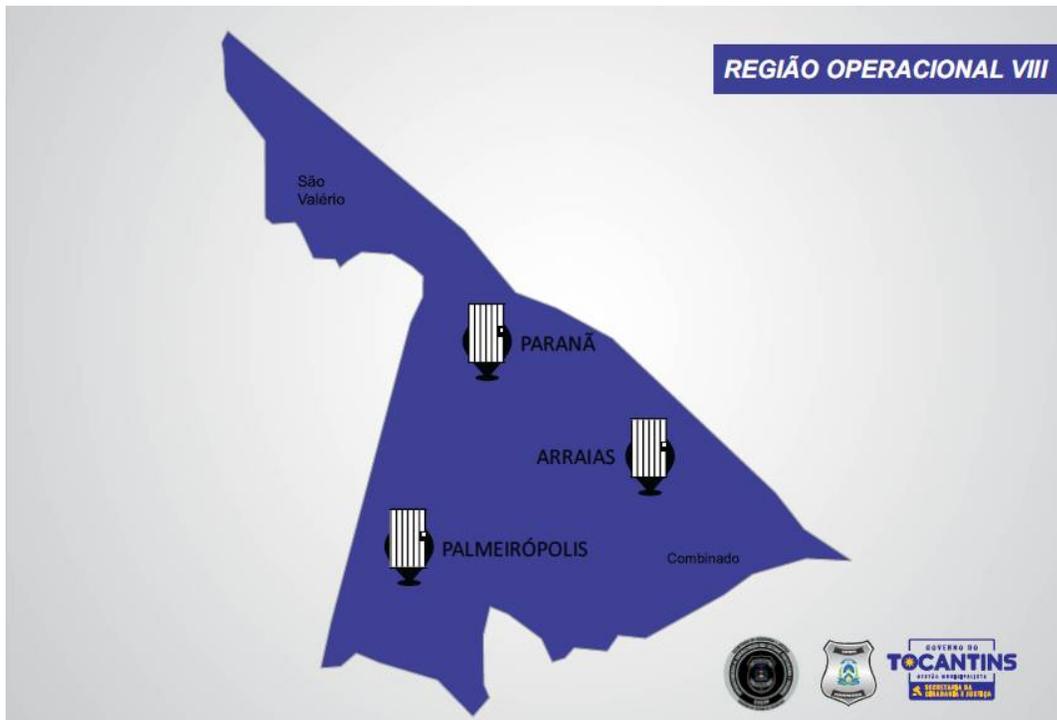
ANEXO A – REGIONALIZAÇÃO SISPEN-TO











ANEXO B – DADOS ESTATÍSTICOS SISPEN-TO

| SECRETARIA DA Cidadania e Justiça | | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO | | CONTROLE DE VAGAS EM UNIDADES PENITENCIÁRIAS E PRISIONAIS DO TOCANTINS | | | | | | | | | | | | | PRESOS EM QUARENTENA | | | |
|--|-------------------|--------------------------------|------------|--|--------|---------------------------|--------|---------------------|--------|--------------|--------|--------------------------|------------------------------------|----------------|---------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|----------------------|--------|
| O COMPARTILHAMENTO EXTERNO DESSAS INFORMAÇÕES, CARECE DE AUTORIZAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO SETOR DE DADOS, ESTATÍSTICAS E SISTEMAS - SEDES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COD. | UNIDADE | CAPACIDADE DA UNIDADE | | PRESOS(AS) PROVISÓRIOS(AS) | | PRESOS(AS) CONDENADOS(AS) | | MEDIDA DE SEGURANÇA | | PRISÃO CIVIL | | TOTAL DE PRESOS FECHADOS | SISTEMA FIADES Atualizado em 04/01 | SALDO DE VAGAS | PERCENTUAL DE VAGAS | PRESOS(AS) SEMIABERTOS(AS) | | TOTAL DE PRESOS SEMIABERTOS | PRESOS EM QUARENTENA | |
| | | QTD. CELA | CAP. LEGAL | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | | | | | HOMEM | MULHER | | HOMEM | MULHER |
| 1 | UP ANANÁS | 4 | 30 | 18 | 0 | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 38 | 42 | -8 | -27% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2 | UP ARAGUACEMA | 8 | 32 | 9 | 0 | 28 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 37 | 10 | -5 | -16% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3 | UP ARAGUAÇU | 4 | 16 | 6 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 | 31 | 2 | 13% | 13 | 0 | 13 | 0 | 0 |
| 4 | UP ARAGUAÍNA | 12 | 80 | 134 | 0 | 54 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 188 | 186 | -108 | -135% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5 | UTPRG ARAGUAÍNA | 124 | 480 | 124 | 0 | 358 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 487 | 487 | -7 | -1% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6 | UP ARAGUATINS | 7 | 37 | 47 | 0 | 26 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 73 | 77 | -36 | -97% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 7 | UP ARRAIAS | 6 | 60 | 31 | 0 | 46 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 77 | 82 | -17 | -28% | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| 8 | UP AUGUSTINÓPOLIS | 7 | 61 | 97 | 0 | 38 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 135 | 145 | -74 | -121% | 3 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| 9 | UPF BABAÇULÂNDIA | 5 | 20 | 0 | 12 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 18 | 36 | 2 | 10% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10 | UP BARROÂNDIA | 5 | 16 | 21 | 0 | 45 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 66 | 70 | -50 | -313% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 11 | USM CARIRI | 88 | 576 | 20 | 0 | 266 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 288 | 116 | 288 | 50% | 4 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| 12 | UP COLINAS | 6 | 24 | 46 | 0 | 38 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 85 | 76 | -61 | -254% | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 |
| 13 | UP COLMÉIA | 4 | 30 | 25 | 0 | 22 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 47 | 47 | -17 | -57% | 15 | 0 | 15 | 0 | 0 |
| 14 | UP CRISTALÂNDIA | 4 | 16 | 8 | 0 | 22 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 30 | 48 | -14 | -88% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 15 | UP DIANÓPOLIS | 8 | 42 | 38 | 0 | 30 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 68 | 68 | -26 | -62% | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 |
| 16 | UP FORMOSO | 7 | 36 | 10 | 0 | 26 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 37 | 37 | -1 | -3% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 17 | UP GUARÁ | 6 | 60 | 34 | 0 | 81 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 115 | 146 | -55 | -92% | 30 | 0 | 30 | 0 | 0 |
| 18 | UP GURUPI | 11 | 60 | 79 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 86 | 78 | -26 | -43% | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 |
| 19 | UPF LAJEADO | 4 | 16 | 0 | 7 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 17 | 24 | -1 | -6% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 20 | UP MIRACEMA | 8 | 100 | 73 | 0 | 44 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 117 | 118 | -17 | -17% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 21 | UP MIRANOTE | 5 | 20 | 1 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 15 | 16 | 80% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 22 | UP NATIVIDADE | 3 | 12 | 13 | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 29 | 31 | -17 | -142% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 23 | UP PALMAS | 63 | 260 | 377 | 0 | 326 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 704 | 706 | -444 | -171% | 0 | 0 | 0 | 36 | 0 |
| 24 | UPF PALMAS | 6 | 24 | 0 | 47 | 0 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 56 | 97 | -32 | -133% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 25 | UP PALMEIRÓPOLIS | 4 | 16 | 6 | 0 | 27 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 33 | 34 | -17 | -106% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 26 | UP PARAÍSO | 9 | 54 | 102 | 0 | 124 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 226 | 296 | -172 | -319% | 64 | 4 | 68 | 10 | 0 |
| 27 | UP PARANÁ | 4 | 16 | 20 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 28 | 31 | -12 | -75% | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 28 | UPF PEDRO AFONSO | 3 | 12 | 0 | 6 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 9 | -1 | 8% | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |

| SECRETARIA DA Dilodamia e Justiça | | TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO | | CONTROLE DE VAGAS EM UNIDADES PENITENCIÁRIAS E PRISIONAIS DO TOCANTINS | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|------------|--|--------|---------------------------|--------|---------------------|--------|-----------------|--------|----------------------------|--------|------------------------------------|----------------|----------------------|----------------------------|--------|-----------------------------|----------------------|--------|
| O COMPARTILHAMENTO EXTERNO DESSAS INFORMAÇÕES, CARECE DE AUTORIZAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO SETOR DE DADOS, ESTATÍSTICAS E SISTEMAS - SEDES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COD. | UNIDADE | CAPACIDADE DA UNIDADE | | PRESOS(AS) PROVISÓRIOS(AS) | | PRESOS(AS) CONDENADOS(AS) | | MEDIDA DE SEGURANÇA | | PRISÃO CIVIL | | TOTAL DE PRESOS FECHADOS | | SISTEMA HADES Atualizado em 04/01 | SALDO DE VAGAS | PERCENTUAL DE VAGAS | PRESOS(AS) SEMIABERTOS(AS) | | TOTAL DE PRESOS SEMIABERTOS | PRESOS EM QUARENTENA | |
| | | QTD. CELA | CAP. LEGAL | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | | | | HOMEM | MULHER | | HOMEM | MULHER |
| 29 | UP PIUM | 4 | 16 | 11 | 0 | 25 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 36 | 49 | -20 | -125% | 13 | 0 | 13 | 0 | 0 |
| 30 | UP PORTO NACIONAL | 8 | 40 | 28 | 0 | 95 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 123 | 126 | -83 | -208% | 26 | 0 | 26 | 2 | 0 | |
| 31 | UP TAGUATINGA | 4 | 20 | 9 | 0 | 35 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 44 | 75 | -24 | -120% | 31 | 0 | 31 | 0 | 0 | |
| 32 | UPF TALISMA | 4 | 48 | 0 | 8 | 0 | 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 32 | 32 | 16 | 33% | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | |
| 33 | UP TOCANTINÓPOLIS | 6 | 34 | 15 | 0 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 34 | 40 | 0 | 0% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 34 | UP XAMBUIÁ | 3 | 12 | 2 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 | 26 | -2 | -17% | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| 35 | CENTRAL DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PESSOAS | CENTRAL DE MONITORAMENTO DE PALMAS | | | | | HOMEM | 294 | MULHER | 63 | TOTAL | 357 | 361 | | | | | | | | |
| | | CENTRAL DE MONITORAMENTO DE ARAGUAÍNA | | | | | HOMEM | 30 | MULHER | 10 | TOTAL | 40 | 41 | | | | | | | | |
| | | CENTRAL DE MONITORAMENTO DE GURUPI | | | | | HOMEM | 53 | MULHER | 4 | TOTAL | 57 | 57 | | | | | | | | |
| | | CENTRAL DE MONITORAMENTO DE DIANÓPOLIS | | | | | HOMEM | 3 | MULHER | 0 | TOTAL | 3 | 3 | | | | | | | | |
| INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| CAPACIDADE LEGAL | | PRESOS(AS) PROVISÓRIOS(AS) | | PRESOS(AS) CONDENADOS(AS) | | MEDIDA DE SEGURANÇA | | PRISÃO CIVIL | | MONITORADOS | | PRESOS(AS) SEMIABERTOS(AS) | | SISTEMA HADES ATUALIZADO | | PRESOS EM QUARENTENA | | | | | |
| Nº DE CELAS | Nº DE VAGAS | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | HOMEM | MULHER | TOTAL GERAL DAS 34 UNIDADES PENAIS | HOMEM | MULHER | | | | | |
| 454 | 2.376 | 1.404 | 80 | 1.848 | 54 | 9 | 0 | 2 | 0 | 380 | 77 | 199 | 4 | 3.601 | 82 | 4 | | | | | |
| | | 1.484 | | 1.902 | | 9 | | 2 | | 457 | | 203 | | 3.601 | | 86 | | | | | |
| PRESOS FECHADOS | | 3.397 | | PRESOS SEMIABERTOS | | | | 203 | | TOTAL DE PRESOS | | | | 3.600 | | SALDO DE VAGAS | | -1.021 | | | |



PAULO CÉSAR DE SOUSA LOPES
 COORDENADOR DO SETOR DE DADOS, ESTATÍSTICAS E SISTEMAS - SEDES
 SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIO E PRISIONAL - SASPP

04/01/2021

ANEXO C – DADOS DOS CUSTODIADOS POR RELIGIÃO

| Cod | Unidade Penal | Não Informado | Assembléia de Deus Ministério Madureira | Igreja Assembléia de Deus | Igreja Católica Apostólica Romana | Igreja Católica Apostólica Ortodoxa | Igreja do Evangelho Quadrangular | Igreja Evangélica Batista |
|-----|--|---------------|---|---------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|----------------------------------|---------------------------|
| 1 | Unidade de Segurança Máxima do Cariri | 51 | 1 | 1 | 58 | | 1 | 1 |
| 2 | Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota - Araguaína | 238 | | 5 | 158 | | | 1 |
| 3 | Unidade Penal de Ananias | 30 | 1 | | 9 | | | |
| 4 | Unidade Penal de Araguacema | 2 | | | 8 | | | |
| 5 | Unidade Penal de Araguaçu | 19 | | | 8 | | | |
| 6 | Unidade Penal de Araguaína | 81 | 1 | 11 | 51 | | | |
| 7 | Unidade Penal de Araguaatins | 57 | | | 13 | | | |
| 8 | Unidade Penal de Arraiais | 57 | | | 20 | | | |
| 9 | Unidade Penal de Augustinópolis | 110 | | | 15 | | | |
| 10 | Unidade Penal de Barrolândia | 40 | | | 22 | | | |
| 11 | Unidade Penal de Colinas do Tocantins | 58 | | | 14 | | | |
| 12 | Unidade Penal de Colméia | 22 | | | 15 | | | |
| 13 | Unidade Penal de Cristalândia | 20 | | 1 | 22 | | | |
| 14 | Unidade Penal de Dianópolis | 48 | | | 17 | | | |
| 15 | Unidade Penal de Formoso do Araguaia | 17 | 2 | 2 | 9 | 1 | | |
| 16 | Unidade Penal de Guarai | 99 | | | 24 | | | |
| 17 | Unidade Penal de Gurupi | 46 | | 1 | 17 | | | |
| 18 | Unidade Penal de Miracema do Tocantins | 72 | | | 37 | | | |
| 19 | Unidade Penal de Miranorte | 10 | | | 3 | | | |
| 20 | Unidade Penal de Natividade | 24 | | | 5 | | | |
| 21 | Unidade Penal de Palmas | 326 | 2 | 1 | 249 | 1 | | |
| 22 | Unidade Penal de Palmeirópolis | 25 | | | 5 | | | |
| 23 | Unidade Penal de Paraíso do Tocantins | 91 | 11 | 5 | 125 | | 1 | |
| 24 | Unidade Penal de Paranã | 23 | | | 3 | | | |
| 25 | Unidade Penal de Pium | 9 | | | 29 | | 1 | 1 |
| 26 | Unidade Penal de Porto Nacional | 96 | | | 21 | | | |
| 27 | Unidade Penal de Taguatinga | 58 | | | 14 | | | |
| 28 | Unidade Penal de Tocantinópolis | 29 | | | 8 | | | |
| 29 | Unidade Penal de Xambioá | 22 | | | 3 | | | |
| 30 | Unidade Penal Feminina de Babaçulândia | 24 | | | 1 | | | |
| 31 | Unidade Penal Feminina de Lajeado | 6 | | | 8 | | | |
| 32 | Unidade Penal Feminina de Palmas | 51 | 2 | | 32 | | 1 | |
| 33 | Unidade Penal Feminina de Pedro Afonso | 4 | | | 3 | | | |
| 34 | Unidade Penal Feminina de Talismã | 18 | 1 | | 10 | | | |

| Igreja Evangélica Adventista | Igreja Adventista do Sétimo Dia | Igreja Evangélica Presbiteriana | Igreja Evangélica Luterana | Igreja Evangélica Luterana do Brasil | Sem Religião ou Crença | Ateísmo | Espiritismo Kardeista | Helenismo | Congregação Cristã do Brasil | Igreja Evangélica Congregacional | Igreja Evangélica Congregacional do Brasil |
|------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|------------------------|---------|-----------------------|-----------|------------------------------|----------------------------------|--|
| | | | | | 16 | | | | | | |
| | | | | | 72 | 4 | 4 | 1 | 1 | 1 | 2 |
| | | 1 | | | | | 1 | | | | |
| | | | | | | 1 | | | | | |
| | | | | | 42 | | | | | | |
| | | | | | 7 | | | | | | |
| | | | | | 1 | 1 | | | | | |
| | | | | | 11 | | | | | | |
| | | | | | 7 | | 1 | | | | |
| | | | | | 4 | | | | | | |
| | 1 | | | | 6 | | | | | | |
| | | | | | 5 | | | | | | |
| | | | | | 4 | | 1 | | | | |
| | | | | | 2 | 4 | | | | | |
| | | | | | 23 | | | | | | |
| | | | | | 13 | | | | | | |
| | | | | | 8 | | 1 | | | | |
| | | | | | 2 | | | | | | |
| | | | | | 2 | | | | | | |
| 2 | | | 1 | 2 | 130 | | 2 | | | | |
| | | | | | 2 | | | | | | |
| 1 | | | | | 57 | | 2 | | | | |
| | | | | | 3 | | | | | | |
| 1 | | | 1 | 1 | 2 | | 1 | | | | |
| | | | | | 8 | | 1 | | | | |
| | | | | | 3 | | | | | | |
| | | | | | 3 | | | | | | |
| | | | | | 1 | | | | | | |
| | | | | | 1 | | | | | | |
| | | | | | 2 | | | | 1 | | |
| | | | | | 17 | | | | 2 | | |
| | | | | | 2 | | | | | | |
| | | | 1 | | 1 | | | | | | |

ANEXO D - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFT

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Prisões da fé: um estudo fenomenológico sobre o papel da religião no sistema penitenciário de Palmas/TO

Pesquisador: MARCELO LAURITO PARO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 32225020.5.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.489.183

Apresentação do Projeto:

O objetivo principal do trabalho é desvelar os desafios, os interesses e a repercussão social da religião no sistema penitenciário de Palmas/TO, a partir da perspectiva dos sujeitos que vivenciam direta e particularmente a questão: os presos e os agentes religiosos. Para este estudo adotaremos o método o indutivo pela perspectiva fenomenológica, que se caracteriza por ser essencialmente descritivo e qualitativo, demandando que o pesquisador dispense-se de conceitos e percepções prévias. Nesse tipo de abordagem, o pesquisador figurará como um intérprete privilegiado da linguagem, palavras ou não-palavras dos sujeitos pesquisados, isto é, do fenômeno como um todo, compreendendo-o de modo rigoroso, refletido, comparado e amparado na pesquisa bibliográfica, tudo a partir da descrição densa da existência conforme suas impressões pessoais. No transcorrer da presente pesquisa buscar-se-ão desdobramentos dos saberes científicos interdisciplinares com a Sociologia, Teologia e do Direito. O produto final desembocará na produção de uma tese iluminada pela pesquisa bibliográfica, contendo as informações necessárias a embasar futuras pesquisas aprofundadas sobre o tema.

Hipótese:

Não se aplica ao método fenomenológico.

| | | | |
|--|--------------------------|------------------------|-----------------------------------|
| Endereço: Avenida NS 15, 105 Norte Prédio do Almoxarifado | | | |
| Bairro: Plano Diretor Norte | Município: PALMAS | CEP: 77.001-090 | |
| UF: TO | | | E-mail: cep_uft@uft.edu.br |
| Telefone: (63)3232-9023 | | | |

Continuação do Protocolo: 4.489.183

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Desvelar os desafios, os interesses e a repercussão social da religião no sistema penitenciário de Palmas/TO, a partir da perspectiva dos sujeitos que vivenciam direta e particularmente a questão: os presos e os agentes religiosos.

Objetivo Secundário:

- Compreender qual a relação proselitista e ressocializadora da religião neste contexto.
- Descrever as condições em que os cultos religiosos ocorrem a partir da percepção dos presos.
- Indicar proposição de enfrentamento dos problemas revelados com vistas a aperfeiçoar o sistema de justiça e o bem-estar social.

Critério de Inclusão:

Os presos masculinos de Palmas/TO e os agentes religiosos.

Critério de Exclusão:

Não serão participantes de pesquisa aqueles que não aceitarem participar da mesma.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:**Riscos:**

Quanto aos presos, configura-se na exposição de informações pessoais, espirituais ou confidenciais no ato de responder a um questionário ou de ser abordado em uma entrevista, uma vez que isto lhe poderá causar constrangimentos ou trazer à memória experiências ou situações vividas que causem sofrimento psíquico, sentimentos negativos ou de tristeza. Em relação aos agentes religiosos, consiste-se no conflito de interesse na divulgação de um fato que lhe foi confiado, medo de repercussões eventuais e, ainda, tomar seu tempo ao responder a entrevista. Em qualquer dessas hipóteses, será garantido o acompanhamento e assistência aos participantes durante todas as fases da pesquisa, com o encaminhamento para atendimento pelo corpo de psicólogos da unidade prisional ou do Tribunal de Justiça.

Benefícios:

Tanto os presidiários como os agentes religiosos não terão nenhum benefício direto ou financeiro

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxtafado
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS E-mail: cep_uft@uft.edu.br
Telefone: (63)3232-8023

Contribuição do Parecer: 4.489.183

pela sua participação, mas o conhecimento gerado poderá ser utilizado para conhecer o fenômeno e com isso revelar problemas (se for o caso) e indicar procedimentos que visam a minimizá-los ou aperfeiçoar o sistema de justiça no sentido de atender a pressupostos dos direitos humanos e melhorar a ressocialização dos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), modalidade Doutorado, da Universidade de Federal do Tocantins.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os itens obrigatórios de acordo com a Norma Operacional 001/2013, Item 3.4.

Recomendações:

Quanto a Plataforma Brasil e Projeto Detalhado:

1) Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Quanto a Plataforma Brasil:

1) Não há.

Quanto ao Projeto Detalhado:

1) Não há.

Quanto ao TCLE:

1) Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|----------------|-----------------------------|------------|-------|----------|
| Informações | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P | 24/08/2020 | | Aceito |

Endereço: Avenida NS 15, 105 Norte Prédio do Almoxarifado
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
 UF: TO Município: PALMAS
 Telefone: (63)3232-9023 E-mail: cep_uf@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 4.489.103

| | | | | |
|---|--|------------------------|-------------------------|--------|
| Básicas do Projeto | ETO_1531163.pdf | 13:28:30 | | Acelto |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_Presos_Corrigido.pdf | 24/08/2020 13:26:37 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_Agentes_Religiosos_Corrigido.pdf | 24/08/2020 13:25:51 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_de_Pesquisa_Corrigido.pdf | 24/08/2020 13:22:16 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Outros | Carta_de_Pendencias_e_Recomendacoes.pdf | 24/08/2020 13:21:35 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Folha de Rosto | Folha_de_Rosto_Assinatura_e_Carimbo_Reitor.pdf | 30/04/2020 13:34:54 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Outros | Questionario.pdf | 30/03/2020 16:05:57 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Outros | Termo_de_Consentimento_para_Uso_d_e_Banco_de_Dados_TCUBD.pdf | 30/03/2020 16:04:43 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Declaração de Pesquisadores | Declaracao_do_Pesquisador_Responsavel.pdf | 30/03/2020 16:02:57 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | Declaracao_da_Instituicao_Proponente_Coordenador_Doutorado.pdf | 30/03/2020 16:02:21 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | Declaracao_da_Instituicao_Participante_Secretaria_de_Cidadania_e_Justica.pdf | 30/03/2020 16:01:30 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | Declaracao_da_Instituicao_Participante_Presidente_do_Tribunal_de_Justica.pdf | 30/03/2020 16:01:12 | MARCELO LAURITO PARO | Acelto |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 05 de Janeiro de 2021

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
 (Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxtafado
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
 UF: TO Município: PALMAS
 Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep_uf@uf.edu.br

ANEXO E – OFÍCIO Nº 332/2021/UPRP

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da
Cidadania e Justiça



Superintendência de Administração dos Sistemas
Penitenciário e Prisional



Ofício Nº 332/2021/UP-PALMAS.

Palmas/TO, 30 de agosto de 2021.

A Sua Senhoria, Senhor
Marcelo Laurito Paro
Juiz

Assunto: Resposta ao ofício 0001/2021.

A UNIDADE PENAL DE PALMAS, através de seu diretor interno que ora assina, informa que está autorizado a entrada na data 30/08/2021 do Senhor Juiz **Marcelo Laurito Paro**, onde o mesmo irá entrevistar e questionar para fins acadêmicos (doutorado em desenvolvimento regional).

Colocamo-nos à disposição para eventuais solicitações e esclarecimentos.

Atenciosamente,


Thiago Sabino de Oliveira Lima
Mat. 1286846
Chefe da Unidade Penal de Palmas